

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

JOVETA JOSÉ

A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: NOVOS REGIONALISMOS E RELAÇÕES
BILATERAIS COM O BRASIL

PORTO ALEGRE

2011

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: NOVOS REGIONALISMOS E RELAÇÕES
BILATERAIS COM O BRASIL

JOVETA JOSÉ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor.

Orientador: Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

PORTO ALEGRE

2011

AGRADECIMENTOS

Agradecer é sem dúvida indispensável, sobretudo ao fim de mais esta etapa de trabalho, no qual fui apoiado por várias pessoas. A elaboração de um trabalho de pesquisa é um processo longo e demanda muita paciência. Entretanto, não se faz sem estímulos e debates profundos com profissionais qualificados no tema. Por isso, gostaria de agradecer ao Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Vizentini, que me iniciou nos estudos de política externa e acreditou em minha proposta de trabalho. Sem o seu incentivo, sua orientação e suas valiosas contribuições, esse trabalho não teria sido possível.

Torna-se fundamental agradecer ao meu orientador, Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva, por ter aceitado orientar esta tese no meio de sua elaboração. Sem dúvidas, o seu diálogo enriquecedor, a sua constante e indispensável orientação, somados ao seu rigor acadêmico, foram, ao longo da elaboração desta tese, elementos decisivos que ora me permitem apresentá-la ao público. O Prof. André Reis foi o meu maior parceiro nesta travessia.

Ao Prof. Dr. Fernando de Albuquerque Mourão, da Universidade de São Paulo-USP, minha gratidão, pois eu não teria conseguido realizar esta tese sem a sua permanente disposição. A sua amizade, o seu incentivo, as suas valiosas contribuições, a sua generosidade, seu acolhimento e rigor acadêmico, foram elementos decisivos para este final feliz.

Agradeço aos membros da banca de exame de qualificação, professores Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik, Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini e Dra. Analúcia Danilevicz Pereira, pela leitura acurada e criteriosa do projeto e pelas críticas e sugestões que muito ajudaram a direcionar este trabalho. Espero ter conseguido incorporar essas relevantes contribuições à estrutura desta tese.

Devo expressar eterna gratidão aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFRGS. Especial agradecimento para os professores Dr. Luis Gustavo Mello Grohmann, Dr. Carlos Schmidt Arturi, Dr. André Luiz Marengo dos Santos, Dr. Héliqio Henriques Casses Trindade, Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik e Dr. Maurício Assunção Moya, pelas inúmeras lições que transcenderam quaisquer pretensões científicas de minha parte e que, para além das observações e das entrevistas, me transformaram em uma pessoa infinitamente melhor.

Em especial, agradeço também à Sandra e ao Bruno, Secretários do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, que serviram de ponte na comunicação com os

professores e auxiliaram nas questões administrativas do doutorado, e com os quais estabeleci intensa relação de amizade.

Em Angola, contei com Prof. Marques de Oliveira, da Universidade Agostinho Neto; Prof. Esteves Carlos Hilário, da Universidade Metodista de Angola; Dr António Armando; Dr. António Joaquim de Assis; Dr. João Pedro Vicente; Dr. Adão Pinto, ministro-conselheiro; Dr. Sandro de Oliveira, Diretor da Sub-Comissão de Ministros para a Cooperação Política e de Segurança da SADC; Leonel Martins, Editor da Folha de Angola; Adriano Martins, Chefe de Departamento de Crédito do Banco Africano de Investimento; Gaspar Filipe Sermão, Chefe de Comercialização Externa do Ministério dos Petróleos; Vice-Alm. Sousa Liberato, Chefe Adjunto da Direção de Pessoal e Quadros; Contra-Alm. João Maria Ferreira, Comandante da Academia Naval; Vice-Alm. Caetano Neto, Diretor das Oficinas Navais da Marinha de Guerra; os Vice-Alms. João Gregório “Jojo”, Francisco Maria, Francisco José, Chefe do Estado maior da Marinha; Capitães-de-Mar-e-Guerra Gonçalo Sousa, João Sebastião Makuedia, Francisco Miranda e Manuel Bento; aos amigos Isabel Jorge Bessa, Vanda Arriscado; Novais Caueto Ambriz, da Imprensa Nacional de Angola; Domingos João Cambala, Diretor Comercial e de Marketing da Rádio Nacional de Angola (RNA); António Muachilela, Jornalista da RNA; Domingos Manuel N’Jinga, presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional; João Bernardo de Miranda, Ex-Ministro das Relações Exteriores; Dra. Petra Kátia Amaral Catarino, consultora da Vice-Ministra das Relações Exteriores; Dr. Edgar Martins, Diretor da Cooperação Bilateral do Mirex e Sra. Maria João Cristovão, chefe de cooperação bilateral, que foram tão importantes na superação das inúmeras dificuldades que se apresentaram no transcorrer desta jornada de exploração do universo da Política Externa.

Devo agradecer, ainda, a meus queridos familiares, especialmente a meus pais, Soba Bongo Ya Tembo (*in memoriam*) e Lucinda Franco “Canona” (*in memoriam*), por tudo que fizeram para me tornar a pessoa que sou. Aos meus tios, Agostinho Franco (*in memoriam*) e Isabel Magalhães, por terem me adotado como filho. Aos meus filhos, Augusto Paulo Salelo José “Gugu” e Pedro Henrique Kambundi Ferraz José, pela ausência e paciência. Sei o quanto todos ansiaram por este momento, incentivando meu crescimento e acreditando que este objetivo era possível. Agradeço seu apoio incondicionado na execução deste projeto, mesmo sabendo que, em função dos compromissos acadêmicos, teríamos de nos separar fisicamente. A Maria Ivonete e Domingas Feitio, agradeço pela inesgotável paciência em ouvir minhas frases repetidas vezes e, embora não entendendo, sempre demonstraram carinho e interesse para com minhas ideias.

Aos colegas de doutorado do PPG-POL/UFRGS, Raquel, Bem-Hur Rava, Tereza, Alexander, Dulphe, Hilário Cau, Kamilla Rizzi, Naiara, Marcelo, Ledir, Diego Pautasso, Lorena, Joana, Lucas Kerr, Rodrigo e demais amigos que encontrei em Porto Alegre, meus sinceros agradecimentos pelo convívio.

Agradeço aos amigos José Jaime Macuane – Sócio Gerente da Consultoria e Serviços Ltda em Moçambique, Cristiane Scavone, Manuel Silva (Nelito), Euclides Figueira, António José da Costa Victoriano, Manuel Brito Neto, Coronel Juscelino, C. M. Guerra Bito e Roberta Salinet, repórter da Rede Globo, pelos debates e sugestões.

Aos demais funcionários do PPG-POL/UFRGS, da biblioteca CEDEP e BSCH e do Nerint, pelas inestimáveis contribuições.

Agradeço especialmente ao amigo, Rodrigo Bertoglio Cardoso pela grande colaboração na leitura crítica, revisão e outros apoios concedidos para que esta tese chegasse a banca. Agradeço igualmente a amiga, Luciane Scoto, que ajudou na leitura e discussão desta tese.

Por fim, devo demonstrar minha gratidão àqueles que de outra forma sempre se fizeram presentes na formulação deste trabalho.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	12
1. CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL: GLOBALIZAÇÃO, REGIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA	244
1.1 GLOBALIZAÇÃO	244
1.2 REGIONALISMO.....	40
1.3 POLÍTICA EXTERNA.....	544
2. CONDICIONANTES ESTRUTURAIS DA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA	699
2.1 IMPACTOS DA GUERRA FRIA NOS CONFLITOS AFRICANOS.....	699
2.2 ANGOLA: COLONIZAÇÃO, DESCOLONIZAÇÃO E A GUERRA CIVIL	832
2.3 CONSEQUÊNCIA DA GUERRA CIVIL PARA A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA	1022
2.4 GOVERNO, PETRÓLEO E DIAMANTES EM ANGOLA.....	1177
3. NOVOS REGIONALISMOS E A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA	1433
3.1 UNIÃO AFRICANA – UA	1433
3.2 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA AFRICA CENTRAL – CEEAC	1533
3.3 COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL – SADC	1699
3.4 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP	19090
4. ANGOLA, BRASIL E O ATLÂNTICO SUL	2099
4.1 RELAÇÕES BRASIL ANGOLA DA INDEPENDÊNCIA À NORMALIZAÇÃO.....	2099
4.2 RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA DE 2002 AOS DIAS ATUAIS	2233
4.3 A ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL – ZOPACAS.....	2377
4.4 COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ - CGG	2488
CONSIDERAÇÕES FINAIS	2633
LISTA DE ENTREVISTADOS.....	2699
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	27070

RESUMO

A tese aborda os novos regionalismos no âmbito da política externa de Angola, com ênfase em duas perspectivas estratégicas da inserção internacional do país. A primeira abordagem refere-se à política externa de Angola para o desenrolar das possibilidades integrativas regionais da África Subsaariana, nominalmente a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC, sigla em inglês para *Southern African Development Community*); a segunda acompanha o processo da política externa de Angola para o Brasil. As duas abordagens estão patentes no processo de desenvolvimento do conceito da concertação diplomática regional, suas práticas, ajudaram a entender aspectos da construção da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) – alguns seus desenvolvimentos, metodologia que se reflete no contexto da diplomacia angolana na construção de um novo cenário, a Comissão do Golfo da Guiné (CGG). Nas duas estruturas regionais, as variáveis paz e segurança são fatores preponderantes. Na ZOPACAS, a ideia de segurança diz respeito à criação de uma Zona de Paz no Atlântico Sul; na CGG, a noção de segurança refere-se à garantia de interesses econômicos e políticos dos Estados-membros. Ela serve, inclusive, de auxílio à nova configuração da Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC), evidenciando a produção petrolífera como um dos principais eixos da relação. No desenvolvimento da nossa pesquisa e do trabalho esforçamo-nos a mostrar relações diretas e indiretas entre a política interna e a política externa do país. Do ponto de vista teórico, nosso esforço foi no sentido de explicar os fatos políticos internacionais, a partir dos objetivos de Angola desde a independência aos novos marcos de regionalismos e aos cálculos estratégicos do governo para alcançar o interesse nacional. A análise do discurso diplomático angolano serviu para avaliar a inserção internacional do país, identificando a integração regional e a cooperação Sul-Sul como seus principais objetivos.

PALAVRAS-CHAVE: África, CEEAC, SADC, CGG, ZOPACAS, Cooperação Sul-Sul, Política Externa, Regionalismo, Globalização, Bilateralismo, Multilateralismo, Angola, Brasil

ABSTRACT

The thesis discusses the new regionalism in the context of Angola's policy, focusing on two strategic perspectives of the country's international insertion. The first approach refers to the foreign policy of Angola to the development of integrative possibilities of regional sub-Saharan Africa, namely the Economic Community of Central African States (ECCAS) and the African Development Community (SADC, the acronym for Southern African Development Community), the second follows the process of foreign policy of Angola to Brazil. The two approaches are evident in the process of developing the concept of regional diplomatic agreement, their practices, helped us understand aspects of the construction of a Zone of Peace and Cooperation of the South Atlantic (ZPCSA) - some of its developments, a methodology that is reflected in the context of diplomacy Angola in the construction of a new scenario, the Gulf of Guinea Commission (CGG). In two regional structures, variables peace and security are important factors. In ZPCSA, the idea of security concerns the creation of a Zone of Peace in the South Atlantic in CGG, the concept of security refers to the guarantee of economic and political interests of the Member States. It serves, including aid to the new configuration of the Economic Community of Central African States (ECCAS), showing the oil production as a major axis of the relationship. In developing our research and work we strive to show direct and indirect relations between domestic politics and foreign policy. From a theoretical perspective, our effort was made to explain the international political events, from the goals of Angola since independence to the new frameworks for regionalism and strategic calculations of the government to achieve the national interest. The Angolan diplomatic discourse analysis was used to assess the country's international insertion, identifying regional integration and South-South cooperation as its main goals.

Keywords: Africa, ECCAS, SADC, CGG, ZPCSA, South-South Cooperation, Foreign Policy, Regionalism, Globalization, bilateral, multilateral, Angola, Brazil

Siglas e Abreviaturas

ACOTA – African Contingency Operations Training and Assistance
ACP – África, Caribe e Pacífico
AFRICOM – Comando dos Estados Unidos para África
APSA – Arquitetura de Paz e Segurança Africana
ASA – Cúpula América do Sul-África
ASACOF – Fórum de Cooperação América do Sul – África
ASB – African Standby Brigades
ASF - African Standby Force
BM – Banco Mundial
BNA – Banco Nacional de Angola
CCDN – Conferência do Comércio e Desenvolvimento das Nações Unidas
CDS – Comissão de Defesa e Segurança
CE – Comunidade Europeia
CEDEAO – Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental
CEEAC – Comunidade Econômica dos Estados da África Central
CEMAC – Comunidade Econômica e Monetária da África Central
CEMG/FAA – Chefe do Estado maior General das Forças Armadas Angolanas
CEN-SAD – Comunidade dos Estados Sahelo-Sarianos
CER – Comunidades Econômicas Regionais
CEWS – Continental Early Warning System
CGG – Comissão do Golfo da Guiné
COMESA – Mercado Comum da África Oriental e Austral
COPAX – Conselho de Paz e Segurança da África Central
CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CPS – Conselho de Paz e Segurança
EAC – East African Community
ECCAS – Economic Community of Central African States (CEEAC em francês)
ECOMOG – Monitoring Observer Group of the Economic Community of West
ECOWAS – Economic Community of West African States (CEDEAO em francês)
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FAA – Forças Armadas Angolanas

FAPLA – Forças Armadas Populares de Angola
FILDA – Feira Internacional de Luanda
FMI – Fundo Monetário Internacional
FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola
FOMAC – Força Multinacional da África Central
HRW – Human Rights Watch
IGAD – African Inter-Governmental Authority on Development
MARAC – Regulamento Interno do Mecanismo de Alerta Rápido da África Central
MERCOSUL – Mercado Comum da América do Sul
MONUA – Missão dos Observadores das Nações Unidas em Angola
MPLA/PT – Movimento Popular de Libertação de Angola, Partido do Trabalho
NAFTA – North America Free Trade Agreement
NATO – North Atlantic Treaty Organization
NEPAD – Nova Parceria para o Desenvolvimento da África
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
ODM – Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMC – Organização Mundial do Comércio
ONGs – Organizações Não-Governamentais
ONOMUR – UN Observer Mission Uganda/Rwanda
ONU – Organização das Nações Unidas
OEM UMOZ – Operação das Nações Unidas em Moçambique
OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte
OTAS – Organização do Tratado do Atlântico Sul
OUA – Organização de Unidade Africana
PALOPs – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PIB – Produto Interno Bruto
RDC – República Democrática do Congo
RPTC – Centro Regional de Formação e Manutenção da Paz
SACU – Southern Africa Custom Union
SADC – Comunidade de Desenvolvimento da África – Austral
SADCC – Southern African Development Coordination Conference
SEF – Programa do Saneamento Econômico Financeiro
TLATELOLCO – Acordo de Segurança sobre Atlântico Sul
UA – União Africana

UE – União Europeia

UK – United Kingdom

UMA – União do Magrebe Árabe

UNAVEM I, II, III – Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola

UNCTAD – The United Nations Conference on Trade and Development

UNITA – União Nacional para Independência Total de Angola

UNMA – Missão das Nações Unidas em Angola

UNOMIL – United Nations Observer Mission in Liberia

UNOMSA - United Nations Observer Mission in South Africa

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZCL – Zona de Comércio Livre da África Austral

ZOPACAS – Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

INTRODUÇÃO

A política externa de Angola não está confinada a uma única região, nem é restrita a uma única dimensão. Angola contribuiu para a construção de uma ordem regional, na União Africana e mundial pacífica e solidária, fundada no Direito e nos princípios do multilateralismo, consciente do seu peso territorial, econômico e cultural e de sua democracia. Tendo em vista a enorme quantidade de fatos e a densidade dos processos relacionados à inserção internacional de Angola, a intenção deste trabalho foi a de aprofundar a pesquisa sobre aspectos determinados da pauta diplomática angolana. Assim, serão abordadas as relações regionais de Angola, tendo como pano de fundo o impacto da integração da África Subsaariana, especialmente, a CEEAC e SADC, e as relações angolano-brasileiras, na qual se analisa o incremento das relações bilaterais por meio da ZOPACAS e sua influência sobre a CGG¹. A tese buscou ainda avaliar a evolução da política externa angolana, nos marcos do sistema internacional Pós-Guerra Fria e nas respostas aos desafios da globalização.

Outro objetivo deste projeto é compreender a gênese das ações que marcam a política externa de Angola. O trabalho de pesquisa buscou estabelecer um vínculo entre as ações de política externa e os atores que estiveram envolvidos na sua produção. Essa matriz, que relaciona ações, motivações e objetivos de longo prazo, foi o instrumento de análise que permitiu avaliar em que dimensões a política externa angolana avançou, onde essa política encontrou situações de conflito entre os objetivos dos atores, e onde a supremacia de um ou mais indivíduos ou instituições foi capaz de impor uma solução unilateral.

Angola é um país riquíssimo em recursos naturais, porém a esmagadora maioria do seu povo vive na miséria. Os 14 anos da luta anti-colonial e 27 anos de guerra civil serviram, até agora, para encobrir o fato que a desigualdade é uma das mais persistentes continuidades entre a situação colonial e a Angola pós-independência. Atualmente, Angola enfrenta quatro grandes desafios. O primeiro desafio é a diminuição da profunda desigualdade econômica e social. O segundo desafio é o da construção de um Estado democrático, eficiente e íntegro. O peso da mentalidade do Estado colonial, em que havia exclusividade de acesso a postos de trabalho públicos e privilégios de consumo para os ricos, é ainda muito forte. Mas esta situação está longe de explicar tudo: a consolidação da democracia enfrenta ainda dois outros obstáculos. O primeiro é o da corrupção, ou seja, a privatização do Estado por parte da elite

¹ LECHINI, Gladys Teresita. *A Política Exterior Argentina para a África no Marco Referencial da Política Africana do Brasil: o Caso da África do Sul na Década de 1990*. São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 2002 p. 98.

política do país. O segundo é o da difícil interiorização da mentalidade democrática por parte das forças políticas, sem exceção. O partido no poder, em toda a existência de Angola independente, é o mais ativo, mesmo sendo reconhecida a existência de outros partidos e de se aceitar a disputa eleitoral.

O terceiro desafio é o da construção de um modelo político, social e cultural que se adapte às condições de Angola, um modelo que assuma o legado cultural do país, adotando aspectos autóctones preexistentes ao colonialismo. O modelo desejável encamparia uma racionalidade mais ampla, plural e multicultural do que a imposta pelo imperialismo colonialista e pela globalização neoliberal. Finalmente, o quarto desafio consiste na reconciliação nacional. As tarefas de pacificação e reconciliação são particularmente fundamentais para Angola, porque não dizem respeito exclusivamente à cessação das hostilidades entre os inimigos da guerra civil, mas também à construção de um ambiente pacífico e democrático em Angola².

Desvendar os diversos matizes de posições externas de Angola em um feixe analítico único é tarefa difícil, que deve ser tentada através de quatro modelos ou paradigmas: o da dependência, o geopolítico, o realista e a interdependência. Não é o caso de resumi-los, mas simplesmente identificar a perspectiva analítica de cada um, o que suscita várias hipóteses aplicáveis ao caso concreto.

Todos os Estados necessitam realizar certos objetivos, sejam eles de segurança, políticos, econômicos ou culturais, para os quais seus recursos internos são insuficientes, o que os obriga a recorrer a algo que se encontra fora de suas fronteiras. Na economia, a necessidade de escala produtiva para certos bens e serviços exige que o Estado crie condições para uma produção economicamente viável, por meio de acordos internacionais de desgravação tarifária e tratados bilaterais com cláusulas de nação mais favorecida. Na área de segurança, quando um Estado se sente ameaçado por outro, recorre a alianças e acordos multilaterais de defesa, como a OTAN ou o antigo Pacto de Varsóvia, que garantem a dissuasão do inimigo potencial. Nessa síntese, percebe-se claramente que uma das características do mundo moderno é a realização de inúmeros objetivos internos por meio das relações internacionais.

A análise de temas da política externa angolana pauta-se pela diferença fundamental entre os processos de realização de interesses no plano interno e no plano internacional. No plano interno, ao menos em âmbito teórico, o Estado não tem limites para modelar a

² SANTOS, Boaventura Sousa. *Angola na viragem*. Lisboa: Revista Visão, agosto, 2003 p. 27.

realidade. Quando ocorrem revoluções, algumas das relações fundamentais que presidem a ordem social podem ser alteradas, com o objetivo de se conseguir mais justiça ou riqueza, como a passagem do capitalismo ao socialismo em Angola. Já no plano internacional, a realização de interesses encontra necessariamente a vontade de um igual soberano, a impor limites estruturais à realização dos objetivos, limites que podem ir da aceitação cooperativa à resistência armada. A consecução dos objetivos nacionais é mediada necessariamente pela vontade dos outros Estados que, mesmo sendo menos poderosos, têm liberdade para modelar o resultado do processo de interação. Portanto, a diplomacia é sempre, formalmente, um encontro de Estados iguais.

Vista a história, Angola foi vítima da colonização portuguesa no período de 1492 a 1975, quando, dado o baixo desenvolvimento relativo da própria metrópole na Europa, Portugal recorreu a outras potências ocidentais para explorar as riquezas da colônia. Henrique Lopes Guerra observa que “quando o sistema de produção capitalista penetra em estruturas econômicas mais atrasadas, ele desenvolve primeiro os setores e regiões que são mais rentáveis para os detentores de capital”³. Isto explica porque a economia angolana ficou dependente da exploração dos recursos minerais, principalmente petróleo e diamantes, que eram a base das relações do país com o ocidente.

Em uma concepção da literatura colonialista, Hélio Hergas afirma que Angola

“permite à Rússia dominar o Centro da África. Mas Angola está defronte da América do Sul cuja subversão Moscou procura há tanto tempo. Angola tem os melhores portos do Atlântico Sul, um dos quais é escoante das produções mineiras da Catanga. Angola, enquanto pertencer a Portugal e Portugal for membro da OTAN, é o mais firme testa de ponte do ocidente em toda a costa Atlântica da África. Angola, finalmente, é uma das portas da destemida União Sul-Africana. Não admira, por tudo isso, que Angola tivesse sido sacrificada e que o sacrifício tivesse sido iniciado exatamente nas regiões mais fáceis de atingir: as do Norte, já contaminadas pela independência do Congo Belga”⁴

Dada a complexidade da realidade político-econômica de Angola, desde a sua formação, fizemos um resgate do panorama histórico do país, explorando os fundamentos da inserção internacional do país estabelecidos pelos presidentes Agostinho Neto (1975-1979)⁵ e José Eduardo dos Santos (1979- até hoje)⁶.

³ GUERRA, Henrique Lopes. *Angola Estrutura Econômica e Classes Sociais: Os Últimos Anos do Colonialismo Português em Angola*. Lisboa: Edições 70, 1975, p. 86.

⁴ HELGAS, Hélio. *Guerra em Angola*. Lisboa: 5ª Edição, 1968 p. 74

⁵ António Agostinho Neto foi o primeiro presidente da República Popular de Angola. Na tese, abordamos em síntese histórica um pouco das formulações e ações da política externa angolana empreendidas naquele período e posteriormente apresentamos uma reflexão clara ao período de 1992- até hoje.

⁶ José Eduardo dos Santos foi escolhido presidente da República Popular de Angola em 1979 depois da morte do primeiro presidente e mantém esse cargo até hoje. A tese se estende até a realização das 2ª eleições gerais.

Ao tornar-se independente em 11 de novembro de 1975, Angola optou pelo modelo político e econômico de planejamento centralizado como estratégia de desenvolvimento nacional, com todos os meios de produção⁷ sob responsabilidade do Estado. As relações com o Ocidente foram mantidas depois da independência do país, mas passaram a ter um conteúdo eminentemente comercial e pouco ou nada político. Assim, Angola acabou sendo restringida sua capacidade de ação internacional, tornando-se vulnerável às investidas do capitalismo, em especial o norte-americano, o francês e o italiano, representados nos condomínios capitalistas de exploração de petróleo como a Cabinda Gulf Oil Company, a Elf Aquitaine e Agip, que não foram atingidos pela estatização de propriedades industriais⁸.

A evolução histórica de Angola, no contexto das lutas de independência e da guerra civil, esteve fortemente relacionada à inserção do país no sistema internacional. De 1975 a 1992, a explicação era dada pela opção do comunismo e a presença de tropas estrangeiras, principalmente cubanas. É evidente que a presença das tropas cubanas em Angola foi imprescindível para a conquista da independência do país pelo MPLA. As forças daquele país ajudaram o movimento no combate contra a FNLA, que era apoiada pelas tropas zaienses, e a UNITA, que era apoiada pelas forças sul-africanas sob o regime de segregação racial do *apartheid*. Os três movimentos desejavam conquistar à força a independência do país em 11 de novembro de 1975, data prevista de transferência do controle político da colônia para o grupo vencedor, dentro dos Acordos de Alvor⁹. Segundo André de Oliveira João Sango, “o país tinha condições de atingir a paz e harmonia através do sistema democrático, pois durante o processo de luta de libertação nacional existiam três movimentos, bastando para isso a sua transformação em partidos políticos, aliás, assim estava previsto no acordo de Alvor”¹⁰.

A primeira guerra civil teve como principal razão a falta de entendimento sobre a opção pelo comunismo no país. Mesmo assim, após eleições de 1992 e a consequente adequação à economia de mercado, o sofrimento do povo angolano continuou por mais uma década. Ao persistirem divergências e retornar-se à guerra civil, ficou claro que os fatores que influenciaram o conflito anterior já não mais explicavam essa segunda fase das hostilidades. As eleições gerais de setembro de 1992 tornaram o governo do MPLA legítimo, inclusive

⁷ Da padaria a indústria pesada, todos os meios para produzir bens e serviços eram propriedades do Estado, exceto a exploração de petróleo.

⁸ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999 p. 81.

⁹ Os Acordos de Alvor foram assinados entre Portugal, os três movimentos de libertação de Angola (MPLA, UNITA e FNLA) em 15 de janeiro de 1975, os quais estabeleciam a data de 11 de novembro de 1975 como o dia do fim da dominação portuguesa em Angola.

¹⁰ SANGO, André de Oliveira João. *O modelo político angolano: perspectivas*. São Paulo: Tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de São Paulo-USP, 2002 p. 7

com reconhecimento dos antigos opositores. De 1992 em diante, a política externa angolana, antes caracterizada de nacionalismo marxista, foi substituída por uma política externa despojada de mitos ideológicos, abarcando relações diplomáticas com países que antes ignoravam o governo do MPLA. Segundo Carlos Albuquerque “em Angola, com a conviência, entre outros, de americanos, russos, sul-africanos, cubanos e portugueses, a guerra cedo iniciou políticos e militares, de ambas as partes”¹¹.

A independência de Angola foi uma vitória para o movimento de libertação africano, mas também um fato de grande significação política e econômica que ultrapassou os limites do continente. Com o Brasil, teve início uma intensa colaboração em foros multilaterais de caráter econômico, uma variada agenda política e um comércio crescente, que incluía bens e serviços. Henrique Altemani de Oliveira considerou que o crescimento industrial do Brasil garantiu aos africanos um importante fonte de recursos, a qual poderia ser utilizada como sustentáculo da integração de nossos respectivos sistemas produtivos¹². Em entrevista concedida a Elizabeth Carvalho, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, afirmou que “alguns fatores [da independência] podem ser vistos como positivos, como o fato de todos os exércitos, que participaram das guerras em Angola terem [realizado a desminagem dos terrenos] ou pelo menos localizadas as áreas que minaram”¹³.

Esta tese foi subdividida em três períodos desiguais, muito diferentes em suas características. O primeiro período corresponde a uma síntese histórica da fase colonial, passando pela independência, com ascensão do MPLA no país, e termina em 1991, com a conclusão e assinatura dos Acordos de Paz em Bicesse/Portugal, que deram a Angola uma trégua de 17 meses de paz. O segundo período inicia-se em 1992, com a realização das primeiras eleições gerais multipartidárias no país, um ponto de inflexão para a política externa de Angola. Neste período, Angola dá importância maior à relação de arranjos regionais (CEEAC e SADC) e às relações com o Brasil. Paralelamente, o Governo eleito cobra respeito e reconhecimento aos antigos opositores, estabelecendo relações diplomáticas que posteriormente serviram de argumento para exigir que se impedissem os deslocamentos internacionais dos líderes da UNITA e que suas representações fossem fechadas¹⁴. O Brasil solidarizou-se no apoio ao governo do MPLA e lutou nos foros multilaterais pela

¹¹ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002 p. 72

¹² OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e as relações comerciais Brasil- África* Sao Paulo: Tese de doutoramento, USP, 1987 p. 57.

¹³ presidente José Eduardo dos Santos em entrevista concedida a jornalista Elizabeth Carvalho da Globo News. In Angola Hoje, ano 2 nº 8 jul/set/2002 p. 9.

¹⁴ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. *Prontuário diplomático angolano: Direito diplomático e Prática diplomática*. Luanda: ed Cefolex, G.C – Gráfica de Coimbra, Ltda., 2008 p. 62.

possibilidade de encontrar um caminho de paz em Angola. Todos estes esforços criaram condições favoráveis para reforçar as relações entre os dois países. É nesse período que o Brasil recebe centenas de estudantes angolanos para realizarem cursos de graduação e pós-graduação dentro dos convênios PEC-G e PEC-PG.

Finalmente, o terceiro período tem início em 2002, ano do início da consolidação definitiva da paz. O novo quadro político angolano proporcionou condições para uma política externa mais pragmática do que a dos anos anteriores, pois o governo estabeleceu como prioridade o desenvolvimento da infraestrutura do país, baseado na busca de parcerias externas sem opções excludentes. Nesse período, o governo privilegia as relações com a China, mas não abandona parceiros tradicionais como o Brasil. Simultaneamente, o governo concentra a sua atenção na política de segurança regional, na África Austral, África Central e, principalmente, na RDC, para garantir que suas fronteiras não sirvam de entrada de armas para a UNITA, ou se transformem em uma extensão de conflito de algum país vizinho.

Existem poucos trabalhos tratando especificamente da política externa de Angola. A tese defendida em 1999 na FFLCH/USP por José Maria Nunes Pereira Conceição¹⁵, e o livro do Prof. Joaquim Dias Marques de Oliveira¹⁶ da Faculdade de Direito da Universidade Pública de Angola, Universidade Agostinho Neto, são das poucas referências que podemos mencionar. Alguns autores fazem referência à política externa de Angola nos seus trabalhos. É o caso de Gladys Teresita Lechini, Fernando Pinto Madureira, Henrique Altemani de Oliveira, Eli Alves Penha, Cláudio Oliveira Ribeiro, André de Oliveira João Sango, Juliana Soares Santos, José Ailton Rodrigues dos Santos e Alexandre Patera Zani.¹⁷ Outros autores¹⁸

¹⁵ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999 p. 70.

¹⁶ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. *Prontuário diplomático angolano: Direito diplomático e Prática diplomática*. Luanda: ed Cefolex, G.C – Gráfica de Coimbra, Ltda., 2008.

¹⁷ LECHINI, Gladys Teresita. *A Política Exterior Argentina para a África no Marco Referencial da Política Africana do Brasil: o Caso da África do Sul na Década de 1990*. São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 2002; MADUREIRA, Fernando Pinto. *As Relações Brasil - África no Contexto da Política Externa Brasileira: do Afastamento à Tomada das Relações com o Continente*. São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 1997; OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África*. São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 1987; PENHA, Eli Alves. *As Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro: Tese de Doutorado na UFRJ/RJ, 1998; RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Relações Político- Comerciais Brasil-África (1985-2006)*. São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 2007; SANGO, André de Oliveira João. *O Modelo Político Angolano : Perspectivas*. São Paulo: Tese (Doutorado), FFLCH/USP, 2002; SANTOS, Juliana Soares. *A Integração Regional na África Austral: A SADC na Ótica dos Interesses Sul-Africanos*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia na FFLCH/USP, 1999; SANTOS, José Ailton Rodrigues dos. *Mercosul e SADC: a Possibilidade de um Projeto de Cooperação*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia na FFLCH/USP, 1996; ZANI, Alexandre Patera. *As Relações Comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : Face ao Processo da Integração da SADC e na CEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005; etc.

¹⁸ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002; KISSINGER, Henry. *Memórias 3º Volume: Anos de Renovação*. Topbooks: UniverCidade, 2001; BRITTAIN, Victoria. *Morte*

enfocaram as complexas relações do conflito angolano e suas respectivas conseqüências. Nessas obras, que serviram de consulta para esta tese, são sublinhados três momentos da política externa de Angola, que se diferenciam em função de suas características: o período das relações especiais com o mundo socialista após a independência, o paradigma do fim da Guerra Fria e o momento da ascendência democrática em Angola.

As relações de Angola com o Brasil, no período de 1961-1974, foram pragmáticas no plano político, devido a um relativo e intermitente apoio do Brasil à colonização portuguesa na África. A partir da independência, em 1975, o Brasil tornou-se um importante interlocutor entre a nascente República Popular de Angola e o mundo capitalista. No período, houve um jogo alternado ou mesmo simultâneo de posturas cooperativas e de coordenação geopolítica para a segurança do Atlântico Sul¹⁹. No plano regional, Angola assumiu a postura de que todo o continente deve ser independente, em consonância com o discurso da proclamação da independência, em que o primeiro presidente afirmou que “Angola é, e será, por vontade própria, trincheira firme da revolução na África”. Agostinho Neto acrescentou, ainda mais claramente, que as relações da nascente República Popular de Angola com a região se fundamentariam na libertação dos povos oprimidos, de modo que “na Namíbia, na Rodésia do Sul e na África do Sul está a continuação da nossa luta”²⁰

O governo de Agostinho Neto (1975-1979) pautou sua política externa pelo alinhamento com a URSS, com o respectivo reforço às ideias de interdependência e de fronteiras ideológicas com o mundo ocidental – o principal explorador do petróleo do país. As ideias de interdependência e de fronteiras ideológicas significavam o alargamento das fronteiras de segurança nacional e vigilância constante, para evitar que os países africanos em luta caíssem sob um governo capitalista.. Considerando que a cooperação com os países socialistas não estava trazendo os resultados almejados, Angola lançou o SEF (Programa do Governo para o Saneamento Econômico e Financeiro) em 1987, prenúncio da cooperação de

da Dignidade: A Guerra Civil em Angola. Lisboa: ed. Dom Quixote, 1999; FERREIRA, Manuel Ennes. *Performance Econômica em Situação de Guerra: o Caso de Angola (1975-1992)*. São Paulo: Revista de Centro de Estudos Africanos, USP, 16-17 (1) 135-156, 1993/94; BRAVO, Manuel. *Angola: A Transição para a Paz, Reconciliação e Desenvolvimento*. Lisboa: ed. Hugin, 1996; FEIJÓ, Carlos. *Problema Actuais do Direito Público Angolano*. Cascais: São João do Estoril, ed. Principia, 2001; JORGE, Manuel. *Para Compreender Angola: da Política à Economia*. Lisboa: ed. Dom Quixote, 1998; PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os Caminhos do Bom Senso*. Lisboa: ed. Dom Quixote, 1998; etc.

¹⁹ ZANI, Alexandre Patera. *As Relações Comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : Face ao Processo da Integração da SADC e na CEAC*. . São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005

²⁰ Discurso de Agostinho Neto, em 11/11/1975 disponível no site: www.portalangop.co.ao

Angola com o FMI. Internamente, essa política externa recolhia críticas dos setores mais nacionalistas; no plano externo, demandava explicações aos membros do Pacto de Varsóvia²¹.

Na sequência da dinâmica do processo político interno, em 1989, o governo de Angola deu início a um processo de transformação do sistema de economia planejada para uma economia de mercado. Essa ruptura teve como causa as políticas econômicas e sociais ineficientes em Angola, reflexo do modelo de formação da sociedade socialista. O objetivo dessa mudança era permitir que o cidadão, e não apenas o Estado, tivesse oportunidade de desenvolver a sua livre iniciativa no que diz respeito à vida empresarial, bem como no processo de criação de riqueza e de engrandecimento material e espiritual. Como resultado desse processo de inovação, constata-se uma ruptura da política externa de Angola, orientada agora para a implementação da economia do mercado no país.

A institucionalização do multipartidarismo, em 1991, abriu caminho à competição política e à possibilidade de alternância do poder através do voto direto dos cidadãos. A Constituição de Angola, aprovada pela Lei da Revisão Constitucional n.º. 23/1992, estabeleceu o modelo de organização do país como sendo um Estado democrático de direito, fundado em um sistema político semi-presidencial com separação de funções e interdependência dos órgãos de soberania²². Às vésperas das eleições de 2008, existiam 125 partidos políticos legalmente registrados pelo Tribunal Supremo. Trata-se de um número elevado, mas compreensível, se considerarmos a grande juventude do processo democrático do país. A consolidação da democracia em Angola revelará que o mais importante não é o número de partidos políticos, mas sim a sua efetiva representatividade e a sua eficácia na ação política²³.

Nesta nota introdução, convém esboçar-se um pouco do contexto da Organização de Unidade Africana (OUA), o ecossistema no qual a política externa de Angola exerce um dos seus melhores papéis. A OUA foi criada a 25 de Maio de 1963 em Addis Ababa, Etiópia, através da assinatura da sua Constituição por representantes de 32 governos de países africanos independentes, por iniciativa do Imperador etíope Haile Selassie. Os objetivos da OUA, presentes na sua Constituição eram: 1. promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos; 2. coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, para alcançar uma vida melhor para os povos de África; 3. defender a soberania, integridade territorial e independência dos estados africanos; 4. erradicar todas as formas de colonialismo

²¹ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. *Prontuário diplomático angolano: Direito diplomático e Prática diplomática*. Luanda: ed Cefolex, G.C – Gráfica de Coimbra, Ltda., 2008 p. 35.

²² *Constituição da República de Angola*. Luanda: Imprensa Nacional –E.P, setembro de 1992.

²³ Documento. *Agenda Nacional do Consenso*. Luanda: Grupo Parlamentar do MPLA, novembro de 2004.

da África; 5. promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos; 6. coordenar e harmonizar as políticas dos estados membros nas esferas política, diplomática, económica, educacional, cultural, da saúde, bem estar, ciência, técnica e de defesa.

Por quase 40 anos de existência, a OUA não conseguiu evitar os inúmeros conflitos que assolaram o continente, nem promover de forma efetiva o seu desenvolvimento, por causas remetidas ao carácter consensual da organização, que nunca puniu os responsáveis por aqueles problemas, ao contrário da Commonwealth ou da ONU, que por vezes suspenderam das suas actividades governos despóticos, no caso da primeira ou decretaram sanções sobre políticos ou governos, no caso da segunda.

Todos os países de África se associaram à OUA a seguir à sua independência ou a seguir à democratização, caso da África do Sul, mas subsiste, como questão não resolvida, o estatuto do Sahara Ocidental, que foi incluída como membro da organização, fazendo com que Marrocos abandonasse a OUA em 1985. É indubitável que a OUA teve um importante papel na história da descolonização de África, como grupo de pressão junto da comunidade internacional e forneceu apoio direto aos movimentos de libertação, através do seu Comité Coordenador da Libertação da África.

Entretanto, para o desenvolvimento do continente, a maioria dos países africanos estava a favor da opção sub-regional e, neste sentido, a Comissão Económica da ONU para a África (ECA), propôs a divisão do continente em quatro sub-regiões: Oriental e Austral, Central, Ocidental e o Norte de África, acatada na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da OUA, que instou todas as nações africanas independentes a tomarem, durante a década de 1980, os passos necessários para fortalecer os arranjos económicos sub-regionais já existentes e, se necessário, estabelecer outros de modo a cobrir todo o continente e promover a coordenação e harmonização dos diferentes agrupamentos, com vista ao estabelecimento gradual duma *Comunidade Económica Africana* no final do século. Assim, entende-se o quadro das organizações sub-regionais africanas, duas das quais são objecto desta tese: SADC e a CEEAC. A OUA foi substituída pela União Africana a 9 de Julho de 2002, como pode ser vista no subcapítulo 3.1 desta tese.

Angola, pela sua posição geográfica, faz a ponte entre duas importantes regiões geopolíticas e económicas da África, a África Central e a África Austral. Angola também desenvolve ações político-diplomáticas, que conduzem ao crescimento do seu protagonismo em uma nova instituição regional, a Comissão do Golfo da Guiné. O transcurso da política interna angolana, voltada para a afirmação da paz, também impacta positivamente na região,

como afirmou o presidente José Eduardo dos Santos em Nova Iorque, argumentando que “enquanto presidiu recentemente a Comissão de Consolidação da Paz das Nações Unidas, aprez-nos registrar como progresso importante a consolidação dos processos de paz na República Democrática do Congo, no Burundi, na Costa do Marfim, a Libéria e em Serra Leoa”²⁴. Há vínculos importantes e parcerias estratégicas na África Subsaariana, mas as assimetrias também são significativas. Angola, Nigéria e África do Sul, embora atores mais modestos, possuem um peso internacional como líderes de processos regionais de integração como a CEEAC, SACU/SADC²⁵.

Com o fim da guerra civil, o governo do presidente José Eduardo dos Santos fez apelo à comunidade internacional, clamando pela ajuda internacional para os milhões de necessitados. Os países ocidentais recusaram-se a organizar uma conferência de doadores, alegando que o governo de Angola não havia sido transparente na prestação de contas referentes à produção e venda de petróleo e diamantes. Outros países, no entanto, reconheceram o grande potencial de Angola e descobriram uma forma de colaborar. A China, sem exigir condições ou impor interferências políticas, concedeu bilhões de dólares em crédito para o seu processo de reconstrução de Angola, recebendo, em contrapartida, facilidades no comércio de petróleo e madeira. O Brasil não ficou alheio a esse chamado, desenvolvendo vários projetos em Angola, tais como o Centro de Formação Profissional do Cazenga, a conclusão da Usina Hidrelétrica de Capanda, a restauração do Mausoléu de Agostinho Neto, a reconstrução de estradas, a exploração de petróleo pela Petrobras e a prestação de serviços por Furnas, para citar alguns casos. Nos últimos anos, os créditos do Brasil em Angola atingiram um patamar mais próximo aos valores movimentados pelo intercâmbio entre Angola e China.

Esse trabalho foi desenvolvido com base na leitura e análise crítica de documentação primária (relatórios, despachos diplomáticos, missivas) e fontes secundárias (livros, artigos, revistas, jornais, resenhas de política exterior, cronologias, teses, dissertações). Na literatura de relações internacionais, recorreu-se particularmente aos autores que se dedicaram à teorização dos processos integrativos, como ferramenta de análise para a CEEAC e SADC²⁶.

²⁴ Discurso do presidente José Eduardo dos Santos na 62ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em Nova Iorque. In *Angola Hoje*, ano 6 nº 34 /set/out/2007 p. 9.

²⁵ JORGE, Manuel. *Para Compreender Angola: da Política à Economia*. Lisboa: ed. Dom Quixote, 1998

²⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993; ALMEIDA-MEDEIROS, Marcelo de. *O Mercosul e a União Europeia: Uma Abordagem Comparada do Processo de Formação de Instituições*. Contexto Internacional, vol. 18, n. 1, 1996; ALMEIDA, Paulo Roberto. *Geoestratégia do Atlântico Sul: Uma Visão do Sul*. São Paulo, Revista Política e Estratégia, v. V, nº 4, 1987; HAAS, Ernst B. *The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces (1950-1957)*. Stanford: Stanford University Press, 1958; HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem*

Realizamos ainda entrevistas com autoridades angolanas e brasileiras, principalmente professores universitários e jornalistas, reconhecidos especialistas nos temas relacionados à inserção internacional de Angola. Vale notar a importância da consulta ao arquivo diplomático do Ministério das Relações Exteriores de Angola e as publicações dessa instituição para a elaboração desta tese. Igualmente, analisou-se o pensamento do Ministério da Defesa e seu Estado-maior General das Forças Armadas de Angola, que também tem uma visão estratégica própria para as relações regionais. Procurou-se, finalmente, auscultar a sociedade e os movimentos sociais, como a emergente comunidade empresarial, que têm posições setoriais definidas sobre a inserção internacional de Angola em suas relações com o Brasil e com seus parceiros africanos.

Para avaliar a política externa de Angola no contexto da crise pós-independência, a tese de José Maria N. P. Conceição (1999) foi útil na análise do que ele chamou de “paradoxo angolano”. Por paradoxo angolano entende-se, segundo o autor, o fato de que a economia angolana era quase completamente dependente do Ocidente, ao mesmo tempo que o modelo de Estado e de partido estavam ligados ao campo socialista. O paradoxo angolano foi sendo gradualmente resolvido, a partir de meados dos anos 80, em favor da institucionalização da economia nos moldes capitalistas, da sua adesão ao pluripartidarismo e do abandono da aliança político-militar do campo socialista²⁷.

As contribuições de Solival Menezes, (2000), no seu livro “Mamma Angola”, foram valiosas na busca de explicação das mudanças ocorridas na economia angolana, da dependência econômica em relação ao Ocidente, com adoção da economia planificada ao modo comunista, à nova transição para o capitalismo. Embora seja um livro focado nos aspectos econômicos, os meandros em que se desenvolvem essas relações deixam claro a face política do relacionamento de Angola com a economia mundial²⁸. É muito interessante seu relato crítico de como se implantou no país o modelo soviético de economia centralmente planejada e de como, com a “ajuda” de organismos intergovernamentais e de fundações europeias, a economia acabou sendo reconvertida no modelo pautado pelo Consenso de Washington²⁹. Como disse Paul Singer, no prefácio do livro de Menezes,

Mundial. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997; HURREL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995; e outros.

²⁷ CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.

²⁸ MENEZES, Solivar Silva. *Mamma Angola: Sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: edUsp, 2000.

²⁹ SINGER, Paul no prefácio in: MENEZES, Solivar Silva. *Mamma Angola: Sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: edUsp, 2000 p. 18-19.

“ele submeteu à análise crítica de quem domina as poucas fontes secundárias disponíveis e sobretudo tem conhecimento direto da realidade angolana. O seu livro é particularmente precioso pelo retrato que oferece do ‘socialismo africano’ ou, melhor, de uma versão africana do ‘socialismo realmente existente’”³⁰.

A linha metodológica do trabalho considera a dinâmica dos atores institucionais de Angola, CEAC, SADC, Brasil envolvidos nos processos de novos regionalismos e incorporou o conceito de hegemonia à análise, levando em conta o fato de alguns países periféricos terem conseguido um elevado grau de industrialização e desenvolvimento (Brasil e África do Sul), que lhes permite certa autonomia frente às economias centrais, e que forçam a busca de novos espaços como a cooperação Sul-Sul. É sob essa ótica que analisamos a política externa de Angola nos novos regionalismos e nas relações bilaterais com o Brasil.

O método descritivo/histórico serviu para pesquisar as raízes, a motivação e a evolução histórica das relações políticas e econômicas de Angola com a CEAC, a SADC e o Brasil. O método comparativo serviu para verificar as semelhanças e as diferenças entre diferentes fases do desenvolvimento da política internacional de Angola. Esses métodos foram consubstanciados pela técnica de observação empírica, que consistiu no acompanhamento *in situ* das mutações e tendências dos temas da política exterior angolana.

A pergunta guia da pesquisa pode ser definida da seguinte maneira: Como as relações bilaterais de Angola com o Brasil resultaram no protagonismo do processo de regionalização em torno da defesa da paz e segurança do Atlântico Sul? Que ligações existem entre a ZOPACAS e a CGG dentro de novos regionalismos angolano? Para responder essas perguntas, desenvolvemos a tese inserindo no capítulo 1 os conceitos da globalização, do regionalismo e da política externa. Em seguida abordamos as condicionantes da política externa de Angola, assunto do capítulo 2. Posteriormente, abordamos a natureza e os mecanismos dos regionalismos africanos no capítulo 3. Para finalizar, abordamos no capítulo 4 as relações de Angola com o Brasil com a criação e evolução da ZOPACAS e a CGG no âmbito da paz e segurança de Angola e do Atlântico Sul.

³⁰ SINGER, Paul no prefácio in: MENEZES, Solivar Silva. *Mamma Angola: Sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: edUsp, 2000 p. 18

1. CARACTERIZAÇÃO CONCEITUAL: GLOBALIZAÇÃO, REGIONALISMO E POLÍTICA EXTERNA

1.1 GLOBALIZAÇÃO

Podemos afirmar que a globalização é a fase mais avançada do capitalismo, que se consolida com o surgimento das instituições do multilateralismo. Politicamente, a globalização recente caracteriza-se pela crescente adoção de regimes democráticos. A ONU, que deveria ser o embrião de um governo mundial, estabelecendo as formas de relacionamento na globalização, foi paralisada pelos vetos das superpotências durante a Guerra Fria. Em consequência dessa debilidade, como afirma Gelson Fonseca, formou-se uma espécie de estado-maior informal, composto pelos dirigentes do G7+1 (EUA, Grã-Bretanha, Alemanha, França, Canadá, Itália e Japão) e a Rússia, por vezes alargado para dez ou vinte e cinco, cujos encontros frequentes têm mais efeitos sobre a política e a economia mundiais do que as assembleias da ONU³¹.

Sem dúvidas, a globalização é um fenômeno amplamente debatido pelos acadêmicos, mas esse processo não pode ser definido, interpretado ou compreendido sem uma profunda reflexão, uma vez que, de acordo com David Held e Antony McGrew, não existe uma definição universalmente aceita do termo. Para Held e McGrew, a globalização caracteriza-se por um processo de integração global, que induz ao crescimento da interdependência entre as nações³².

Uma leitura cuidadosa da obra de Karl Marx³³ oferece uma explicação satisfatória para o fenômeno da globalização. Segundo Marx, por meio de exploração do mercado mundial, a burguesia deu um caráter cosmopolita à produção e ao consumo em todos os países. James Crotty, corroborando o pensamento de Marx, afirma que em lugar das antigas necessidades satisfeitas pela produção nacional, encontramos novas necessidades que requerem, para a sua satisfação, os produtos das regiões mais longínquas e dos climas dos

³¹ FONSECA JR, Gelson. *El Interés y la regla: Multilateralismo y Naciones Unidas*. Instituto Universitario del Desarrollo y Cooperación, 2010 cap 3

³² HELD, David & MCGREW, Anthony. *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Oxford: Polity Press and Blackwell Publishing Ltd, 2003.

³³ MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista (1848)*. São Paulo: Publicado pelo Instituto José Luís e Rosa Sundermann, 2003.

mais diversos. Em lugar do antigo isolamento local, desenvolvem-se, em todas as direções, um intercâmbio e uma interdependência universais³⁴.

Os principais acontecimentos que marcam a transição da primeira fase da globalização para a segunda dão-se nos campos da técnica e da política. A partir do século XVIII, a Inglaterra industrializa-se aceleradamente e, depois dela, a França, a Bélgica, a Alemanha e a Itália. A doutrina econômica em que se baseia é a do capitalismo “laissez-faire, laissez-passer”, um liberalismo radical inspirado e apoiado por economistas como Adam Smith e David Ricardo, que advogavam a superação do Mercantilismo.

A escravidão, que havia sido o grande esteio da primeira globalização, tornou-se um impedimento ao progresso do consumo e, somada à crescente indignação que ela provocava, terminou sendo abolida, primeiro em 1789 e definitivamente em 1848, mas no Brasil ela ainda sobreviveu até 1888³⁵. No campo da política, a independência dos EUA em 1776 e a revolução francesa de 1789 liberaram muitas energias, fazendo com que a busca da realização pessoal terminasse por promover uma grande ascensão social das massas. Cada uma das potências europeias rivalizava-se com as demais na luta pela hegemonia do mundo. O resultado foi um acirramento da corrida imperialista e da política belicista que levou os europeus a duas guerras mundiais, a de 1914-18 e a de 1939-45³⁶.

Em cem anos da segunda fase da globalização (1850-1950), os antigos impérios dinásticos desabaram, e só restaram, depois da Segunda Guerra Mundial, duas superpotências: os Estados Unidos e a União Soviética. No entanto, nem a descolonização nem as revoluções comunistas serviram de entrave para que o processo de globalização fosse retomado mais adiante³⁷.

No percurso do século XX, três grandes projetos de liderança da globalização conflitaram-se entre si: o projeto comunista, inaugurado com a Revolução Bolchevique de 1917, também reforçado pela revolução maoísta na China em 1949; o projeto da contra-revolução nazi-fascista que foi, em grande parte, uma poderosa reação direitista ao projeto comunista, surgido nos anos de 1920, na Itália e na Alemanha, estendendo-se ao Japão – esse

³⁴ CROTTY, James. *Slow growth, destrutive competition, and low road Labor relations: A Keynes-Marx-Schumpeter analysis of neoliberal globalization*. Massachusetts: Political Economy Research Institute, University Publications, 2000.

³⁵ HERKSCHER, Eli F. *La epoca mercantilista*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1943

³⁶ KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993

³⁷ CHAUNU, Pierre. *Conquista y explotación de los nuevos mundos*. Barcelona: Editorial labor, 1973

projeto foi esmagado ao final da Segunda Guerra Mundial, em 1945; e, finalmente, o projeto liberal-capitalista, liderado pelos países anglo-saxões, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos³⁸.

Com o declínio do socialismo, o sistema capitalista se tornou predominante no mundo. O processo de globalização atual surgiu para atender ao capitalismo, e, principalmente, os países de industrialização tardia, de modo que os mesmos pudessem buscar novos mercados. O incremento no fluxo comercial mundial tem como principal causa a modernização dos transportes, especialmente o marítimo, pelo qual ocorre grande parte das transações comerciais (importação e exportação) do mundo³⁹.

As multinacionais ou transnacionais contribuíram para a efetivação do processo de globalização, tendo em vista que essas empresas desenvolvem atividades em diferentes territórios, inclusive na África. As inovações tecnológicas, principalmente nas telecomunicações e na informática, promoveram o processo de globalização. A partir da densa rede de telecomunicação (telefonia fixa e móvel, internet, televisão, aparelho de fax, entre outros), foi possível a difusão de informações entre as empresas e instituições financeiras, ligando os mercados do mundo⁴⁰.

No entanto, o conceito de globalização é usado atualmente em um sentido marcadamente ideológico, difundido em um contexto em que se assiste, no mundo todo, a um processo de integração econômica sob os princípios do neoliberalismo. O neoliberalismo é caracterizado pelo predomínio dos interesses financeiros, pela desregulamentação dos mercados, pelas privatizações das empresas estatais, e pelo abandono do estado de bem-estar social. Esta é uma das razões dos críticos acusarem a globalização de ser responsável pela intensificação da exclusão social (com o aumento do número de pobres e de desempregados) e de provocar crises econômicas sucessivas, arruinando milhares de poupadores e de pequenos empreendimentos⁴¹.

Antes de ter início a primeira fase da globalização, os continentes encontravam-se separados por intransponíveis extensões acidentadas de terra e de águas, de oceanos e mares, que faziam com que a maioria dos povos e das culturas soubessem da existência uma das outras apenas por meio de lendas, ou por imprecisos e imaginários relatos de viajantes. É verdade que, no passado, para a realização de uma viagem entre dois continentes, eram

³⁸ FONSECA JR, Gelson. *El Interés y la regla: Multilateralismo y Naciones Unidas*. Instituto Universitario del Desarrollo y Cooperación, 2010.

³⁹ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁴⁰ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrol: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000 p. 56.

⁴¹ . CHAUNU, Pierre. *Conquista y explotación de los nuevos mundos*. Barcelona: Editorial labor, 1973 p. 27.

necessários meses – hoje esse tempo diminuiu drasticamente. Um fato ocorrido em um continente chegava ao conhecimento dos demais depois de meses, hoje a notícia é divulgada tecnicamente em tempo real. O exemplo mais evidente são os protestos dos trabalhadores no Egito e Tunísia, iniciados em janeiro de 2011, que foram assistidos em tempo real em todas as partes do mundo. O Google Earth é uma tecnologia que pode ser usada para vigiar inclusive as nossas casas, independentemente da localização do indivíduo no planeta.

Seja no meio político, econômico ou acadêmico, não é possível encontrar consenso sobre o conceito da globalização e sua origem. Há um grupo de intelectuais que defende que a globalização teve seu início com a empreitada dos europeus em direção aos outros continentes. Outros defendem que a globalização teve início com a expansão do império romano por Alexandre, o Grande. O autor Thomas L. Friedman⁴² denomina a globalização como uma vertente da fragmentação da política, que teve seu auge entre 1945, com o final da Segunda Guerra Mundial, e 1989, com a queda do muro de Berlim, o que simbolizou o insucesso do Bloco Socialista.

O cientista político Samuel P. Huntington enxerga a globalização como processo de expansão da cultura ocidental e do sistema capitalista sobre os demais modos de vida e de produção do mundo, o que conduziria inevitavelmente a um “choque de civilizações”⁴³. Nos anos 80, o termo globalização tornou-se popular ao ser associado aos aspectos financeiros e produtivos mundiais. De fato, os aspectos principais do início do processo de globalização foram as relações econômicas, mas, na atualidade, esse processo envolve as demais áreas que integram as sociedades, como as de âmbito cultural, social e político. Concordando com a perspectiva de David Held e Anthony McGrew, para ensaiar uma compreensão do termo globalização, basta acompanhar a intensa revolução nas tecnologias de informação, tais como telefones, computadores e televisão.

As fontes de informação também se uniformizaram devido ao alcance mundial e à crescente popularização dos canais de televisão por assinatura e da Internet. Estes fatos levam a entender que os desdobramentos da globalização ultrapassam os limites da economia e começam a provocar uma certa homogeneização cultural entre os países. Uma das nítidas consequências do processo de globalização foi o impulso dado a uma transformação nos padrões de interligação mundial. Com a globalização, há maior visibilidade da política interna dos países em um cenário global, com maior velocidade na interação social, levando os

⁴² FRIEDMAN, Thomas L. *O Lexus e a Oliveira: Entendendo a Globalização*. São Paulo: Editora: Objetiva, 1999.

⁴³ HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

acontecimentos locais a ter um impacto mundial, de efeitos imediatos. Desse modo, todas as esferas da sociedade sofrem as influências oriundas desse fenômeno mundial, integrando aspectos que não possuía na sua gênese.

O processo de globalização foi gerado pela necessidade do capitalismo de formar uma “aldeia global”⁴⁴, que permitisse maiores mercados para os países de industrialização tardia, cujos mercados internos estão saturados. O ponto de inflexão desse processo é a integração dos mercados em uma “aldeia-global”, explorada pelas grandes corporações internacionais. A globalização deu origem à fase da expansão capitalista, na qual é possível realizar transações financeiras e expandir os negócios para mercados distantes e emergentes. Essa expansão capitalista ocorre sem um alto investimento financeiro por parte dos empreendedores individuais, pois a comunicação no mundo globalizado facilita a expansão e, simultaneamente, acirra a concorrência⁴⁵.

Alguns autores situam o início da globalização moderna no fim da Segunda Guerra mundial, quando as nações vitoriosas da guerra e as devastadas potências do eixo chegaram à conclusão de que era de suma importância a criação de mecanismos diplomáticos e comerciais que aproximassem cada vez mais as nações. Deste consenso nasceram as Nações Unidas⁴⁶, o Banco Mundial, a OMC e o FMI, assim como o embrião do processo de integração europeu, a Comunidade Europeia do Carvão e Aço - CECA.

Paul Singer vê a expansão comercial e marítima europeia como um caminho pelo qual o capitalismo se desenvolveu. Com os resultados aterradores da globalização devido ao crescimento do desemprego no mundo, Singer preocupa-se com a exclusão social e ensaia possíveis soluções para o problema, o que o levou a defender a ideia de uma ‘economia solidária’ como alternativa para o capitalismo⁴⁷. Maria da Conceição Tavares, por sua vez, aposta que a globalização surgiu na acentuação do mercado financeiro, com o lançamento de novos produtos financeiros⁴⁸. Em contrapartida, John Naisbitt assevera que “as telecomunicações são a força propulsora que está, simultaneamente, criando gigantesca

⁴⁴ A primeira sensação é de que tempo e espaço deixaram de ser obstáculos no mundo globalizado, de tal forma que entramos naquilo que o famoso comunicólogo canadense Marshall McLuhan anunciou há algumas décadas: uma aldeia global.

⁴⁵ HELD, David & MCGREW, Anthony. *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Oxford: Polity Press and Blackwell Publishing Ltd, 2003.

⁴⁶ Apesar das dificuldades e das crises, a ONU, desde a sua fundação cativa atenção dos estudiosos da política, do direito, da história e outras áreas de conhecimento. Em inúmeras publicações focam a manutenção da paz promovida por aquela instituição.

⁴⁷ SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnostico e Alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.

⁴⁸ TAVARES, Maria da Conceição. *Globalização e Estado-nacional*. Rio de Janeiro: Revista Conjuntura Econômica, Edição Especial 50 Anos de Conjuntura Econômica de Brasil, FGV, Nov. 1997

economia global”⁴⁹. As redes de televisão e imprensa multimídia também sofrem um grande impacto da globalização. Na atualidade, países com imprensa livre podem ter acesso à televisão por assinatura ou satélite de emissoras do mundo inteiro. O acesso à comunicação em massa tem impactado até mesmo as estruturas do poder estabelecido, com forte apelo à democracia, mostrando a pessoas de diferentes locais como o mundo é e se comporta.

Joseph Stiglitz afirma que a globalização, que poderia ser uma força propulsora de desenvolvimento e de redução das desigualdades internacionais, está sendo corrompida por um comportamento hipócrita que não contribui para a construção de uma ordem econômica mais justa ou para um mundo com menos conflitos⁵⁰. Outros críticos argumentam que a globalização fracassou em alguns países, porque foi obstada pela influência indesejada dos governos nas taxas de juros e na reforma tributária – argumento diametralmente oposto ao defendido por Stiglitz. Enriço Columbatto⁵¹ diz que Stiglitz, pretendendo não desafiar os princípios de mercado livre, desafia consistentemente a economia clássica e advoga políticas e soluções com base em teorias do Keynes, para trazer uma distribuição mais consistente e justa. Von Mises analisa as implicações da liberdade econômica, afirmando que ela “significa que é dado às pessoas que a possuem o poder de escolher o próprio modo de se integrar ao conjunto da sociedade”⁵².

Apesar de todas essas contradições, há um certo consenso a respeito das características da globalização, tais como o aumento das transações financeiras globais, perda de parte da soberania dos Estados, surgimento de organizações internacionais e aumento do número e velocidade dos contatos entre sociedades graças ao desenvolvimento tecnológico. Portanto, há aspectos tanto positivos quanto negativos na globalização. Muitos autores analisam a globalização como resultado do pós-Segunda Guerra Mundial, ou como resultado da Revolução Tecnológica⁵³. Alguns cientistas políticos descrevem a globalização como o processo de ampliação da hegemonia econômica, política e cultural ocidental sobre as demais nações. Outros entendem o fenômeno como a reinvenção do processo expansionista dos EUA

⁴⁹ NAISBITT, John. *Paradoxo Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p.53.

⁵⁰ STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Editora Futura, 2002.

⁵¹ COLUMBATTO, Enriço. *Joseph E. Stiglitz: Globalization and its discontents*. New Iorque: Edited by N. Stephan Kinsella, 2002 and *Journal of Libertarian Studies*, Ludwig von Mises Institute, Volume 18, no. 1, Winter 2004, p. 89–98.

⁵² VON MISES, Ludwig. *As seis lições*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 6.ed. tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, 1998. p. 21

⁵³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, 3 vols.

no período pós-Guerra Fria, nos anos 90, quando a globalização ganhou a forma de imposição do modelo político democrático a outros países.

Antonio Negri & Michael Hardt defendem que as relações de poder se dão mais por via cultural e econômica do que pelo uso coercitivo de força⁵⁴. Giovanni Arrighi⁵⁵ orienta-se pela metodologia de Fernand Braudel para analisar quatro ciclos sistêmicos de acumulação capitalista (fases de acumulação genovesa, holandesa, britânica e norte-americana). Para Arrighi, a primeira fase de expansão material é normalmente seguida de uma segunda fase de expansão financeira, que resulta em especulação e retorno dos capitais ao centro hegemônico. Essa transição sinaliza o fim de cada ciclo sistêmico. Nesse modelo, a seqüência de ciclos sistêmicos de acumulação substitui a noção marxista de luta de classes como motor da história.

Daniele Conversi⁵⁶ propõe a análise da ‘globalização cultural’ em três linhas principais. A primeira se concentra nos efeitos políticos das alterações sócio-culturais da globalização, que causariam uma ‘insegurança social’ nas populações afetadas. A segunda, chamada de ‘falha de comunicação’, refere-se ao fato de que a ordem mundial atual tem uma estrutura vertical, ou seja, piramidal, onde os diversos grupos sociais têm cada vez menos a oportunidade de interagir de maneira consoante às suas tradições. A ‘americanização’ superficial dos padrões culturais, realizados sob a fachada de uma homogeneização global, causaria o colapso da comunicação interétnica e a erosão do entendimento social. A terceira linha de análise concentra-se em uma forma mais concreta de globalização, que é a importância crescente das diásporas na política internacional e no nascimento de “ondas de e-mails”. Segundo Conversi “a expansão da Internet propiciou a criação de redes etnopolíticas que só podem ser limitadas pelas fronteiras nacionais às custas de violações de direitos humanos”⁵⁷.

A Guerra Fria conformava o sistema mundial, no sentido de que as superpotências controlavam as relações internacionais para evitar perdas, quando seus interesses diretos estavam em jogo. Dessa maneira, o fim da Guerra Fria gerou a expectativa de que o multilateralismo se reforçaria de modo muito natural no campo de segurança, já que haviam desaparecido as razões do bloqueio da reciprocidade. Contudo, a invasão do Afeganistão e, principalmente, do Iraque pelos EUA constrangeram o funcionamento do multilateralismo. A

⁵⁴ HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

⁵⁵ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Seculo XX*. São paulo: Ed. Contraponto, Unesp, 1996

⁵⁶ CONVERSI, Daniele. *Americanization and the planetary spread of ethnic conflict : The globalization trap*. in Planet Agora, dezembro 2003 - janeiro 2004. http://www.planetagora.org/english/theme4_suj2_note.html

⁵⁷ CONVERSI, Daniele. *Americanization and the planetary spread of ethnic conflict : The globalization trap*. in Planet Agora, dezembro 2003 - janeiro 2004. http://www.planetagora.org/english/theme4_suj2_note.html

suposição de que a ONU seria o fórum natural para estabelecer as novas regras do sistema internacional foi minada pelas atitudes unilaterais dos EUA, tomadas contra países de pouca expressão econômica e militar⁵⁸.

Com este preâmbulo explicativo, é perceptível que a globalização, por ser um fenômeno decorrente da evolução do mercado capitalista não direcionado por uma única entidade ou pessoa, possui várias linhas teóricas que tentam explicar sua origem e seu impacto no mundo atual. Visto com rigor este fenômeno, as sociedades do mundo estão em processo de globalização desde o início da História, acelerado pela época dos Descobrimentos.

No segundo e terceiro volumes da trilogia de Fernand Braudel⁵⁹, Arrighi montou o esquema interpretativo que se converteu na base de sua obra *O Longo Século XX*. Nesse esquema, o capital financeiro não é uma etapa especial do capitalismo mundial, muito menos seu estágio mais recente e avançado. Segundo Arrighi, ao longo de toda a era capitalista, as expansões financeiras assinalaram a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. As expansões financeiras são aspectos integrantes da destruição de antigos regimes e da criação simultânea de novos⁶⁰. Ao longo dos anos, o livro se transformou em um estudo do que Charles Tilly denominou de “os dois grandes processos interdependentes da era moderna: a criação de um sistema de Estados nacionais e a formação de um sistema capitalista mundial”⁶¹. A ideia braudeliiana das expansões financeiras como fases finais dos grandes desenvolvimentos capitalistas permitiu a Arrighi decompor a duração completa do sistema capitalista mundial em unidades de análise mais manejáveis, que chamou de ciclos sistêmicos de acumulação⁶². Arrighi explica, na introdução, que os ciclos sistêmicos de acumulação são processos ligados ao ‘alto comando’ da economia capitalista mundial - o “verdadeiro lar do capitalismo”, segundo expressão de Braudel⁶³.

Alguns autores, como Hirst, afirmam que a crise da produção em massa de tipo fordista criou oportunidades singulares para o ressurgimento de sistemas de ‘especialização flexível’, baseados na produção artesanal de pequenos lotes, executada em unidades empresariais de pequeno e médio portes, e coordenada por processos de troca através do

⁵⁸ CARRION, Raul K.M., VIZENTINI, Paulo G. *Globalização, neoliberalismo, privatizações*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997

⁵⁹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, 3 vols.

⁶⁰ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Seculo XX*. São paulo: Ed. Contraponto, Unesp, 1996.

⁶¹ TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Ed. USP, 1996 p. 147.

⁶² ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Seculo XX*. São paulo: Ed. Contraponto, Unesp, 1996.

⁶³ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, 3 vols. p. 10 e 50

mercado⁶⁴. O argumento de Hirst concentra-se em três aspectos: (a) a economia mundial não é verdadeiramente global, mas sim dominada pela tríade formada pela Europa, Japão e América do Norte; (b) a maior parte das empresas consideradas transnacionais são de fato multinacionais, porque operam com base em um dos pólos dessa tríade; (c) as somas negociadas diariamente nos mercados financeiros são, em sua maioria, divorciadas da economia real, sendo potencialmente desestabilizadoras⁶⁵. As crises financeiras, incluindo a iniciada em 2008 nos Estados Unidos, ilustra bem essa interpretação.

Alternativamente, uma outra perspectiva sobre a economia mundial concentra suas análises na regulamentação legal das atividades geradoras de renda. De acordo com os autores dessa vertente, a crescente ‘formalização’ da vida econômica - ou seja, a proliferação de restrições legais sobre a organização dos processos de produção e de troca - gerou uma tendência oposta para a ‘informalização’, isto é, a proliferação de atividades geradoras de renda que contornam a regulamentação legal através da formação de empresas ‘pessoais’ ou ‘familiares’⁶⁶

Superpondo-se parcialmente a essa bibliografia, em umerosos estudos seguiram os passos da ‘escola da regulação’ francesa, interpretando as atuais mudanças no modo de funcionamento do capitalismo como uma crise estrutural do que consideram um ‘regime de acumulação fordista-keynesiano’⁶⁷. A teoria de Keynes é descrita como o modo de regulação que permitiu que o regime fordista realizasse todo o seu potencial⁶⁸. O regime fordista, por sua vez, é concebido como a causa fundamental da crise da década de 1970, por estimular a desregulação geral das finanças e a mudança do papel dos bancos na economia. Estes renunciaram à condição original de emprestadores finais, aqueles que geram o crédito e carregam o risco até a liquidação dos contratos, tornando-se meros corretores das finanças⁶⁹. A atuação dos bancos no mercado de capitais teria uma essência desestabilizadora, que só foi reconhecida pelos neoliberais quando o ‘império financeiro’ nos EUA ruiu, na explosão da bolha imobiliária de agosto de 2008. O que ocorreu no sistema financeiro desregulado, segundo Belluzzo, é que os bancos comerciais se igualaram aos bancos de investimento – que

⁶⁴ HIRST, Paul. *The global economy-myths and realities*. International Affairs 73 (3) July, 1997 p. 410.

⁶⁵ HIRST, Paul. *The global economy-myths and realities*. International Affairs 73 (3) July, 1997 p. 410.

⁶⁶ KINDLEBERGER, Charles. *Panics, manias and crashes - a history of financial crisis*. New Iorque: Basic Books, 1989. Ver, também, NARDIN, Terry. *Lei, moralidade e as relações entre os Estados*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.

⁶⁷ WATERS, Malcolm. *Globalization*. London: Routledge, 1996.

⁶⁸ KEYNES, John.M. *A treatise on probability*. Londres: MacMillan, 1921

⁶⁹ É certo que o banco continua a originar o empréstimo, mas securitiza a operação, revendendo-a no mercado de forma a dividir os riscos. O problema é que esse mecanismo de defesa degenerou-se e assumiu a forma de imensas pirâmides de ativos securitizados, em diferentes versões de derivativos que turbinaram os circuitos especulativos das finanças desreguladas.

originalmente repassavam ativos –, assumindo prerrogativas de instituições comerciais em operações especulativas de balcão. Ou seja, o sistema bancário tornou-se um mero repassador de dinheiro⁷⁰.

Por estes motivos, não é por acaso que, em ‘O Capital’, Marx fecha o modelo com o capital à juros. Muitos analistas pensam que ele deixou o capital à juros para o fim porque era menos importante. Mas não é. Evidentemente, porque o capital à juros é a forma acabada – a forma mais aperfeiçoada – do capital, em que este se reproduz a si mesmo. E porque o capital à juros determina as condições de concorrência no mercado capitalista – que sinaliza quais são os capitais que vão sobreviver e quais vão desaparecer⁷¹.

Para Joseph Stiglitz, a crise financeira que atingiu Wall Street e os mercados financeiros de todo o mundo equivale, para o fundamentalismo de mercado, ao que foi a queda do Muro de Berlim para o comunismo. A crise diz ao mundo que esse modelo não funciona. Stiglitz critica a complexidade dos produtos financeiros que provocaram a crise e os incentivos ao risco dos sistemas de recompensa dos executivos⁷².

Oflê⁷³ considera que o aspecto central do ‘capitalismo organizado’ - a administração e a regulação consciente das economias nacionais por hierarquias empresariais e funcionários de governo - está ameaçado pela descentralização crescente dos poderes das corporações, tanto no plano espacial como no funcional.

As indagações que geraram o estudo de Arrighi em *O Longo Século XX* são semelhantes às de Harvey⁷⁴. As respostas são buscadas através de uma investigação profunda da evolução do capitalismo como sistema mundial. Certamente, o ponto de partida da investigação de Giovanni Arrighi foi a afirmação de Fernand Braudel, de que as características essenciais do capitalismo histórico em sua *longue durée*⁷⁵ foram a ‘flexibilidade’ e o ‘ecletismo’ do capital, e não as formas concretas assumidas por ele em diferentes lugares e épocas. Segundo Braudel, “um aspecto essencial da história geral do capitalismo é a sua flexibilidade ilimitada, a sua capacidade de mudança e de adaptação. Se há (...) uma certa unidade no capitalismo, da Itália do século XIII até o Ocidente dos dias atuais, é aí (...) que essa unidade deve ser situada e observada”⁷⁶.

⁷⁰ BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Ensaios sobre o Capitalismo no Século XX*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2004.

⁷¹ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, 1983, v. 1 e 2.

⁷² Joseph Stiglitz, o prêmio Nobel de Economia de 2001 em entrevista à Carta maior em agosto de 2008.

⁷³ OFLE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

⁷⁴ HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

⁷⁵ A nossa tradução da expressão “longue durée” é ‘longa duração’.

⁷⁶ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, 3 vols. p. 381.

Em certos períodos, inclusive períodos longos, o capital realmente especializou-se, como ocorreu no século XIX, quando se ‘deslocou tão espetacularmente para o novo mundo da indústria’. Essa especialização levou “os pesquisadores em geral (...) a encararem a indústria como o desabrochamento final, que teria dado ao capitalismo sua ‘verdadeira identidade’. Mas esse diagnóstico também provou-se uma visão de curto prazo”⁷⁷. Após a explosão inicial da mecanização, o tipo mais avançado de capitalismo retornou ao ecletismo, a uma indivisibilidade de interesses, como se a típica vantagem de estar no alto comando da economia, tanto hoje quanto nas épocas anteriores, consistisse precisamente em não ter que estar restrito a uma única opção, em ser eminentemente adaptável e, por conseguinte, não especializado⁷⁸.

Essa análise assemelha-se à fórmula geral de Karl Marx para o capital⁷⁹, DMD⁸⁰. A fórmula diz que, quando os agentes capitalistas não têm expectativa de aumentar sua própria liberdade de escolha, ou quando essa expectativa é sistematicamente frustrada, o capital tende a retornar a formas mais flexíveis de investimento - acima de tudo, à sua forma monetária. Em outras palavras, os agentes capitalistas passam a preferir a liquidez, e uma parcela grande de seus recursos tende a permanecer sob forma líquida. Essa tendência foi reproduzida pelos ingleses, no fim do século XIX e início do século XX, quando o fim da ‘fantástica aventura da revolução industrial’ criou um excesso de capital monetário⁸¹. Depois da igualmente fantástica aventura do chamado fordismo-keynesianismo⁸², o capital dos Estados Unidos tomou um rumo semelhante nas décadas de 1970 e 1980. O conceito de globalização, desenvolvido nas escolas de administração norte-americanas, é sinônimo, na França, de mundialização do capital, o que serve para traduzir o extraordinário desenvolvimento das relações econômicas a partir dos anos 80.

Segundo Kenichi Ohmae, a globalização desenvolveu-se em várias fases, a última das quais correspondeu à instalação de verdadeiras redes planetárias, graças aos progressos da

⁷⁷ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São paulo: Ed. Contraponto, Unesp, 1996.

⁷⁸ ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Século XX*. São paulo: Ed. Contraponto, Unesp, 1996.

⁷⁹ MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, 1983, v. 1 e 2.

⁸⁰ Assim entendida, a fórmula de Marx diz que não é como um fim em si que os agentes capitalistas investem dinheiro em combinações específicas de insumo-produto, com perda concomitante da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ao contrário, eles o fazem como um meio para chegar à finalidade de assegurar uma flexibilidade e liberdade de escolha ainda maiores em um momento futuro. O capital-dinheiro DMD’ representa: (D) significa liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido em uma dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. (D’) representa a ampliação da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha. Ver, MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, 1983, v. 1 e 2.

⁸¹ BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, 3 vols., p. 242-243, 246.

⁸² Produção em massa combinada com intervenções intermitentes do Estado na economia.

tecnologia e dos serviços. Os Estados tornaram-se cada vez mais interdependentes, prisioneiros do “sistema-mundo”⁸³. Com efeito, o vocábulo ‘globalização’ passou a ser rapidamente entendido como uma realidade mais ampla e complexa, que vai muito além da dimensão econômica, passando a abranger a ciência, a tecnologia e as relações sociais, políticas e culturais entre as nações. Em razão da expansão do conceito de globalização, compreende-se porque as características do fenômeno incluem correntemente “a internacionalização da produção, a nova divisão internacional do trabalho, nos movimentos migratórios de Sul para Norte, um novo ambiente competitivo que acelera estes processos e a internacionalização do Estado, transformados em agências do mundo globalizado”⁸⁴.

Nos países em vias de desenvolvimento, a globalização é muitas vezes entendida como uma espécie de neocolonialismo ou como o domínio do Ocidente sobre o resto do mundo⁸⁵. Evidentemente, os Estados Unidos da América são determinantes na globalização econômica (maior mercado de capitais), militar (potência capaz de intervir em qualquer parte do mundo), social (centro da cultura popular) e ambiental (o país mais poluente do mundo em relação à população, sem cuja concordância as decisões em política ambiental obterão resultados limitados). Os EUA são um dos principais defensores – e beneficiários – da globalização contemporânea, porém são igualmente cada vez menos capazes de controlá-la, quando se analisa as ações dos terroristas e as crises financeiras e ambientais do período⁸⁶. A interdependência constitui, efetivamente, uma variável determinante do mundo globalizado. Acredita-se que a globalização ajudou a reforçar o fundamentalismo, a fortalecer as redes terroristas e, sobretudo, tem contribuído para agravar as desigualdades entre países ricos e pobres e dentro dos próprios países, embora o movimento não seja linear nem geral.

Para situar essa discussão, vemos que o realismo político que se contrapõe ao idealismo é a teoria das relações internacionais, que inclui diversas teorias que comungam a posição de que Estados são principalmente motivados pelo desejo de poder e segurança, seja militar quanto econômico, em vez de se preocuparem com ideais ou com as questões da ética. Já a obra de Robert Keohane e Joseph Nye⁸⁷, nos leva a refletir sobre a interdependência nas

⁸³ OHMAE, Kenichi. *Um mundo sem fronteiras*. São Paulo: Makron Books, 1994.

⁸⁴ COX, Robert. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

⁸⁵ GIDDENS, Anthony. *Capitalism and modern social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

⁸⁶ O furacão Katrina, que devastou boa parte do território americano com uma violência, teve uma inaudita e inoperacional resposta da administração americana, revelando que os EUA não estão imunes nem às crises financeiras mundiais, ao terrorismo internacional, ao narcotráfico e ao aquecimento global do planeta, para o qual contribuem particularmente, e muito menos estão preparados para dar uma resposta adequada e unilateral a tais fenômenos.

⁸⁷ KEOHANE, Robert; NYE JR. Joseph. *Power and Interdependence*. Glenview scott: Fesman and Company, 1989

relações internacionais, ao analisar as mudanças proporcionadas pela globalização no mundo atual. Desta forma, quando a tomada de decisões por atores estatais e não-estatais tendem a ser recíprocos, ou a trazer conseqüências para muitos outros agentes do sistema internacional, esta-se perante uma relação de interdependência.

Assim, os efeitos econômicos de uma decisão tomada do outro lado do mundo poderiam ser muito prejudiciais para os países envolvidos. A interdependência para os autores Robert Keohane e Joseph Nye é um fenômeno custoso para os atores do sistema internacional, traduzida em termos de sensibilidade ou repercussão de uma decisão em um país sobre outro; e vulnerabilidade ou alternativas de contornar a sensibilidade. Nessa perspectiva, a melhor maneira de solucionar conflitos gerados pela interdependência seria a instituição de instâncias supranacionais, ONU, UA, ou organizações subregionais e outros. Essa abordagem é importante porque subverte a relação estabelecida pelos realistas baseada na política de poderes⁸⁸.

Para situar Angola nos debates globais, as teorias do realismo, da interdependência e da geopolítica ajudam a contextualizar as várias mudanças ocorridas nas estratégias de promoção dos interesses do país no mundo. A teoria realista é imprópria para explicar os complexos eventos que dominaram a agenda da política externa angolana, porque esta escola de pensamento trabalha com a noção, segundo a qual as relações entre os Estados são um jogo de soma-zero, em que o ganho de poder por um ator significa necessariamente a perda de poder por outro. Segundo Morgenthau, não importa quais são os fins últimos da política internacional, pois o poder sempre será o objetivo imediato:

“os estadistas e a gente comum podem propor-se como objetivo final a busca da liberdade, da seguridade, da prosperidade ou o próprio poder. Podem definir seus propósitos em termos religiosos, filosóficos, econômicos ou sociais. Podem aspirar a que estes ideais se materializem mediante sua própria força, mediante a intervenção divina ou mediante o natural desenvolvimento dos assuntos humanos. Também podem tratar de prover a sua realização através de meios não-políticos, tais como a cooperação técnica com outras nações ou organizações internacionais. Porém, apenas intentam cumprir suas metas recorrendo à política internacional se se vêem envolvidos na luta pelo poder”⁸⁹.

O extenso livro publicado de Morgenthau⁹⁰ é uma tentativa sistemática de emprego de princípios realistas para a construção de uma teoria empírica de política internacional. Com base na sua interpretação dos fatos históricos, ele argumenta que todas as políticas externas refletem um dos três padrões de atividade: pela manutenção de equilíbrio de poder, pelo

⁸⁸ KEOHANE, Robert; NYE JR. Joseph. *Power and Interdependence*. Glenview scott: Fesman and Company, 1989

⁸⁹ MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations*. New Iorque: Alfred Knopf, 1948 p. 5, 66.

⁹⁰ MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations*. New Iorque: Alfred Knopf, 1948.

imperialismo e pelo que chama de ‘política de prestígio’, isto é, impressionar os outros Estados pela extensão do próprio poder.

Ao longo dos anos, Keohane e Nye evoluíram da descrição multifacetada de um mundo supostamente interdependente para um tratamento teórico consistente das consequências de interdependência complexa sobre as relações internacionais. O resultado dessa pesquisa foi a publicação do livro *Power and Interdependence*, em que os autores apresentam as hipóteses da interdependência. Para eles, em um mundo de interdependência complexa, as questões de segurança não tomam precedência sobre os demais temas da pauta internacional, de modo que assuntos como meio ambiente, direitos humanos e comércio ganham maior evidência. Além disso, há um incremento no contato entre governos e sociedades, o que reduz desconfianças e rivalidades no plano internacional. Nesse sentido, o paradigma realista é de utilidade limitada para compreender a dinâmica dos regimes internacionais⁹¹.

A hegemonia dos EUA, embora de solidez questionada, ainda não encontrou contendores sérios nos cenários político, econômico e militar mundiais. Strange argumenta que no passado os Estados buscavam aliados militares. Nesta fase, os Estados passariam a buscar aliados comerciais que não fossem necessariamente unidades políticas, mas também empresas multinacionais e instituições internacionais, como o FMI⁹². A análise de Strange nos remete ao mercantilismo benigno defendido por Robert Gilpin⁹³, que implica um grau de protecionismo que garanta os valores e interesses da sociedade, permitindo a manutenção da autonomia doméstica e a defesa de indústrias nacionais em um mundo caracterizado pela internacionalização da produção, pela integração global dos mercados financeiros e pela diminuição do controle nacional.

James Barber analisa quatro paradigmas principais que dão conta do cenário internacional depois da queda do Muro de Berlim, período em que se iniciou os ensaios para a democracia em Angola. Esses paradigmas são o triunfalismo ocidental, o realismo ressurgente, o institucionalismo e interdependência e o desenvolvimento e direitos humanos⁹⁴. Os argumentos de Barber se coadunam com os de Francis Fukuyama⁹⁵, que é o mais conhecido porta-voz do triunfalismo ocidental, ao proclamar o ‘Fim da História’ representado

⁹¹ KEOHANE, Robert; NYE JR. Joseph. *Power and Interdependence*. Glenview scott: Fesman and Company, 1989

⁹² STRAGE, Susan. *The defective state*. Daedalus 124 (2), spring, 1995 p. 55-56.

⁹³ GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton university press, 1987 p. 404.

⁹⁴ BARBER, James. *South Africa in the Post-Cold War World*. Johannesburg: Bradlow Series 8. The South African Institute of International Affairs, 1996 p. 3.

⁹⁵ FUKUYAMA, Fancis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: trad. Aulyde Soares Rodrigues, Rocco, 1992

pelo fim do conflito da Guerra Fria e o triunfo de uma ideologia claramente ocidental. Em outras palavras, a democracia liberal baseada no capitalismo de livre mercado, cujas características são a busca pelo progresso econômico e o reconhecimento do indivíduo, teria se provado superior aos outros sistemas.

Os defensores da democracia liberal acreditam que os Estados democráticos não fazem guerra entre si, pois resolvem seus problemas através de negociações pacíficas. Contudo, eles retêm seu poder de defesa, uma vez que podem surgir conflitos com outras nações que não tenham trilhado o rumo democrático. Essa perspectiva demonstraria que a organização interna dos Estados é fundamental para a sua atuação no cenário internacional. Os realistas discordam do triunfalismo ocidental quanto à importância da natureza do Estado como definidora de sua atuação internacional. Segundo estes, o sistema internacional anárquico controla a atuação dos vários atores.

A teoria de Huntington⁹⁶ confronta-se com um problema sério, que é a realidade superveniente à elaboração teórica. Desde a edição do livro em 1996, as hipóteses previstas em sua obra não se realizaram. Falk considera que a popularidade da tese de Huntington deveu-se mais às especulações quanto a potenciais desafiantes do Ocidente, principalmente no mundo islâmico, do que ao questionamento fundamental da ordem mundial centrada no Estado. Para Falk, a ideia implícita nos escritos de Huntington era encontrar um substituto para preencher o vazio deixado pela URSS⁹⁷.

O fato mais importante ocorrido no mundo globalizado, nas últimas décadas, foi o colapso do comunismo internacional, cujas causas remetem às reformas promovidas por Gorbachov nos anos 80. Jaguaribe definiu essas reformas como uma “tentativa lúcida, porém atrasada, de evitar o colapso de economia e a desintegração da sociedade soviética, lançando mão dos últimos recursos materiais e institucionais do país a fim de reorientá-lo nos rumos de uma democracia social moderna”⁹⁸. A desintegração do modelo comunista soviético abalou a estrutura bipolar do mundo e colocou em dúvida a função das ideias socialistas para organização do Estado. Na China, ao contrário, Jaguaribe argumenta que

“o comunismo foi usado como força motivadora e máquina institucional para pôr em movimento a experiência mais extraordinária de nosso tempo, no sentido da superação do subdesenvolvimento. Em poucas décadas, e partindo de um quadro de fome crônica, miséria social e absoluta carência de noções de agricultura, a experiência chinesa foi capaz de dar alimento, moradia, emprego, educação,

⁹⁶ HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

⁹⁷ FALK, Richard. *State of Siege: Will Globalization Win Out?* – *International Affairs* 73 (1) January 126-127, 1997.

⁹⁸ JAGUARIBE, Hélio. *A Nova Ordem Mundial*. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso e SILVA, Carlos Eduardo Lins da *A Nova Configuração Mundial do Poder*. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2008 p. 24.

saneamento público, assistência médica e proteção jurídica a 1,2 bilhão de pessoas, quase a quarta parte da humanidade”⁹⁹.

O triunfo do modelo de desenvolvimento ocidental permitiu levar a todos os lugares os capitais especulativos, em nome do novo ciclo sistêmico do capitalismo global. Todavia, um número cada vez maior de vozes levanta-se contra os efeitos perversos do processo da globalização. Joseph Stiglitz, uma das vozes mais expressivas, afirma que a globalização não traz benefícios aos pobres do mundo, não resolve os problemas ambientais e não contribui para a estabilidade das economias¹⁰⁰.

Os fenômenos originados no processo de globalização influenciam também a política econômica e social de Angola. Suas distorções e seus excessos, sobretudo na área financeira, gerarem graves problemas, aos quais nenhum país do mundo pode julgar-se imune. Angola reduziu o seu ritmo de crescimento de 21,5%, em 2006, para índices modestos de 4,6%, em 2009, como consequência da crise financeira iniciada em meados de agosto de 2008.

Paradoxalmente, a globalização não propõe uma unificação do mundo, mas uma visão dualista formada por um centro desenvolvido e uma periferia em “vias de desenvolvimento”. Em termos geográficos, ela se manifesta pela bipolaridade Norte-Sul. Segundo Dias, o estrategista alemão Karl Haushofer foi o que melhor observou a verticalidade do sistema internacional, sublinhando a continuidade entre a Europa e a África (a “Euráfrica”) e entre a América do Norte e a América do Sul (a “Panamérica”). Esta divisão ainda se mantém na atualidade, constituindo-se o Atlântico Sul em “área de influência” das potências ocidentais, organizadas em mega-blocos regionais (Europa Unificada e Nafta)¹⁰¹.

Por quase dez anos do período da guerra civil, Angola enfrentou um difícil processo de adaptação ao mundo da interdependência econômica, em que a nova lógica das cadeias produtivas, a luta pelo acesso a novos mercados e o desenvolvimento tecnológico definem o sucesso do sistema produtivo. Além disso, Angola enfrentou a concorrência cada vez mais agressiva de outros países, em particular a África do Sul, país que reúne as melhores condições de infraestrutura na região da África Austral. De acordo com Paul Singer, em

“Angola, sobretudo após a inflexão ao neoliberalismo, a presença não só de tropas estrangeiras, mas de missões financeiro-diplomáticas, empresariais, consultorias e outros serviços semelhantes é muito grande. Angola é um caso representativo de países aparentemente inviabilizados pela intervenção esraçalhadora de forças e interesses particulares, internos e externos. Não são poucas as nações em condições semelhantes de Angola espalhadas pelo mundo, na América Latina, na Ásia e na África, basta pensar na Colômbia, no Peru, no Afeganistão, no Líbano etc. O seu

⁹⁹ JAGUARIBE, Hélio. *A Nova Ordem Mundial*. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso e SILVA, Carlos Eduardo Lins da ‘*A Nova Configuração Mundial do Poder*’. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2008 p. 25.

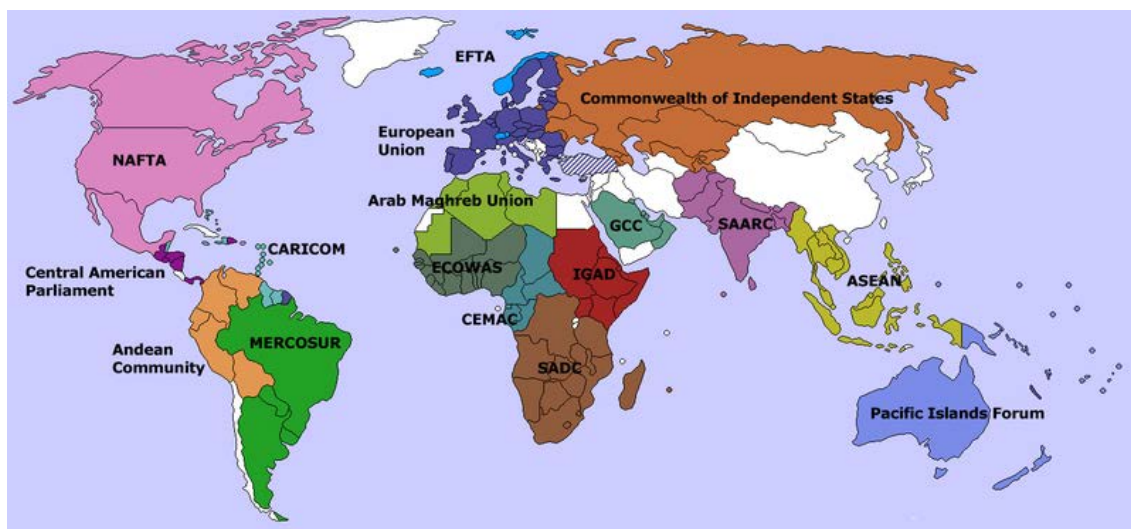
¹⁰⁰ STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Editora Futura, 2002

¹⁰¹ DIAS, Carlos Manuel. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Livros e Revistas, 2005

destino incerto ilumina o controvertido processo de globalização de um outro ângulo, que não se pode continuar ignorando”¹⁰².

1.2 REGIONALISMO

A definição de regionalismo deve abarcar um grupo de países pertencentes a um espaço geográfico circunvizinho. É assim que enquadrámos a África, a África Austral, a África Central, a ZOPACAS e a CGG como objetos deste estudo de regionalismo angolano. O regionalismo é uma iniciativa que reforça a política e economia dos países envolvidos, projetando uma região que, caso desprovida das políticas de integração, não teria o mesmo peso no cenário internacional. Embora não se deva abrir mão de conceitos definidos, um estudo de casos de integração regional deve considerar os vários fatores que concorrem para uma explicação satisfatória¹⁰³.



Mapa 1 - As organizações regionais no mundo
Fonte: Google maps

O tratamento explicativo e teórico do regionalismo ainda carece de maior desenvolvimento. Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, significativos esforços acadêmicos foram despendidos sobre o problema da definição de regiões e regionalismo. Entretanto, esse esforço intelectual ainda não resultou em grande sucesso, pois região e regionalismo permanecem termos bastante ambíguos na literatura especializada¹⁰⁴.

¹⁰² Prefácio de SINGER, Paul In: MENEZES, Solivar Silva. *Mamma Angola: Sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: edUsp, 2000 p. 19

¹⁰³ MARTINIÈRE, Guy. *O novo diálogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul*. Rio de Janeiro: Estudos afro-asiáticos, 4: 50-51, 1980.

¹⁰⁴ FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrews. (eds.). *Regionalism in world politics*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

Especificamente em relação ao conceito de região, que pode ser visto como o elemento que fundamenta o entendimento do que venha a ser regionalismo e processos de regionalização, ainda não há na literatura atual das relações internacionais uma definição consensual sobre o termo.

Desde há duas ou três décadas, a Europa converteu-se em um laboratório de formação de regionalismo no mundo. Assim, parece-nos que o regionalismo é uma invenção europeia, concebida ao longo de um processo de integração de meio século. Os princípios da União Europeia são um grande mercado; a harmonização das normas que interferem com a livre circulação das mercadorias, dos serviços, das pessoas e dos capitais; e a solidariedade através de mecanismos financeiros e de políticas comuns, em especial no domínio do comércio e da concorrência. O processo de integração foi levado até o estágio da moeda única, o Euro. Há vantagens consideráveis na integração regional, que vão da formação de um grande mercado à uma maior capacidade de negociação no plano internacional. Entretanto, a irreversibilidade do processo exige, ao mesmo tempo, um quadro institucional bem desenvolvido, que permita o exercício comum da soberania regional e um nível suficiente de convergência das políticas econômicas, particularmente em matéria de estabilidade monetária.

Jean-Louis Quermonne¹⁰⁵ busca investigar as instituições e os atores políticos presentes na cena comunitária europeia. Na opinião do autor, a experiência política da União Europeia cristaliza uma tendência regionalista que vem sendo copiada nos cinco continentes, desde a segunda metade do século passado até o presente, funcionando como um autêntico laboratório, onde novos formatos político-administrativos vêm sendo testados¹⁰⁶. Um dos efeitos mais evidentes desse processo é a tentativa de conciliar as exigências dos mecanismos da União com os interesses advindos dos seus cidadãos. Quermonne identifica dois tipos de estratégias presentes no processo de integração da União Europeia: a integração e a cooperação¹⁰⁷.

Os sucessivos tratados constitutivos e reformadores da União Europeia (Roma, Maastricht, Amsterdã, Nice e, Lisboa) procuram refletir as necessidades político-administrativas dos países no processo de integração. Buscam, ainda, criar mecanismos supranacionais capazes de combinar celeridade de tomada de decisão com práxis democrática

¹⁰⁵ QUERMONNE, Jean-Louis. *Le système politique de l'Union Européenne*. Montchrestien, Paris, 2001.

¹⁰⁶ FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrews. (eds.). *Regionalism in world politics*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

¹⁰⁷ A primeira é essencialmente caracterizada pela busca por instituições supranacionais e por processos de tomada de decisão por maioria qualificada, enquanto a segunda cultiva instituições intergovernamentais e opta por processos decisórios calcados no consenso. Ver, QUERMONNE, Jean-Louis. *Le système politique de l'Union Européenne*. Montchrestien, Paris, 2001 p.14, 94 e JONES, Barry; KEATING, Michael (eds.). *The European Union and the regions* Oxford: Oxford University Press, 1995.

regional¹⁰⁸. O reconhecimento de duas fontes de legitimidade democrática inquestionáveis, a dos Estados-nações e a dos cidadãos europeus, estão refletidos no Tratado de Lisboa¹⁰⁹. Jean-Louis Quermonne, em parceria com Maurice Croisat, analisam o federalismo europeu partindo da clássica diferença entre federação e confederação, sem descuidar do conceito de democracia consociativa¹¹⁰. A federalização europeia se processa em dois planos que se imbricam: (a) as estruturas supranacionais, com a lenta emergência de um governo europeu autônomo; (b) uma concepção intergovernamental das políticas comuns, repousando na negociação entre os chefes dos Executivos nacionais, o que reforça a integração comunitária ao estimular a interseção das políticas europeias e nacionais, assim como das administrações públicas¹¹¹.

À semelhança do que vem acontecendo com o processo integrativo na Europa, a África também deu início à integração regional. As organizações regionais africanas assumiram, após os atribulados processos de descolonização, uma estratégia de crescimento e de afirmação institucional que lhes tem garantido o reconhecimento da comunidade internacional, em face das políticas que vem adotando no contexto africano e mundial¹¹².

Desde os anos 1950, a África tem registrado uma história de instabilidade, caracterizada por sucessivos conflitos de violência crescente, alguns dos quais originaram catástrofes humanitárias como as do Burundi, Ruanda, Somália e Sudão – para citar os casos mais extremos. Desde então, muitas economias africanas entraram em colapso, fruto de governos corruptos em conivência com cidadãos de países desenvolvidos, incapazes de assegurar o bem-estar das populações. Essa situação deu origem a uma espiral de violência e levou à proliferação de atividades ilícitas cujos reflexos ultrapassam o continente africano. A percepção desta realidade e das possíveis consequências para a segurança global, bem como a

¹⁰⁸ CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Patrícia Magalhães. *A África e a Europa – Resolução de Conflitos, Governança e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005

¹⁰⁹ QUERMONNE, Jean-Louis. *Le système politique de l'Union Européenne*. Montchrestien, Paris, 2001 p. 143.

¹¹⁰ Vê-se, uma dinâmica que associa, simultaneamente, práticas supranacionais e intergovernamentais que remete à ideia de federalismo cooperativo. Esse federalismo, apesar das segmentações de jurisdição, caracteriza-se por um lado, pelas cooperações horizontais entre as comunidades federadas e, por outro, pelas cooperações verticais estabelecidas entre o poder federal e os poderes federados. Ver, QUERMONNE, Jean-Louis; CROISAT, Maurice. *L'Europe et le federalism*. Paris, Montchrestien, 1996 p. 34, 73. Nas democracias consociativas, a segmentação da comunidade nacional não acarreta um estado de violência, porém a institucionalização de um poder de negociação entre as elites dos diferentes segmentos ou comunidades e a busca de acordos amigáveis. Ver, LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003.

¹¹¹ O parlamento é limitado pelo mecanismo de co-decisão que, lhe atribui a possibilidade de veto em algumas matérias, o que se mostra muito aquém dos poderes de que gozam os legislativos nacionais que, sem dúvidas, atuam como verdadeiros depositários da legitimidade democrática. Ver, QUERMONNE, Jean-Louis; CROISAT, Maurice. *L'Europe et le federalism*. Paris, Montchrestien, 1996 p. 92, 127.

¹¹² CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Patrícia Magalhães. *A África e a Europa – Resolução de Conflitos, Governança e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005 p 66-70.

constatação de que a situação não poderia ser resolvida sem a ajuda externa ao continente, trouxe a África novamente para o centro da agenda internacional, no final da década de 90. Este maior empenho na cooperação para a segurança tem reforçado a convergência de sinergias para África, exigência das dinâmicas globais da segurança e da defesa, que demonstram que a segurança de cada Estado depende de todos e a segurança de todos depende, agora mais do que nunca, da segurança e do desenvolvimento de cada nação¹¹³.

Tendo por base este novo paradigma securitário no continente africano, os EUA modificaram sua política externa, direcionando suas atenções estratégicas para a África, fato que fica evidente na recente criação e edificação do United States Africa Command, mais conhecido por AFRICOM¹¹⁴. Antes, o continente africano encontrava-se sobre a alçada de três comandos regionais (COCOM's), nomeadamente o Comando Europeu (EUCOM), o Comando Central (CENTCOM) e o Comando do Pacífico (PACOM), não havendo outro continente com tal partilha de responsabilidades no âmbito das políticas de segurança e da defesa norte-americanas¹¹⁵. Essa distribuição de forças nos leva a deduzir que a África constituía um apêndice às preocupações estratégicas destes três Comandos em outras áreas do globo, pois todos eles se encontravam localizados a uma considerável distância deste teatro de operações e estavam logicamente comprometidos com operações nas suas regiões de origem. Este fato está intimamente relacionado à reduzida importância conferida ao continente africano por parte da política externa norte-americana, especialmente após a queda do Muro de Berlim, não obstante os eventos acadêmicos que fazem menção à aproximação estratégica com a África em questões militares¹¹⁶.

A criação de um único Comando para África representa uma questão burocrática de natureza interna, que consiste essencialmente em um rearranjo geoestratégico do dispositivo militar dos EUA no mundo. Representa também uma aproximação estratégica em relação ao continente africano, por meio de um maior envolvimento dos EUA nas dinâmicas regionais da economia, da segurança, da cultura africanas, além de ser uma oportunidade para expansão dos seus valores em prol da democracia e do combate global ao terrorismo.

¹¹³ HURRELL, Andrew. *On Global order, power, values and the Constitution of international society*. Oxford: Oxford University Press, 2007.

¹¹⁴ O AFRICOM foi apresentado ao mundo em 7 de fevereiro de 2007 e considerado oficialmente operacional em 1 de outubro do mesmo ano, a partir da Alemanha (EUCOM), quando o seu Comandante, o General William Kip Ward (Nomeado pelo presidente Bush em julho de 2007, até então, 2º Comandante do EUCOM foi confirmado pelo Senado dos EUA a 28 de setembro como o 1º Comandante do AFRICOM.).

¹¹⁵ *Revista África Today*, Lisboa, julho, 2008 p. 27

¹¹⁶ WHELAN, Teresa. *Africa's Ungoverned Space*. Lisboa: Segurança na África Subsariana Revista Nação e Defesa: Instituto de Defesa Nacional, 3ª Série, Verão 2006

A rapidez e o engajamento com que os EUA assumiram o AFRICOM, aliados aos óbvios interesses em torno das questões energéticas e à disputa com a China por recursos naturais e mercados, conduziram a uma perplexidade da comunidade internacional, levantando desconfianças acerca da “Realpolitik” dos EUA para a África. O AFRICOM encetou, desde a sua criação, conversações com diversos atores no continente africano, tais como União Africana e Angola (2007, 2008), com vistas a recolher apoios, alinhar estratégias e, principalmente, definir políticas de inserção e de localização de estruturas e dos meios dedicados a este empreendimento¹¹⁷.

Na AFRICOM, existe uma polivalência nas capacidades e uma interdependência entre a função militar e civil, representado ao mais alto nível. A diplomacia em paralelo com o vetor militar procura conquistar mercados e recursos, em uma abordagem diferenciada e academicamente apontada como a abordagem estrategicamente mais adequada à conjuntura mundial em torno das questões africanas¹¹⁸.

O regionalismo vem sendo estimulado pela globalização e os vetores atuantes no âmbito econômico da globalização reforçam também a regionalização. A globalização, seguindo o seu curso natural, tende a enfraquecer cada vez mais os Estados-nacionais surgidos há cinco séculos atrás ou estes adquirem novas formas e funções, fazendo com que novas instituições supranacionais calcadas no regionalismo gradativamente os substituam.

A marginalização estratégica da África e a complexidade e violência crescente dos conflitos que ocorreram após o fim da Guerra Fria levaram os Estados africanos a tomarem consciência de que teriam que assumir a responsabilidade da resolução dos seus próprios problemas. A OUA foi uma das primeiras organizações a interiorizar esta nova realidade, tendo criado em 1993, na sequência da Declaração do Cairo, o “Mecanismo para a Prevenção, Gestão e Resolução de Conflitos”¹¹⁹. O Órgão Central deste mecanismo revelou-se politicamente inoperante e incapaz de lançar operações de apoio à paz de forma concertada.

Zygmunt Bauman afirma que a tendência para os futuros governos transnacionais que, provavelmente, servirão como unidades federativas de uma administração mundial a ser constituída na nova ordem mundial, assenta na formação dos mercados regionais ou intercontinentais (Nafta, União Europeia, Comunidade Econômica Independente [a ex-URSS], o Mercosul e o Japão com os tigres asiáticos, e outras organizações regionais

¹¹⁷ *Revista África Today*, Lisboa, julho, 2008 p. 26-29.

¹¹⁸ LAKE, Anthony e WHITMAN Christine Tood. *More Than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa*. U.S.A: Independent Task Force Report nº 56, Council on Foreign Relations, 2006, 127-130

¹¹⁹ Esta declaração visava, entre outros, garantir a antecipação e prevenção de conflitos e, quando estes ocorressem, empreender ações de busca e manutenção da paz para facilitar a sua resolução, com o objetivo de longo prazo de obter uma paz auto-sustentável, boa governação e estado de direito.

africanas de menor impacto político e econômico mundial de momento, mas que se esforçam na coordenação, concertação diplomática para barganhar mais espaço na ordem política internacional¹²⁰.

A globalização e os processos de integração regionais são assuntos extensos e complexos. Charles Tilly recomenda lidar com unidades de análise mais fáceis de manejar do que sistemas mundiais inteiros. O autor prefere analisar componentes específicos do sistema mundial, como as redes de coerção que se agrupam nos Estados e as redes de troca que se agregam em modos de produção regionais. Desta forma, pode-se compreender as relações entre as estruturas e os processos específicos de determinados sistemas mundiais, fazendo generalizações historicamente fundamentadas¹²¹. Essa preferência embasa o nosso objeto de pesquisa, ao focar a política externa nos novos regionalismos.

Andrew Hurrell identifica cinco categorias diferentes de regionalismos. Na primeira categoria, a regionalização é um processo não dirigido de aumento da interação, principalmente econômica. Na segunda, a identidade regional inclui tradições, cultura e história comuns. Na terceira, a cooperação regional entre Estados envolve acordos entre Estados, com vários níveis de institucionalização. Na quarta, subcategoria da anterior, a integração econômica regional é promovida pelo Estado e a intensidade do processo varia de acordo com sua abrangência, institucionalização e centralização. Essa categoria inclui estágios que vão da eliminação de barreiras comerciais a políticas micro e macroeconômicas comuns. Na quinta, há coesão regional, o que significa que a região é referência na relação entre os Estados-membros e a comunidade internacional, assim como para a definição de políticas públicas internas¹²².

A análise de Hurrell inclui, ainda, as várias escolas teóricas que lidam com o regionalismo contemporâneo. As teorias sistêmicas, incluindo a vertente neorrealista e as teorias de interdependência estrutural e globalização, enfatizam a importância das estruturas externas para a região. Na abordagem sobre regionalismo e interdependência, Hurrell considera a interdependência regional fator crucial do regionalismo. Essas incluem o neofuncionalismo, o institucionalismo neoliberal e o construtivismo¹²³. Finalmente, há as teorias de nível interno, que enfatizam características internas comuns, principalmente no que

¹²⁰ BAUMAN, Zygmunt. *Globalización: Las consecuencias humanas*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 1999.

¹²¹ TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Ed. USP, 1996.

¹²² HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In *Contexto Internacional* 17 (1), Jan-Jun, 1995, p. 26-30.

¹²³ HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In *Contexto Internacional* 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 40-45

diz respeito a valores fundamentais na construção do regionalismo. Entre elas, o regionalismo e a coerência estatal, o tipo de regime e democratização e as teorias da convergência¹²⁴.

Os neo-realistas, de teoria sistêmica, tratam das formações regionais como similares às alianças de defesa, ou seja, uma reação baseada na posição que a região ocupa no sistema internacional. Assim, o desenvolvimento da União Europeia é visto como uma resposta à hegemonia norte-americana. As primeiras interpretações realistas da integração regional, vistas no trabalho de Deutsch, revelavam uma preocupação mais centrada no quesito segurança, com a integração consistindo em uma forma de contenção de conflitos. Na medida em que os conflitos e guerra são controlados e a paz e estabilidade alcançadas, as questões econômicas ganham relevância¹²⁵.

De acordo com Hurrell, a existência de um estado hegemônico no plano regional constitui-se em fator crucial para os neo-realistas, estimulando a regionalização de quatro maneiras: (a) desenvolvimento do regionalismo enquanto resposta ou contraponto a um Estado hegemônico, como foi o caso da SADCC¹²⁶ (Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral) em 1980, reagindo a hegemonia sul-africana; (b) forma de lidar com o hegemônico, vinculando-o em uma estrutura regional, o que foi um elemento importante na relação da Alemanha com o resto da Europa para formação da Comunidade Econômica Europeia; (c) tendências de Estados menores utilizarem um arranjo regional para se beneficiarem de um vizinho rico e poderoso, ou seja, para ‘pegarem carona’ no sucesso do Estado hegemônico; e (d) tentativas do próprio poder hegemônico de buscar apoio dos vizinhos menores através do regionalismo, principalmente se há sinais de declínio do poder desse Estado. Para o autor, os neo-realistas não lidam satisfatoriamente com a questão da cooperação regional, com existência de uma consciência regional, ou com fatores internos que afetam a definição dos próprios interesse dos Estados¹²⁷.

A outra teoria sistêmica é a da interdependência estrutural, cuja crítica ao neorealismo concentra-se no descaso deste para com as mudanças na dinâmica competitiva do sistema internacional. Os teóricos da interdependência, especialmente Keohane & Nye, enfatizam a existência de níveis de relação entre Estados e inúmeras áreas de interesse dos mesmos, que

¹²⁴ HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 45-50

¹²⁵ DEUTSCH, Karl. *political Community in the North Atlantic Area-International Organizations in the Light of Historical Experience*. New Iorque: Goodwood Press, 1957.

¹²⁶ Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral – SADCC foi um órgão criado pelos países da ‘Linha da Frente’ para lutar contra a dependência econômica dos países da região em relação a economia da África do Sul.

¹²⁷ HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 34-37.

utilizam variados canais de negociação para promover de seus interesses. Esses canais não refletem necessariamente, a integração relacionada a uma forma estática da aliança mas coexistem na tentativa de gerenciar os vários níveis de interdependência¹²⁸.

Os funcionalistas, por sua vez, argumentam que a existência de instituições supranacionais tem efeitos secundários que reforçam a integração¹²⁹. Ernst Haas, em estudo sobre a integração europeia, enfoca a transferência de lealdade das estruturas nacionais para as instituições supranacionais. O autor sublinha o papel das elites em busca de seus próprios interesses através das estruturas supranacionais e a consequente consolidação destas instituições¹³⁰. Para Hurrell, essa interpretação aplica-se ao processo de integração europeu, mas não é adequada à maior parte dos regionalismos atuais¹³¹. >>AQUI<<

Os defensores do institucionalismo e interdependência partem dos trabalhos de Robert Keohane, Joseph Nye Jr. e Stanley Hoffman sobre a Europa. Estes autores argumentam que os Estados não são os únicos atores fundamentais no cenário internacional, pois há outras forças atuando simultaneamente e crescendo em termos de importância, como as organizações internacionais e as ONGs (Organizações Não-Governamentais). Da mesma forma, Hurrell ressalta que os Estados deixam de ser os únicos atores relevantes. A regionalização econômica seria guiada cada vez mais pelas preferências de companhias transnacionais, de modo que as políticas de integração deveriam ser entendidas como uma convergência de interesses entre as elites estatais e as empresas em resposta às mudanças estruturais na economia mundial¹³². Rocha e Aida também contribuem para essa discussão, em seu estudo sobre o comportamento dos Estados e das empresas, argumentando que as empresas, hoje, pensam regionalmente, impulsionando a globalização e fomentando ajustes regionais pelos Estados¹³³.

Para os autores Robert Keohane, Joseph Nye Jr. e Stanley Hoffman, a interdependência econômica constitui-se em fator fundamental na relativa diminuição do poder dos Estados Nacionais e aumento da necessidade de novos canais de atuação

¹²⁸ KEOHANE, Robert; NYE JR. Joseph. *Power and Interdependence*. Glenview scott: Fesman and Company, 1989 pag. 24-25.

¹²⁹ HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 41

¹³⁰ HAAS, Ernst B. *The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces (1950-1957)*. Stanford: Stanford University Press, 1958 pag. XXXIV

¹³¹ HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 42

¹³² HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 39-40.

¹³³ ROCHA, Antonio J. R. & AIDA, Márcia L. *O Processo de Globalização: Diferentes Perspectivas de Análise*. Cadernos de Relações Internacionais 1, janeiro, 1995.

internacional¹³⁴. Os argumentos do institucionalismo neoliberal são de que o aumento dos níveis de interdependência geram um aumento na demanda por cooperação internacional. A preocupação com a forma que Estados podem ser levados a cooperar marca uma diferença dos autores em relação aos neo-realistas, por aceitar que os Estados podem cooperar pela importância das instituições e dos benefícios que proporcionam e também pelo seu impacto nos cálculos dos atores e em como os Estados definem os seus interesses¹³⁵.

Multiplicam-se outros atores nesse concerto, entre estes, as ONG's envolvidas em questões do meio ambiente, como o Greenpeace, à defesa dos direitos humanos, minas terrestres e desabrigados de guerras, feita pela HRW (Human Rights Watch); inclui-se, ainda, as empresas multinacionais e transnacionais com seu enorme potencial de investimentos que podem transformar as economias locais, com capitais que muitas vezes superam o PIB (Produto Interno Bruto) de muitos países¹³⁶. As organizações multilaterais também constituem hoje atores extremamente importantes e presentes no cenário internacional, incluindo a ONU (Organização das Nações Unidas), em suas diversas frentes de atuação (forças de paz, ajuda humanitária, etc.), a OMC, cujas negociações tarifárias afetam profundamente o comércio mundial, ou o FMI (Fundo Monetário Internacional) e o Banco Mundial, com suas receitas de recuperação macroeconômica condicionando empréstimos a países necessitados¹³⁷. Todos estes atores desempenham papéis importantes e possuem poder para influir nas relações internacionais. Algumas ONGs como a HRW e o Greenpeace podem constranger a atuação de Estados no cenário internacional, pois levam a redução do poder de barganha e/ou o potencial do Estado desempenhar um papel central na política internacional¹³⁸.

Fernando Mourão observa que os “objetivos econômicos e políticos são de grande importância, aliados aos fatores de boa vizinhança e a integração regional, que são notadamente condições necessárias da ação externa dos Estados”¹³⁹. O Estado-nacional

¹³⁴ KEOHANE, Robert; NYE JR., Joseph & HOFFMAN, Stanley. *After the Cold War International Institutions and Strategies in Europe*. Boston: Harvard University Press, 1993. Ver também, BARBER, James, 1996: 10-11

¹³⁵ HURREL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 42-43.

¹³⁶ DAVID, Korten. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo, Ed. Futura, 2000 p. 137-152.

¹³⁷ DRUCKER, Peter Ferdinand. *As novas realidades no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1997 p. 140-157.

¹³⁸ SANTOS, Juliana Soares. *A Integração Regional na África Austral: a SADC na ótica dos Interesses Sul-Africanos*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia na FFLCH/USP, 1999 P. 10

¹³⁹ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Política Externa do Brasil e Sul-africana para a África Austral*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Ed.). *South Africa and Brazil: Risk and Opportunities in the Termoil of Globalization*. Brasília: IPRI/CNPQ, 1996 p. 84.

permanece o principal veículo de poder de grupos e indivíduos, caracterizando-se como representante de diversos interesses, muitas vezes conflitantes.

Comparativamente, a globalização estimula o regionalismo em quatro cenários: (a) é mais viável construir instituições regionais que globais para lidar com problemas oriundos da maior integração que necessitem de ações coletivas dos Estados; (b) várias questões consideradas globais são de fato regionais, como alguns temas de meio ambiente ou de refugiados; (c) o regionalismo pode representar um compromisso entre as tendências globalizantes e aquelas fragmentadoras; e (d) a globalização e o conseqüente aumento da competição estimulam o agrupamento regional para enfrentar os novos desafios¹⁴⁰.

As nações com economias em desenvolvimento, como os países que integram a SADC e a CEEAC, percebem que, para se abrir a um mundo de comércio livre, precisam antes procurar soluções que permitam uma integração ao multilateralismo econômico, seguindo fases flexíveis em termos de objetivos e organização. Alguns autores como Charles Oman acreditam que os vetores atuantes no âmbito econômico da globalização reforçam também a regionalização¹⁴¹. Quase na mesma linha de análise aparece Kenichi Ohmae, que reforça a relação entre globalização e o impulso econômico à regionalização, mas sublinha a superação das fronteiras para os processos produtivos mais que outros aspectos econômicos¹⁴².

Atualmente, em muitas regiões africanas está em processo a consolidação da integração sub-regional no âmbito econômico, seguindo as decisões da União Africana. Vale recordar os exemplos da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental – CEDEAO, da Comunidade Econômica e Monetária da África Central – CEMAC, da União do Magrebe Árabe – UMA, da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC, da Comunidade Econômica dos Estados da África Central – CEEAC, entre outras organizações regionais. Desse modo, pode-se definir o regionalismo como o uso político da identidade cultural, política e sentimental que grandes grupos de pessoas desenvolvem no espaço regional¹⁴³.

A criação do mercado comum europeu, que posteriormente evoluiu para a União Europeia, chamou atenção de autoridades políticas, economistas e cientistas sociais do mundo. A sua transposição para o continente africano através da criação de várias

¹⁴⁰ HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 38-40.

¹⁴¹ OMAN, Charles. *Globalization and Regionalisation: the Challenging for Developing Countries*. Paris: OCDE, 1995 p. 16.

¹⁴² OHMAE, Kenich. *O Fim do Estado Nação e a Ascensão das Economias Regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996 p. XX-XXI.

¹⁴³ GIL, António Carlos; KLINK, Joroen J.; SANTOS, Roberto. *Gestão para o desenvolvimento da Regionalidade*. Rio Claro: In Seminário Internacional I, Anais, UNESP, 2004

organizações regionais de caráter econômico, como CEEAC, SADC, CEMAC, CEDEAO, entre outras, deixou de levar em conta o fato de que problema europeu era inicialmente político e econômico. A necessidade de criar uma Europa com condições de se opor ao expansionismo soviético – visto que a Europa estava destruída após a Segunda Guerra Mundial – levou os Estados Unidos da América, quando da presidência Truman, a criar o plano Marshall. Os mecanismos iniciais do processo de integração não só permitiram o solução do clima de animosidade entre os países europeus, com a constituição da Comunidade Europeia Carvão e do Aço, como dotou a Europa de uma capacidade mínima para não ser absorvida pela União Soviética.

Na África, não havia essa prioridade política. O continente africano só passa a ser atingido por essa divisão de interesses entre os países socialistas e capitalistas com a Guerra Fria. O que ocorreu, de fato, foi que a criação desses organismos regionais visava copiar o modelo europeu sem levar em conta as assimetrias e outros fatores locais que iriam impossibilitar a integração. Ao mesmo tempo, passaram a predominar no plano acadêmico as ideias de desenvolvimento e de integração, tal como ocorreu na América do Sul com a criação da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina). O mais notável, no entanto, é a discussão acerca de “novo regionalismo”, em que as regiões não são contidas necessariamente dentro do arcabouço do Estado-Nação. Esse novo regionalismo tende a enfatizar a identidade regional, destacando os vínculos étnicos, linguísticos, culturais, sociais, econômicos, políticos e históricos comuns.

Para Andrew Hurrell o regionalismo contemporâneo tem quatro características: (a) a emergência do regionalismo Norte-Sul, exemplificado pelo NAFTA; (b) a grande variação no nível da institucionalização; (c) o caráter multidimensional; e (d) o aumento da consciência regional em várias partes do planeta¹⁴⁴.

O primeiro objetivo da política regional da Comunidade Europeia foi o de coordenar as políticas regionais dos Estados-membros, controlando as ajudas estatais com finalidade regional. Um outro objetivo foi o de contribuir para a coesão econômica e social. A entrada de Portugal e Espanha mudou substancialmente a estrutura econômica e social da Comunidade, ampliando consideravelmente as disparidades entre os Estados-membros¹⁴⁵.

¹⁴⁴ HURRELL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 23-59. Ver também, SANTOS, Juliana Soares. *A Integração Regional na África Austral: a SADC na ótica dos Interesses Sul-Africanos*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia na FFLCH/USP, 1999.

¹⁴⁵ CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Patrícia Magalhães. *A África e a Europa – Resolução de Conflitos, Governança e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005 p 66-70

O conceito de região varia em função da área do conhecimento que pretende utilizá-lo, seja a Geografia, o Direito ou a Ciência Política. André Frémont, embora colocando o estudo do regionalismo sob a ótica da geografia, salienta a importância das múltiplas disciplinas no seu entendimento. Assim, a região não se define apenas por uma homogeneidade de condições naturais, mas um espaço vivido e sentido pelos seus habitantes¹⁴⁶.

Neste trabalho, importa-nos particularmente encarar uma região como um espaço em que o poder é exercido com base em concertações políticas e com a colaboração dos países. Há dois modos de analisar a integração regional, segundo Krasner: pela ótica liberal e pela realista. De acordo com a primeira, a integração é vista como aproveitamento de oportunidades decorrentes das recentes mudanças nos transportes e comunicações. Sob a perspectiva realista, os blocos econômicos refletem poder e interesse político. Contudo, a compreensão da identidade e do regionalismo africano não é uma tarefa fácil. A África é um continente fragmentado em inúmeras etnias que ainda não encontraram a paz social, e apresenta os maiores índices de pobreza e subdesenvolvimento do planeta.

Qualquer busca de entendimento a respeito do regionalismo na África deve começar pelo legado deixado pelo colonialismo e pela luta para o fortalecimento de uma efetiva soberania interna, pois a atual ordem política internacional é caracterizada por uma “aparente contradição: por um lado, fragmentação e por outro, uma globalização crescente”¹⁴⁷.

Com efeito, o conflito como fenômeno social constitui-se, segundo os teóricos realistas nas relações internacionais, como fator de evolução e de erosão positiva dentro das sociedades. Estes teóricos defendem que o conflito se fundamenta em uma dinâmica de afirmação de interesses, de dicotomia de vontades, na luta pela submissão e subjugação de vontades entre seres humanos. Esta relação apresenta-se como a imposição da vontade do mais forte sobre o mais fraco, do mais afoito contra o mais pacato¹⁴⁸.

O novo regionalismo angolano é caracterizado como fórum de aprendizados e integrativos, entendendo o fato de que o sucesso de esquemas regionais como a União

¹⁴⁶ FRÉMONT, André. *Region, espace et vécu*. Paris: PUF, 1976.

¹⁴⁷ KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: editora Gradiva, 2ª Edição, 2002 p.17.

¹⁴⁸ SWANSTRÖM, Niklas et WEISSMANN, Mickael. *Conflict, Conflict Prevention, Conflict management and Beyond: a conceptual exploration*. Washington: Central Ásia-Caucasus Institute, 2005 p.11. Ver também, MONTEIRO, António. *As Nações Unidas e a Prevenção de Conflitos*. Lisboa: Instituto Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, Outono-Inverno N°95/96, 2ª Série, 2000, p. 55-67. Ver, também, NEY, Joseph S. Jr. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Editora Gradiva, 2002 e RAMSBOTHAM, Oliver, et al. *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity Press, 2ª Edition, 2006.

Europeia ou o Mercosul está relacionado com a existência de Estados relativamente fortes nas suas regiões¹⁴⁹.

Certos arranjos políticos e econômicos regionais se tornaram viáveis a partir da democratização dos estados envolvidos, em especial na América Latina. Processo semelhante está atualmente em curso na África Austral. As teorias da convergência são centradas no argumento de que políticas convergentes no âmbito interno são fundamentais na consolidação de um espaço regional. Assim, a convergência de vários Estados para opções de liberalização econômica constitui um fator primordial para o regionalismo¹⁵⁰.

Observa-se que várias das teorias expostas são úteis para analisar casos específicos de regionalismo, principalmente aquelas desenvolvidas com base na experiência europeia, quando não haviam outros exemplos comparáveis para testá-las. Outras teorias não apenas são insuficientes para certos casos de regionalismo, mas caminham mesmo na direção oposta, contradizendo-se. E nenhuma é abrangente o bastante para dar conta de todos os regionalismos atuais. No caso da CEEAC e da SADC, assim como na maioria dos arranjos regionais contemporâneos, é necessário compreender como diferentes impulsos afetam a região em termos de sua consolidação formal e de sua conformação substantiva.

A regionalização africana pode constituir-se em um fator agregador e de estabilidade no continente, na medida em que as organizações regionais e sub-regionais assumem maior preponderância na resolução de conflitos regionais e na afirmação das economias regionais. As organizações regionais e sub-regionais assumem o papel de entidade de ligação entre os Estados africanos e os interesses de outros países e organizações neste continente. Vista do ponto de vista econômico-financeiro, as organizações sub-regionais africanas têm montado uma ampla, mas nem sempre eficiente, estrutura em rede, que funciona de acordo com as afinidades culturais, lingüísticas e até relacionadas e influenciadas pelas assessorias dos países que foram colonizadores.

A Organização de Unidade Africana (OUA) tornou-se efetivamente inoperante, ao assumir que não dispunha de mecanismos legais de intervenção para a resolução dos inúmeros conflitos regionais que proliferavam na África. Assim, a organização foi substituída pela União Africana, em 2000 (vide a discussão no capítulo 3).

¹⁴⁹ HURREL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 46-47.

¹⁵⁰ HURREL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995 p. 47-49

A União Africana, sendo uma organização política de amplitude e dimensão continentais, estabeleceu no início deste século um nível de governança pan-africana¹⁵¹, constituindo um quadro geopolítico e geoestratégico único na atual cena internacional, copiando até certo ponto o modelo da Comunidade Europeia.

A UA procura operacionalizar a “Arquitetura de Paz e Segurança Africana” contando com cinco organizações regionais principais¹⁵², SADC, ECOWAS, ECCAS, CEN-SAD e o IGAD, como é discutida no capítulo 3 desta tese. A introdução do art. 4º do Ato Constitutivo da UA permite levar a cabo uma política de intervenção consentânea com a filosofia da Carta das Nações Unidas, permitindo a intervenção nos Estados-membros com ações que podem ir da mediação diplomática do conflito ao uso da força militar¹⁵³. Por outro lado, as organizações regionais africanas criaram alianças militares regionais e mecanismos de resposta aos conflitos, como sistemas de alerta regionais.

A maior parte dos Estados teme mais aos seus vizinhos do que a potências distantes, e por consequência a cooperação securitária não é uniforme em todo o sistema¹⁵⁴. Haas¹⁵⁵ e Brecher¹⁵⁶ tentaram elaborar estruturas com o intuito de subordinar subsistemas baseados em amplas noções do que constituiria uma região. Inspirado nos escritos de Haas e de Brecher, Russet¹⁵⁷ também seguiu esta linha de pesquisa, mas a partir da perspectiva de integração, sem conseguir se aprofundar mais no tema. O trabalho mais antigo e interessante na área de integração foi elaborado por Cantori e Spiegel¹⁵⁸, no qual se procurara elaborar uma estrutura comparativa para o estudo de relações regionais internacionais. Vale destacar a importância

¹⁵¹ O Pan-africanismo surgiu em meados do século XX e tem sido explicado como a doutrina política defendida pelos africanistas pela libertação do continente africano de seus colonizadores e ao estabelecimento de um Estado que buscasse a unificação de todo o continente sob um governo africano. A solidariedade apregoada desde os anos 50 deu origem a Organização de Unidade Africana (OUA). Os pioneiros do pan-africanismo do séc. XIX e princípios do Séc. XX foram William Edward Burghardt Du Bois, Marcus Garvey, Henry Sylvester Williams e N’kwame Nkrumah – este, o único africano nativo. Ver, NASCIMENTO, Abdias do & NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Africans in Brazil: a Pan-African perspective*. New Jersey, África World Press, Paperback, 1992; NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na Mira do Pan-Africanismo*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Editora da Universidade Federal da Bahia EDUFBA, 2002.

¹⁵² As organizações regionais se encontram em um processo ativo e acelerado de consolidação das suas capacidades militares, com vistas a adquirirem as valências e requisitos operacionais que lhe permitam atuar em prol da segurança regional e da defesa continental.

¹⁵³ HOLT, Victoria K. e SHANAHAN, Moira K. *African capacity-Building for Peace Operations: UN Collaborations with the African Union and ECOWAS*. Washington DC: The Henry L. Stimson Center, February, 2005, 15

¹⁵⁴ CLAUSEWITZ, K. V. *Da Guerra*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1996

¹⁵⁵ HAAS, Michael. *International subsystems: stability and polarity*. American Political Science Review, v. 64, n. 1, 1970 p. 100.

¹⁵⁶ BRECHER, Michael. *International relations and asian studies: the subordinate state system of Southern Asia*. World Politics, v. 15, n. 2, 1963

¹⁵⁷ RUSSETT, Bruce. *International relations and international system*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.

¹⁵⁸ CANTORI, Louis J.; SPIEGEL, Steven L. *The international politics of regions: a comparative approach*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1970.

da proximidade geográfica para se estabelecer regiões, e o papel que desempenham “sistemas intrusivos” nas relações regionais. Entretanto, a proposta se mostrou complexa demais para se poder chegar ao entendimento do que seria uma região, principalmente por tentar abordar toda a agenda de relações internacionais, e por tentar estabelecer uma estrutura comparativa de políticas muito detalhada. Thompson¹⁵⁹ constata que nenhuma destas propostas resultou em uma definição amplamente aceita, muito menos em uma teoria coerente sobre a região.

1.3 POLÍTICA EXTERNA

A formulação da política externa de Angola nasce de um encontro entre interesses econômicos, políticos e sociais de origem variada e sua transformação pelo Estado em ação diplomática ou militar. A interação com o mundo exterior é inerente a qualquer unidade política, como argumenta Gélson Fonseca Jr. “o universo internacional inicia-se pela relação entre Estados, relação que se manifesta de forma dramática na guerra, nos conflitos sobre definição territorial, nas disputas econômicas, nos acordos de paz etc. [...] em nossos dias, é raro o tema que não tenha um componente internacional”¹⁶⁰.

O comportamento de quem decide origina-se de sua percepção, das suas escolhas e das expectativas geradas pelo posicionamento escolhido. Desta forma, cada decisão política é condicionada pela interação de três elementos: a situação política interna do país, em que pesa a conjuntura política e econômica; a situação política externa, que envolve conhecimento do cenário internacional; e a unidade institucional decisória. O cálculo de probabilidades nos três elementos diminui a influência da aleatoriedade externa¹⁶¹. A racionalidade consiste em escolher uma alternativa mais eficiente, cuja finalidade é a maximização das possibilidades de atingir os objetivos do Estado¹⁶². Na teoria da decisão moderna, o problema da decisão racional é reduzido ao contexto de selecionar, dentre várias alternativas disponíveis para o

¹⁵⁹ THOMPSON, William R. *The regional subsystem: a conceptual explication and a prepositional inventory*. *International Studies Quarterly*, v. 17, n. 1, 1973.

¹⁶⁰ FONSECA JR., Gélson. *Aspectos da Teoria de Relações Internacionais*. In: *Política Externa* Vol. 3 n° 3 dez/jan/fev de 1994/95 p. 74.

¹⁶¹ SNYDER, Richard; BRUCK, H.; SAPIN, Burton. *Foreign policy decision making*. New Iorque: The Free Press, 1962 p. 62; RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction a l'histoire des relations internationales*. Paris: Armand Colin, 1964 p. 64; DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo o Império Perecerá*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006 p. 56-59.

¹⁶² HOLLIS, Martin & SMITH, Steve. *Roles and Reazons in Foreign Policy Decisions Making*. *British Journal of Politics Science*, Vol. 16 n 3 jul/1986 p. 272.

Estado, aquela que tenha consequências preferíveis em termos de utilidade para o agente e, subsequentemente, para o Estado¹⁶³.

O modelo de racionalidade na formulação de política externa de um país enfatizavam, até os anos 60, os fatores de natureza política, econômica e estratégica, negligenciando o fator cognitivo. No entanto, o fator cognitivo ou de percepções foi ganhando importância, na medida que podia explicar uma série de posicionamentos adotados pelos Estados, que não podiam ser explicados exclusivamente em termos políticos ou econômicos¹⁶⁴. Goldstein e Keohane mostram como as ideias trazidas pelos tomadores de decisão são importantes na formulação da política externa. Eles distinguem as ideias ou crenças em três tipos: percepções gerais do mundo e a maneira como o ator avalia o ambiente em que está inserido, assim como suas possibilidades de ação; percepções de determinada ação frente a uma situação-problema no cenário internacional como sendo correta ou incorreta, justa ou injusta, certa ou errada; e crenças relacionadas a causa-efeito cuja autoridade deriva do consenso de determinado grupo e conduz a uma estratégia política¹⁶⁵. Em outras palavras, a visão de mundo do tomador de decisão, conjugada às suas percepções normativas, conduzem a uma crença causal que determina a atuação externa do Estado.

A política externa de Angola tem estado sujeita, em sua formulação, a esses condicionantes. De 1975 a 2009, pode-se delinear três momentos de inflexões na política externa de Angola, que consideramos paradigmáticos¹⁶⁶. Como bem explica Amado Cervo, essa maneira de análise nas ciências humanas serve para dar inteligibilidade ao objeto, iluminá-lo por meio de conceitos, dando compreensão orgânica ao complexo mundo da experiência humana¹⁶⁷. Assim, a história política de Angola constitui o campo de observação, o laboratório de experiências sobre as quais se tenta explicar o posicionamento externo do país. A análise paradigmática constitui-se em um método que, baseado na história, pode-se

¹⁶³ ALLISSON, Graham & ZELIKOV, Philip. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile crisis*. New Iorque: Longman, 1996 p. 17, 20.

¹⁶⁴ JERVIS, Robert. *Perception and Misperception in International Relations*. Princeton: Princeton University Press 1976; VERTZBERGER, Yaacov. *The World in their Minds: Information Processing, Cognition and Perception in Foreign Policy-Making*. Stanford: Stanford University Press, 1990.

¹⁶⁵ GOLDSTEIN, Judith & KEOHANE, Robert. *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993 p. 5.

¹⁶⁶ A percepção assumida de paradigma foi a de organizar o objeto de observação, sem ser apresentada com a mesma rigidez científica que nas ciências naturais e exatas, em cujo o paradigma é articulado em uma teoria, uma série de leis científicas que estabelecem as relações necessárias de causa e efeito. Segundo Thomas Kuhn, uma comunidade científica consiste em homens que partilham um paradigma e esta “[...] ao adquirir um paradigma, adquire igualmente um critério para a escolha de problemas que, enquanto o paradigma for aceito, poderemos considerar como dotados de uma solução possível”. Ver, KUHN, Thomas. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978 p. 60.

¹⁶⁷ CERVO, Amado Luiz. *Política exterior e as Relações Internacionais do Brasil: Enfoque paradigmática*. RBPI, ano 46 nº 2, 2003, p. 7.

verificar a inclinação dos setores responsáveis pela política externa de Angola de uma determinada prática¹⁶⁸. O paradigma comporta percepções de interesse, ou seja, com a mudança de paradigma se modifica a leitura dos dirigentes acerca de como alcançar o interesse nacional. Por outro lado, o paradigma condiciona as tendências de médio e longo prazos, ou seja, envolve o modo de relacionar o interno ao externo e a manipulação da informação para estabelecer o cálculo estratégico e a decisão¹⁶⁹.

Wight vê a política mundial como um jogo de interesses. Sua visão é de que a ação de cada Estado está determinada única e exclusivamente pelo desejo de aumentar a sua segurança, defender o seu território, alargar a sua influência e expandir o seu poder. Os demais aspectos, como os processos políticos internos, as instituições e os fatores culturais parecem assunto de menor importância¹⁷⁰.

Na política, parte-se do pressuposto de que existe uma racionalidade linear no comportamento dos atores, caracterizada pela busca de objetivos claramente definidos. A percepção dos atores constitui a base de suas ações. Os atores fazem suas escolhas realizando algum tipo de avaliação de custo/benefício. É certo que as percepções de governantes e de outros participantes dos processos decisórios internacionais contêm uma considerável parcela de subjetividade. A análise de E. H. Carr sobre as relações internacionais no período entre-guerras demonstra a dificuldade de avaliação do processo decisório nos Estados, pois as decisões dos atores políticos mais importantes foram substancialmente condicionadas por questões morais, mais do que pela análise fria dos fatos¹⁷¹. Na verdade, em sua análise Carr estava apontando para o fato de que a percepção da realidade era falha. A noção de um mundo que se queria havia ofuscado quase por completo a percepção do mundo que se tinha. Adotou-se, no estudo desta tese, o modelo de tomada de decisão desenvolvido por Graham Allison & Philip Zelikov¹⁷², sob o título *Essence of decision: Explaining the Cuban Missile crisis*, que consiste no esforço de explicar os eventos políticos internacionais a partir dos objetivos do país e dos cálculos estratégicos do governo.

¹⁶⁸ DUROSSELLE, Jean-Baptiste. *Todo o Império Perecerá*. Brasília: UNB, 2000 p. 17-27

¹⁶⁹ CERVO, Amado Luiz. *Política exterior e as Relações Internacionais do Brasil: Enfoque paradigmática*. RBPI, ano 46 n° 2, 2003, p. 7.

¹⁷⁰ WIGHT, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

¹⁷¹ CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ipri/Funag, Editora Universidade de Brasília, Imesp, 2002.

¹⁷² ALLISSON, Graham & ZELIKOV, Philip. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile crisis*. New Iorque: Longman, 1996.

Socorrendo-nos na teoria para explicar as relações entre os Estados dentro do realismo¹⁷³ ou racionalismo¹⁷⁴, foram essenciais as ideias desenvolvidas por Martin Wigth¹⁷⁵ em sua obra *A Política de Poder*. Wigth, expoente da Escola Inglesa de Relações Internacionais, é considerado um dos teóricos mais importantes dos anos 50. Os conceitos de realismo, racionalismo e interdependência ajudam a explicar o paradoxo angolano entre 1975 a 1992. Wigth enfatiza o caráter anárquico do sistema internacional, entendido não como caos, mas como uma espécie de sociedade, na qual os Estados interagem em conformidade com as convenções, o equilíbrio de poder, a diplomacia, a guerra e, principalmente, o direito internacional. Segundo ele,

“em primeiro lugar, existem unidades políticas independentes que não reconhecem superior político e que se consideram ‘soberanas’; em segundo, existem relações contínuas e organizadas entre elas. Isto constitui o sistema de Estados moderno. Temos as unidades independentes que chamamos de Estados, nações, países ou potências, e temos um sistema de relações contínuas altamente organizadas entre elas: relações políticas e econômicas, diplomáticas e comerciais, ora a paz e a guerra”¹⁷⁶

As relações entre os Estados ocorrem, seguindo o pensamento de Gélson Fonseca Jr., em cinco formas. A primeira é pré-internacional e diz respeito ao processo de constituição do Estado como ator nas relações internacionais. Entender as condições de ‘acesso’ ao status soberano, ao reconhecimento como Estado¹⁷⁷, vistas as condições ‘materiais’ e os requisitos de legitimidade, estes dados pela comunidade internacional, por meio de apoio político, bilateral e multilateral. As resoluções da ONU e o apoio aos movimentos pela descolonização, principalmente nos 60, resumem bem o exposto. Na verdade, o internacional começa a ocorrer mesmo antes que o Estado surja como tal¹⁷⁸.

A segunda forma é a das relações com os vizinhos, primeiro exercício que um Estado faz no universo internacional. Ela tem dimensões específicas, sendo a primeira a definição territorial, de negociação de limites. Há outras, como a facilidade para trânsito transfronteiriço de nacionais, a presença de minorias, etc. Apesar de histórias de conflito, existem igualmente possibilidades de cooperação, que frequentemente superam a rivalidade. A primeira emerge

¹⁷³ CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ipri/Funag, Editora Universidade de Brasília, Imesp, 2002. Ver, também, BEDIN, Gilmar Antonio et Al. *Paradigmas das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo, Dependência, Interdependência*. Ijuí: Ed. Injuí, 2004

¹⁷⁴ HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Col. Os Pensadores. Ed. abril Cultural, 1979. Esta obra de Thomas Hobbes traz descobertas, reflexões e conceitos desenvolvidos sobre a natureza humana. Suas relações sociais, o papel do Estado como sustentáculo fundamental na formação da sociedade civil, serve até os nossos dias como importante referência para se pensar o Estado moderno e suas vicissitudes (cap. 14).

¹⁷⁵ WIGTH, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

¹⁷⁶ WIGTH, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002 p. 1.

¹⁷⁷ Ver, no capítulo 4 desta tese, o reconhecimento do Brasil à República Popular de Angola.

¹⁷⁸ FONSECA JR., Gélson. *Aspectos da Teoria de Relações Internacionais*. In: Política Externa Vol. 3 nº 3 dez/jan/fev de 1994/95 p. 91-99.

do realismo e é a perspectiva de um inimigo comum. O diálogo e cooperação entre Angola e RDC serve de exemplo ao exposto acima. Por outro lado, os processos de integração também colaboram para o entendimento mútuo: as rivalidades entre Angola e África do Sul praticamente desapareceram quando os dois países atingiram a democracia e criaram mecanismos de integração econômica, como a SADC (Comunidade de Desenvolvimento da África Austral), vide no capítulo 3.

A terceira forma é a das relações entre grupos de Estados, que reflete a variedade de interesses que as nações buscam projetar no sistema internacional, tais como preocupações com segurança, com paz e com riqueza. Nas relações bilaterais, o Estado preserva a sua liberdade, só limitada pela soberania do parceiro. Já nas relações multilaterais, o gesto inaugural é aceitar um ‘regime de constrangimentos’ em troca de benefícios apenas alcançáveis em um grupo ampliado de países e com a perda relativa do controle sobre os resultados da cooperação. O exemplo desse tipo de relações são os EUA, que não conseguiram fazer valer os seus interesses na Rodada do Uruguai¹⁷⁹. No sistema internacional contemporâneo, a busca de legitimidade dá-se preferencialmente de forma conjunta, não se estabelecendo de forma unilateral, mesmo nos casos de superpotências. Nos organismos internacionais, as deliberações obedecem à regra da igualdade soberana das nações, como afirma Martin Wight e, nestes, a articulação da legitimidade é a base do processo decisório. É notável o registro de derrotas de superpotências na ONU, especialmente dos EUA, em resoluções sobre o problema do desarmamento ou da autonomia da palestina¹⁸⁰.

A quarta é a das relações entre a totalidade dos Estados, que é complexa e contraditória, combinando comportamentos agressivos e cooperativos, afirmação de instrumentos militares e soluções diplomáticas, força e direito. A quinta diz respeito às relações entre sociedades, ao peso do que ‘não é o Estado’ nas relações internacionais. Em algumas políticas, como a definição territorial e de desarmamento, o Estado age com maior liberdade do que em temas de política comercial, em que a influência dos grupos é mais nítida¹⁸¹. É evidente que o caminho da boa análise da política externa de Angola deve somar essas diversas perspectivas.

¹⁷⁹ BATISTA, Paulo Nogueira. *Perspectivas da Rodada Uruguai: implicações para o Brasil*. São Paulo: Dossiê América Latina. Estudos Avançados Vol. 6 nº 16 dezembro de 1992, disponível no site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000300009 acessado em 10/2/11

¹⁸⁰ FONSECA JR., Gélson. *Aspectos da Teoria de Relações Internacionais*. In: Política Externa Vol. 3 nº 3 dez/jan/fev de 1994/95

¹⁸¹ FONSECA JR., Gélson. *Aspectos da Teoria de Relações Internacionais*. In: Política Externa Vol. 3 nº 3 dez/jan/fev de 1994/95.

Na relação Angola – África do Sul, se levarmos em conta um momento de dificuldades nas relações bilaterais como aquele da controvérsia sobre a interferência sul-africana na guerra civil angolana, veremos que as formas de legitimação dos pleitos se apoiavam em organismos internacionais. Os Estados buscavam fortalecer-se no plano multilateral para enfrentar uma questão claramente bilateral.

Nos últimos anos, os EUA têm procurado instalar no continente africano o AFRICOM (United States African Command) e com frequência vêm fazendo aproximações com Angola para viabilizar a cooperação militar bilateral. O Estado angolano - e a maioria dos Estados africanos - negou a instalação do AFRICOM em seu território. Em Angola, a nova Constituição aprovada em 2009 encerra definitivamente essa possibilidade¹⁸².

Nos últimos 9 anos de paz, Angola está sendo vista pelos países vizinhos como um fator de estabilidade nas regiões da SADC e CEEAC. Segundo Morgenthau,

“tudo o que uma nação faz ou deixa de fazer pode ser levado em conta, a seu favor ou contra, como um reflexo de sua filosofia política, de seu sistema de governo ou do seu modo de vida. Uma realização no campo interno de uma nação que possa ser apreendida por outras, em termos de suas respectivas aspirações, só poderá acrescentar poder a essa nação. Um fracasso interno, desde que igualmente percebido por outras nações, tenderá a reduzir seu poder”¹⁸³.

Ao analisar a ‘entente’ no sistema das Nações Unidas, Wigth afirma que, “a existência das Nações Unidas exagerou a importância internacional das potências ‘have-not’, permitindo a elas se organizarem para formar um grupo de pressão com peso diplomático e propagandístico muito maior do que seriam capazes de outra forma”¹⁸⁴

Para os realistas, a segurança internacional depende da balança de poder entre as unidades do sistema. Segundo esses teóricos, o sistema bipolar favoreceria o equilíbrio, por se basear na ameaça de uma guerra nuclear que não interessava a nenhuma das partes, enquanto o sistema multipolar tende a ser instável. Nesse sentido, afirma-se que o fim da Guerra Fria não reduziu a ameaça de guerras e, além disso, introduziu novos perigos. A paz, como a guerra, dependeriam mais da estrutura do sistema internacional do que da natureza dos Estados individuais¹⁸⁵.

Em 1993, um artigo da revista 'Foreign Affairs' de Huntington alcançou grande repercussão internacional por explicar a importância das culturas locais como motivadoras de

¹⁸² *A Nova Constituição da República de Angola*. Luanda, janeiro de 2010 art. 12º ponto 4.

¹⁸³ MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003 p. 293.

¹⁸⁴ WIGHT, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002 p. 245.

¹⁸⁵ BARBER, James. *South Africa in the Post-Cold War World*. Johannesburg: Bradlow Series 8. The South African Institute of International Affairs, 1996 p. 4

alianças e choques no mundo contemporâneo¹⁸⁶. Para Huntington, o mundo estaria dividido em oito grandes civilizações: ocidental, sínica, islâmica, africana, latino-americana, japonesa, hindu e ortodoxa. Os focos de tensão se encontrariam sobretudo na interseção de um ocidente orgulhoso – mas em declínio – com uma Ásia orgulhosa e com uma economia cada vez maior e um Islã intolerante e demograficamente pujante, sendo as fronteiras nacionais as zonas de conflito mais prováveis¹⁸⁷. A perspectiva de Huntington entra em choque direto com as doutrinas liberais, de autores como Francis Fukuyama. Para estes, o curso natural da história levaria a democracia liberal a disseminar-se, espalhando com ela os valores ocidentais e a paz entre os povos.

Jackson, por sua vez, argumenta que

“os Estados do terceiro mundo radicalizaram a sociedade internacional pela introdução de ideologias coletivas e objetivos que desafiaram a doutrina da soberania positiva clássica particularmente na área de economia internacional. (...) O novo Grupo dos 77 países não-industrializados, cujo número de membros chegou a 128 em 1989, tornou-se a expressão coletiva do mundo subdesenvolvido nas relações internacionais”¹⁸⁸.

As relações internacionais são predominantemente amorais ou imorais, segundo Wigth, que reconhece que a moral desempenha um papel secundário no processo decisório. Segundo esse autor, o termo ‘política do poder’ é uma tradução da palavra alemã ‘Machtpolitik’ que significa a condução de relações internacionais por intermédio da força ou ameaça do uso da força, sem consideração pelo direito ou pela justiça¹⁸⁹.

Os novos regionalismos da política externa de Angola, como a participação desse país em diversas iniciativas internacionais (CEEAC, CGG, SADC, ZOPACAS, CPLP, PALOPs), adequam-se bem ao conceito de ‘política do poder’ de Wigth, que se refere à política das potências ou das unidades políticas independentes que não reconhecem poder político superior¹⁹⁰. Ao contrário de Hans Morgenthau¹⁹¹, um dos autores mais influente do realismo, Wigth não teve a pretensão de explicar que toda a política externa tem como objetivo a busca do interesse nacional definido em termos de poder. Embora a obra de Edward H. Carr¹⁹² tenha

¹⁸⁶ HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

¹⁸⁷ HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.

¹⁸⁸ JACKSON, Robert H. *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 p. 114-145.

¹⁸⁹ WIGHT, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002 p. 8-9.

¹⁹⁰ WIGHT, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002 p. 23.

¹⁹¹ MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003.

¹⁹² CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ipri/Funag, Editora Universidade de Brasília, Imesp, 2002.

influenciado Wigth, este não se descreve como realista¹⁹³, nem se apresenta como alternativa à utopia, nem tampouco se serve da análise marxista da ideologia. Wigth também não ataca o ‘moralismo’ de George Kennan¹⁹⁴, cuja perspectiva realista foi uma tentativa de aconselhar a política externa dos EUA.

Todas essas análises convergem na ideia de que o Estado permanece sendo o detentor do monopólio da força legítima em seu território, inclusive aqueles que participam de organizações multilaterais, pois somente o Estado pode decidir quanto de sua soberania deseja ceder. Sejam as ONGs, as empresas transnacionais ou as organizações multilaterais, por maior que seja a influência de cada um desses atores, eles operam de acordo com a jurisdição dos Estados em que atuam, ou de acordo com o poder outorgado em tratados assinados pelos representantes desses mesmos Estados.

Exemplo deste fato é a forma como foi encerrada a MONUA (Missão dos Observadores das Nações Unidas em Angola), em que o Estado angolano declarou, no fim de dezembro de 1998, que a presença da força de paz da ONU em Angola não era mais necessária e que o governo tomaria medidas apropriadas para a pacificação do país. A ONU, reconhecendo o fracasso da missão, retirou o último contingente da MONUA em janeiro 1999, deixando apenas os seus funcionários permanentes do escritório em Angola.

Existem casos notáveis de *misperception* em relação ao meio internacional, como foi na guerra das Ilhas Malvinas¹⁹⁵ quando em 1982, o governo da Argentina e seus estrategistas julgaram que teriam o apoio dos EUA e tentaram retomar pela força a soberania sobre as ilhas ocupadas pela Grã-Bretanha. Caso semelhante ocorreu com o envolvimento direto da África do Sul na Guerra civil em Angola, com a expectativa frustrada de receber o apoio do mundo ocidental. A ocupação ilegal da Namíbia e o regime do *apartheid* na época impediram que aquelas expectativas se realizassem¹⁹⁶.

No entender de Jervis, a imagem que os principais atores formam uns dos outros e das circunstâncias têm um papel decisivo nos eventos internacionais. O autor discute a questão das diferenças de percepção como fonte de explicação para a formulação de políticas e para o desencadeamento de fenômenos internacionais, considerando fatores sistêmicos como a configuração da distribuição do poder e o nível de institucionalização que efetivamente influenciam os fenômenos internacionais.

¹⁹³ Wigth contradiz-se ao assumir a posição de que a política mundial é um jogo de interesses entre os países, que vai de alargar a sua influência à expansão do seu poder, manifestação de pensamento realista.

¹⁹⁴ KENNAN, George Frost. *American Diplomacy, 1900-1950*. Chicago: University of Chicago Press, 1951

¹⁹⁵ Falklands, para os ingleses.

¹⁹⁶ JERVIS, Robert. *Perception and Misperception in International Politics*. Chicago: Princeton University Press, 1976

Na realidade africana, José de Sá Pimentel constata também a *misperception*, ao afirmar que “o setor privado brasileiro não está familiarizado com as diferenças entre os diversos países africanos, tendendo a julgar a África como um todo em função dos aspectos negativos ressaltados pela imprensa”¹⁹⁷. Igualmente, conta-se que à época da Conferência do Rio de Janeiro (1947), os negociadores brasileiros insistiam para receber ajuda ao desenvolvimento, mas o secretário Marshall teria respondido, irritado, que o Brasil deveria estar oferecendo ajuda para reconstruir a Europa¹⁹⁸.

Angola, embora responda uma pequena fração do comércio mundial, é uma economia importante no contexto africano e tem interesse na consolidação das regras multilaterais e na formação de uma ordem internacional que seja ao mesmo tempo mais previsível e igualitária. A política externa de qualquer país – e Angola não é exceção – procura responder a três indagações, que norteiam as diretrizes e as ações diplomáticas. Em primeiro lugar, para Angola, as parcerias externas são um complemento indispensável para os esforços de desenvolvimento, embora não tenha deixado de ser verdade que o fator determinante continua a ser as boas políticas internas. A segunda pode ser encontrada nos princípios que tradicionalmente têm orientado a política externa de Angola, como os da não-intervenção, respeito à autodeterminação, não-ingerência em assuntos internos de outros países e solução pacífica de controvérsias. Angola almeja uma ordem internacional, cujos processos decisórios sejam abertos a um número maior de nações, em especial às sociedades em desenvolvimento. Essa meta pressupõe, entre outras mudanças, a reforma dos organismos e procedimentos multilaterais. A política externa de Angola busca a autonomia pela integração articulada com o meio internacional, principalmente com os países do Atlântico Sul, em uma estratégia de fortalecimento de suas reivindicações de desenvolvimento e de valorização da cooperação Sul-Sul.

Percebe-se que a balança comercial dos países do Sul continua a exibir os traços do padrão colonial de especialização econômica: exportação de produtos agrícolas e matérias-primas minerais, incluindo, no caso de alguns países (Angola, Nigéria, Gabão), o petróleo; e importação de bens de capital, máquinas, bens manufaturados e energia, largamente adquirida pela maioria dos países¹⁹⁹. Frente a esse cenário de assimetria, e em meio às dificuldades financeiras enfrentadas por Angola, depreende-se que o relacionamento com os países

¹⁹⁷ PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Relações entre o Brasil e a África subsaariana*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 43, nº. 1, 2000, p. 10.

¹⁹⁸ SATO, Eiti. *O Papel Estabilizador dos Países Periféricos na Ordem Internacional: Percepções e Perspectivas*. São Paulo: Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, 1997.

¹⁹⁹ MOSCA, João. *Encruzilhadas da África: Enfase para os Palop*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2001.

africanos deve ser valorizado, mesmo por que os Estados africanos são vistos como capazes de favorecer um intercâmbio político e comercial mais equilibrado. No quadro geral da política externa, a manutenção das relações no continente africano é percebida como relativamente vantajosa em termos comerciais. A crise que se impõe à África afeta suas relações comerciais, implicando uma atenção diferenciada para o continente africano, que não pode deixar de ser uma região essencial para a promoção dos interesses de Angola. Segundo Ribeiro, “tal fato repercute diretamente na composição do fluxo de comércio, pois, a menor participação na corrente internacional de comércio inibe a capacidade de absorção de novas tecnologias e a própria eficácia e viabilização de projetos estruturais”²⁰⁰.

Na visão de Angola, acordos regionais aumentam a capacidade de atuar de modo mais assertivo na elaboração de regimes internacionais de importância essencial para o país. Combinadas as perdas e ganhos de autonomia, o saldo é certamente positivo para Angola, o que vale também para os seus parceiros. O Estado angolano deu sua contribuição à paz ao defender o desarmamento, atuando com grande destaque em fóruns, como a Comissão de Desarmamento, e em negociações sobre o banimento de minas anti-pessoais, sobre proibição do comércio ilícito de diamantes, sobre verificação de fontes de financiamento de conflitos e sobre regulamentação do comércio lícito de armamento leve e armas pequenas²⁰¹.

Vale realçar a categoria vista como custo-África, que engloba um contexto no qual se identifica a conjunção de variáveis tanto econômico-comerciais quanto políticas. No primeiro caso, ela se atrela ao arrefecimento da intensidade comercial entre os próprios países africanos. No plano político, a categoria vista como custo África engloba a percepção amplamente difundida, e posteriormente consolidada, de que a insistência no relacionamento com o continente africano tem um custo relativamente elevado para a política externa do país. De fato, esse custo África está associado à ideia de que as lutas por libertação e a conquista das independências ocorridas entre as décadas de 1960 e 1970 não lograram pôr fim a maior parte dos conflitos vivenciados no continente africano. Já na década de 1980, cristalizou-se a imagem de que os Estados da África, em comparação ao seu período colonial, ainda são de uma forma impressionante frágeis; tanto quanto em umerosos. Em sua maioria, estão Estruturados, a partir de elites étnicas. Estes Estados são considerados incapazes de gerar instituições nacionais que assegurem a aplicação e o cumprimento de leis e contratos²⁰².

²⁰⁰ RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, vol.51 nº 2 July/Dec. 2008 p. 67.

²⁰¹ MOSCA, João. *Encruzilhadas da África: Ênfase para os Palop*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2001.

²⁰² MOSCA, João. *Encruzilhadas da África: Ênfase para os Palop*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2001.

A natureza do pacto social, expresso pela ordem constitucional e seus processos, não cria um nível de coesão social capaz de garantir a paz em tempos de crise. Esse fato está relacionado à prevalência dos sistemas de partidos únicos que, sob qualquer forma e intento, faz proliferar o modelo de Estado de partido único como fundamento de unidade e bem-estar social geral, frustrando as expectativas criadas ao longo da descolonização, acarretando em um processo desenfreado de crises e desacertos²⁰³.

A intervenção da mídia nos cenários políticos, econômicos e sociais dos Estados tem resultado em comportamento proativo e cooperativo dos países africanos, principalmente com o uso da diplomacia aberta, que é fruto das revoluções políticas e comunicacionais do século XX, ao abrir parte do exercício diplomático ao conhecimento das massas, que passaram a fazer parte desse processo. Leonardo Valente²⁰⁴ afirma que a diplomacia aberta trouxe novos fenômenos nas relações internacionais como a telediplomacia²⁰⁵, fotodiplomacia²⁰⁶ e a diplomacia instantânea ou em tempo real²⁰⁷. Segundo Valente “a diplomacia em tempo real é uma das mudanças mais marcantes no relacionamento entre Estados na Era da Informação, e com mais implicações, também. Com os modernos meios de comunicação, o tempo de reflexão e respostas para muitos casos ficou curto, muitas vezes mínimo. É preciso prontidão e discurso coeso entre os vários oficiais do governo, das mais diferentes áreas, para que a política externa de um país não seja marcada por incoerências, contradições e eventuais prejuízos”²⁰⁸.

A diplomacia secreta é uma forma de relacionamento com total isolamento e exclusão da mídia e do grande público das negociações e de seus relatórios. A viagem de Henry Kissinger à China, em 1971, com vistas a avaliar as chances de reaproximação diplomática sino-americana, é um exemplo de diplomacia secreta²⁰⁹.

Igualmente, serve de exemplo as negociações desenvolvidas entre Washington e Moscou que resultaram na redução substancial de armas de destruição em massa. As negociações decorriam de forma secreta entre os sábios criteriosamente selecionados, dois em

²⁰³ SYLLA, Lanciné. *Tribalismo et parti unique en Afrique noire*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Science Politique, 1977.

²⁰⁴ O autor faz um estudo profundo sobre as mudanças que as tecnologias da informação estão a provocar nas interações entre o Estado, os grandes meios globais de comunicação e as implicações na política externa do país, de maneira mais ampla, nas suas relações internacionais.

²⁰⁵ Redes de televisão com transmissão em escala global

²⁰⁶ Distribuição de fotos em tempo real para agências internacionais de notícias

²⁰⁷ Agentes diplomáticos se vêem em situações de ações ou declarações de Estados e demais atores estrangeiros nas quais a réplica precisa ser dada imediatamente, às vezes até mesmo ao vivo.

²⁰⁸ VALENTE, Leonardo. *Política Externa na Era da Informação: O Novo Jogo do Poder, as Novas Diplomacias e a Mídia como Instrumento de Estado nas Relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007 p. 111.

²⁰⁹ KISSINGER, Henry. *Memórias 3º Volume: Anos de Renovação*. Topbooks: UniverCidade, 2001.

cada um dos países. Cada parte sabia perfeitamente que nenhuma delas tinha autoridade para assumir compromisso porque ambas estavam abaixo do nível hierárquico do embaixador, e a brincadeira sobre serem descartáveis era porque, se uma parte ultrapassasse os limites, poderia ser mandada de volta para Washington e para Moscou anunciando-se polidamente que tudo não passara de um erro²¹⁰. A alternativa que negociadores de sucesso usam é procurar decidir interesses opostos com base em critérios objetivos e não no confronto de vontades. Nesse caso, nenhuma das partes precisa ceder e ambas poderão aceitar o que for justo. Critérios objetivos não só criam relacionamento melhor, mas também produzem um resultado melhor.

A diplomacia tradicional clássica tende a caracterizar-se como secreta, até porque era praticada entre os principais responsáveis políticos, no caso das monarquias, o rei, não sendo acessíveis à maioria da sociedade civil. O embaixador era representante direto do rei. Mas, como o mundo se tornou mais democrático e acessível à mídia, torna-se cada vez mais difícil viabilizar esta forma de relacionamento entre Estados.

O grande público demanda cada vez mais informações sobre negociações em política externa e, geralmente, a mídia satisfaz essa demanda. A diplomacia fechada é hoje utilizada em casos extremos, cujas negociações claramente são prejudicadas pela interferência dos veículos de comunicação. E isso requer uma alta capacidade de articulação nos contatos de forma secreta. Exemplo desse tipo de diplomacia, são negociações que com frequência ocorrem entre as autoridades da RDC e de Angola para evitar conflitos transfronteiriços entre ambos. Com muita frequência, a fronteira entre os dois países se transforma em foco de tensão devido a migrações ilegais dos cidadãos da RDC para Angola, cujo repatriamento dos mesmos resultam na retaliação do governo de Kinshasa na forma de expulsões de angolanos legalmente estabelecidos no seu país²¹¹.

Os políticos e os diplomatas têm preferência clara pelo uso da diplomacia secreta para redução ou inexistência de impactos negativos perante o público de possíveis fracassos nas negociações internacionais e assim têm maior margem de manobra para resolver impasses e conflitos internacionais que envolvem longo e penoso processo de barganha entre

²¹⁰ Informações obtidas com os professores durante a estadia do autor desta tese na Escola Superior de Engenharia Naval em Pushkin na República Federativa da Rússia no período de setembro de 1987 – março de 1991.

²¹¹ Jornal de Angola edição de 23 de maio de 2009.

compromissos e concessões que implicam riscos para os lados, que certamente, o público não está preparado para entender esse processo e pode influenciar em seu fracasso²¹².

Já a diplomacia de portas fechadas²¹³ não é exclusivamente secreta, pois “tem uma participação limitada da mídia e um conhecimento restrito por parte do grande público. Os encontros, as missões e as viagens têm em boa parte de seus andamentos explicitamente vetados aos veículos de comunicação, que aceitam esse tipo de postura em troca de uma ampla difusão de parte das negociações e de resultados”²¹⁴.

Angola tem granjeado uma imagem de grande respeitabilidade e idoneidade política junto da comunidade internacional fruto do seu desempenho político – diplomático, particularmente quando foi membro não permanente do Conselho de Segurança da ONU em 2003/2004. Angola tem assumido um papel de relevo na resolução dos conflitos na África Central e na região dos Grandes Lagos, dando provas de maturidade e responsabilidade política e democrática, com as medidas que tomou para a consolidação da paz, a reconciliação nacional e democracia interna no país. Sua intervenção na crise pós-eleitoral de 28 de novembro de 2010 na Costa do Marfim, como se verá mais adiante nesta tese, foi crucial.

O estado angolano considera que a inserção condigna de Angola na África, especialmente nas regiões da SADC e da CEEAC passa necessariamente pela adaptação da política externa à mudança de paradigmas econômicos, sociais e políticos determinadas pelos fenômenos da regionalização e da globalização. As ações da política externa procuram salvaguardar a segurança necessária para que o país se reconstrua e disponha dos recursos, da tecnologia e dos investimentos de que necessita para o seu rápido desenvolvimento.

Angola age junto das entidades multilaterais, regionais e bilaterais no sentido de desenvolver ações político-diplomáticas que conduzam ao estabelecimento de alianças e pontos de apoio geopolítico para o alcance dos objetivos nacionais. Essas ações são concebidas à luz de cada momento histórico concreto, em uma perspectiva técnica, e defesa

²¹² VALENTE, Leonardo. *Política Externa na Era da Informação: O Novo Jogo do Poder, as Novas Diplomacias e a Mídia como Instrumento de Estado nas Relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007 p. 83.

²¹³ A diplomacia de portas fechadas, para muitos autores, quase sempre é acionada por terceiro agente, em geral o mediador, e isso torna possível a divulgação do evento, sem prejuízo da imagem para as partes envolvidas e por isso goza de mais legitimidade e legalidade para todos os interessados. As relações quase sempre são caracterizadas pela existência de dois Estados inimigos ou em posições extremamente antagônicas. Enquanto que a diplomacia secreta quase sempre é marcada pelo encontro voluntário de dois inimigos dispostos a ações pacíficas. Finalmente, a diplomacia aberta é caracterizada pelo total acesso da mídia aos processos de negociação internacional. As três modalidades têm vantagens e desvantagens, ver (VALENTE, 2007 P. 80-88).

²¹⁴ VALENTE, Leonardo. *Política Externa na Era da Informação: O Novo Jogo do Poder, as Novas Diplomacias e a Mídia como Instrumento de Estado nas Relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007 p. 84.

permanente dos interesses nacionais guiada na aplicação pragmática da política de independência.

Nas suas relações com a comunidade internacional a República de Angola proclama a paz, defende a cooperação como sistema de convivência e a igualdade jurídica dos Estados, promove a negociação como meio para a resolução dos conflitos, reconhece o Direito Internacional como norma de conduta dos Estados nas suas relações, promove a resolução de conflitos através de meios jurídicos e pacíficos e subscreve a necessidade do reforço e consolidação das organizações multilaterais regionais e internacionais ao serviço da paz e do desenvolvimento das nações.

A percepção do presidente José Eduardo dos Santos das alterações no mundo socialista que antecedeu a queda do Muro de Berlim levou a abertura de Angola ao Ocidente, com o lançamento do SEF (Programa do Saneamento Económico Financeiro) como parte da estratégia de busca de paz que permitiu a entrada de Angola como membro associado do FMI²¹⁵ em que o único voto contra foi de Washington. Enquanto isso, as conversações entre o MPLA e a UNITA continuavam intermitentemente no Zaire e depois em Portugal, até que o governo angolano fez a concessão - chave desejada pelos americanos, em que concordaram em uma política multipartidária em troca da UNITA aceitar o cessar-fogo e renunciar à violência. Nessa altura, o campo socialista mudara internacionalmente, e o MPLA abandona efetivamente o marxismo como base teórica e opta pelo socialismo - democrático²¹⁶.

No período entre 1987 e 1991, começou-se a por em causa as virtudes da forte intervenção estatal no domínio económico, abrindo caminho para a redescoberta da economia de mercado, do papel do empresário nacional privado e das vantagens da inserção nas instituições e organismos financeiros internacionais, entre os quais FMI e Banco Mundial.

Três paradigmas podem ser identificados entre 1975 e 2009, quais sejam o paradigma pró-soviético, o paradigma pró-ocidente e o paradigma universalista. O primeiro paradigma supunha que um relacionamento especial com a URSS constituía a maneira mais eficiente de alcançar o interesse nacional, ou seja, o desenvolvimento. Seja em uma vertente pragmática, em que se barganhava o alinhamento, seja em uma vertente ideológica, em que se expressava a congruência de valores e princípios sem um aproveitamento das oportunidades da aliança, esse paradigma permaneceu como norteador da política externa angolana por 17 anos (1975-1992). A formação do paradigma pró-soviético foi uma opção necessária no mundo bipolar. O processo de descolonização não deixou muitas alternativas para se alcançar a soberania

²¹⁵ Boletim Estatístico de 2001 a setembro de 2009 do Banco Nacional de Angola

²¹⁶ ALMEIDA, Ndalú Ondjaki. *Os da minha rua*. Lisboa: Editorial Caminho, março de 2007.

nacional e a percepção da realidade conduziu o país a uma aproximação com a União Soviética. A partir de 1992, em cumprimento aos Acordos de Paz de Bicesse e com o fim da Guerra Fria, a aliança pró-comunismo perdeu espaço na política externa de Angola, dando lugar a um novo modelo de inserção do país de relacionamentos políticos estratégicos, principalmente pró-Occidente.

Atualmente, a República de Angola defende seus interesses nacionais através da participação ativa nas organizações internacionais de que faz parte. Essas ações são desenvolvidas no âmbito das Nações Unidas e seus organismos especializados, na União Africana, na Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC, na Comunidade Econômica dos Estados da África Central – CEEAC, na Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP (tratados nesta tese no capítulo 3), na ZOPACAs, na Comissão do Golfo da Guiné – CGG (tratados no capítulo 4). Todos estes organismos são parte dos novos regionalismos da política externa de Angola.

2. CONDICIONANTES ESTRUTURAIS DA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA

2.1 IMPACTOS DA GUERRA FRIA NOS CONFLITOS AFRICANOS

Depois da Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos e União Soviética polarizaram o poder no sistema internacional, formando dois blocos ideológicos distintos, enquanto a Europa perdia a liderança para essas duas superpotências. Os demais Estados procuraram enquadrar-se nas órbitas de influência soviética e norte-americana, e a África não teve outra opção²¹⁷. A possibilidade de autodestruição da humanidade ia tornando-se uma realidade, em vista de em umerosos conflitos entre os países aliados das superpotências, e do aumento da possibilidade de proliferação nuclear clandestina (contrabando de armas de destruição em massas). Na África, a rivalidade bipolar apresentou uma expressão bem visível. Muitos conflitos ocorreram em países de menor desenvolvimento relativo, onde a transição de país colonizado a Estado livre se processava com dificuldade; esses países foram abandonados pelas grandes potências após o fim da Guerra Fria.

Nos anos 60, os EUA tentaram uma aproximação com Angola em nome dos valores ocidentais e do anti-colonialismo, multiplicando as declarações formais de apoio à independência do continente africano²¹⁸. Apesar da retórica oficial de cooperação, Angola era um palco perfeito para o *low intensity conflict* (LIC), por ser um país suficientemente remoto para que as consequências de um conflito entre os blocos não afetasse a opinião pública ocidental²¹⁹. Situação análoga ocorreu em países como Moçambique, Etiópia, RDC, Nigéria, e Nicarágua, em que facções apoiadas (treinadas, municadas e financiadas) por cada uma das superpotências iniciariam uma guerra violenta que não reverteu benefícios duradouros para os Estados que dela participaram.

Até 1990, toda a organização com propósitos semelhantes aos da *Commonwealth* ou da Comunidade Francófona, sem clara inserção em uma das esferas de influência da Guerra Fria, foi reduzida à inoperância quase absoluta. Mesmo a Comunidade Econômica Europeia, precursora da União Europeia no processo de integração, não teve uma orientação clara de alargamento aos países do Leste europeu antes de 1989. Pode-se observar, também, que o

²¹⁷ GADDIS, John Lewis. *The long peace: elements of stability in the postwar international System*. International Security, n. 10, primavera 1986 p. 99-142

²¹⁸ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca dde História, 2010 p. 43.

²¹⁹ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca dde História, 2010 p. 43-45.

aparecimento de novos processos de integração regional, como o MERCOSUL, na América do Sul, ou a CEEAC e SADC, na África Subsaariana, apenas foram possíveis após o desaparecimento da disputa por zonas de influência entre a URSS e os EUA.

Nas definições de diversos autores, o conceito de conflito²²⁰ aparece associado às situações nas quais dois ou mais atores disputam o acesso a determinado recurso escasso. A literatura sobre o assunto é bastante ampla, e merece cuidadosa análise do pesquisador²²¹. Autores clássicos argumentam que a natureza do ser humano está nas origens do conflito social.²²² Outros autores, em uma concepção mais abrangente para o termo conflito, definem-no como um fato indissociável da evolução do homem e das sociedades²²³. Na visão de Vicenç Fisas, a fragmentação regional do continente africano, associada à busca de identidade cultural e à manipulação das populações por pressão política, econômica, ou religiosa, são alguns dos aspectos geopolíticos que conduzem sistematicamente ao surgimento de conflitos nesses Estados²²⁴.

A África Subsaariana apresenta uma inserção internacional complexa. Verifica-se a existência de alianças entre as elites dos países africanos e interesses políticos e econômicos externos ao continente, principalmente das ex-metrópoles colonizadoras, o que compromete significativamente o processo de aquisição de autonomia pelos países recém-independentes. Como fator agravant, persistem a má distribuição das riquezas e a discriminação étnica, que se refletem na representação desigual nas estruturas burocráticas dos países independentes.

²²⁰ Em uma abordagem, Ernest-Otto Czempiel & James N. Rosenau, associam o termo conflito de maneira teórica e sintética, a uma incompatibilidade ou diferendo de posições entre atores, essencialmente, transportando o termo para além do âmbito militar e belicista, ao dar-lhe uma maior abrangência e um cariz mais social. Ver, CZEMPIEL, Ernst-Otto & ROSENAU, James N. (Orgs.). *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília: 1ª Edição, Universidade de Brasília, Brasília 2000.

²²¹ Ver, VIANA, Vítor. *Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto Defesa Nacional, 2002; KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Editora Gradiva, 2ª Edição, Lisboa, 2002; MONTEIRO, António. *As Nações Unidas e a Prevenção de Conflitos*. Lisboa: Instituto Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, Outono-Inverno Nº95/96, 2ª Série 2000; NEY, Joseph S. Jr. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Editora Gradiva, 2002 e RAMSBOTHAM, Oliver, et al. *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity Press, 2ª Edition, 2006; BRANCO, Carlos Martins. *A ONU e o processo da Resolução de Conflitos: Potencialidades e Limitações*. Lisboa: Revista Relações Internacionais, Instituto Português Relações Internacionais, dezembro 2004; CRAVINO, Janete. *Conflitos Internos: Resolução de Conflitos*. Lisboa: Revista Militar, Nº 11, 57º Volume, II Série, novembro de 2005; FISAS, Vicenç. *Cultura de Paz y Gestión de Conflictos*. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição, 2004; MARSHALL, Monty G. & GURR, Ted Robert. *Peace and Conflict 2005: A Global Survey of Armed Conflicts, Self-determination Movements, and Democracy*. Maryland: University of Maryland, Center for International Development and Conflict Management (CIDCM), April 2005.

²²² HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Col. Os Pensadores. Ed. abril Cultural, 1979 cap. 14 p. 76-80.

²²³ SWANSTRÖM, Niklas et WEISSMANN, Mickael. *Conflict, Conflict Prevention, Conflict management and Beyond: a conceptual exploration*. Washington: Central Ásia-Caucasus Institute, Concept Paper, 2005 p. 7.

²²⁴ FISAS, Vicenç. *Cultura de Paz y Gestión de Conflictos*. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição, 2004, 52-62.

O projeto euro-americano de implantação de democracias representativas no período pós-colonial apenas agravou a instabilidade política da região. Informações coligidas ao longo da pesquisa indicam que somente as Repúblicas do Quênia e do Senegal não tiveram mudanças de governo por via violenta na história recente do continente. No Quênia, a substituição do primeiro presidente, Jomo Kenyatta, por Daniel Arap Moi deu-se após sua morte, em 1978. No Senegal, a substituição de Leopold Sedar Senghor, em 1981, por Abdu Diouf processou-se de maneira pacífica e por expressa manifestação da vontade do primeiro. Nos demais países africanos assistiu-se a uma instabilidade política permanente que resultou invariavelmente em golpes militares e no assassinatos dos titulares²²⁵. A democratização tem se mostrado um processo árduo para os africanos e, na maioria dos casos, não tem ocorrido de forma pacífica. A independência de Angola está relacionada à disputa bipolar, na medida em que os Estados Unidos e a União Soviética apoiaram lados opostos no conflito para assegurar a influência política sobre o país independente. Desse modo, as lutas de independência passaram a ser analisadas com uma sobrevalorização dos fatores externos, em detrimento dos componentes internos. Estes, por sua vez, ainda são frequentemente analisados com demasiada tônica nas raízes “étnicas” que teriam marcado o nascimento e a atuação dos três movimentos de libertação, a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA)²²⁶.

Em dezembro de 1975, vários mercenários foram capturados em Angola, em sua maioria americanos, britânicos e franceses, tornando-se o símbolo da intervenção estrangeira no país. Os interesses que estavam por detrás dos 13 homens capturados foram suficientemente fortes para transformar a guerra civil de Angola em um conflito que dominou

²²⁵ No Benin, Mathieu Kerekou, chegou ao poder em 1972, através de golpe de Estado, organizando somente eleições em 1996. Neste país houve 12 governos civis e militares em 16 anos de independência; No Burundi destaca-se o fato de que o início da independência foi dirigido por um sistema Monárquico que foi derrubado por um golpe militar, dirigido pelo então Primeiro-ministro, o capitão Michel Micombero, em 1966 que proclamou a República. Neste país, em quatro anos passaram cinco Primeiros Ministros, tendo dois deles sido assassinados. Aqui contam-se ainda a realização de quatro golpes de estado; Na Etiópia, de 1974 à 1991 foram derrubados cinco líderes destacando-se entretanto que três deles foram todos no mesmo ano, o fatídico ano de 1977; No Ghana destaca-se o fato de três dos golpes militares registados naquele país terem sido conduzidos pelo mesmo autor, o então capitão Jerry Rawlings; Na República do Congo (Brazzaville), registram-se quatro golpes militares, destacando-se o último, que foi executado pelo candidato derrotado nas eleições presidenciais, o atual presidente Denis Sassou Nguesso. Destaca-se, ainda que o presidente Marien Ngouabi foi assassinado em conspiração dirigida por um ex-presidente, o sr. Alphonse Massamba Débat que havia sido derrubado em 1969 (neste país estava uma base de um movimento de libertação de Angola, MPLA); no Burquina Faso houve três golpes de estado em três anos, no entanto, destaca-se o fato de o Coronel Sangoulé Lainzana ter se autogolpeado. Derrubou o governo em 1966, restabeleceu a democracia em 1969 e em 1974, voltou a governar com apoio exclusivo dos militares. Também, destaca-se o fato de Thomas Sankara ter sido golpeado pelo seu mais próximo amigo, o atual presidente Blaise Compaoré.

²²⁶ BRAVO, Manuel. *Angola: Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: ed. Hugin, 1996

toda a região austral durante duas décadas. A nova fase da guerra foi iniciada pela luta da África do Sul do *apartheid* para dominar a região, depois pela Guerra Fria, e, finalmente, pela ambição de Jonas Malheiro Savimbi, com a cumplicidade da comunidade internacional²²⁷. Os conflitos têm em comum o fato de não terem terminado graças a uma vitória ou a uma derrota militar, mas, como refere Luís Moita, “acabaram por via da negociação pacífica, da diplomacia, ou por desfecho político, ou simplesmente por inanição”²²⁸, mostrando que a resolução dos conflitos vem se dando por meio da construção da paz.

Entre 1990 e 2000, houve um crescimento do número de países africanos, em que democracia foi instituída como regime político. Os dados revelam que o número de democracias aumentou no continente, ainda que essas taxas digam respeito apenas à existência de eleições multipartidárias formais. Com certa frequência, registram-se fraudes eleitorais, irregularidades processuais graves e repressão aos partidos da oposição. Muitos processos eleitorais são manipulados, de maneira a assegurar a vitória dos candidatos do governo, o que dá origem a profundas tensões e ressentimentos no seio da sociedade²²⁹. Ainda, em países como Angola, Burkina Fasso, Camarões, Chade e Guiné Equatorial, que tiveram um longo período de controle estatal intrusivo sobre a sociedade, exige-se grande esforço para desembaraçar o emaranhado de leis que continuam a restringir a ação da mídia e da sociedade civil a fim de impedir a oposição política²³⁰. Em muitas circunstâncias, os blocos regionais também sucumbem às instabilidades políticas internas e às guerras de fronteira, ficando a democracia reduzida a uma formalidade sem significado real na África.

O fim da Guerra Fria mudou profundamente o ambiente de segurança internacional. Com o colapso do império soviético na Europa oriental e a desintegração da própria União Soviética, as ameaças de uma guerra em solo europeu e de uma guerra nuclear total desapareceram. Nas regiões periféricas, como no Camboja, El Salvador, Nicarágua, Moçambique, África do Sul, Angola e Namíbia, a desintegração do bloco soviético significou o encerramento dos conflitos que eram estimulados pela confrontação bipolar. Em decorrência dessa nova realidade, muitos autores passaram a incluir outros temas não militares nas suas análises internacionais. Entretanto, a maioria dos países em

²²⁷ RELA, Jose Manuel Zenha. *Angola o Futuro já Começou* Luanda: ed. Nzila, Coleção Universitaria, março, 2005.

²²⁸ MOITA, Luís. *A guerra e a paz nos nossos dias: Janus2005* Lisboa: Jornal ‘O Público’ e Universidade Autónoma de Lisboa, 2004 p. 125.

²²⁹ ERIKSSON, Mikael; SOLLENBERG, Margareta; WALLESTEEN, Peter. *Patterns of major armed conflicts, 1990-2001*. In: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). SIPRI Yearbook 2002: armaments, disarmament, and international security. Oxford: Oxford University Press, 2002 p. 63-76.

²³⁰ MARQUES, Gabriel Garcia & RISQUET, Jorge. *Angola and Namibia Changing the History of Africa*. Melbourne: Ed. Ocean Press, 1989.

desenvolvimento não se beneficiou dessas mudanças tanto quanto os países centrais. A maior parte dos Estados periféricos permaneceu em uma situação precária de segurança, que envolvia participação em conflitos internos e externos, além de uma série de novas ameaças, tais como surtos de doença e pandemias, situações ambientais críticas, consolidação do crime organizado, o acirramento dos ilícitos transfronteiriços e o surgimento de células terroristas internacionais na região.

A política externa dos EUA desde a Guerra Fria perseguiu dois objetivos: estender a amplitude territorial da propriedade capitalista, sobretudo onde ela se encontrava ameaçada; e garantir o funcionamento sem obstáculos do sistema de acumulação de capital, promovendo os interesses das corporações norte-americanas. Se o primeiro objetivo foi alcançado recorrendo-se a sessenta anos de intervenções militares e à corrida armamentista, o segundo foi avesso a este expediente e realizou-se mediante a construção de uma ordem multilateral na qual os Estados Unidos poderiam tirar partido de sua superioridade tecnológica e financeira.

O alcance da paz definitiva em Angola trouxe também as condições reais para a pacificação da RDC. Angola evitou a todo o custo que suas fronteiras servissem de entrada de grupos insurgentes vizinhos. A emergência de conflitos internos e inter-estatais, com consequências desastrosas em Angola e na África, chamaram a atenção dos governos do continente para o fato de que a paz é condição mínima para a condução do processo político democrático e para as políticas de desenvolvimento econômico. No entanto, os resultados da diplomacia não podem ser sempre quantificados e realizados imediatamente, exigindo-se uma ação permanente.

Para a conquista da independência angolana, foi imprescindível a ajuda das tropas cubanas, cuja presença no país pode ser dividida em três fases distintas. Na primeira fase, a mais festejada pela maioria dos angolanos, derrotou-se as forças de Jonas Savimbi nas zonas urbanas, tendo os remanescentes se refugiado nas áreas rurais. É desse momento o manifesto desafiador de Savimbi, ameaçando que não haveria paz em Angola, nem trânsito nas estradas ou portos em funcionamento, enquanto o regime de Luanda continuasse no poder graças aos soldados cubanos e ao armamento soviético²³¹. Na segunda fase, as forças cubanas ajudaram a sustentar o equilíbrio militar e a manutenção dos grandes centros urbanos, assim como os objetivos econômicos estratégicos (pontes, refinarias, portos, usinas hidrelétricas). A última fase tem início no final dos anos 80 e início de 90, quando milhares de cubanos civis juntaram-se aos angolanos para a tarefa de reconstrução de uma sociedade em ruínas. Os

²³¹ SAVIMBI, Jonas Malheiro. *Angola: a resistencia em busca de uma nova nação*. Ed. Agencia Portuguesa de Revistas, 1979.

cubanos construíram apartamentos a uma velocidade recorde, pontes foram refeitas em muitas províncias e professores e médicos foram espalhados pelo país.

O internacionalismo era uma vocação da qual os cubanos se orgulhavam. Enquanto estavam em Angola, os seus empregos ficavam reservados na terra natal, o seu salário era pago normalmente pelo governo, e os depósitos recebiam um acréscimo de 20% por horas extras. Em Angola, recebiam um salário em moeda nacional, o Kwanza, que cobria as suas necessidades básicas e todos os anos tinham um mês de férias em Cuba. Apesar das difíceis condições de trabalho, encaravam a labuta sem queixas e rapidamente se tornaram indispensáveis, estabelecendo relações de amizade com o povo angolano. Muitos estavam prontos a oferecerem-se novamente para uma nova vinda a Angola muito antes da primeira ter terminado²³². Em 16 de novembro de 1987, o governo de Cuba tomou a decisão de enviar mais soldados para Angola, para fazer frente à nova iniciativa militar sul-africana no norte da Namíbia, que tinha começado em março. Os sul-africanos, com apoio da Administração Reagan, preparavam-se para a mais ambiciosa ofensiva desde o início das hostilidades²³³. A decisão dos cubanos de lutarem contra essa ofensiva equivaleu, em importância histórica, à chegada do primeiro contingente de soldados, em novembro de 1975, pois sua participação impediu que as unidades sul-africanas e zaienses instalassem o governo da UNITA/FNLA em Luanda. Essa decisão deu corpo às declarações de Fidel Castro na Cúpula dos Não-Alinhados, em Harare/Zimbábue, em 1986, na qual afirmou que Cuba “ficaria em Angola até ao fim do *apartheid*” e em Havana, no princípio do mesmo ano, quando afirmou que Cuba estava preparada para ficar em Angola mais de 10, 20 ou até 30 anos²³⁴.

O contrabando de marfim, ouro e diamante de Angola pelos cubanos comandados pelo general Arnaldo Ochôa Sánchez²³⁵ estremeceu as relações entre cubanos e angolanos, que começaram a revelar sentimentos de indignação ante os abusos das tropas estrangeiras. Apesar deste fato, a maioria dos angolanos é grata pela ajuda cubana na preservação da integridade territorial do país. Do povo, ouve-se que

“muitos de nós não morremos, graças aos médicos cubanos que ajudaram; muitas mulheres deram luz a seus filhos porque os médicos cubanos ajudaram, muitas crianças se salvaram porque os médicos cubanos deram remédios, muitos angolanos aprenderam a ler e escrever porque os cubanos ensinaram.”

²³² BRAVO, Manuel. *Angola: Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: ed. Hugin, 1996

²³³ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca de História, 2010 p. 43-45.

²³⁴ ALMEIDA, Ndalú Ondjaki. *Os da minha rua*. Lisboa: Editorial Caminho, março de 2007.

²³⁵ <http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/ochoa.htm> O general Arnaldo Ochoa Sánchez foi chefe da missão militar cubana em Angola de novembro de 1987 à 1989, ano do seu fuzilamento em Cuba, por alegado envolvimento com o tráfico de drogas.

Desse modo, as denúncias sobre saques, destruição das refinarias de açúcar e roubo de marfim não diminuíram os sentimentos de gratidão da sociedade angolana pela contribuição cubana à consolidação da soberania nacional. A maioria dos intelectuais concorda que, se Angola se manteve una e indivisível, deve-se aos cubanos o reconhecimento desse feito. De fato, a história de Angola não nega essa realidade.

A partir de janeiro de 1989, a ONU manteve em Angola um grupo de observadores militares constituído na UNAVEM I (United Nations Angola Verification Mission I)²³⁶, criada pelo Conselho de Segurança da ONU com base na Resolução 626, de 20 de dezembro de 1988, para observar a execução dos Acordos de Nova Iorque. A ONU também mantinha em Angola suas agências de assistência humanitária e de apoio a infância. O grupo de observadores militares da UNAVEM I, comandado pelo general brasileiro Péricles Ferreira Gomes, tinha como objetivo fiscalizar o movimento das tropas cubanas em Angola junto à fronteira com a Namíbia, evitando que elas interferissem no processo na independência do país, e supervisionar a retirada total do território angolano até 1 de julho de 1991²³⁷. Muito antes da data prevista nos Acordos de Nova Iorque, a 25 de maio de 1991, o último contingente dos 50 mil cubanos estacionados em Angola retirou-se do país, em um ato presenciado pelos generais Péricles Ferreira Gomes e Pedro Maria Tonha ‘Pedalé’ (então ministro da Defesa de Angola). O chefe das tropas cubanas, no discurso improvisado de despedida, disse que os militares cubanos regressam à pátria “com a noção do dever internacionalista cumprido, pois tinham ajudado Angola a manter as suas fronteiras, a sua soberania, e o povo livre”. Em 6 de junho de 1991, o Secretário-Geral da ONU anunciava estar concluída a retirada das tropas cubanas de Angola, e ter a UNAVEM I ‘cumprido com êxito o seu mandato’.

Apesar da chancela internacional à retirada das tropas cubanas, os lobistas da UNITA em Portugal, desconsiderando a ação dos observadores militares da UNAVEM I e a ratificação do relatório da missão pelo Conselho de Segurança da ONU, publicaram no Semanário, na edição nº 7, de junho/julho de 1991, um artigo sob o título “Cubanos para dar e

²³⁶ A UNAVEM I surgiu como resultado da assinatura dos Acordos de Nova Iorque em 22 de dezembro de 1988 entre a República Popular de Angola, a República de Cuba e o regime de *Apartheid* da África do Sul, contemplando a retirada das tropas sul-africanas da Namíbia, que contra todas as resoluções do Conselho de Segurança da ONU e perante a complacência e silêncios da comunidade internacional, continuavam a ocupar ilegalmente a Namíbia. Um outro Acordo, bilateral, foi firmado entre a República de Angola e a República de Cuba, prevendo a retirada dos militares cubanos de Angola até 1 de julho de 1991. Ambos acordos assentavam em um quadro que visava a transição pacífica para a independência da Namíbia e a consolidação de um processo para pôr fim a guerra civil angolana.

²³⁷ MARQUES, Gabriel Garcia & RISQUET, Jorge. *Angola and Namibia Changing the History of Africa*. Melbourne: Ed. Ocean Press, 1989.

vender”. Neste artigo, afirmavam que o general brasileiro havia sido enganado, calculando-se que estavam ainda em Angola um contingente de cerca de cinco mil cubanos. Os cinco mil cubanos remanescentes em Angola, apontados pela UNITA de Lisboa, não chegaram a ser encontrados pelas fontes contatadas: embaixadas, governo, UNAVEM I, agências humanitárias, igrejas e muito menos a própria direção da UNITA²³⁸ foram incapazes de consubstanciar as denúncias. A verdade é que as potências mundiais incentivaram o conflito angolano apoiando posições opostas. Por isso, a primeira tentativa de buscar a solução para a guerra entre Angola e África do Sul consistiu em uma negociação conjunta, sugerida pelos EUA e conhecida como a política de *linkage*, que consiste no estabelecimento de uma negociação cruzada para a resolução de problemas relacionados – no caso específico, os Estados Unidos sugeria a retirada das tropas cubanas de Angola para resolver a guerra com a África do Sul. Uma vez terminada a Guerra Fria, os Estados Unidos, a Rússia (Ex-URSS) e Portugal compuseram uma *troika* de observadores e participaram ativamente nas negociações, monitorando a execução dos acordos de paz em Angola desde 1990.

A Representante Especial da ONU, Margaret Anstee, argumentava que

“os países mais intimamente ligados a Angola queriam verdadeiramente que a paz fosse restaurada, mas queriam uma ‘solução rápida’, particularmente as duas superpotências (Rússia e EUA), as protagonistas da Guerra Fria. [...] O resultado foi um acordo defeituoso desde o início, e um papel marginal para a ONU, fadado a ser ineficaz”²³⁹.

Anstee concluiu que a ONU não deveria voltar a aceitar envolver-se na implementação de um acordo de paz, se não tivesse participado na negociação dos seus termos e mandato. O processo de paz para Angola foi projetado para ser a missão da ONU cujo exemplo de administração pós-conflito fosse de baixo custo²⁴⁰. Mesmo assim, verifica-se que as intervenções da ONU continuam sendo retardatárias, se analisar-se a situação da guerra do Iraque, iniciada em 2003. Em Angola, as negociações foram tendenciosas por parte dos EUA, que procurou por todos os meios elevar o status da UNITA; a União, por sua vez, não soube aproveitar as oportunidades que lhe foram dadas, convencida que estava de que iria ganhar as primeiras eleições multipartidárias do país. Por esse motivo, não dispunha de um plano para conviver democraticamente em caso de uma derrota eleitoral. O Conselho de Segurança foi alvo de críticas pela sua falta de interesse no processo angolano. Com a sua atenção voltada para a Bósnia-Herzegovina²⁴¹, o Conselho de Segurança recusou-se a enviar

²³⁸ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002 p. 156

²³⁹ <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazAngolaUnavemII.htm> acessado em 10/2/11

²⁴⁰ Idem.

²⁴¹ Bósnia e Herzegovina é uma República Federal dos Balcãs, resultante da dissolução da Jugoslávia. Em 1992, a Bósnia e Herzegovina foram arrastadas para uma guerra civil sangrenta e devastadora. Já em 1995 logrou um

os 1.000 capacetes azuis requeridos pela UNITA como condição prévia para assinar o Protocolo de Abidjan – deixando a sua mediadora, Margaret Anstee, de mãos vazias²⁴².

Neste contexto estratégico, a sociedade internacional estabeleceu como prioridades o apoio ao desenvolvimento e a segurança partilhada, principalmente este último, que “é como o oxigênio, é fácil tomá-la como certa, até o começarmos a perder, depois não conseguimos pensar noutra coisa”²⁴³ Partindo do princípio teórico de que a paz é preferível à guerra e de que em alguns casos, é mais difícil manter a paz do que acabar com uma guerra, Charles-Philippe David assevera que “a diplomacia e as negociações para a paz são sempre preferíveis à guerra”²⁴⁴. Assim, a prevenção de conflitos tornou-se o tema central da moderna diplomacia, que acompanha sistematicamente as relações entre os atores no sistema político internacional.

Atualmente, para a comunidade internacional, a segurança na África é considerada uma prioridade estratégica, pois sem segurança não existe desenvolvimento sustentado, segurança do Estado ou bom funcionamento das organizações. A dimensão da segurança real é aquela centrada na pessoa humana. Esta percepção deriva do fato de que, após a Guerra Fria, os maiores problemas de segurança dos Estados têm origem no seu interior e são, em larga medida, questões sem caráter militar. Mesmo os problemas de escala supranacional só podem ser respondidos por organizações regionais compostas por Estados, havendo a necessidade de considerá-lo como um dos agentes fundamentais da segurança e do apoio ao desenvolvimento no continente africano²⁴⁵. A segurança humana não se garante pelo somatório da segurança de cada Estado, pois as fontes da insegurança vagueiam entre as fronteiras africanas. Contudo, o somatório da cooperação estratégica entre Estados e as organizações regionais africanas é capaz de fazer frente a esse desafio, em uma perspectiva mais abrangente de cooperação para a segurança e para o desenvolvimento²⁴⁶. Neste contexto, alguns autores²⁴⁷ consideram que as organizações regionais africanas são as instituições mais

acordo que foi assinado em Dayton que estipulou a formação de duas entidades territoriais na Bósnia e desde essa altura as forças da Organização das Nações Unidas encontram-se no território para garantir o cumprimento dos acordos de paz.

²⁴² <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/cronologia.php> acessado em 10/2/11

²⁴³ NEY, Joseph S. Jr. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História (Trajectos)*. Lisboa: Editora Gradiva, 2002, p. 223.

²⁴⁴ DAVID, Charles Philippe. *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001 p. 281.

²⁴⁵ BERMAN, Eric G. *French, UK, and US Policies to Support Peacekeeping in Africa: current status and future prospects*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, Paper N° 622, February 2002.

²⁴⁶ BERMAN, Eric G. *French, UK, and US Policies to Support Peacekeeping in Africa: current status and future prospects*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, Paper N° 622, February 2002.

²⁴⁷ BERNARDINO, Luís. *A prevenção e resolução de conflitos na África. O papel da CPLP no âmbito das Organizações Regionais Africanas*. Lisboa: Trabalho Individual de Longa Duração (TILD), Curso de

participativas nas dinâmicas da paz, enfatizando que reside nelas o futuro da segurança e do desenvolvimento sustentado no continente africano para o século XXI. Para Vítor Viana, a situação internacional atual é caracterizada como sendo “volátil, incerta e complexa, como resultado das características de um sistema marcado pela heterogeneidade de modelos políticos, culturais e civilizacionais”²⁴⁸.

No continente africano, verifica-se uma tendência de contínua da conflitividade, que se intensifica na razão inversa do desenvolvimento e da prosperidade das regiões. As principais causas dessa tendência são a luta pelo acesso a recursos naturais estratégicos e pelo poder²⁴⁹. Contribuem ainda para o crescimento exponencial das lutas armadas no continente: os conflitos étnicos intraestatais; os movimentos de libertação e de afirmação nacional; o fracasso da estrutura dos Estados e da inviabilidade deste em assegurar as suas principais funções. Assim, pode-se constatar atualmente uma evolução da conflitividade na África, cujo baixo desenvolvimento econômico e conflitos regionais contribuem para transformar o continente africano “no mais conflituoso e perigoso do mundo”²⁵⁰.

A insegurança na África afeta a estabilidade mundial, perturbando direta e indiretamente outros espaços geoestratégicos, o que exige uma resposta mais sensata por parte dos atores do sistema político internacional. Ao atrair a atenção de múltiplos atores, que se preocupam com o apoio ao desenvolvimento sustentado e com a segurança na África, estes atores atuam em cooperação do tipo bilateral ou multilateral, empreendendo políticas, estratégias e modelos de sustentabilidade. Seu objetivo é desenvolver uma resposta conjunta conducente à manutenção da paz, à garantia do desenvolvimento sustentado e à estabilidade regional na África. Devido a este paradigma, a Organização das Nações Unidas (ONU), para além da União Europeia, tem intervindo na África Subsaariana, com maior frequência e intensidade do que em qualquer outra parte do mundo²⁵¹.

A aparente falta de interesse dos países desenvolvidos em se envolverem diretamente na resolução de conflitos africanos conduziu a uma alteração de mentalidades e,

Estado-maior 2005/2007, Instituto de Estudos Superiores Militares. 2007; HOLT, Victoria K. e SHANAHAN, Moira K. *African capacity-Building for Peace Operations: UN Collaborations with the African Union and ECOWAS*. Washington DC: Henry L. Stimson Center, February 2005; SHULMAN, Mark R. *The Proliferation Security Initiative as a new paradigm for Peace and Security*. New Iorque: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2006

²⁴⁸ VIANA, Vítor. *Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto Defesa Nacional, 2002 p. 31.

²⁴⁹ MARSHALL, Monty G. & GURR, Ted Robert. *Peace and Conflict 2005: A Global Survey of Armed Conflicts, Self-determination Movements, and Democracy*. Maryland: University of Maryland, Center for International Development and Conflict Management (CIDCM), April 2005 p.3-10.

²⁵⁰ GRESH, Alain et all. *L'Atlas du Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatic, 2006 p. 40

²⁵¹ *Global Peace Operations: Annual Review of Global Peace Operations*. London: Lynne Rienner Publishers, 2006 p. 73

principalmente, de políticas no meio dos atores africanos. No continente, parece evidente uma vontade dos atores políticos africanos em adquirirem capacidades próprias, designadas por ‘iniciativas africanas’²⁵², que lhes possibilite uma autonomia na resolução de conflitos regionais, embora existindo o interesse em que o “financiamento e a assessoria sejam favoráveis aos países desenvolvidos, mas a intervenção direta de contingentes militares caberá preferencialmente a tropas africanas”²⁵³.

As organizações regionais africanas assumiram, após os atribulados processos de descolonização africano, uma estratégia de crescimento e de afirmação institucional que lhes tem garantido o reconhecimento da comunidade internacional, em face das políticas que vêm adotando no contexto africano e mundial. Particularmente no quadro atual da União Africana (UA), mas também as outras organizações africanas no nível sub-regional, tem-se intervido na mediação e prevenção de conflitos, na intervenção militar e na contenção da criminalidade, contribuindo globalmente para um reforço da segurança regional na África²⁵⁴. Os Estados africanos, débeis, com elevado *déficit* de soberania, apesar de se constituírem na pedra basilar das dinâmicas na África, transferiram para as organizações regionais africanas parte dos seus atributos, repousando nestas últimas grande parte das responsabilidades relacionadas com a satisfação das condições essenciais para as populações, principalmente o desenvolvimento social, económico, a boa governança e ainda a segurança humana.

Angola pode ser considerada uma protagonista decisiva para o término da Guerra Fria na África Subsaariana. A paz conquistada com os acordos de 31 de maio de 1991 foi quebrada após um ano e cinco meses, um pouco depois que as Nações Unidas, a Troika de Observadores (Portugal, Rússia e EUA) e toda a comunidade internacional consideraram as eleições, no seu conjunto, como justas e livres. A UNITA alegou como pretexto existir fraude eleitoral para retornar à guerra civil. Entretanto, o governo angolano, apesar de ter que se defender, empreendeu esforços de paz e de respeito aos compromissos assumidos, um comportamento positivo que consagrou definitivamente a legitimidade do governo saído das eleições junto à comunidade internacional através das diversas Resoluções da ONU.

Angola conduz uma política externa universalista, descartando os exclusivismos em sua inserção internacional. A diplomacia angolana é operacionalizada estabelecendo-se

²⁵² Tradução do autor dos termos ‘African Ownership’

²⁵³ CARDOSO, Fernando e FERREIRA, Patrícia. *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005 p. 21

²⁵⁴ CARDOSO, Fernando e FERREIRA, Patrícia. *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005 p. 66-70.

prioridades ou ênfases²⁵⁵. A primeira prioridade é a África Austral e Central, onde o país desenvolve intensos contatos com seus vizinhos. A pacificação e consolidação da democracia facilitam a emergência de mecanismos informais de consulta política, a exemplo da troika de observadores do caso Zimbábue. Essas iniciativas configuram alternativas realistas para melhorar as relações entre os seus países membros e foram recebidas de forma positiva por seus principais parceiros na região.

É fácil de compreender que os rumos tomados pelos governos de Agostinho Neto e depois José Eduardo dos Santos, ligados ao mundo socialista, e a resposta rebelde de Jonas Savimbi, com a bandeira da defesa do mundo capitalista, contribuíram para que as realizações diplomáticas do período de 1975 a 1992 fossem sufocadas pelo discurso do mundo bipolar da Guerra Fria. Aqueles dezessete anos foram dolorosamente perturbadores do ponto de vista da política interna, e parecem ter sido pouco interessantes do ponto de vista da política externa. Entretanto, após eleições de 1992, o desafio a diplomacia angolana estava lançada. O MPLA tornou-se partido governante legítimo nas eleições e não deixou de dialogar com as forças política do país, inclusive a UNITA belicista, as ONGs e as Igrejas, em busca de uma solução pacífica e uma estabilidade política que pudesse levar o país ao desenvolvimento²⁵⁶. A Política Externa tinha que identificar quais países haviam colaboravam com o grupo guerrilheiro na desestabilização da infraestrutura angolana e na privação dos direitos básicos dos cidadãos. Assim, podemos começar a estabelecer uma espécie de sequência de acontecimentos a partir da análise da bibliografia, documentos, discursos que contribuíram para o desfecho favorável da Paz em Angola.

Sango²⁵⁷, na sua tese sobre a democracia em Angola, situa a política interna do governo no domínio das fronteiras ideológicas, pautado pelo apoio incondicional ao socialismo e pelo alinhamento automático aos interesses de grupos e regionais. É possível afirmar que o autor incorre em um problema de interpretação muito comum dessa época: a complexidade entre política interna e as relações de grupos, caracterizada pela fragilidade da legislação pertinente que colocasse acima dos interesses pessoais, os interesses do país e uma aplicação de sanções efetivas aos infratores com base em regras claras estabelecidas para os objetivos maiores do país. Mesmo assim, essa análise esbarra na ausência de avaliação das

²⁵⁵ Documento. *Programa de governo do MPLA para o quadriênio 2009-2012*. Luanda, maio de 2008 p. 18

²⁵⁶ CORREIA, Pedro de Pesarat. *As implicações da descolonização de Angola no conflito pós-independência*. In: BRAVO, Manuel. *Angola: transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: ed. Hugin Editores, 1996 p. 45. Ver também, MORAIS, Beatriz. *A cooperação e a integração regionais da África Austral-SADC: O papel de Angola*. São Paulo: Centro de Estudos Africanos, Universidade de São Paulo, 1998 p. 43

²⁵⁷ SANGO, André de Oliveira João. *O modelo político angolano : perspectivas*. São Paulo: Tese (Doutorado), FFLCH/USP, 2002.

fortes influências externas que sempre foram exercidas sobre as elites angolanas devido à cobiça aos recursos minerais de que Angola é pródigo.

Em janeiro de 1975, já com o Acordo de Alvor em vigor, Henry Kissinger – secretário de Estado dos Estados Unidos – e o Comitê dos 40 expediram autorização de pagamento de 430.000 dólares para a FNLA, cujo líder, Holden Roberto, constava da lista de pagamentos da CIA desde 1961. Holden Roberto era cunhado de Mobuto – que era presidente do Zaire e cliente da CIA. O dinheiro dos EUA implicavam uma intensificação das suas operações contrárias ao MPLA a partir de 1975²⁵⁸. Simultaneamente, os EUA aumentaram o apoio à UNITA. Na transição para a independência, as emboscadas e assassinatos de membros do MPLA pelas duas forças rivais (FNLA e UNITA) desestabilizaram o país e ridicularizaram a partilha do poder no Governo de Transição²⁵⁹.

Por conseguinte, as forças sul-africanas entraram em Angola em agosto e depois em outubro de 1975. Segundo Jonas Savimbi,

“a entrada das tropas sul-africanas no Sul do país, nas zonas da UNITA, complicou imensamente a nossa política externa do movimento de guerrilha, porque os países africanos identificam a UNITA com o regime [do *apartheid*]²⁶⁰ na África do Sul. Aceitamos os problemas que advieram dessa situação de fato. Mas será estranhamente ingênuo que alguém acredite que a UNITA pudesse convencer os sul-africanos a envolverem-se em uma aventura de dimensões político-econômicas como era o caso de Angola. É ingênuo pensar-se que a África do Sul, que constitui um dos sustentáculos da economia do Ocidente, tivesse interferido em Angola por iniciativa própria. É elementar considerar-se que a África do Sul foi encorajada, senão solicitada, pelo Ocidente, para intervir em Angola”²⁶¹.

Ainda segundo Savimbi,

“a intervenção estrangeira em Angola, por cubanos, russos, sul-africanos e outras forças, foi consequência de Angola ser um país rico, que ocupa uma posição estratégica importante. Constituindo uma base potencial, pode atenuar ou acelerar choques na Namíbia, na África do Sul e no Zimbábue. Naturalmente, que a Rússia estava tão interessada em Angola, como a América. Simplesmente, a América estava desmobilizada. Tinha sofrido o traumatismo da derrota na guerra imperialista que sustentou no Vietnam e o escândalo Watergate”²⁶².

A conjuntura internacional na independência de Angola era caracterizada por um princípio de ruptura do equilíbrio de forças entre americanos e soviéticos. Durante muito

²⁵⁸ O MPLA durante o período da Guerra Fria foi caracterizado pelos seus críticos nacionais e internacionais como de ideologia marxista. O MPLA é um movimento de natureza nacionalista com forte influência do marxismo. Se analisarmos a posição dos vários dirigentes do movimento vamos verificar que enquanto uns tinham formação somente de origem nacionalista, outros além de nacionalista tinham formação marxista, mas mesmo dentro deste grupo nem todos consideravam marxista.

²⁵⁹ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca dde História, 2010 p.45

²⁶⁰ Grifo nosso

²⁶¹ SAVIMBI, Jonas Malheiro. *Angola: A Resistencia em Busca de Uma Nova Nação*. Lisboa: Ed. Agencia Portuguesa de Revistas, 1979 p. 70-71

²⁶² SAVIMBI, Jonas Malheiro. *Angola: A Resistencia em Busca de Uma Nova Nação*. Lisboa: Ed. Agencia Portuguesa de Revistas, 1979 p. 72.

tempo, a presença de tropas norte-americanas no Vietnã tinha sido apresentada como símbolo do poderio dos EUA e do mundo ocidental. A impossibilidade de vencer a guerra contra o movimento de libertação vietnamita levou os EUA a assinar os Acordos de Paris, que provia uma saída honrosa das tropas norte-americanas do Vietnã. Nessa época, também a vitória da Frente Popular no Chile atinge a esfera da diplomacia americana. A resposta dos EUA foi brutal, deixando abalada a consciência moral do Ocidente e com isso, a sua margem de manobra diminuiu fortemente²⁶³. Nestas condições, desenvolvia-se a luta de libertação das colônias portuguesas na África, sob a bandeira anti-imperialista. Os EUA tinham outras preocupações e não se apercebiam da progressão rápida das forças anti-imperialistas nas regiões que não eram vitais para a sua própria segurança. Impedidos pela opinião pública local e ocidental, com o moral minado pelo atolamento nos pântanos do Vietnã, com um Congresso mais forte e hostil do que o Executivo, os EUA não estavam em condições de travar uma guerra na África. Os EUA afundavam-se em uma crise moral e os seus aliados, desamparados, já não sabiam para quem se voltar. Os fracassos no Vietnã e o impeachment do presidente Nixon, nessa época, foram fatos que atestavam o enfraquecimento dos EUA²⁶⁴.

As independências de Angola, Moçambique e subsequentemente as independências do Zimbábue, Namíbia e finalmente, a queda do *apartheid* na África do Sul foram acontecimentos que contribuíram para alterar o mapa geopolítico²⁶⁵ e econômico da região da África Austral, gerando expectativas de um futuro promissor.

Desde os atentados no *World Trade Center* e Pentágono, a agenda internacional é marcada por ações de natureza anti-terrorista. O combate ao terrorismo tem servido de justificativa para novas guerras (vale dizer, à revelia do Direito Internacional Público e da ONU), mas, o que é mais importante, levou os países do Norte a buscar a cooperação das nações periféricas para atender às suas necessidades de segurança. Os países do Norte têm razões amplas para estarem abertos a novas soluções. Os avanços da chamada guerra terrorista, o fluxo de centenas de milhares de imigrantes nas suas fronteiras, as manifestações dos jovens filhos de imigrantes e os fluxos de drogas e outras formas de criminalidade levantam sérios problemas políticos e sociais nos países desenvolvidos. É neste contexto que surgem as novas parcerias econômicas entre a UE e os países ou grupo de países africanos. O

²⁶³ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002

²⁶⁴ KISSINGER, Henry. *Memórias 3º Volume: Anos de Renovação*. Topbooks: UniverCidade, 2001

²⁶⁵ O encontro histórico entre a geografia e o Estado resultou em geopolítica. Segundo Magnoli as raízes intelectuais da geopolítica residem no pensamento geográfico 'espaço é poder' do alemão Friedrich Ratzel 1844-1904. Ver, MAGNOLI, Demetrio. *O que é geopolítica*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986 p. 13.

fim da Guerra Fria, o desmembramento da URSS e a dissolução do Pacto de Varsóvia provocaram o surgimento de uma ordem internacional mais complexa. Este acontecimento fez com que fosse adotado um conceito mais alargado de política externa, em que a segurança de cada Estado passou a constituir preocupação de todos²⁶⁶.

2.2 ANGOLA: COLONIZAÇÃO, DESCOLONIZAÇÃO E A GUERRA CIVIL

Foi a deturpação espontânea pelos portugueses do termo “Ngola”²⁶⁷ em kimbundo²⁶⁸, que a palavra Angola surgiu como “Reino de Angola”. O nome Angola foi um espaço virtual do território conquistado pelos portugueses, que resultou de uma longa operação histórica, engajada pela coabitação dos povos africanos nele acantonados e os portugueses. É fato que a ocupação portuguesa em Angola teve como primeiro aspecto o ensino da religião e de normas de conduta europeias, tidas como civilizadoras. Essa tarefa foi cumprida de forma desigual, pois as atuais fronteiras geográficas de Angola existem somente desde o início do século XX. O cristianismo teve grande presença na vida das populações de Angola, influenciando suas concepções e modo de vida, bem como noções de propriedade e estrutura familiar.

Ao longo do período histórico do país, Angola foi colônia (1648-1951), província ultramarina (1951-1974), após a independência nacional, República Popular de Angola (1975-1992) e a passou a se chamar República de Angola (1992- aos dias atuais). Os limites territoriais atuais de Angola foram definidos com base nas decisões da Conferência de Berlim em 1885, assim determinados: Angola²⁶⁹ fica situada na costa da África – Austral ao Sul de

²⁶⁶ VIANA, Vítor. *Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto Defesa Nacional, 2002 p.71.

²⁶⁷ Na língua kimbundo o termo Ngola é um título, emblema do poder dos soberanos do “Reino do Ndongo” que os portugueses encontraram com uma organização social bem estruturada entre o povo, aristocracia e os escravos. E mais, o termo Ngola, como as demais palavras em línguas nacionais, apresenta também uma polissemia. No seu vocabulário básico, o significado da palavra Ngola enquadra-se no “domínio do poder” e das simbologias a elas ligadas. Contudo, em virtude da amplitude dos significados que a palavra pode tomar no âmbito das línguas e cultura bantu, não será raro observar definições particularizadas nesta ou naquela comunidade etnolinguística. Por isso mesmo, o seu significado real junto das comunidades etno-culturais aos distintos espaços geográficos da República de Angola, carecem ainda de um estudo aturado, sistemático, científico.

²⁶⁸ Kimbundo é uma das línguas nativas de Angola usada nas províncias de Luanda, Bengo, Malange, Kuanza Norte e uma parte do Kuanza Sul. As línguas nativas mais significativas no país são: Umbundo, Kimbundo, Kikongo, Tchokwe, Fiote, Nganguela, Cuanhama. Existem outras línguas um pouco diferentes, mas próximas de cada uma das mencionadas. Os grupos étnicos em Angola são determinados pela língua nativa. A língua oficial é o português.

²⁶⁹ Ao observar-se o mapa físico de Angola, nota-se a existência de uma densa rede hidrográfica e orla marítima. Seus rios não são todos navegáveis, limitando-se a pequenos trechos naqueles em que ela é possível. Os rios maiores são: Rio Zaire: navegável em 150 km tem um caudal de setenta mil metros cúbicos por segundo (70000m³/s), classificando-se, por isso, logo a seguir do Amazonas com oitenta mil metros cúbicos por segundo (80000m³/s) que é o rio mais caudaloso do mundo. Rio Dande: navegável em 60 km; Rio Bengo: navegável em

Equador, nas latitudes 4° 22' e 18° 02' e as longitudes 11° 41' e 24° 05' possuindo um extenso território com 1.246.700 km², que inclui 7270 km² do enclave de Cabinda. Segundo Chapman “A extensão do território de Angola é cerca de catorze vezes e meia maior que a metrópole portuguesa”²⁷⁰. O autor afirma ainda que “Cabinda foi distrito de Angola colônia desde 1882 em consequência de um tratado, conhecido como ‘Tratado de Simulambuco’ entre o governo Português e os Régulos de Cabinda. O tratado de Simulambuco foi ratificado, em 1885, pelo Tratado de Berlim (conferência de Berlim), que traçou as fronteiras territoriais do continente africano”²⁷¹.

Todas as descobertas que Portugal fez na África foram casuais. No princípio, os portugueses estabeleceram relações cordiais com as autoridades locais e conseguiram introduzir o cristianismo, alterando o nome de localidades para homenagear autoridades lusitanas, como Nzinga Nkuvu, alterado para D. João I; Nzinga Mbandi – Dona Ana de Sousa; etc. Gradualmente, os portugueses foram efetuando a ocupação do território por meio da colonização por missionários católicos e por comerciantes. Os portugueses implementaram, posteriormente, a compra de nativos cativos dos reis, transformando-os em escravos. A estratégia para garantir o suprimento de mão de obra consistia em convencer as autoridades a guerrear²⁷² entre si, para então obter mais escravos destinados ao trabalho forçado nas suas colônias no Brasil e em S. Tome e Príncipe. Embora os países imperialistas já tivessem ocupado grande parte da África, havia ainda áreas de conflito no continente, principalmente nas áreas sob o domínio dos portugueses.

Anos depois, as disputas territoriais na África pelos europeus foram para Alemanha²⁷³, uma oportunidade de reaproximação tática com a França. Fruto da engenharia política do chanceler prussiano Otto von Bismarck, a Alemanha convocou os Estados imperialistas para a Conferência de Berlim²⁷⁴, de novembro de 1884 a fevereiro de 1885, objetivando dividir a África entre as nações europeias. Entre os pontos importantes da conferência, definia-se que só poderiam ter territórios coloniais aqueles países que os ocupasse com tropas, com a obrigação de respeitar os tratados de protetorados com os soberanos africanos. Além disso,

196km; Rio Kuanza: navegável em 258 km, é o maior rio dos que tem a bacia hidrográfica inteiramente situada em Angola, totalizando seu percurso em 1000 km. Rio Cunene: navegável em 190 km, é em extensão o segundo maior rio de Angola com percurso de 945 km. Um dos motivos da atração turística em Angola, pelas belezas, por vezes surpreendentes, são as quedas de Calandula na Província de Malange.

²⁷⁰ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971 p. 4.

²⁷¹ Ver CHAPMAN, Michael – *Angola na Estrada do Progresso* – Angola Consultores, Luanda, 1971 p. 6.

²⁷² Chamava-se guerras de Kuata Kuata em Kimbundo, que significa, agarra, agarra.

²⁷³ O império Alemão ocupava o centro da política europeia, influenciando diretamente boa parte das dinâmicas mais fundamentais da política.

²⁷⁴ A Alemanha via as desmesuradas ambições expansionistas da França com benevolência, já que entretiam a sua rival em distantes competições que não influíam no equilíbrio estratégico europeu.

estabelecia-se o fim da escravização africana e adoção de medidas de civilizar os nativos. A Conferência de Berlim acabou sendo desfavorável ao projeto colonial português, mormente na pretensão de unir Angola à Moçambique. Portugal, aliada tradicional da Inglaterra, acabou sendo prejudicado pelas tentativas do ministro Barbosa do Bocage de aproximar-se com a Alemanha²⁷⁵. A ocupação dos territórios coloniais com tropas metropolitanas para garantir a posse legítima do território, conforme acordado na Conferência de Berlim, não foi uma tarefa fácil para portugueses.

Apenas a partir de 1900 é que os portugueses conseguiram controlar toda a extensão do vasto território angolano. Entretanto, mesmo depois dessa data, os angolanos continuaram a resistir ao domínio português. Angola ganhou maior visibilidade internacional a partir da descoberta de minerais preciosos como diamantes e petróleo, nos anos 1950, e ao acirramento da resistência a colonização portuguesa²⁷⁶. Os massacres da Baixa de Kassanje, na província de Malange, em resposta ao ataque guerrilheiro nas cadeias coloniais em 4/2/1961²⁷⁷, enviou a mensagem ao mundo sobre o sistema colonial na África e, em especial em Angola, obrigando o governo português a rever seus dispositivos de direito à propriedade. De acordo com a estratégia portuguesa, a concessão de direitos limitados para as províncias ultramarinhas poderia reduzir o avanço dos movimentos pela independência. Ao longo dos 14 anos que se seguiram até a independência, algumas tentativas de normalização buscaram efetivar esse direito por pressão do nacionalismo angolano²⁷⁸.

Sobre a formação da sociedade angolana, Pestana não considera que o nacionalismo moderno angolano, que conduziu à luta armada entre os anos 1950/1960, seja o ponto de partida para a conformação de uma identidade angolana. Para ele, existe uma “história antiga” dessa sociedade, que tem ligação imediata com a história do movimento associativo angolano, cujas origens remontam ao início do século XIX. As associações culturais e os movimentos cooperativistas e mutualistas desse período seriam manifestações precoces do direito de cidadania africana, que ressurgiria nos anos 1930 e se prolongaria ao longo de todo o século XX²⁷⁹. Para Pestana, a história mais recente da sociedade angolana tem a ver com o ‘renascer’ daquele movimento associativo, com a reafirmação da sua autonomia, da sua legitimidade e de sua intervenção no espaço público. Mais tarde, os movimentos de libertação abandonaram o espaço público criado no contexto colonial e se assumiram como partidos (nação), caso que

²⁷⁵ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971.

²⁷⁶ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971.

²⁷⁷ Data que assinala oficialmente o início da luta armada contra dominação portuguesa

²⁷⁸ [Http://www.tpissarro.com/memorias.htm](http://www.tpissarro.com/memorias.htm) acessado em 12/11/2009

²⁷⁹ PESTANA, Nelson. *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Lisboa: Centro de Estudos africanos. ISCTE. 2004 p. 3.

não se restringiu apenas a Angola, mas a muitos movimentos de libertação de outros países colonizados. Dessa maneira, a dinâmica da sociedade angolana somente podia ser compreendida por meio do conceito de ‘participação’²⁸⁰. O domínio português criou órgãos de repressão sistêmica e reproduziu as mesmas misérias na África, concedendo poucos direitos cívicos aos seus próprios cidadãos e praticamente nenhum direito válido aos seus ‘nativos’²⁸¹.

Todo o trauma de longos anos de guerra mergulhou a sociedade angolana em uma espécie de ‘cultura da violência e do medo’, que se refletiu na falta de participação por parte dos angolanos em determinadas situações²⁸². Portugal tentou enfraquecer o desenvolvimento dos nacionalistas angolanos tomando ações céleres nas áreas militares e civis, no sentido de reprimir as manifestações de autonomia. Estas medidas não foram suficientes para erradicar inteiramente todos os focos da resistência, porque estes recebiam o suporte material da Zâmbia e dos dois Congos (Kinshasa e Brazzaville), além de auxílio financeiro da Organização de Unidade Africana e apoio de organizações de esquerda, que mantinham os movimentos pela independência em ação²⁸³. Assim, as relações dos portugueses com os Estados africanos vizinhos de Angola eram tensas. Mas a Zâmbia que “carecia dos serviços dos Caminhos de Ferro de Benguela, pelo menos enquanto linha em construção pelos Chineses para Dar-es-Salam não estava pronta, expulsou do seu território Jonas Savimbi, tornando claro que os ataques contra os Caminhos de Ferro de Benguela são contra os seus interesses”²⁸⁴.

Três grupos disputavam a independência de Angola, recebendo apoio financeiro, bélico e humano de outros países. O MPLA recebeu o auxílio da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas), de Cuba e de outros países do Pacto de Varsóvia. A FNLA recebeu apoios dos EUA e do Zaire (atual República Democrática do Congo). A UNITA recebeu apoio da África do Sul no período do *apartheid* e dos EUA. De acordo com Cavalcanti “a rivalidade entre os três movimentos de libertação transformou-se em conflito armado a partir de abril de 1974. Todas as facções receberam apoio estrangeiro, transformando o país em um cenário de Guerra Fria”²⁸⁵.

²⁸⁰ PESTANA, Nelson. *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Centro de Estudos africanos. Lisboa: ISCTE. 2004 p. 3-4.

²⁸¹ DAVIDSON, Basil. *Angola no centro do furacão*. Lisboa: Edições Delfos, 1974 p. 184.

²⁸² ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002

²⁸³ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971 p. 8.

²⁸⁴ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971 p. 9.

²⁸⁵ CAVALCANTI, Carlos Alberto de M. *O Processo de Democratização em Angola e Moçambique: Um Estudo Comparativo*. Brasília: UNB, 2002 p. 24

Uma vez alterada a situação vigente em Portugal, com o golpe militar de 25 de abril de 1974, os movimentos de libertação de Angola julgaram necessário o estabelecimento de uma plataforma comum para negociar com o governo português. Estabelecidos os primeiros contatos nesse sentido, acreditou-se na possibilidade de criar um bloco conjunto dos três movimentos que, apesar das divergências, pudesse encontrar uma pauta mínima de reivindicações em prol da independência. Mas a atitude da UNITA denotava falta de sincronia, particularmente quando:

"(...) Savimbi, em uma jogada de antecipação e em carta dirigida aos responsáveis portugueses em Angola, declara já não ser necessário prosseguir com a guerra e que se entrou em um tempo de paz. Os órgãos de informação colonialistas dão máxima projeção a esta declaração. A rádio oficial de Angola consegue gravar a declaração e difunde-a largamente"²⁸⁶

Esta declaração unilateral da UNITA deu-se em momento inadequado, uma vez que ainda não estava clara a posição das autoridades portuguesas sobre o processo de independência de Angola. Após esse episódio, em novembro de 1974, a UNITA estabelece acordo de cooperação com a FNLA, o que subentendia que seus movimentos tinham um inimigo comum. Segundo Queiroz “este inimigo não fora suficientemente expresso no documento, mas era por demais evidente que o MPLA estava na mira das duas organizações. Findo este acordo, e para que constasse, Savimbi faz-se fotografar de mãos dadas com Holden Roberto ao lado de Daniel Chipenda”²⁸⁷. Para encontrar uma estratégia concertada para a independência de Angola – o único objetivo comum entre os movimentos –, realizou-se uma conferência em Mombaça/Quênia, entre os dias 3-5 de janeiro de 1975, que permitiu a assinatura de um tratado de paz entre os grupos. A Conferência Mombaça também serviu para preparação da plataforma que permitiu as negociações de cúpula, nos dias 10 a 15 de janeiro de 1975, com o governo português²⁸⁸.

O Comunicado final do encontro de Mombaça foi assinado pelos presidentes dos três movimentos (Dr. Agostinho Neto – MPLA, Holden Roberto – FNLA e Jonas Savimbi – UNITA) e dizia

“em um clima de mútua compreensão e perfeito entendimento, as partes acordaram em uma plataforma comum que compreende entre outras, as questões relacionadas com a formação do Governo de Transição, com a formação das Forças Armadas de Angola e a criação e instalação das futuras instituições. A partir desta data, os três movimentos decidiram que se obrigam a cooperar em todos os domínios, especialmente no quadro da descolonização, de defesa da integridade territorial bem como da reconstrução Nacional”²⁸⁹.

²⁸⁶ QUEIROZ, Artur. *Angola a via Agreste da Liberdade*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro, 13, 1978 p. 24-25.

²⁸⁷ QUEIROZ, Artur. *Angola a via Agreste da Liberdade*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro, 13, 1978 p. 54.

²⁸⁸ SAVIMBI, Jonas Malheiro. *Angola: a resistencia em busca de uma nova nação*. Ed. Agencia Portuguesa de Revistas, 1979 p. 73.

²⁸⁹ Declaração de Princípios dos Três Movimentos de Libertação, Mombaça, 5 de janeiro de 1978.

Queiroz, ao analisar o acordo de Mombaça e seus objetivos, diz que “embora Kenniatta tenha falado em seu discurso, toda a gente sabia que ali ninguém estava à procura de unidade, mas sim de uma base mínima de entendimento, que permitisse negociar com Portugal. E não era fácil encontrar esta plataforma de entendimento”²⁹⁰. Apesar dos acordos feitos entre as organizações, em que cada uma delas declarava comprometer-se, as lideranças mantiveram-se presas à sua visão excludente que impossibilitou o diálogo e a construção da confiança entre estas forças, criando condições para o desencadear do conflito posteriormente.

De fato, as negociações que culminaram no acordo de Alvor no Algarve/Portugal ocorreram em uma atmosfera pouco franca, de falsidade até por parte da delegação portuguesa. O Acordo de Alvor, celebrado na sequência da Cúpula dos dias 10-15 de janeiro de 1975, estabelecia a constituição do Governo de Transição pelos membros do MPLA, FNLA, UNITA e representantes do governo português, dando condições para a independência de Angola. Naquele acordo, o governo português reconhecia o direito à independência e legitimava os três movimentos como únicos representantes do povo Angolano²⁹¹. As partes concordavam que Angola constitui uma entidade una e indivisível, nos seus limites geográficos e políticos, sendo Cabinda parte integrante e inalienável do território angolano. Ficou estabelecido que a independência e a soberania plena de Angola seriam solenemente declaradas em 11 de novembro de 1975, em Angola, pelo presidente da República Portuguesa ou por representante seu, expressamente designado. O comunicado final fomentava ainda o desenvolvimento de boas relações entre Angola e Portugal, afirmando que “os atos que existiram entre os nossos povos, embora fortemente marcados pelo caráter de exploração durante séculos, não deixarão de nos conduzir facilmente à necessária e desejada cooperação em vários domínios”²⁹².

Do Acordo de Alvor à independência, o poder passaria a ser assegurado pelo Alto-Comissário²⁹³ e por um Governo de Transição²⁹⁴. Este tinha também a incumbência de elaborar o Projeto da Lei Fundamental e de organizar as eleições gerais para uma Assembleia Constituinte, no prazo de 9 meses, a partir de 31 de janeiro de 1975, data da instalação do

²⁹⁰ QUEIROZ, Artur. *Angola a via Agreste da Liberdade*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro, 13, 1978 p. 65.

²⁹¹ Documentos de Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Luanda, 1976.

²⁹² Discurso de Agostinho Neto em 15/01/1975 em Algarve/Portugal, disponível no site www.portalangop.co.ao

²⁹³ Entre as tarefas do Alto-Comissário, havia o de representar o presidente da República Portuguesa, assegurando e garantindo, pleno acordo com o Governo de Transição, o cumprimento da lei. Garantir e promover rápido processo de descolonização de Angola, garantir e salvaguardar a integridade do território angolano em estreita cooperação com o Governo de Transição, etc.

²⁹⁴ O Governo de Transição era presidido e dirigido pelo Colégio Presidencial – composto por três membros, um de cada movimento de libertação que tinha como tarefa principal dirigir e coordenar o Governo de Transição. As deliberações deviam ser tomadas por maioria de dois terços, sob a presidência rotativa dos membros do Colégio Presidencial.

Governo de Transição. Os três movimentos constataram com grande apreensão a deterioração da situação político-militar no país, após a assinatura dos Acordos de Alvor, em função da introdução de grandes quantidades de armas pelos movimentos de libertação, sobretudo depois de se instalarem em Luanda. Os três movimentos combatiam entre si, criando zonas exclusivas para os combatentes de cada organização. Muitas vezes, atribui-se a disputa a clivagens étnico-regionais e ideológicas entre os grupos, porém a verdadeira causa foi a tentativa de conquistar o poder a todo custo²⁹⁵.

Em 21 de junho de 1975, o Governo de Transição deparou-se com a falta do projeto da Lei Eleitoral, que deveria ser concluída até o dia 5 de julho de 1975, a fim de que se procedesse à sua discussão e sua publicação. Apenas pós a publicação da Lei Eleitoral seriam criados os órgãos incumbido de organizar todo o processo eleitoral, para então levantar o financiamento necessário à realização do pleito²⁹⁶. Restavam três meses para a proclamação da independência, a realização do recenseamento eleitoral, campanha eleitoral, e reunião da Constituinte. A percepção dos três movimentos de que o tempo era curto e possíveis dificuldades se manifestariam ao longo do processo levou o Colégio Presidencial a estudar uma outra forma de transferência de poderes. Os Estados Unidos envidaram esforços, em estreita coordenação com Mobutu, então presidente do Zaire, e com o General Spínola em Cabo Verde, na busca do reconhecimento pelas autoridades portuguesas como força única, capaz de negociar e conduzir o processo para uma verdadeira independência²⁹⁷.

Durante os quinze anos que precederam a independência (1960-1975), Angola teve um crescimento econômico constante à taxa média anual de cerca de 4% entre 1953 e 1963, subindo para 7% entre 1963 a 1973. Os grandes recursos naturais de Angola – incluindo o petróleo e os diamantes –, o seu tamanho e localização estratégica, faziam do país uma fonte privilegiada de riquezas, que despertava a cobiça das potências estrangeiras²⁹⁸.

A independência de Angola foi alcançada através de uma negociação, na qual se estabeleceu a retirada de Portugal a 11 de novembro de 1975, com a transferência do poder para os movimentos de libertação. A invasão de tropas regular sul-africanas foi o motivo que desencadeou a busca de ajuda cubana pelo MPLA. Em 5 de novembro, o governo de Cuba decidiu enviar a primeira unidade de combate à Angola, composta de 650 homens, com a missão de impedir que os sul-africanos e zairenses atingisse Luanda antes de 11 de

²⁹⁵ SANGO, André de Oliveira João. *O Modelo Político Angolano : Perspectivas*. São Paulo: Tese (Doutorado), FFLCH/USP, 2002 p. 8, 10.

²⁹⁶ SAVIMBI, Jonas Malheiro. *Angola: A Resistencia em Busca de Uma Nova Nação*. Lisboa: Ed. Agencia Portuguesa de Revistas, 1979.

²⁹⁷ [Http://www.tpissarro.com/memorias.htm](http://www.tpissarro.com/memorias.htm)

²⁹⁸ [Http://www.tpissarro.com/memorias.htm](http://www.tpissarro.com/memorias.htm)

novembro, dia que a independência seria formalmente declarada. Os sul-africanos e a UNITA foram impedidos de avançar, porque as pontes foram destruídas. As forças do Mobutu e da FNLA foram paradas a 25 km da capital. Em todos os teatros de guerra, os cubanos foram a chave da mudança militar que permitiu ao MPLA, que controlava Luanda, tornar-se governo legítimo quando a independência foi declarada pelo governo português²⁹⁹.

Foi com as palavras de Agostinho Neto que nasceu a República Popular de Angola, dando início à difícil tarefa de reunir os interesses diversos e perseverar na opção declarada pela via de desenvolvimento socialista. Em 11 de novembro de 1975, Agostinho Neto inaugurava a República Popular de Angola: “em nome do povo angolano, o Comitê Central do MPLA proclama solenemente perante a África e o mundo, a independência de Angola, correspondendo aos anseios mais sentidos do povo, o MPLA declara o nosso país constituído em República Popular de Angola”³⁰⁰. Foi inevitável a opção socialista do MPLA, nas condições de hostilidade norte-americana somada ao contexto de “poder da minoria branca” na África Austral, liderado pela África do Sul³⁰¹ do *apartheid*..

Se a independência dos outros países africanos colonizados por Portugal não provocou muitos comentários, o mesmo não pode dizer-se da independência de Angola³⁰². Para o reconhecimento da nascente República Popular de Angola, a OUA (Organização de Unidade Africana, na época) entrou na sua pior crise. Segundo Ovídio Melo

“o número de 70 reconhecimentos imediatos que o MPLA esperava não seria exagerado, se muitos dos países africanos logo se decidissem a reconhecer. Mas isto dependia muito da orientação da OUA com respeito à Angola. E a OUA naquele ano estava presidida e desorientada por Idi Amim, o imprevisível ditador de Uganda. De outra parte, os Estados Unidos, o Reino Unido, e outros países europeus, vinham fazendo pressões sobre a OUA e os países africanos para que retivessem o reconhecimento, mesmo diante da revulsão que a invasão sul-africana estava causando na África inteira. Para isto também, as agências noticiosas norte-americanas tentavam ainda disfarçar a *blitzkrieg* sul-africana com as bandeiras de Savimbi e de Holden”³⁰³.

A República Popular de Angola, nascia sob o ribombar dos canhões das forças do MPLA, UNITA e FNLA, apoiadas pelas forças expedicionárias cubanas/conselheiros soviéticos, zairenses, sul africanos e os mercenários, que cada movimento nacionalista recrutou para conquista do poder. Quais eram os fundamentos da divisão dos três grupos que

²⁹⁹ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca dde História, 2010 p. 57.

³⁰⁰ Discurso de Dr. António Agostinho Neto – Primeiro presidente da República de Angola no ato da proclamação da Independência de Angola em Luanda as 00h00 do dia 11/11/75 – disponível no site: www.portalangop.co.ao.

³⁰¹ PATTEE, Richard. *África do Sul, país vizinho de Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1971.

³⁰² A repercussão da independência de Angola no Brasil, é analisada no capítulo 4, sendo parte fundamental desta tese, no âmbito das relações entre os dois países.

³⁰³ MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 p. 129.

disputavam o poder em Angola? No plano ideológico, era de direita a FNLA, esquerda-marxista o MPLA e ultra-esquerda ou maoísta a UNITA. Em princípio, todos aceitavam esses rótulos, e suas bases de apoio material e moral coincidiam com as capitais das três grandes potências representativas deste pensamento, respectivamente os Estados Unidos, União Soviética e China. Entretanto, a UNITA recebia o encorajamento da China e dos ideólogos do marxismo internacional, enquanto o MPLA obtinha o apoio dos países capitalistas. A partir daí, percebe-se o caráter arbitrário dos critérios ideológicos, que se mostraram insuficientes para explicar a divisão do movimento nacionalista angolano³⁰⁴.

Com base no critério etnolinguístico, o MPLA seria um movimento essencialmente kimbundo, enquanto que a FNLA seria majoritariamente kicongo e a UNITA, predominantemente ovimbundo. Todas as forças políticas de Angola reconheciam as fronteiras geográficas internas do país, motivo pelo qual os movimentos procuravam maior protagonismo político junto aos povos que constituíam suas fileiras. Mesmo assim, este critério presta-se à discussão. É verdade que a FNLA e UNITA foram fundados sob a nota dominante da etnocracia, porém é igualmente verdade que o MPLA foi o único movimento de libertação com ambições e perspectivas que ultrapassavam o quadro estritamente étnico. O estudo intitulado “O modelo político angolano: perspectivas”, realizado por André Sango (2002), torna claro que a divisão não encontra explicação definitiva no critério étnico³⁰⁵.

De acordo com Ribeiro,

“os Acordos de Alvor estabeleceram um Governo de Transição. Na Conferência de Alvor, os três movimentos apresentaram-se como uma frente única – depois dos Acordos de Mombaça promovidos por Kenyatta, dirigente do Quênia. Por Alvor ficou estabelecido uma divisão partidária dos ministérios e a exigência de decisões unânimes, além de realização de eleições. O processo eleitoral não se realizou [...] nesse quadro, em julho, a FNLA lança uma ofensiva militar pelo poder, o que levou ao fim do Governo de Transição. A batalha por Luanda terminou por unir FNLA e UNITA contra o MPLA. A vitória dos partidários de Agostinho Neto em Luanda possibilitou que a república fosse proclamada pelo MPLA, que criou a República Popular de Angola”³⁰⁶.

A eliminação da ameaça interna ao regime foi, desde a independência, o objetivo principal da política externa de Angola. O Ministério das Relações Exteriores de Angola (MIREX) surgiu com a Proclamação da Independência do país, em 11 de novembro de 1975. A tabela a seguir trata da cronologia de chanceleres angolanos.

³⁰⁴ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca de História, 2010 p. 57-59.

³⁰⁵ SANGO, André de Oliveira João. *O modelo político angolano : perspectivas*. São Paulo: Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, 2002.

³⁰⁶ RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. *Descolonização da Ásia e da África*. In: Poto Alegre: Ciências e Letras, nº 33, 2003 p. 81-82.

Nome	Período
José Eduardo dos Santos	11/11/1975 a 11/1976
Paulo Teixeira Jorge	27/11/1976 a 20/10/1984
José Eduardo dos Santos	20/10/1984 a 07/03/1985
Afonso Van-Dúnem “Mbinda”	07/03/1985 a 23/01/1989
Pedro de Castro dos Santos Van-Dúnem “Loy”	23/01/1989 a 11/1992
Venâncio da Silva Moura,	11/1992 a 11/1999
João Bernardo de Miranda,	29/11/1999 a 09/2008,
Assunção dos Anjos	10/2008 a 10/2010
Jorge Chicoty	Desde 10/2010

Tabela 1 – Chanceleres angolanos (1975-2010)

Logo após o surgimento de Angola como Estado, Angola obteve o seu reconhecimento pela comunidade internacional, como manifestação de vontade dos Estados que a compõem de estabelecer relações políticas e econômicas com a nascente nação. De acordo com Paulo Visentini “a independência de maior impacto internacional da África portuguesa (...) foi de Angola, país com maiores potencialidades econômicas e com expressiva minoria branca. A divisão e o confronto entre os grupos que lutavam pela independência acirraram-se após a queda do fascismo português”³⁰⁷. Como era de esperar a libertação de Angola deu força a outros movimentos similares no continente africano, como a SWAPO, na Namíbia, e o ANC, na África do Sul. Ambos lutavam contra a dominação dos racistas sul-africanos. Desde a independência de Angola, o presidente António Agostinho Neto declarou a solidariedade do governo e do povo angolano para com os povos da África. Agostinho Neto dizia: “Não podemos considerar o nosso país verdadeiramente livre se outros povos do continente se encontram ainda sob o jugo colonial”³⁰⁸. Esta convicção levou Angola a ter um papel chave na luta para o fim do regime de *Apartheid* na África do Sul e para as independências do Zimbábue e da Namíbia.

A figura de liderança do presidente Agostinho Neto ultrapassava o simples nacionalismo³⁰⁹ angolano, pois sua visão era abrangente à todos os povos oprimidos do

³⁰⁷ VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *África : Relações Internacionais e Construção do Estados-Nação*. In: Poto Alegre: Ciências e Letras, nº 33, 2003 P. 101.

³⁰⁸ Documento do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-PT, Luanda, 1977: 4-6.

³⁰⁹ O nacionalismo apresenta uma definição política mais abrangente: da defesa dos interesses da nação antes de quaisquer outros e, sobretudo da sua preservação enquanto entidade, nos campos linguístico, cultural, contra

mundo. Nesse sentido, Agostinho Neto declarou: “Angola é e será, por vontade própria trincheira firme da revolução na África”³¹⁰. O sonho de ver uma África livre e integrada fez de Neto um participante ativo nas reuniões da OUA, defendendo a criação de uma federação africana para melhor resolver os problemas do continente.

Angola foi admitida como o membro número 146 das Nações Unidas em dezembro de 1976, durante a chancelaria de José Eduardo dos Santos, somando mais uma derrota à onda de intervenções norte-americana na política interna da República Popular de Angola³¹¹. Gerald Bender argumenta que o presidente Neto pretendia uma aproximação com a UNITA, destinada a parar com a guerrilha ainda embrionária. Agostinho Neto fez ainda a paz com o Zaire de Mobutu. Além disso, Lúcio Lara recebeu instruções para estabelecer uma aproximação com o governo norte-americano logo após à suposta tentativa de golpe de Estado de 1977³¹². A ordem foi dada durante visita a Moscou, capital do chamado bloco socialista, o que demonstra a postura de autonomia do novo país independente. A morte prematura e de Agostinho Neto, em 1979, comprometeu os esforços diplomáticos angolanos, que poderiam ter antecipado a reconciliação com os Estados Unidos³¹³.

Muito se especula se Agostinho Neto teria sido assassinado a mando das lideranças soviéticas. Segundo Gerald Bender, havia em Moscou uma política de financiamento de guerras no estrangeiro e de eliminação de dissidentes ideológicos para alargar a esfera de influência da URSS. A relação da morte de Agostinho Neto com a ‘mão de Moscou’ parece ter sido reforçada, mais tarde, com o assassinato de Samora Machel, presidente de Moçambique, em 19 de outubro de 1986, dias depois dele ter declarado publicamente que “o socialismo não se constrói apenas com a ajuda do bloco socialista”, aludindo à necessidade de uma aproximação com o Ocidente³¹⁴. No discurso proferido na cerimônia de posse de José Eduardo dos Santos, o novo presidente afirmou que “não é uma substituição fácil, nem tão pouco me parece uma substituição possível. É apenas uma substituição necessária”³¹⁵.

O papel desempenhado por José Eduardo dos Santos, no esforço para pôr fim à guerra civil no país, foi definitivo. Os maiores desafios do presidente referiam-se à defesa da

processos de destruição identitária ou transformação. Já o patriotismo é uma manifestação de amor aos símbolos do Estado, o Hino, a Bandeira suas instituições ou representantes.

³¹⁰ Discurso de Agostinho Neto em 11/11/1975 disponível no <http://www.portalangop.co.ao>

³¹¹ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca de História, 2010 p. 62.

³¹² BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.

³¹³ BENDER, Gerald J. *Os requisitos prévios de ordem interna da política americana em Angola : história de um linkage*. Lisboa: Revista Economia e Socialismo, (60) Jan.-Mar. 1984 p. 85-93

³¹⁴ *Revista de Informação, Economia e Análise África* 21 n° 23 novembro Luanda, 2008 p. 10; Ver, também no site: <http://pissarro.home.sapo.pt/memorias15.htm>

³¹⁵ Discurso de posse do presidente José E. Santos disponível no site: <http://www.portalangop.co.ao>

integridade territorial, à política de clemência e harmonização nacional e à reconstrução do país no plano interno, e na libertação da África Austral no plano externo. A política de clemência e harmonização nacional visava garantir o regresso dos cidadãos fugidos da luta de libertação nacional e da guerra civil. À aplicação desta medida, seguiram-se mais tarde várias anistias, cujo objetivo principal era promover a unidade de todo o povo angolano. No domínio da reconstrução nacional, Angola confrontou-se com o problema da migração de milhares de cidadãos, em particular técnicos médios e superiores, cuja partida inviabilizou o arranque do processo de reconstrução nacional. No plano externo, José Eduardo dos Santos defendia a materialização do legado histórico de Agostinho Neto, quando este considerava que “na Namíbia, no Zimbábue e na África do Sul está a continuação da nossa luta”. Sobre este legado, José Eduardo dos Santos afirmou que:

“Enquanto a Namíbia não for independente, teremos naturalmente que continuar, durante algum tempo ainda, a dedicar uma grande parte da nossa atenção aos problemas da defesa. Defesa das nossas populações, defesa das nossas cidades, os nossos municípios e comunas, defesa dos nossos centros de trabalho, das nossas empresas e dos nossos serviços, porque os nossos inimigos não vão desistir tão cedo”³¹⁶.

Como consequência deste posicionamento, em agosto de 1981, as tropas sul-africanas lançaram a Operação Smokeshell, utilizando 15.000 soldados, blindados e aviões, avançando mais de 200 km na província do Cunene – sul de Angola. O governo da África do Sul justificou a sua ação afirmando que guerrilheiros da SWAPO, o movimento de libertação da Namíbia, estavam instalados na região. A alegação comprovou-se falsa, pois visava apoiar na íntegra a UNITA³¹⁷.

Em 1981, Ronald Reagan ascendeu à presidência dos Estados Unidos da América e reforçou o apoio financeiro e logístico a Savimbi. A palavra de ordem era combater o expansionismo soviético na África por todos os meios possíveis, sendo o MPLA percebido como a ponta-de-lança do movimento na África Austral. Washington conferiu a Jonas Malheiro Savimbi o estatuto de ‘combatente da liberdade’, tornando-o incontestado e temido dentro da própria UNITA. Segundo José Patrício, “Angola foi impelida a converter-se em uma espécie de laboratório de análises onde se processavam ensaios militares, políticos e ideológicos, em uma alquimia em que o martirizado povo servia de cobaia”³¹⁸. As forças da UNITA fortaleceram-se com apoio dos EUA. Com todo o poderio concedido pelo Ocidente, a “UNITA chegou a dominar quase dois terços do território angolano, embora sempre tenha

³¹⁶ Discurso do presidente José E. Santos em 11/11/1979 disponível no site: <http://www.portalangop.co.ao>

³¹⁷ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

³¹⁸ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998 p.150. José Patrocínio foi o representante especial e posteriormente, primeiro embaixador de Angola nos EUA..

tido dificuldades em penetrar nas áreas mais populosas e economicamente mais desenvolvidas do país”³¹⁹.

Em 1985 foi ano de reeleição de Ronald Reagan e as contradições internas dos EUA vinham mais a público do que a política na África Austral. Reagan enviou uma mensagem de apoio a um encontro internacional de anticomunistas na Jamba³²⁰, que dizia “a vossa luta é nossa luta”. Para a primeira reunião da ‘internacional democracia’³²¹, foram convidados os contras revolucionários da Nicarágua, juntamente com grupos rebeldes do Afeganistão e do Laos, criados e patrocinados pelos EUA. O respaldo da CIA era uma maneira de Savimbi ser apresentado como um lutador pela liberdade democrática com perfil internacional. Mais importante do que as operações clandestina da CIA, no entanto, foi a revogação da Emenda Clark³²² pelo Congresso norte-americano, em julho de 1985, permitindo o apoio financeiro legal a UNITA. O Senado aprovou a proposta por uma margem de votação de 63 contra 34, com 17 democratas que se juntaram à maioria republicana. Um mês depois, a Câmara dos Representantes revogou a emenda por 236 votos contra 185³²³.

Algumas pistas sobre a decisão dos EUA de derrubar o governo do MPLA podem ser encontradas no discurso do presidente do MPLA e da República Popular de Angola, José Eduardo dos Santos. Falando na Conferência do MPLA, no começo de 1985, dos Santos sublinhou que estava sendo estudada uma cooperação mais próxima com os países socialistas, bem como uma cooperação mais ampla no quadro do CAMECON (Comunidade de Ajuda Mútua Econômica). Pela primeira vez, disse publicamente que Cuba tinha decidido no ano anterior deixar de receber pagamento dos angolanos. Realçou que “não há recompensa material para o internacionalismo que Cuba pratica em Angola de uma forma tão exemplar no campo militar”. Manifestou ainda gratidão pelo papel da União Soviética no fornecimento de

³¹⁹ http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/angola/2007/9/43/Historia,a8db9892-b2d0-44ce-a615-ff336200333f.html

³²⁰ Jamba era quartel-general da UNITA no interior de Angola e era protegida pela Força Aérea Sul-Africana do regime do *apartheid* localizada a 60 km da fronteira com a Namíbia, na época sua colônia.

³²¹ BRITAIN, Victoria. *Morte da dignidade: a guerra civil em Angola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

³²² A Emenda Clark foi aprovada durante a administração Carter em 1976 que proibia sem autorização presidencial a realização de operações secretas em Angola. Igualmente, a Emenda Clark proibia qualquer tipo de apoio aos movimentos de resistência contra o governo instituído em Angola, por ser país distante dos interesses de segurança dos EUA pela péssima experiência vivida pelo envolvimento dos EUA na guerra do Vietname. Com esta ação o governo dos EUA esperava melhorar a sua imagem na África e noutras partes do Terceiro-mundo, muito deteriorada com as intervenções diretas contra a independência de Angola. Ver, SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca de História, 2010 p. 85.

³²³ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

armas e na crescente cooperação civil³²⁴. O aprofundamento do vínculo de Angola com o bloco socialista contrariava frontalmente os interesses norte-americanos.

Na prática, as ofensivas sul-africanas em apoio da UNITA não apresentavam qualquer possibilidade de derrotar a aliança MPLA/Cuba. Essa situação ficou demonstrada pelo cenário estratégico criado pela UNITA, no fim de 1987, para servir de base à investida contra o território de Angola. Nele, o exército sul-africano planejava dividir Angola, tomando como marco fronteiro a linha transcontinental do Caminho de Ferro de Benguela (CFB), caso a progressão em direção ao norte do país fosse demasiado difícil³²⁵. Na prática, não só o avanço para norte não aconteceu, como a pretensa Angola do Sul sequer chegou a ser criada: o exército sul-africano sofreu uma fragorosa derrota, a ponto da Namíbia ter sido libertada pelo avanço da contra-ofensiva da aliança MPLA/Cuba. A maior demonstração de forças entre o governo de Angola e tropas sul-africanas aconteceu na província do Kuando Kubango na região de Kuito Kuanavale. Havia desequilíbrio militar, e Angola socorreu-se da ajuda de Cuba e da assessoria da URSS, o que culminou com a vitória obtida na batalha do Cuito Cuanavale, em março de 1988.

A derrota dos sul-africanos nesta batalha foi o certificado da incapacidade da África do Sul e do ocidente em virem a derrubar o governo do MPLA, acelerando o processo de negociação para o fim da intervenção sul-africana em Angola. O presidente José Eduardo dos Santos no seu discurso afirmou que

“nada ficou como antes na nossa região, pois foi definitivamente destruído o mito da pretensa superioridade e invencibilidade do regime do *apartheid*. A partir de então, os discursos políticos mudaram de tom e de conteúdo. A África e as forças progressistas começaram a vencer. Veio a independência da Namíbia e democratizou a sociedade sul-africana”³²⁶.

Em dezembro de 1988, a Ilha do Governador, em Nova Iorque, foi palco do histórico encontro dos governos de Angola, Cuba e África do Sul, sob a mediação dos EUA. O acordo previa a retirada das tropas cubanas e sul-africanas de Angola, negociações de paz entre o governo angolano e a UNITA e a definição de uma data para a independência da Namíbia, por parte da África do Sul. Esse fato mostra a importância que Angola teve na libertação da Namíbia e no desmantelamento do regime do *apartheid* na África do Sul. Este acordo marca um passo importante para o fim do colonialismo na história da África. A partir daí, deu-se

³²⁴ Documento do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-PT, Luanda, 1985: 3-8.

³²⁵ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

³²⁶ Discurso do presidente José Eduardo dos Santos sobre a batalha do Cuito Cuanavale publicado no Jornal de Angola em 01 de abril de 2010 p. 3

início da realização das missões de paz da ONU na região, coincidindo com o fim do acirrado conflito ideológico nas relações internacionais.

É evidente que a mudança no contexto internacional, caracterizado pelo afrouxamento da bipolaridade rígida da Guerra Fria, contribuiu para acelerar o processo de mudanças internas na organização política de Angola. A queda do muro de Berlim aliviou Angola do alinhamento político ao mundo socialista, trazendo um espaço de diálogo até então inexistente, já que a palavra de ordem partidária era “ao inimigo nem um palmo da nossa terra e não negociamos com o inimigo”.

Os Acordos de Nova Iorque também deram origem à Resolução 626 do Conselho de Segurança, que estabeleceu a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola (United Nations Angola Verification Mission - UNAVEM I), constituída de 70 observadores militares e 20 funcionários civis, sob proposta do Secretário-Geral da ONU para fiscalizar a retirada dos cubanos. A UNAVEM I foi considerada uma missão de paz bem sucedida, haja vista a rapidez com que os Acordos de Nova Iorque foram cumpridos. Em 21 de março de 1990, a Namíbia proclamou a independência, com a vitória da SWAPO nas eleições realizadas em novembro do ano anterior e, em 26 de maio de 1991, a retirada das tropas cubanas foi completada, antecipada em um mês.

Os acordos de Nova Iorque não procuravam resolver a dimensão interna do conflito, nem sequer a cessação total das hostilidades. Por essa razão, o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, considerava que a cessação de ajuda da África do Sul e dos Estados Unidos à UNITA era apenas pré-condição para o início de uma segunda fase do plano de paz, que consistia essencialmente em: (a) cessação da ingerência da África do Sul e dos Estados Unidos nos assuntos internos de Angola; (b) respeito à Lei Constitucional angolana; (c) aplicação de medidas políticas e militares ativas para pôr fim à guerra subversiva; (d). anistia no âmbito da política de clemência e harmonização; (e) reintegração voluntária de todos os angolanos no esforço de reconstrução nacional, segundo as suas capacidades; (f) tratamento especial ao caso de Jonas Savimbi; (g) apoio da comunidade internacional a programas de reintegração social e reconstrução nacional³²⁷.

O plano de paz interna do governo angolano foi aprovado em Luanda por oito chefes de Estado e submetido à Cúpula de Gbadolite, em junho de 1989, em um conclave em que participaram 18 chefes de Estado e de governo de países africanos. A Cúpula de Gbadolite terminou com resultados que surpreenderam o mundo, pois havia sido proclamada a cessação

³²⁷ Documento do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-PT, 1988 p. 5-11.

das hostilidades militares, a paz e a reconciliação em Angola. Cresceu o prestígio do país na arena internacional, pela sua contribuição à causa da paz. Infelizmente, após a Cúpula, deteriorou-se a situação interna do país, na medida em que a UNITA decidiu retomar as hostilidades contra o governo legalmente constituído. Perante esta situação, o presidente de Angola redefiniu a orientação estratégica do país, no sentido de desmascarar e neutralizar as pretensões da UNITA.

O Acordo de Bicesse determinava o estabelecimento de um cessar-fogo, a unificação das tropas da UNITA e do governo em um Exército único, a criação das Forças Armadas Angolanas (FAA) e a realização de eleições gerais, com ampla liberdade partidária. A UNITA, a FNLA e outras forças políticas registraram-se como partidos, Savimbi foi recebido em Luanda no Palácio de Futungo de Belas pelo presidente José Eduardo dos Santos. Além disso, os Acordos de Bicesse deram por encerrada a missão da UNAVEM I e, em substituição, surgiu a Resolução 696 do Conselho de Segurança da ONU, que estabeleceu uma segunda missão para Angola. A UNAVEM II tinha como mandato a supervisão e a implementação dos Acordos de Bicesse, incluindo a supervisão das eleições para o Executivo e o Legislativo do país.

O corpo de funcionários da UNAVEM II era formado por 350 observadores militares e 90 observadores de polícia, todos não armados. O contingente foi posteriormente aumentado para 126 observadores eleitorais e, durante as eleições de 1992, para 400. Esperava-se que a operação da UNAVEM II em Angola fosse um sucesso similar ao envolvimento da ONU na Namíbia. Contudo, a situação nos dois países era muito distinta: enquanto o papel da ONU na Namíbia envolvia a efetiva organização de eleições, o papel da UNAVEM II em Angola era meramente de observação e verificação das eleições. Além disso, enquanto na Namíbia, um país de menor dimensão e menos devastado pela guerra, a ONU tinha montado uma operação em grande escala, envolvendo mais de 6.000 pessoas, a missão da ONU em Angola contava com um contingente bem mais reduzido para lidar com um país afetado por uma guerra civil que durou 16 anos, com sua infraestrutura destruída, e com dois grandes exércitos desconfiando-se mutuamente.

As primeiras eleições multipartidárias no país deram vitória ao MPLA, que obteve 53,7% dos votos válidos, e a UNITA, que recebeu 34,1% dos votos, conquistando 129 e 70 cadeiras no parlamento, respectivamente. O candidato presidencial do MPLA, José Eduardo dos Santos, obteve 49,57% dos votos e Savimbi 40,07%. Nesse caso, a Lei Eleitoral angolana exigia a necessidade de realização de um segundo turno. A ONU deu grande destaque às eleições de 1992, em função das expectativas de unificação nacional e pacificação efetiva de

Angola³²⁸. A UNITA contestou os resultados das eleições, mas a ONU considerou que as eleições foram justas e legítimas, um veredito apoiado pelos Estados Unidos, Comunidade Europeia, África do Sul e outros observadores internacionais. A incidência de pequenas fraudes eleitorais se deram nas áreas controladas pela UNITA, onde a propaganda política de grupos opositores foi proibida e se tentou impedir o voto contra a UNITA.

A UNITA reagiu à vitória do MPLA. Em outubro, antes do segundo turno, a UNITA arregimentou suas tropas e tentou derrubar o governo a partir da capital. Luanda amanheceu sob a guerra no dia 30 de outubro de 1992, com violentos confrontos que duraram quase uma semana e deixaram um saldo de quase mil mortos. A UNITA foi expulsa da capital e instalou seu quartel-general na província do Huambo, colocando em ação o seu segundo plano para chegar ao poder. As tentativas de negociação de Anstee visando obter um cessar-fogo fracassaram. Contudo, a atuação da UNAVEM II não encerrou-se com o fracasso do resultado das eleições divulgadas em outubro de 1992; ao contrário, a ONU reconheceu o retorno do conflito bélico em Angola e promoveu extensões desta missão através de resoluções do Conselho de Segurança³²⁹. Por meio da Resolução 747, o Conselho de Segurança prolongou o mandato da UNAVEM II e autorizou o orçamento eleitoral de 18,8 milhões de dólares. Margaret Anstee descreveu seu mandato em Angola com a seguinte frase: “é como pilotar um 747 com combustível suficiente apenas para um DC-3”³³⁰.

A UNAVEM II foi complacente com a UNITA, mesmo quando este grupo insistia em violar os Acordos de Bicesse e desrespeitava as resoluções da ONU. Fracassaram todas as rodadas de negociação – as da província angolana do Namibe, em novembro de 1992; em Addis Abeba/Etiópiã, em janeiro de 1993; em Abidjan/Costa do Marfim, em abril e maio de 1993³³¹. A UNITA apostava na conquista do poder a qualquer preço, ciente de que desde a independência de Angola em 1975, os EUA não reconheceram a República Popular de Angola, mantendo apenas uma representação comercial por causa dos negócios de petróleo na Cabinda Gulf Oil Company.

No fim de maio de 1993, a liderança da UNITA exigiu a substituição da Representante Especial da ONU, deixando subentendido que Anstee era favorável ao governo. Anstee foi mantida no seu posto, apenas para retirar-se após o fracasso das negociações em Abidjan, Anstee foi substituída pelo ex-Ministro dos Estrangeiros do Senegal, Alioune Blondin Beye,

³²⁸ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

³²⁹ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

³³⁰ <http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazAngolaUnavemII.htm>

³³¹ http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/angola/2007/9/43/Historia,a8db9892-b2d0-44ce-a615-ff336200333f.html acessado em 12/08/2008.

otimista sobre a preparação de um acordo de paz. Apoiado por alguns líderes africanos e pela *troika* de observadores, Beye logrou reunir o governo e a UNITA para conversações preliminares em Lusaka, em junho e novembro de 1993³³². Beye desenvolveu a sua ação tendo como base as conversações de Abidjan de maio de 1993, beneficiando de um mandato mais amplo e de recursos mais abundantes. No entanto, sua estratégia falhava em não apostar na criação de oportunidades para que os principais responsáveis da guerra pudessem encontrar pontos de convergência. Beye preferia envolver líderes regionais para pressionar e persuadir os protagonistas, e não ser ele próprio a lidar diretamente com eles. O fracasso de Beye na criação de uma plataforma de entendimento mínimo tornou-se evidente com a recusa de Savimbi em comparecer à cerimônia de assinatura.

Savimbi disse que

“o Sr. Beye decepcionou-me. Não lhe cabia a ele dizer que eu não fui a Lusaka para a assinatura do acordo em 20 de novembro porque era um ‘homem vencido’ ou porque não queria ser humilhado. Ele fala demais! Agora, ele quer vir aqui para se reunir comigo. Nesta altura não vale a pena incomodar-se. Eu não quero mais conversas com ele”³³³.

Coube ao governo eleito nas legislativas de setembro de 1992 a difícil tarefa de recuperar a projeção internacional angolana. Angola, que acabara de sair de uma eleição não concluída, devido ao retorno da guerra civil, ainda se defrontou com o desafio do não-reconhecimento do resultado eleitoral pelos EUA nos primeiros sete meses de governo, resultado que fora declarado favorável ao MPLA – caracterizado em anos anteriores pela ideologia marxista. Habilmente, nesse cenário profícuo para transformações e mudanças, observa-se que as diretrizes tradicionais da política externa angolana se alteram significativamente, pois o alinhamento político com os países do Pacto de Varsóvia foi abandonado. O reconhecimento da vitória do MPLA nas eleições de 1992 pelos EUA foi uma retumbante conquista da diplomacia angolana, que recebeu, nas cidades sob controle governamental, carreatas e festas como se Angola tivesse conquistado um título de “Campeão Mundial de Futebol”. Além do esforço diplomático, contribuíram para o reconhecimento do governo a descoberta de reservas de petróleo na sua costa marítima, o novo regime legal posterior às eleições de 1992 e as perspectivas de negócios com o país. O reconhecimento do governo angolano pelos EUA abriu caminho para as sanções contra a UNITA por parte da ONU, o que implicou uma gradual conversão das forças políticas e diplomáticas em favor do governo legítimo de Angola.

³³² SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca dde História, 2010

³³³ Jornal de Angola – edição de 29 de novembro de 1994 p. 3-4

A diplomacia angolana entendeu perfeitamente que daí em diante, a política externa do país seria exercida de forma contundente para a conquista da paz definitiva e estabilidade na África Austral, através de cooptação da UNITA ou da eliminação do movimento como força política e militar em Angola. De fato, os eventos políticos que sucederam o ato de reconhecimento permitem constatar que a UNITA passou a receber as sanções da comunidade internacional. A falta de legitimidade levou à dissidência de diversos membros qualificados do seu grupo, que acabaram por fundar a UNITA-Renovada, sendo esta aceita como o interlocutor pelo governo de Angola e pela comunidade internacional. A UNITA belicista, comandada por Jonas Malheiro Savimbi, de imediato transformou-se em um grupo de bandidos que a comunidade internacional tinha que ajudar o governo angolano a eliminar da cena política nacional e internacional.

Observa-se que, ao longo dos anos de 1993 a 1996, a diplomacia angolana buscou agir em conformidade com os pressupostos básicos da democracia. Assim, a diplomacia deste período foi considerada a diplomacia para resultados³³⁴, como ficou conhecida a política externa angolana antes de entrar em vigor o GURN (Governo de Unidade e Reconciliação Nacional) empossado no ano seguinte como resultado das negociações que buscaram a partilha de poder por todos os partidos que conseguiram assento parlamentar nas eleições de 1992, para beneficiar a UNITA que fora o segundo partido mais votado naquelas eleições³³⁵. Por trás das concessões feitas pelo MPLA na partilha do poder, a real vencedora das eleições de 1992 foi a ideia de acabar com a guerra civil, para que os projetos de desenvolvimento e a promoção do bem-estar da população pudessem ser finalmente executados, em um clima estabilidade política e econômica. As análises reiteram a percepção de que existe uma mudança de orientação na diplomacia angolana a partir da II República, sinalizada com a eleição de 1992.

Sob regime democrático, a política externa do governo do MPLA soube adaptar, sem maiores dificuldades, seu grau de autonomia, mantendo um distanciamento dos constrangimentos enfrentados pelo Estado angolano em seu esforço de reordenamento da ordem política e econômica do país, em relação a seus parceiros políticos e comerciais que foram outrora a URSS, Cuba e outros que comungavam a ideologia socialista. Percepção igualmente endossada ao considerar que a indicação de Vice ministros aos não partidários do MPLA chegou a favorecer ou propiciar maior exposição do Ministério das Relações

³³⁴ Equivale a ideia de gestão para os resultados.

³³⁵ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

Exteriores de Angola ao jogo político nacional. Dadas as condições históricas do processo de desenvolvimento angolano, nunca houve grandes dificuldades em reconhecer o Ministério das Relações Exteriores como o responsável pelas relações externas do País. Na época de economia centralmente planejada, todos os setores de produção dispunham de uma área específica que tratava das relações com o Ministério das Relações Exteriores, conhecidas como direções de intercâmbio internacional ou cooperação internacional.

Mudanças significativas ocorreram com a transição da República Popular de Angola para a República de Angola, em 1991. A passagem para a democracia multipartidária trouxe enormes mudanças ao quadro jurídico do país, pela criação de leis importantes, como a Lei das Associações (com seu funcionamento independente do Estado), a Lei dos Partidos Políticos Independentes, a Lei do Direito à Greve, a Lei de Liberdade de Imprensa, a Lei de Reunião Pacífica, entre outras³³⁶.

Em complemento das análises feitas até aqui, parece-nos importante elucidar mais as consequências da guerra civil na política externa do país e o conflito que prosseguiu com apoio velado de muitos países ao grupo rebelde, mesmo depois do pleito eleitoral de 1992, tópico abordado a seguir.

2.3 CONSEQUÊNCIA DA GUERRA CIVIL PARA A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA

Desde a independência, com raros períodos de trégua (31/05/1991 a 30/10/1992), Angola sofreu uma das guerras civis mais prolongadas no planeta (27 anos, ao todo), permeada de diversos atos de terrorismo. De 1975 a 1990, os EUA foram aliados importantes do movimento de guerrilha, UNITA, liderada então por Jonas Malheiro Savimbi. Essa liderança, oriunda dos movimentos de libertação, insistiu na tomada do poder pelas armas, o que perpetuou a guerra civil apesar de diversas rodadas de negociação. A guerra civil inibiu o desenvolvimento de organizações autônomas a atuarem no espaço público. As associações cívicas eram acusadas pelo regime de anti-patrióticas, por acolherem os relatórios de organizações internacionais sobre direitos humanos, e por serem politicamente da oposição. Aquelas alegações criavam um ambiente de intimidação e dava campo a ações camufladas de segurança de Estado contra lideranças da sociedade civil³³⁷.

³³⁶ BRAVO, Manuel. *Angola: Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: ed. Hugin, 1996

³³⁷ LOPES, Filomeno Vieira. *The challenges of democratization. From military peace to social justice? The Angolan peace process*. Londres: Accord, 2004 p. 1-2.

Para Comerford, a violenta história política de Angola comprometeu a capacidade dos angolanos de se organizarem e de discutirem os problemas públicos abertamente. Episódios como o que se seguiu após as eleições de 1992³³⁸, que causou milhares de mortes em apenas três dias em Luanda, assim como a tentativa de golpe dentro do seio do MPLA, em 1977, quando a violenta repressão tirou a vida de cidadãos, marcaram fortemente a sociedade angolana. Segundo o autor,

“é necessário estudar de novo a história (de Angola) para se entender o espaço limitado que existe para a sociedade civil prosperar em Angola. Durante o domínio colonial reprimiram-se as organizações africanas independentes (...) No meio das fileiras do MPLA, a tentativa de golpe de Estado de Nito Alves em 27 de maio de 1977 teve enormes ramificações para impedir o futuro crescimento da sociedade civil em Angola”³³⁹.

As ONGs, as empresas transnacionais e as organizações multilaterais operam de acordo com a jurisdição dos Estados em que atuam ou de acordo com o poder outorgado em tratados assinados pelos representantes dos Estados. Exemplo deste fato é a forma como foi encerrada a MONUA (Missão dos Observadores das Nações Unidas em Angola), em que o Estado angolano declarou, no fim de 1998, que a presença da ONU em Angola não era mais necessária e que o governo tomaria medidas apropriadas para a pacificação do país. A ONU reconheceu o fracasso da missão e retirou o último contingente da MONUA em fevereiro de 1999, deixando apenas os funcionários permanentes do escritório da ONU em Angola.

Durante a guerra civil, a imprensa mundial ignorou a amarga experiência do terrorismo que durou 27 anos em Angola. Durante esse tempo, os atos terroristas resultaram em milhares de mortos, na destruição de instituições democráticas e na paralisação da economia. Angola ficou livre do barulho das metralhadoras em 22 de fevereiro de 2002, seis meses depois dos atentados terroristas nos EUA³⁴⁰.

Angola, país marcado por um longo conflito armado, não foi eficaz no desenvolvimento de uma cultura política de diálogo com a sociedade civil, sendo a desconfiança uma característica marcante nas relações entre indivíduos e instituições. As dificuldades enfrentadas dizem respeito às restrições à atuação da sociedade civil na formulação de políticas públicas e no desenvolvimento de parcerias junto ao governo. Essa

³³⁸ O MPLA ganhou as eleições, mas a intransigência da UNITA em não aceitar os resultados eleitorais, aliada a péssima percepção que a UNITA tinha a respeito da possibilidade de neutralidade da população e das FAA (estas em fase não concluída de formação), em um iminente ataque em Luanda, todos esses cenários, induziram os dirigentes da UNITA a tentarem tomar o poder a força. O saldo foi milhares de pessoas mortas entre os militantes da UNITA e a população civil.

³³⁹ COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005 p. 3.

³⁴⁰ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002

situação ilustra as dificuldades dos países que passaram por processos de colonização e dominação, ignorando a inclusão da sociedade civil no processo político³⁴¹.

Segundo os autores Cohen e Arato³⁴², o conceito de sociedade civil está no centro das discussões que levaram à constituição da modernidade ocidental, quando o Estado se revelou incapaz de produzir formas de solidariedade a partir de estruturas de coordenação impessoais. Assim, a sociedade civil é concebida como a esfera da interação social entre a economia e o estado, composta principalmente pela esfera associativa, pelos movimentos sociais e pelas formas de comunicação pública.

A reconfiguração do espaço público pelo qual passou a sociedade angolana durante a colonização portuguesa e, posteriormente, pelo governo de partido único de ideologia marxista, e o papel da sociedade civil no contexto do conflito armado, e início da II República, resultante das eleições gerais em 1992, são fases da história do país que permitem compreender os desafios contemporâneos que a sociedade angolana representa e enfrenta, agora em um contexto de paz definitiva.

A política dos EUA para Angola, entre a independência do país e 1993, foi formulada exclusivamente em função da Guerra Fria. As administrações Ford, Carter e Reagan não viam a possibilidade de reconhecer o governo do MPLA, receando que o reconhecimento do novo regime comunista africano seria interpretado como um sinal de fraqueza pela URSS e pela opinião pública norte-americana. Acrescenta-se a essa interpretação a influência dos cidadãos cubano-americanos contrários o regime de Havana, residentes na Flórida. que nenhum presidente norte-americano podia ignorar devido ao seu elevado peso eleitoral. Essa foi uma razão a mais para que Washington hesitasse no reconhecimento, a não ser que fosse precedido pela retirada das tropas cubanas de Angola³⁴³.

Para estabelecer um clima de paz e estabilidade em Angola, durante o governo Reagan, o Secretário de Estado, Alexandre Haig, exigiu a retirada das tropas cubanas de Angola. Já o seu sucessor, George Schultz impôs como condição do relacionamento diplomático o fim da guerra civil. Mais tarde, no mandato de George Bush (pai), seu Secretário de Estado James Baker III exigiu a assinatura de um acordo de cessar-fogo e na realização de eleições multipartidárias e seu subsecretário para os Assuntos Africanos, Herman Cohen, fez depender o reconhecimento diplomático de Angola da certificação dos

³⁴¹ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002

³⁴² COHEN J. & ARATO A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.

³⁴³ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

resultados das eleições pelas Nações Unidas³⁴⁴. Internamente, Angola iniciou para um processo de liberalização econômica e abertura de mercado a partir de 1990. A adoção do liberalismo econômico fez-se de forma desastrada e desestruturada, porque desconsiderou as dificuldades de adaptação de certos setores da economia planejada ao livre mercado e realizou-se durante a guerra civil angolana.

Em Angola, a UNITA acreditava representar a democracia liberal. Nesse argumento acreditavam amigos e apoiantes no exterior, com destaque para os EUA, a África do Sul sob o regime do *apartheid* e alguns portugueses. As eleições de 1992, reconhecidas livres e justas pelas Nações Unidas, derrubaram esse mito. A UNITA perdeu as eleições e agiu de má-fé, tentando tomar à força o que não conseguira pelo voto do povo. As mudanças ocorridas no sistema político e econômico do país, do unipartidário para o sistema multipartidário, efetivado com as eleições de setembro de 1992, mostram que a política externa de Angola teve a sua maior inflexão nesse período.

Ao analisar a conjuntura de Angola em 2006, Adão Avelino Miguel constata que há manifesta falta de participação da população na execução das tarefas sociais e culturais. Pressente-se a ausência de motivação para realizar e implementar planos e projetos comunitários; sente-se que falta coragem, dedicação e abnegação na realização das tarefas comunitárias. Percebe-se que até hoje o eco de tanto autoritarismo imposto à população ainda tem significativo impacto na participação da população em ações sociais³⁴⁵.

Para Nelson Pestana, houve uma contradição entre 'autonomia literária e controle político' na União dos Escritores Angolanos, pois, ao mesmo tempo em que proporcionava uma relativa autonomia do espaço literário face ao controle do partido único e do Estado, exigiam-se esforços redobrados das elites políticas com vistas à instrumentalização política da literatura e dos escritores³⁴⁶ Cesaltina Abreu, por seu turno, aponta a falta de regulamentação legislativa e a regulamentação tardia das leis (gerando desentendimentos na sua interpretação), observável nas datas de suas respectivas aprovações, como evidência da deficiência das iniciativas da sociedade na administração pública. A simples observação das designações dos pacotes de leis nos revela como era a ocupação do espaço público pelo

³⁴⁴ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.

³⁴⁵ MIGUEL, Adão Avelino. *Cidadania e civismo: entre a interpretação e a reinterpretação da sociedade civil angolana*. Revista Acadêmica da UCAN (Universidade Católica de Angola), Centro de Estudos e Investigação Científica. Nº 3, ano 3, agosto de 2006 p. 26.

³⁴⁶ PESTANA, Nelson. *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Lisboa: Centro de Estudos africanos. ISCTE. 2004 p. 10-11.

Estado na Primeira República (1975-1992)³⁴⁷. Dois anos após o nascimento da II República em Angola, Fernando Pacheco, afirmou já existir uma sociedade civil angolana “como a expressão de forças sociais e econômicas formais e não formais que já demonstravam capacidade de assegurar, pelo menos, a sobrevivência das cidadãs e dos cidadãos”³⁴⁸.

Dois representantes do jornalismo privado³⁴⁹ angolano, Willian Tonet – redator da Folha Oito – e Aguiar dos Santos – do jornal Agora – , em análise do fracasso das negociações do Protocolo de Lusaka (1994)³⁵⁰, apontaram a ausência da participação de atores civis na mesa de negociações como um fator significativo para o fracasso do protocolo. De acordo com o primeiro, escrevendo um mês antes do fim do conflito,

“Lusaka falhou, não por privilegiar uma verdadeira Reconciliação Nacional. Lusaka falhou por rejeitar a participação de outros atores políticos desarmados, igrejas, sociedade civil e autoridades tradicionais (...)”. Para Aguiar dos Santos, escrevendo em junho de 2001, o fracasso resultou na exclusão de segmentos chave da sociedade angolana nos acordos³⁵¹.

Uma das organizações da sociedade civil angolana é a FESA³⁵² (Fundação Eduardo dos Santos). De acordo com Christine Messiant³⁵³ a FESA pode ser vista como um produto do sistema geral de dominação clientelista, além de ser uma tentativa de reforço do poder presidencial. Desse modo o presidente angolano ‘re canaliza’ em direção à sua própria pessoa uma parte recursos e os redistribui, todos os anos, durante a “semana da FESA”³⁵⁴, que dá lugar a muita publicidade, votos de felicidades e agradecimentos. A Fundação Eduardo dos Santos colabora com o ‘Estado angolano’, ou as administrações locais, intervindo em complemento à ‘ação do governo’. Além disso, a FESA apoia uma série de outras

³⁴⁷ ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado. UCAM, IUPERJ. 2006, p.34.

³⁴⁸ PACHECO, Fernando. *Democracia e sociedade civil em Angola*. Lisboa: XII Conferência Internacional de Lisboa. Instituto de Estudos Estratégicos, 1994 p. 7

³⁴⁹ Esse jornalismo surgiu após 1991, pois antes só existia o Jornal de Angola, do Estado angolano. Ganhou força ao longo da década de 1990 como exemplo os jornais Actual, Agora, Semanário Angolense, Folha Oito e O independente). Comerford evita usar o termo “independente”, pois existiam alegações da existência de um jornalismo comprado em Angola, conhecido em várias partes do mundo como jornalismo “caderneta de cheques”. Dessa maneira, o termo “privado” é mais neutro, implicando menos que a designação “independente”, como é comum utilizarem (Comerford, 2005, p.80).

³⁵⁰ Foram três tentativas de entendimento para a paz. As primeiras foram os Acordos de Bicesse (1991) que resultou em uma trégua de 17 meses para a realização das eleições; a segunda foi o Protocolo de Lusaka (1994), que criou um governo de reconciliação nacional, inclusive com membros da UNITA. No entanto, esse Protocolo falhou devido às violações do tratado, pela UNITA; e finalmente, o Memorando de Luena (2002), logo após a morte de Jonas Savimbi que pôs fim aos conflitos armados.

³⁵¹ Folha Oito, em 26 de janeiro de 2002. In: COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005, p. 83-84.

³⁵² Ver mais na página da instituição: <http://www.fesa.org.br>. Ver, as mensagens de patrocinadores nas revistas publicadas pela instituição. É comum encontrar a brasileira Odebrecht, as estatais Sonangol (petróleo) e Taag (aviação). É clara a referência ao culto a personalidade do presidente José Eduardo dos Santos.

³⁵³ MESSIANT, Christine. *A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil*. Politique Africaine. n° 70, 1999 p. 08

³⁵⁴ Forma velada pela instituição para celebrar o aniversário (em 28 de agosto) de seu patrono, o presidente José Eduardo dos Santos.

organizações da sociedade civil, entre associações nacionais, locais e de ordens profissionais³⁵⁵. Claramente, a FESA é uma evidência da privatização do Estado e de descentralização do poder angolano e da desagregação deste mesmo Estado. Com ela, o presidente José Eduardo dos Santos assume, na posição de patrono, a liderança da sociedade civil angolana, utilizando em seu favor os atributos de presidente da República, chefe do Governo, chefe do Partido e Comandante-em-Chefe das forças armadas³⁵⁶.

O período pós-Lusaka (1994) sinaliza o início do engajamento das organizações da sociedade civil na promoção dos direitos humanos, batizando seus projetos de ‘educação cívica’, segundo constatou Michael G. Comerford³⁵⁷. A partir desse momento, surgem novas da sociedade civil angolana para promoção da paz. Particularmente após o fracasso do Protocolo de Bicesse³⁵⁸

Com a retomada da guerra em 1998, a sociedade civil angolana produziu uma série de documentos, chamando-os de ‘apelos de paz’. O primeiro, de 1999, chamado ‘Manifesto para a paz em Angola’, foi assinado por 120 pessoas, incluindo advogados, músicos, jornalistas, sociólogos, docentes universitários, deputados, entre outros. O segundo, pertencente a GARP (Grupo Angolano de Reflexão e Paz), documento de abril de 1999, incluía entre os seus membros pessoas ligadas ao campo religioso, ao meio político e dos meios de comunicação. No documento reivindicava-se que ‘ninguém tem o direito de falar em nome do povo para fazer a guerra civil, seja esta com o argumento de defesa ou resistência. O povo não foi consultado’. É importante enfatizar que os signatários de ambos os documentos sentiram estar discursando para um grupo mais amplo, manifestando-se em nome do povo angolano para aqueles que fizeram a guerra em seu nome³⁵⁹.

O terceiro documento foi feito pela MPD (Mulheres Pela Democracia), uma ONG de mulheres formadas no exterior, com bolsas financiadas pelo governo. Esse documento se aproxima dos outros dois, mas é elaborado a partir da perspectiva das mulheres angolanas.

³⁵⁵ MESSIANT, Christine. *A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil*. Politique Africaine. n° 70, 1999 p. 10.

³⁵⁶ MESSIANT, Christine. *A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil*. Politique Africaine. n° 70, 1999 p. 11.

³⁵⁷ COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005 p. 145. As organizações preferiram chamar seus trabalhos em direitos humanos de “educação cívica”, um termo muito menos controverso aos olhos do governo.

³⁵⁸ Por estar “ausente” nos Acordos de Bicesse (1991), a promoção dos direitos humanos constituiu uma componente muito importante no Protocolo de Lusaka. Vale a pena lembrar que muitas organizações surgiram após o Protocolo de Lusaka, daí a crescente forma de atuação da sociedade civil organizada em Angola.

³⁵⁹ COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005 p. 153-155.

Um sentimento de tristeza perpassa o texto, não somente em função da continuação da guerra, mas do fato de que as mulheres tinham perdido seus esposos e filhos durante o conflito.

Em todos esses documentos de apelos, vem-se demonstrando que a sociedade civil tem um papel fundamental na resolução do conflito, o que cria um sentimento coletivo de que ‘o problema é nosso’, ausente no passado. Embora oficialmente considere-se que os novos instrumentos legais tenham sido produzidos em ambientes democráticos de consulta entre o Estado e a sociedade, e que as organizações civis foram mobilizadas a participar efetivamente dessas consultas, as experiências com os processos de preparação e aprovação do Regulamento das Associações, da Lei de Terras, da Lei do Investimento Estrangeiro e da própria Lei Constitucional, entre outros, indicam que as estruturas das instituições do legislativo e do executivo angolano continuam pouco abertas ao debate de ideias e à incorporação das visões e expectativas de atores não-estatais³⁶⁰.

Na análise de Fernando Pacheco, em Angola ainda é frequente, hoje, se atribuir todos os malefícios da vida política, social e econômica ao período colonial português, e ao marxismo de partido único do MPLA, o que não corresponde a verdade. Tanto as práticas fascistas, como o culto ao chefe, por exemplo, como as marxistas, com a submissão à direção centralizadora, são complementadas pela matriz cultural bantu, na qual, tradicionalmente, líderes e chefes não têm o costume de prestarem contas aos liderados, no sentido de dar satisfação, de apresentar resultados de uma ação de que fora incumbido, o que hoje têm efeitos perniciosos na sociedade angolana³⁶¹. É isso que acontece, tanto ao nível da família, como da comunidade e da nação angolana.

Segundo Brazão Mazula e Guilherme Mbilana, a manutenção da paz depois de eleições é preocupante em muitos países africanos, pois o cidadão não quer que seu voto resulte em uma violência política, como as crises da Costa do Marfim e Zimbábue por exemplo. A experiência eleitoral em Moçambique desde 1992 e de Angola desde 2008 ainda é muito recente, bem como as experiências práticas das organizações da sociedade civil sobre prevenção de conflitos eleitorais³⁶².

³⁶⁰ ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado. UCAM, IUPERJ. 2006, p. 34.

³⁶¹ PACHECO, Fernando. *Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade*. Luanda: Revista académica da UCAN. Universidade Católica de Angola. Ano 1, vol.1. 2004 p.79.

³⁶² MAZULA, Brazão e MBILANA, Guilherme. *O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique*. Luanda: Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais na região da SADC. 2003 p.1-4

Durante o período analisado, a ação diplomática de Angola não permaneceu constante, pois o Ministério das Relações Exteriores de Angola foi obrigado a se adaptar ao fim da Guerra Fria e à conseqüente perda das parcerias tradicionais, estabelecendo novas relações políticas e comerciais. Mesmo que significativamente distante da atenção da mídia e da opinião pública, a política externa passou a figurar como espaço de negociação político-partidária, com evidente sinal, vista a partir da nomeação do Vice-Ministro Jorge Chicoty³⁶³ pelo presidente José Eduardo dos Santos em 1992 que representa nítidos resultados das negociações partidárias.

O partido MPLA, eleito em 1992, definiu como um dos objetivos da política externa iniciar uma reaproximação com Washington, que possibilitasse uma maior inserção do país na economia mundial. A estratégia escolhida para essa reaproximação foi a “diplomacia da mídia”. O ato mais importante não foi a organização do encontro, um convite para uma visita, ou algum outro evento formal de cunho diplomático. Foi um pedido de reconciliação e reconhecimento feito por meio de uma mensagem transmitida pelo presidente, José Eduardo dos Santos, à mídia nacional e internacional. Acreditava-se que um pedido público de grande visibilidade fortaleceria a posição de Angola. A resposta dos EUA ao pronunciamento presidencial foi positiva, também aos moldes da diplomacia midiática. Os Estados Unidos responderam que a reaproximação era bem-vinda, contanto que Angola continuasse progredindo nas reformas políticas e econômicas e deixasse de lado qualquer intenção de retorno ao mono-partidarismo³⁶⁴.

Graças ao pragmatismo das relações comerciais entre Angola e os EUA, nenhuma das grandes empresas norte-americanas que operavam em Angola na época colonial foi afetada pela independência. Apesar do apoio norte-americano a UNITA até maio de 1993, foi possível manter elos de contato que vieram a ser necessários para a normalização do relacionamento diplomático entre os dois países. Na década de 80, o fluxo comercial entre Angola e EUA era de mais de um bilhão de dólares, sendo Angola um dos principais parceiros econômicos dos EUA na África Subsaariana.

Os resultados das eleições democráticas de 1992 em Angola, reconhecidas pelas Nações Unidas e demais observadores do processo como livres e justas, não produziram o vencedor desejado pelo governo republicano dos EUA. O adjunto de Herman Cohen, Jeffrey

³⁶³ Jorge Chicoty foi membro graduado da UNITA, que abandonou o grupo antes da assinatura dos acordos de Bicesse. Juntou-se a outros importantes dissidentes da UNITA, como Tony Fernandes - Embaixador e N’Zau Puna – fora embaixador, agora Deputado. Os três fundaram o FDC (Frente Democrática de Cabinda) sigla pelo qual foi escolhido Vice-Ministro das Relações Exteriores. Atualmente, é o Ministro das relações Exteriores de Angola desde outubro de 2010.

³⁶⁴ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002

Davidow, criou mais um requisito para o reconhecimento, mormente a realização da segunda volta das eleições presidenciais. Esta argumentação deixou de ter sustentação política no próprio Congresso em Washington, devido a postura intransigente e obstrucionista da UNITA, especialmente de Savimbi³⁶⁵.

O esforço angolano foi concentrado em Washington e Nova Iorque, cobrando da comunidade internacional a condenação às violações dos princípios democráticos em Angola. Embora com jogadas políticas claras dos EUA em defesa da manutenção do *status quo*, Washington tentou por todos os meios trazer à mesa de negociação o líder da UNITA, Jonas Malheiro Savimbi. Os resultados pífios destas tentativas fez com que os EUA endurecessem a sua postura, pressionando o grupo rebelde a reconhecer a vitória do MPLA. Pouco a pouco, os aliados da UNITA foram abandonando-a, ao mesmo tempo em que reconheciam o governo eleito do MPLA. O presidente Bill Clinton, que estava no início do seu primeiro mandato, decidiu finalmente reconhecer o governo eleito da República de Angola.

Os apelos de Nelson Mandela, Desmond Tutu, Jesse Jackson em favor do reconhecimento, o ‘apelo de Xangai’ liderado pelo ex-secretário de Estado Henry Kissinger, entre tantos outros, não deixaram outra saída à Administração Clinton. Assim, Washington reconheceu o governo eleito de Angola, durante as negociações que ocorriam em Abidjan, esperando que com este ato a UNITA percebesse seu gradual isolamento internacional³⁶⁶. Assim, o presidente Bill Clinton comunicou às 16 horas do dia 19 de maio de 1993, ao seu país e a comunidade internacional, através das câmaras de televisão, entre as quais a CNN a seguinte mensagem:

“(...) tenho o prazer de anunciar hoje o reconhecimento pelos Estados Unidos da América do Governo de Angola. Esta decisão reflete a grande prioridade que a nossa Administração dá à democracia (...). Tenho esperança que a UNITA venha a aceitar um acordo negociado e passe a fazer parte do Governo. Pretendo continuar a trabalhar estreitamente com o Governo de Angola e com a UNITA para que se alcance em Angola uma paz duradoura e em democracia”³⁶⁷.

O reconhecimento de Washington causou satisfação em Luanda e dava nova vida aos esforços do governo de Angola para salvaguardar a democracia. O arcebispo Desmond Tutu, presente no ato, disse que estava muito emocionado, já que abordara antes o assunto com o presidente Clinton. A UNITA considerou o reconhecimento um fator negativo e continuou suas ações desestabilizadoras do país. O Congresso norte-americano começou a emitir sinais de preocupação pelo agravamento da guerra civil angolana, sobretudo devido a má-fé da

³⁶⁵ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002.

³⁶⁶ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002.

³⁶⁷ Estados Unidos Reconhecem a República de Angola – Editorial do Jornal de Angola, edição de 20 de maio de 1993, Luanda.

UNITA ao rejeitar as propostas das Nações Unidas e dos três Estados observadores (Rússia, EUA e Portugal) e recrudescer as hostilidades através de ataques massivos. A UNITA foi severamente criticada pelo Conselho de Segurança da ONU nas suas Resoluções 811/1993 e 823/1993, exigindo que aceitasse os resultados das eleições democráticas de 1992 e respeitasse os Acordos de Paz, com vistas ao restabelecimento imediato do cessar-fogo em todo o país³⁶⁸. A UNITA decidiu apostar na continuação da guerra civil para chegar ao poder.

Em função da intransigência da UNITA, o Conselho de Segurança adotou a Resolução n. 843/1993, condenando a organização pelos ataques armados que punham em perigo o processo de paz. O Conselho de Segurança reafirmou a exigência de retirada das áreas ocupadas pelos guerrilheiros da UNITA, responsabilizando pessoalmente Jonas Savimbi pelo fracasso das conversações de Abidjan/Costa do Marfim. A resolução elogiou o governo de Angola pela disposição em alcançar um entendimento em conformidade com os acordos de paz. Mas, para Savimbi, era mais uma resolução entre tantas. Pouco se importou com a condenação do Conselho de Segurança, seguro que estava das suas conquistas militares e convencido de que a comunidade internacional não deixaria de querer capitalizar os investimentos feitos nele em Angola, continuando a apoiá-lo, ou pelo menos, a não contrariar objetivamente as suas ambições de conquistar o poder.

O governo de Angola não gostou da resolução, por entender que esta restringira-se a condenar os rebeldes, sem impor medidas punitivas. O primeiro-ministro da época, Marcolino Moco afirmou que o mundo tinha que escolher entre “ver naufragar a democracia em Angola, ou usar a força para travar Savimbi”³⁶⁹. A reclamação do chefe do executivo angolano foi positivamente entendida. Os chefes da *troika* de observadores do processo de paz encontraram-se em 8 de junho de 1993 em Washington e um mês depois, em 8 de julho em Moscou. Na capital russa a *troika* emitiu uma declaração, reconhecendo a responsabilidade da ofensiva militar da UNITA pela continuação da guerra. Admitiu, igualmente, que o governo de Angola tinha o direito legítimo de se defender, autorizando a assistência internacional a Luanda para apoiar o processo democrático. Implicitamente, a declaração deixou implícito que a Cláusula ‘Triplo Zero’³⁷⁰ fora suspensa.

Em conformidade com os encontros da *troika* de observadores, e da pressão de Angola, o Conselho de Segurança aprovou a Resolução n. 851/1993, na qual admitiu a

³⁶⁸ SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca de História, 2010

³⁶⁹ Marcolino Moco – Primeiro-ministro da República de Angola comentando a Resolução 843 do CS/ONU no Jornal de Angola, em 02 de junho de 1993.

³⁷⁰ A Cláusula Triplo Zero proibia totalmente a venda e compras de armas e munições, ou qualquer outro material bélico para as partes beligerantes signatárias do Acordo de paz de Bicesse, Governo e UNITA.

possibilidade de aplicar sanções e decidir o embargo de armas para a UNITA. As possíveis sanções englobavam o congelamento das contas bancárias, restrição às viagens de membros da UNITA, e encerramento dos seus escritórios de representação³⁷¹ em estados membros da ONU. Mais uma vez, foi elogiada a disposição do governo angolano em chegar a um acordo pacífico, com respeito pelos acordos de paz e pelas Resoluções da ONU. Nessa Resolução, o governo de Angola passou a ter reconhecido o direito de receber assistência da comunidade internacional para apoiar o processo democrático, levantando-se as barreiras ao fornecimento de armas para o governo de Angola. A UNAVEM II foi concluída em 1995, dando a impressão de que a missão fora mal-sucedida. Em substituição foi criada a UNAVEM III como resultado da Assinatura do Protocolo de Lusaka³⁷².

O Protocolo de Lusaka previa que ambas as partes deveriam concluir o processo eleitoral de 1992, sob supervisão da ONU, com o Representante Especial presidindo a Comissão Conjunta que supervisionaria a implementação do protocolo, que incluía um cessar-fogo, o aquartelamento dos soldados da UNITA e o desarmamento das partes em litígio. A cláusula de partilha de poder dava garantias à ONU de que ambas as partes teriam a vontade política para restabelecer a paz. Ambas as partes concordaram em obedecer a todas as resoluções anteriores do Conselho de Segurança e estava prevista uma presença de 7.000 Capacetes Azul para formação da UNAVEM III³⁷³ (uma força quase dez vezes mais em numerosa do que a UNAVEM II em 1992).

No Conselho de Segurança da ONU, houve uma excessiva confiança na boa-vontade das partes, historicamente opostas e não tomando medidas eficazes e enérgicas necessárias para controlar o conflito angolano. Com a inauguração do GURN, a UNAVEM III encerra suas atividades em 30 de junho de 1997, sendo substituída pela MONUA (missão de observação das Nações Unidas em Angola). O mandato da MONUA consistia em (a) prestar auxílio às partes envolvidas no conflito, na busca da consolidação da paz, reconciliação nacional e desenvolvimento democrático; (b) monitorar o clima político com a retirada gradual dos funcionários da ONU, à medida que se fortalecia a presença da administração estatal pelo país e a neutralidade da polícia (incluindo a incorporação de membros da

³⁷¹ A UNITA possuía representações antes e depois de eleições de 1992 em muitos países entre os quais: EUA, Portugal, França, Reino Unido, Costa do Marfim, Guiné Equatorial, Togo, Guiné Conacri, etc. GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. New Iorque: Houndsmills, Basingstoke, 1998.

³⁷² GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. New Iorque: Houndsmills, Basingstoke, 1998.

³⁷³ http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unavem_r.htm

UNITA). A MONUA, desta forma, foi projetada para ser a última missão de paz das Nações Unidas em Angola³⁷⁴.

O Governo de Unidade e Reconciliação Nacional deu seguimento a um estilo de inserção internacional que fez da política externa angolana um fator de credibilidade para o país. O GURN aliou a legitimidade internacional do Plano da Paz com o peso do envolvimento pessoal do presidente da República na atividade diplomática, sem descuidar do compromisso com ideais de democracia, direitos humanos, justiça social e preservação do meio ambiente. As novas ‘credenciais’ de Angola na política internacional eram o regime democrático e estabilidade econômica. Esses dois aspectos não figuravam entre as características de Angola até cerca de dezoito³⁷⁵ e oito³⁷⁶ anos atrás, respectivamente, o que restringia a ação externa do país. Em razão dessa mudança, pode-se dizer que Angola tem sido, nesta segunda metade da década de 1990, um país mais visível e atuante no cenário internacional e, também, em certa medida, um dos grandes beneficiários da chamada globalização, de sua face mais positiva, embora também esteja a sofrer com os aspectos adversos do processo, como as crises financeiras internacionais.

No plano político, a valorização internacional da democracia, dos direitos humanos e do desenvolvimento sustentável vem ao encontro do que a sociedade angolana deseja para o país. Segundo o diretor para a África e Médio Oriente do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Nelson Cosme, a eliminação das ameaças que atentavam contra a criação da República de Angola foi o objetivo principal da política externa do país desde a Independência. Segundo ele

“Angola teve que responder a grandes desafios nacionais, regionais e internacionais que ameaçavam a sua existência, defendendo a integridade territorial e a soberania nacional, a afirmação e o reconhecimento do Estado, bem como a solidariedade com os movimentos de libertação para com os povos oprimidos”³⁷⁷.

Angola passou a demonstrar maior disposição de assumir crescentes responsabilidades internacionais, conforme exemplificado pela decisão de enviar contingente militar para participar de operação de paz da ONU na República Democrática do Congo. Em 2002-2003, o país ocupou um dos assentos rotativos do Conselho de Segurança das Nações Unidas como membro não-permanente. Angola foi incluída entre os chamados mercados emergentes prioritários para o relacionamento externo dos EUA, tornando-se assim, um parceiro revalorizado aos olhos dos EUA. Segundo o presidente José Eduardo dos Santos “somos um

³⁷⁴ ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002

³⁷⁵ As primeiras eleições multipartidárias foram realizadas em setembro de 1992 e as segundas em 2008.

³⁷⁶ Com o fim da Guerra civil em 2002, Angola tem conseguido manter uma estabilidade macroeconômica, sendo os indicadores de crescimento da economia, os mais altos da região austral.

³⁷⁷ Entrevista concedida ao autor em Luanda, julho de 2008.

ator importante na sub-região Central e Austral da África, onde desempenhamos um papel de moderador e estabilizador”³⁷⁸. De fato, a luta contra o *apartheid* e a independência da Namíbia³⁷⁹ corroboram a perspectiva de que Angola tem adotado uma postura diplomática universalista e engajada.

O estado angolano em sua política externa, não permite a instalação de bases estrangeiras em território nacional, como modo de contribuir para a criação de um clima de distensão regional e sub-regional. Defende ainda o princípio da não-ingerência nos assuntos internos e externos dos Estados, princípio que vem consagrados na sua nova constituição aprovada em janeiro de 2010.

As ações da política externa de Angola têm consolidado a imagem do país como parceiro para a estabilidade e segurança, mas têm dificuldades de aliar as ações estratégicas político-militares com as questões de cooperação econômica, cultural e social. Belarmino Vandúnem afirma que a China, principal financiador do processo de reconstrução de Angola, deveria merecer a devida atenção na política externa, uma vez que a despeito da vasta cooperação econômica sino-angolana, existe um significativo passivo político-cultural nessa relação³⁸⁰.

As relações entre Angola e França, por sua vez, passaram por um estremecimento circunstancial em função da divergência sobre a crise na Costa do Marfim. Após o segundo turno da eleição presidencial de 2010, os dois candidatos, Laurent Gbagbo, presidente do país desde 2000, e Alassane Ouattara, candidato da oposição, reivindicaram a vitória. A França apoiou Ouattara, considerando-o vencedor do pleito de novembro. Em resposta a interferência extra-continental, o presidente de Angola José Eduardo dos Santos manifestou-se contrário ao reconhecimento de Ouattara. Em seu pronunciamento durante a cerimônia de saudação do ano novo ao corpo diplomático acreditado em Angola, em Luanda, no dia 13 de janeiro de 2011, dos Santos afirmou que rejeitava a intervenção militar na crise pós-eleitoral na Costa do Marfim, ao mesmo tempo que reconhecia Laurent Gbagbo como presidente constituinte de Costa do Marfim até as próximas eleições.

Angola é um país que usa com frequência a diplomacia de mídia. A diplomacia da mídia consiste no uso dos veículos de comunicação de massa para a comunicação entre Estados ou entre Estado e atores não-estatais, com o objetivo de mobilizar o público para

³⁷⁸ Jornal de Angola edição do dia 01/03/2009 p. 3

³⁷⁹ Ver o artigo do Embaixador de Angola na Namíbia, RIBEIRO-KABULU, Alberto D. C. B. *Settlement of the Internal Conflict in Angola*. Sao Paulo: In Africa: Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, 16-17(1): 3-22, 1993/1994, p. 119.

³⁸⁰ VAN-DÚNEM, Belarmino. *Desafios para Política Externa de Angola em 2009*. artigo localizado no blog do autor <http://berlarminovandunem.blogspot.com> acessado em 20 de fevereiro de 2009.

fazer avançar as negociações. A diplomacia da mídia é um importante recurso dentro das comunicações diplomáticas da era da informação e foi um instrumento de persuasão de grande eficácia nas primeiras negociações de paz para Angola em Nova Iorque. O Estado angolano demonstrou que é capaz de se adaptar aos novos tempos, não só lutando pela manutenção do seu poder, mas trabalhando para a ampliação desse poder. Na maioria dos casos a diplomacia pública³⁸¹ antecede a diplomacia de mídia, a fim de preparar o público envolvido para a negociação do impasse. Na véspera do fim da guerra em Angola, o presidente José Eduardo dos Santos inovou na forma como um Estado dá um ultimato de guerra à guerrilha: sua mensagem não foi enviada por meio de intermediário, com uma carta timbrada e assinada, nem sequer por telefone. O aviso com prazo fatal foi feito a Savimbi ao vivo pela TPA e outras mídias convocadas para esse efeito em 2001. Uma prática sem registro oficial, sem procedimento formal, mas legítima para milhões de angolanos e outros telespectadores do mundo inteiro, inclusive chefes de Estado. Todos puderam acompanhar o ato, que despiu-se do formalismo burocrático e solene e ganhou, pelos meios de comunicação, uma grande plateia e um tom dramático de que a guerra em Angola estava no fim.

A mensagem foi transmitida à guerrilha da UNITA, aos habitantes de Angola e à comunidade internacional interessada nos problemas angolanos. O ataque iminente e a exigência de determinada ação (Savimbi e seus comparsas entregarem-se) não foram somente comunicadas às partes envolvidas, mas para todo o mundo, em uma tentativa de legitimar a investida militar em caso de negativa. O evento, como bom acontecimento de mídia, passou de trâmite diplomático importante para a condição de espetáculo – com as consequências reais de uma crise que estava à beira de se transformar em uma batalha final, mas com contornos de novela e apelo suficiente para que todos se interessassem em acompanhar os próximos desdobramentos. A legitimidade de um ultimato dado ao vivo pela televisão está baseada na audiência e no drama. Com o auxílio de um meio de comunicação poderoso, foi possível ao mesmo tempo passar o recado, dizer para todos que ele foi passado e ainda mostrar que ele é justo, abrindo caminho para a legitimação de sua consequência, que é o ato de guerra.

Caso semelhante aconteceu após as eleições de 1992, quando o presidente de Angola escolheu a mídia presente na Sessão da ONU, e não os meios diplomáticos tradicionais, para enviar uma mensagem de reconciliação aos EUA, também em busca de legitimidade e de ganho de adesão. Os encontros entre José Eduardo dos Santos e Jonas Malheiro Savimbi

³⁸¹ Várias são as formas para isso, desde a participação de diferentes tipos de programas jornalísticos (entrevistas, programas de auditório, etc), até ao planejamento de uma ampla cobertura de visita de um chefe a um país rival, por exemplo. (Valente, 2007 p. 94-96).

demonstravam o quanto os dois líderes usaram os meios de comunicação no processo de transição para a paz. Em tais encontros eles faziam questão de passar para todos as profundas e dramáticas mudanças que estavam ocorrendo no relacionamento entre o governo e a guerrilha. José Eduardo dos Santos usou esses encontros para ganhar mais adesões internas às reformas políticas e econômicas que estavam acontecendo. Savimbi usou-os para legitimar suas novas ações e posturas diante de um governo que no início era visto como ilegítimo³⁸².

Segundo Leonardo Valente,

“a diplomacia mediática já faz parte do cotidiano dos relacionamentos entre Estados e de como pode ser um importante instrumento para o alcance de seus objetivos externos. [...] Quando nos referimos às atuais estratégias mediáticas dos Estados em suas políticas externas, o mais relevante para os interessados nas relações internacionais não é o que está mais evidente, o passível de ser identificado sem grande esforço, e sim as difíceis nuances, as estratégias mais sutis, aquilo que foi construído, não para estar escondido, mas para ser invisível”³⁸³.

Angola empreendeu mudanças significativas desde a conquista da paz definitiva, no sentido de criar um sistema político mais inclusivo para a sociedade civil e um programa de governo voltado ao desenvolvimento. Foi com essas ideias que o Conselho de Ministros promoveu o primeiro encontro de Quadros na Diáspora³⁸⁴, no período de 06 a 10 de novembro de 2004, em Luanda, juntando todas as forças da nação, sem discriminação política, religiosa ou étnica. O Governo convidou profissionais de todas as áreas do conhecimento, em busca de sugestões de medidas adequadas ao desenvolvimento do país pós-conflito. Os encontros procuraram mobilizar a sociedade civil para exercer sua responsabilidade no conjunto de programas sociais do governo, em torno de temas de alto impacto como o fim da fome, o acesso universal a educação e o resgate da juventude ameaçada pela alienação e pela violência das drogas.

Esse mutirão nacional do saber tem sido imprescindível para o governo de Angola, que reconheceu que não haverá desenvolvimento pleno em meio a altos níveis de desigualdade de renda e a disparidade de acesso à educação e saúde. A convocação de

³⁸² A UNITA reconheceu o governo do MPLA após a assinatura dos Acordos de Bicesse/Portugal. Durante a transição, isto é, de junho/1991 a setembro/1992, Jonas Savimbi aceitou José Eduardo dos Santos como o presidente da república de Angola.

³⁸³ VALENTE, Leonardo. *Política Externa na Era da Informação: O Novo Jogo do Poder, as Novas Diplomacias e a Mídia como Instrumento de Estado nas Relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007 p, 18

³⁸⁴ O Encontro de Quadros na Diáspora foi organizado pelo Conselho de Ministros da República de Angola dois anos depois do fim da guerra civil em Angola, comparável a elaboração do Plano de Metas promovido pelo governo brasileiro liderado pelo presidente Juscelino Kubistcheck. O objetivo maior, era o de que os intelectuais que viviam fora do país e os do interior deviam contribuir com suas experiências para a elaboração de um plano que fosse capaz de acelerar o desenvolvimento do país e a melhoria da qualidade de vida dos angolanos. Nesse encontro participaram intelectuais de diferentes ideologias políticas, religiosas, étnico-linguísticas. O autor desta tese participou nessa primeira mensagem positiva do governo de Angola em termos de processo de desenvolvimento e trouxe grandes expectativas de melhoria no país.

quadros angolanos na diáspora pelo Conselho de Ministros se aproxima a ideia do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek no Brasil. Angola, país em desenvolvimento na África Subsaariana, além de ser - por suas próprias dimensões - um país com profunda imbricação regional, especialmente na SADC e CEEAC, busca parcerias internacionais, atenta a todas as peculiaridades na sua inserção estratégica na defesa e promoção de interesses próprios, no momento em que se redefine a ordem internacional.

No passado, o relacionamento externo de Angola foi muitas vezes dificultado por determinados aspectos da conjuntura interna, como a guerra civil, que durou vinte e sete anos (1975-2002). Essa constatação pode ser ilustrada, no campo político, pelas fricções externas em áreas como de direitos humanos e meio ambiente, nas quais Angola tinha dificuldade de dialogar, adotando uma postura eminentemente defensiva. No campo econômico, Angola passou em pouco tempo de um modelo de economia capitalista para o socialista sem consolidar este último, voltou-se ao modelo capitalista ainda em construção neste momento. A democratização do país, o esgotamento do modelo socialista e a abertura econômica permitiram a diplomacia angolana conduzir um relacionamento externo desobstruído, em cuja agenda prevalecem aspectos positivos. Deu-se novo impulso ao relacionamento com os principais atores internacionais (EUA, China, EU, Japão e Rússia), consolidou-se a projeção externa de Angola junto a SADC e a CEEAC e buscou-se formas mais dinâmicas de presença de Angola na Ásia (Emirados Árabes, Coreia do Sul).

2.4 GOVERNO, PETRÓLEO E DIAMANTES EM ANGOLA

O Estado angolano foi o principal agente econômico do país entre 1975 e 1992. Os gastos com defesa encontram-se descritos no Orçamento anual. Um aumento dos recursos disponíveis para a defesa provoca um efeito negativo no crescimento real do PIB. A tabela a seguir ilustra esse argumento.

Anos	1978/9	1980/1	1982/3	1984/5	1986/7	1988/9	1990/1
DM/OGE	25,5	20,9	29,3	38,3	39,3	47,2	25,1
FD/OGE	27,0	29,5	19,3	12,8	13,5	16,1	12,2

DM = Desp. militar; FD = Finanç. desenvolvimento; OGE = Orçamento Geral do Estado

Fonte: Ministério do Plano, Grupo de contas nacionais, Luanda, 1992

Tabela 2.

O Orçamento Geral do Estado (OGE) de Angola não repassa recursos para o município, muito menos para a Comuna³⁸⁵. O poder está centralizado no governador da província, que tem muita dificuldade em dialogar com as organizações da sociedade civil angolana. As organizações da sociedade civil, que trabalham como movimentos de base relacionadas ao poder local, também têm dificuldade em terem acesso ao governador da província. Entendemos que existe uma significativa participação de grupos e organizações em nível local para debater o destino dos recursos financeiros. No entanto, há uma grande dificuldade quando se trata dos poderes do Estado, principalmente das autoridades que detêm os recursos. O ministro Lopo do Nascimento, quando da apresentação do Plano da Emergência de 1984, afirmou que “os recursos disponíveis não são os recursos do país, mas sim apenas aqueles que restam após as necessidades de defesa terem sido satisfeitas”³⁸⁶. O excesso de centralização política e administrativa em Angola é mais um fator que dificulta a participação da sociedade civil e não contribui para a democratização do país.

Tabela :participação de setores econômicos no PIB no período de 1987 a 1991

Setores	1987	%	1988	%	1989	%	1990	%	1991	%
Agr. P., silvicultura	29264	13	28681	11	27843	11	27250	10	28558	10
Ind. extrativa	118210	51	148305	57	149347	54	156068	57	160750	58
Ind. Transf.	8640	4	8476	3	9410	4	8647	3,2	6935	3
Energia el. e água	620	0,3	633	0,2	659	0,2	681	0,2	818	0,3
Construção	5780	3	5795	2,2	5803	2,2	5936	2,2	5235	2
Tr. e comunicações	6351	3	5600	2,5	6653	2,5	6187	2,3	6255	2,3
Comércio	16777	7	16777	6,4	16777	6,3	18961	7	16803	6
Bancos e seguros	3166	1	2665	1,0	2245	0,8	2245	1	2360	1
Serviços	42759	19	44584	17,0	46530	16	48391	18	48391	18

Fonte: Ministério do Plano, Grupo de contas nacionais, Luanda, 1992.
Tabela 3.

A leitura do quadro permite constatar a importância crescente da indústria extrativa na economia angolana. Entre 1987 e 1991, verifica-se que esse segmento passou dos 51% do PIB

³⁸⁵ Angola está dividida em 18 Províncias, 164 Municípios e 578 Comunas. O governador chefia a província e administradores chefiam os níveis inferiores do poder municipal. O presidente nomeia os governadores e seus vices. Apenas o governador da província recebe parte do Orçamento Geral do Estado, o que demonstra grande centralização política e financeira.

³⁸⁶ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 53.

para 58,2%, o que foi acompanhado pela diminuição da importância relativa de setores como agricultura, indústria transformadora e serviços. Em um contexto de incertezas e instabilidade no mercado internacional do petróleo, as suas repercussões da especialização econômica na indústria extrativista são importantes. A política econômica em Angola é condicionada pela evolução do preço do petróleo no mercado mundial e pela situação da guerra no país. Influenciada por esses dois fatores, a economia angolana sofre dois dilemas³⁸⁷:

- a) Independentemente das altas ou baixas receitas de exportação, acabava-se aplicando uma política de austeridade de austeridade fiscal e monetária. À tendência ao aumento das importações no boom conjuntural de 1979/81 e 1988/90 seguiu-se uma política contracionista corretora.
- b) Os gastos em defesa contribuem para o escasseamento dos recursos internos e externos destinados à promoção do desenvolvimento econômico e social. A opção por um governo voltado para as questões sociais, contudo, compromete a sustentabilidade do regime.

Historicamente, um dos principais condicionantes da política econômica foi a guerra, cuja influência sobre a economia angolana diminuiu entre maio 1991 e setembro de 1992. Com isso, as questões sociais e a política salarial assumiram papel de relevo. A continuada quebra da produção interna, as dificuldades de satisfazer a demanda interna pelas importações e o impacto das sucessivas desvalorizações do Kwanza³⁸⁸ traduziram-se na piora das condições de vida da população ao aumentar o custo de vida. As políticas salariais, sem qualquer articulação com a política cambial e de preços, sofreu com as altas taxas de inflação (175% em 1991 e 127% em setembro de 1992), deixando os salários defasados³⁸⁹.

A área laboral foi controlada pelo sindicato oficial a UNTA (União Nacional dos Trabalhadores Angolanos) até 1991. Todas as tensões laborais estiveram perfeitamente controladas pelos representantes do sindicato até aquela data, o que se traduzia na apatia política dos trabalhadores. As reivindicações do movimento trabalhista, que ocorreram depois de 1991, com o fim da I República (1975-1991) e a abertura política, demonstram claramente as dificuldades do dia-a-dia dos trabalhadores angolanos: exigiam-se aumentos de massas salariais entre 100 e 200%, aumento do cabaz³⁹⁰ alimentar, transportes subsidiados para os locais de trabalho.

³⁸⁷ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p 43.

³⁸⁸ Nome da moeda angolana. Atualmente, 100 kwanzas equivale a u\$ 1,00 (um dólar americano).

³⁸⁹ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 12.

³⁹⁰ Cabaz em Angola, equivale a cesta básica no Brasil. O Cabaz angolano inclui muitos produtos de luxo para algumas categorias de funcionários como: diretores, chefias militares, ministros, etc.

A inserção de Angola na economia mundial faz-se com o desenvolvimento das potencialidades do país. Desse modo, a ação do governo está voltada para a substituição das importações e a promoção das exportações, baseadas no estímulo aos setores competitivos da economia angolana³⁹¹. Concedem-se subsídios, incentivos financeiros e benefícios fiscais àquelas empresas capazes de satisfazer a demanda interna por bens e serviços com padrões internacionais de qualidade, ou capazes de produzir bens e serviços para exportação. Nesse sentido, o nível das tarifas foi estabelecido de modo proporcional à capacidade de produção interna dos bens e serviços considerados na pauta aduaneira.

No que se refere a migração do capital nacional para o estrangeiro, o governo acredita que a transferência de recursos deve limitar-se às circunstâncias em que (a) o país hospedeiro ofereça condições de produtividade superiores; (b) o investimento no estrangeiro contribua para a expansão dos negócios das empresas nacionais envolvidas, ou (c) a migração se destine à exploração de recursos inexistentes no país³⁹². É dada prioridade à produção agrícola, sendo que a Política Agrária do Estado visa o aumento da produção e da produtividade da agricultura nacional, a promoção da autossuficiência alimentar, o desenvolvimento da agroindústria, bem como a exportação, sendo respeitados o uso racional dos solos e a manutenção da sua capacidade regeneradora. A política industrial, por seu turno, tende a promover o desenvolvimento industrial de Angola por meio da substituição de importações e da promoção de exportações, fazendo-se o aproveitamento dos recursos naturais que o país dispõe e promovendo a integração vertical e horizontal dos setores da economia³⁹³.

O petróleo é considerado por muitos autores como o principal recurso causador de guerras da atualidade, com potencial para causar outros grandes conflitos nos próximos anos. Segundo Shimabukuro, a crescente dependência dos EUA ao petróleo importado aumenta o potencial gerador de conflitos. Diante desta perspectiva, os recursos energéticos passaram ao plano das preocupações manifestas na Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos, maior consumidor e maior importador de petróleo do planeta³⁹⁴.

Segundo Lucas K. Oliveira

“os novos meios de produção, comercialização e acumulação típicos do capitalismo elevaram os recursos energéticos a um papel ainda mais relevante, transformando-os em alvo de disputas cada vez mais acirradas. Estas disputas por recursos naturais, tanto na forma de matéria-prima para a indústria, como de fonte de energia para a produção e transporte, originaram novas guerras durante a era industrial. [...] Foram as guerras da era industrial que moldaram, direta e indiretamente, o sistema Mundial

³⁹¹ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 51

³⁹² *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 26.

³⁹³ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 35.

³⁹⁴ SHIMABUKURO, A. *A Política de Segurança dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria*. Campinas: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UNICAMP, 2005 p. 55-61.

contemporâneo, definindo, por exemplo, as relações de poder entre os estados, sendo eles dominantes e dominados”³⁹⁵.

O petróleo é um recurso fundamental para a manutenção do nível de desenvolvimento e de bem-estar econômico das sociedades industrializadas, para a manutenção da estabilidade do atual sistema mundial e, ainda, para a sustentação da hegemonia norte-americana. O controle do petróleo foi o fator determinante que permitiu aos EUA expandir sua superioridade nos planos industrial, econômico, militar e político³⁹⁶. Os interesses petrolíferos americanos foram preservados em Angola, até mesmo no tempo de maior alinhamento com a URSS. Angola é vista hoje como aliada fiável dos EUA. Essa análise se presta à discussão, uma vez que os norte-americanos sempre foram aliados de ocasião dos países em desenvolvimento com abundantes recursos naturais. O exemplo mais evidente dessa tendência é o caso do Iraque de Saddam Hussein, que passou de aliado dos norte-americanos no Oriente Médio a inimigo da democracia e dos valores ocidentais em função do controle sobre jazidas petrolíferas.

O petróleo, como fator condicionante de política externa, envaidece os políticos e diplomatas angolanos. O sintoma mais transparente desta fatuidade foi a ambição de Angola de pretender individualmente candidatar-se a um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU³⁹⁷. Na África, um acordo entre os países para pleitear uma representação coletiva no CS/ONU, em regime rotativo, tende a dar mais peso à reivindicação africana. Este modelo seria o mais proveitoso para o continente, pois evitaria que candidaturas isoladas favorecessem desígnios obscuros de elites políticas.

A política externa de Angola pós-independência foi desenhada com o objetivo principal de ajudar o novo regime a responder aos vários desafios nacionais e internacionais que ameaçavam a sua existência. Essa política externa visava capacitar o governo para encerrar a guerra civil, que teve início na véspera da independência. Para atingir esse objetivo, Angola procurou criar um ambiente regional amistoso, com o apoio dos seus aliados internacionais, como primeiro passo para resolver os desafios internos. Assim, o envolvimento ativo de Angola a nível regional, através do apoio às lutas de libertação

³⁹⁵ OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsariana*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007 p. 22

³⁹⁶ TORRES FILHO, Ermani. *O Papel da Geopolítica Americana*. In: FIORI, José Luis (org.) *O Poder Americano*. Rio de Janeiro: ed. Vozes, Petrópolis, 2004 p. 312, 341-343.

³⁹⁷ http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=6034

nacional contra os regimes racistas na África Austral, encontraram justificação em termos dos dividendos que estas intervenções poderiam produzir para a segurança interna de Angola³⁹⁸.

Na prática, a economia angolana acabou sendo determinada principalmente por três fatores: as consequências da guerra civil, o aumento da dependência ao setor petrolífero e a má gestão das políticas econômicas. No plano do discurso econômico, distinguia-se dois períodos principais: um primeiro, entre 1975-1987, caracterizado pela negação da importância do mercado e dos agentes econômicos privados na economia, em que se valorizava o dirigismo econômico estatal e pela ausência de participação nos principais organismos e instituições econômicas internacionais³⁹⁹.

Um artigo do semanário *Expresso* em Portugal afirma que, depois da intervenção militar de Angola nos dois Congos, em 1998, algumas chancelarias europeias e até o Departamento de Estado norte-americano promoveram a República de Angola à categoria de líder regional. Isso sob o pressuposto de que a relativa pacificação hoje reinante na África Central se deve à ação coercitiva de Angola, cujas Forças Armadas são de tal modo decisivas em cenários de guerra extra-fronteiras, que desempenham um papel de estabilização geoestratégica na região⁴⁰⁰. Os objetivos estratégicos que levaram as Forças Armadas angolanas a intervir nos dois países foram (a) impedir a instauração de conflitos na RDC e (b) retirar do poder o presidente Pascoal Lissouba, o qual, apesar de eleito pelo voto nas urnas, se tornara desafeto de Angola por causa dos apoios à UNITA. Documentalmente, ficou evidente que o saldo das intervenções foi positivo. Quanto à paz na região, a situação permanece precária e instável, ao arbítrio das armas.

Segundo o sociólogo Hélio Jaguaribe, a única liderança possível, na atualidade é aquela obtida por cooptação em associação à capacidade militar. Até os Estados Unidos têm dificuldade em se impor exclusivamente pela coação. No Iraque, suas chefias políticas e militares estão com dificuldades de encontrar uma saída que ponha fim a guerra⁴⁰¹. Com efeito, um país só pode aspirar a ser líder regional se os exemplos do seu sistema político projetarem sinais positivos que consigam colher o consenso dos Estados limítrofes. Liderar não significa constranger, mas apresentar propostas adequadas e consistentes, que convençam os liderados e lhes ofereçam contrapartidas. Pacheco argumenta que Angola não é uma

³⁹⁸ MORAIS, Beatriz. *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral (SADC): O Papel de Angola*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Africanos, 1998 p. 53-76.

³⁹⁹ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 17

⁴⁰⁰ PACHECO, Carlos. *Angola um Gigante com pés de Barro*. Lisboa: Semanário Expresso, 13 de agosto de 2005.

⁴⁰¹ JAGUARIBE, Hélio. *A Nova Ordem Mundial*. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso e SILVA, Carlos Eduardo Lins da 'A Nova Configuração Mundial do Poder'. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2008 p. 25.

potência regional ou nem continental para poder ter um papel nas Nações Unidas. Cremos que isso não tem discussão possível. Mas, que Angola pode vir a ter um papel regional e continental a médio ou longo prazo, esta sim, é uma questão discutível. Entende-se que Angola demarca a sua posição como um marco para o futuro, embora seja outra questão passível de discussão⁴⁰².

Carlos Pacheco, ao afirmar que Angola trouxe a desordem aos Congos com a sua intervenção, expõe a questão de forma demasiadamente simplificada. Há diversas razões que sugerem o oposto: (a) a degradação da situação política em Angola estava relacionada com a intromissão dos dois Estados, Congo-Brazzaville e Congo-Kinshasa.; (b) o país do Mobutu já vivia um estado de instabilidade, com um líder moribundo e confrontações internas, cujo desfecho era desconhecido, e situação nos Grandes Lagos assemelhava-se a esta última; (c) a intervenção de angolana nos Congos trouxe a estabilidade para o Congo-Brazzaville e, sobretudo, para Angola⁴⁰³. Os angolanos foram elogiados pela forma como se comportaram naquele país. É fato importante que o relatório das Nações Unidas tenha mencionado Angola como único país da “coligação anti-Mobutu” que não se aproveitou dos recursos internos daqueles territórios durante a sua permanência. Angola saiu de cabeça levantada e com apoio das populações locais, fato que pode ser constatado pelos comentários em diferentes mídias estrangeiras e pelos relatórios das embaixadas no Congo⁴⁰⁴.

A inserção internacional de Angola traz ao mesmo tempo benefícios e dificuldades. O aumento da capacidade de influência de Angola não pode ser alcançados por meio do isolamento ou da pretensa autossuficiência em recursos. Em termos políticos, o mundo tornou-se mais complexo, requerendo maior participação dos Estados no sistema internacional. O fim da Guerra Fria tornou sem sentido a dicotomia entre países alinhados e não-alinhados. Essas categorias perderam sua razão de ser, embora permaneçam no inconsciente de alguns saudosistas, para os quais era mais fácil compreender um mundo dividido entre os aderentes do pacto de Varsóvia e os aderentes da OTAN. Em termos econômicos, o impacto negativo que as crises externas tiveram em Angola, nos últimos anos, reduziram o ritmo da recuperação econômica da guerra civil.

⁴⁰² ABREU, Cesaltina. *Angola, SADC e a Globalização (2003)*. Luanda: Revista Estudos e Opiniões, janeiro-junho, nº 5, 2010 p. 6-12.

⁴⁰³ BIZAWU, Kiwonghi. *O Sistema de Segurança Coletiva da Onu e os Conflitos nos Grandes Lagos: Análise das resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a República Democrática do Congo*. BELO HORIZONTE: Dissertação de mestrado em Direito Internacional e Comunitário na PUCMinas, 2006 p. 150, 184

⁴⁰⁴ GUCHT, Karel. *Bélgica Valoriza Papel de Angola na Estabilidade da RDC*. Luanda: Jornal de Angola, edição de 13 de abril de 2007.

A paz em Angola trouxe novos e fundamentais ativos para a projeção externa do país. Em primeiro lugar, o êxito do Plano de paz veio corrigir uma deficiência grave na credibilidade externa do país. Os governos e agentes econômicos estrangeiros passaram a contar com bases sólidas para levar adiante projetos de comércio, investimento e outras formas de intercâmbio com Angola⁴⁰⁵. O fim da guerra civil, a queda da inflação, e o crescimento vertiginoso da demanda interna aumentaram a importância de Angola como mercado consumidor e como destino de recursos dirigidos à atividade produtiva. A economia angolana tem sido reconhecida, finalmente, pelo peso que lhe cabe como geradora de um dos maiores produtos da região da África Austral, o petróleo.

A República de Angola apresentou oficialmente a sua candidatura de adesão à Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e foi aceita como membro de pleno direito durante a 143ª conferência extraordinária da instituição, ocorrida em dezembro de 2006, na Nigéria. Segundo o Ministro dos Petróleos de Angola na época, Desidério Costa, a adesão de Angola à OPEP garantiria que, na qualidade de produtor, o país não ficaria isolado do mundo. Segundo o ministro, “nós devemos caminhar ao lado dos países que produzem o *crude* e nos juntarmos na política de proteção do setor”⁴⁰⁶. As vantagens que o país obtém, é que “a OPEP tem o interesse de ditar preços que não sejam desvantajosos para os interesses econômicos dos países membros”⁴⁰⁷. Na ótica do político angolano, a participação na OPEP permite que Angola tome parte na busca de soluções conjuntas para os problemas mundiais, dentre elas a criação de mecanismos justos para o comércio do petróleo *crude*⁴⁰⁸.

O Conselho de Ministros angolano pronunciou-se, em setembro de 2006, a favor da adesão de Angola à OPEP. Naquela altura, a produção de Angola era de 1,4 milhões de barris por dia, sendo o país o segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, atrás apenas da Nigéria⁴⁰⁹. A produção passou para dois milhões de barris diários em 2007, com a entrada em exploração de novos poços. A zona marítima ao longo da costa angolana está dividida em 74 blocos de exploração, em águas rasas, profundas e ultra-profundas, dos quais apenas cerca de três dezenas estão em operação⁴¹⁰. As reservas petrolíferas do país estão estimadas em cerca de 13,1 mil milhões de barris. Em 2005, segundo dados oficiais do Banco Nacional de Angola (BNA) e do ministério das Finanças de Angola, o setor petrolífero

⁴⁰⁵ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 56

⁴⁰⁶ ministro dos Petróleos de Angola, Desidério Costa em comunicação ao Jornal de Angola 14 de dezembro de 2006.

⁴⁰⁷ ministro dos Petróleos de Angola, Desidério Costa em comunicação ao Jornal de Angola 14 de dezembro de 2006.

⁴⁰⁸ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010.

⁴⁰⁹ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 43

⁴¹⁰ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 39

angolano representou 90% das exportações e metade do Produto Interno Bruto (PIB) do país, sendo ainda responsável por 80% das receitas fiscais⁴¹¹. Ao aderir à OPEP, e de acordo com as regras da organização, foi atribuída uma quota de produção a Angola, que varia de acordo com a demanda mundial e a capacidade de produção do país. A OPEP controla 40% da produção mundial de crude, com 30 milhões de barris diários. O ingresso de Angola aumentou a produção do cartel para cerca de 32 milhões de barris por dia⁴¹².

Na reunião do dia 17 de dezembro de 2008, com duração de um dia, Angola recebeu o testemunho da Argélia para assumir a presidência da OPEP, no dia 1 de janeiro de 2009. O presidente do Conselho da Administração da Sonangol, Manuel Vicente, considerou que Angola assumia a presidência da OPEP em uma conjuntura difícil, mas que trabalharia para que os preços pudessem voltar a níveis aceitáveis⁴¹³. Com a crise iniciada em agosto de 2008, os preços do petróleo estavam em torno dos 44 dólares. Os mercados internacionais como o West Texas Intermediate (WTI), negociado em Nova Iorque, subia 0,38% para os 44,68 dólares, enquanto em Londres, o “Brent” descia 1,01% para os 44,15 dólares por barril⁴¹⁴. Angola presidiu a OPEP⁴¹⁵ por um mandato de dois anos e estabeleceu parcerias estratégicas com a China para a reconstrução da infraestrutura do país, projeto que já absorveu um total de 15 bilhões de dólares americanos⁴¹⁶.

O estabelecimento de relações diplomáticas entre Angola e EUA, em maio de 1993, ocorreu em meio às negociações que levaram à entrada da ExxonMobil no setor petrolífero de Angola, com a designação de ESSO Angola e outras companhias petrolíferas. Os EUA se engajaram na pacificação do país, procurando maximizar os seus interesses econômicos⁴¹⁷.

Segundo Tatiana Maia,

“pode-se afirmar que a atuação e o impacto da Guerra Fria em Angola, pelo viés da potência capitalista, foi o de, inicialmente, acirrar e estimular o conflito neste país, buscando eliminar qualquer tipo de influência da URSS. Entretanto, com o fim do enfrentamento bipolar, e na tentativa de maximizar os ganhos econômicos dos EUA na região, ocorre o engajamento deste país no processo de pacificação de Angola. Tem-se dessa forma, a transição de uma lógica diplomática militar e belicista (identificada com as administrações Carter, Reagan e Bush) para uma de cunho marcadamente econômico (já da administração Clinton)”⁴¹⁸.

⁴¹¹ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010. P.30

⁴¹² *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 29

⁴¹³ Manuel Vicente em entrevista à TPA 17 dezembro de 2008.

⁴¹⁴ *Jornal de Angola*, Luanda, edição de 17 de dezembro de 2008.

⁴¹⁵ Fazem parte da OPEP a Angola, Argélia, Arábia Saudita, Emiratos Árabes Unidos, Iraque, Irão, Líbia, Indonésia, Nigéria, Venezuela, Koweit e Qatar.

⁴¹⁶ Embaixador da China em Angola, Zhang Bolun, em entrevista ao *Jornal ‘O País’* em 11 de março de 2011.

⁴¹⁷ MAIA, Tatiana Vargas. *A Intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, UFRGS, 2006.

⁴¹⁸ MAIA, Tatiana Vargas. *A Intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, UFRGS, 2006 p. 79.

Segundo o relatório da Human Right Watch (2000), os EUA foram responsáveis por 30% das despesas de financiamento da ONU em Angola nos anos 1990 e por cerca de 50% das despesas de assistência de emergência. Com o reconhecimento da República de Angola, os EUA também apoiaram o estabelecimento do primeiro embargo à UNITA, no âmbito do Conselho de Segurança, pela aprovação da Resolução nº 864 de 15 de setembro de 1993, quase quatro meses depois de estabelecer as relações diplomáticas com o governo de Angola. Como resultado desse processo, a UNITA voltou à mesa de negociações, o que levou à assinatura do Protocolo de Lusaka/Zâmbia⁴¹⁹ em 20 de novembro de 1994. As ações da UNITA contrárias ao processo de pacificação acabaram levando ao seu isolamento gradativo e ao aumento das pressões dos EUA. É assim que os EUA apoiam a ampliação das sanções ao comércio de armas e combustíveis contra a UNITA, em 1995.

A principal fonte de renda da UNITA era o tráfico de diamantes, que servia para compra de armamento. Segundo Christian Diedrich, as exportações de diamantes pela UNITA cresceram de US\$ 300 milhões em 1993 para mais de US\$ 600 milhões, em três anos seguidos (1995-1997). Entretanto, a ONU, apoiada pelos EUA, aprovou sanções de quase total restrição ao deslocamento dos membros da UNITA e congelamento de suas contas bancárias, através da Resolução do Conselho de Segurança nº 1127 de 28 de agosto de 1997, e embarga o comércio ilícito de diamantes e congela as contas bancárias do grupo através da resolução do Conselho de Segurança nº 1173 de 12 de junho de 1998. As sanções resultaram na queda da receita da UNITA de US\$ 600 milhões para US\$ 150 milhões de 1997-1999⁴²⁰.

Angola tem uma participação mundial significativa na extração de diamantes, que constituem seu segundo produto de exportação. A indústria de diamantes é uma das mais antigas no país, tendo início em 1912, ano em que foram descobertos as primeiras jazidas. Desde o reinício da guerra civil, em 1992, o governo tem liderado o combate à exploração de diamantes que financiam conflitos. Como consequência, a produção legal cresceu significativamente no período. A extração de diamantes foi o setor que mais sofreu o impacto da crise econômica mundial. Em 2007 e 2008, o quilate de diamante caiu 34,1%. Como resultado, houve uma redução dos investimentos e da produção em Angola⁴²¹.

Países em vias de desenvolvimento como Angola têm pouca capacidade para aguentar as forças destruidoras da corrupção e do conflito, forças essas desencadeadas pelas tentativas

⁴¹⁹ As informações completas do Protocolo de Lusaka, inclusive os seus anexos podem ser entradas no site: <http://www.embaixadadeangola.org/acordos.htm>

⁴²⁰ CILLIERS, Jakkie and DIEDRICH, Christian (editors). *Angola's War Economy: The role of oil and diamonds*. Pretória: Published by the Institute for Security Studies, 2000 p. 284.

⁴²¹ *Anuário econômico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010 p. 16, 41, 56.

de apropriação das rendas do Estado dependentes da tributação do petróleo e outras atividades mineiras. As exportações de minério fazem subir o valor da moeda local, debilitando a competitividade do resto da economia, dado que as importações se tornam mais baratas. Muitas vezes estes fatores alimentam-se e exacerbam outras clivagens sociais, tais como divisões étnicas, regionais e religiosas⁴²².

Embora vários fatores não-econômicos tenham sido importantes na origem e alastramento da guerra em Angola, a partir do início da década de 1990, com as eleições, o conflito tornou-se uma luta feroz pelo poder entre elites internas rivais, na qual os minérios representavam tanto o prêmio da vitória como os meios para a alcançar o poder. Graças ao aumento da produção petrolífera, as receitas governamentais provenientes do petróleo, que tinham estado abaixo de 1 bilhão de dólares por ano durante a maior parte dos anos 80, cifravam-se em uma média de um pouco mais de 2.5 bilhões de dólares por ano entre 1995 e 2001. Por seu lado, a UNITA foi capaz de controlar as áreas diamantíferas mais valiosas do nordeste do país, o que lhe rendeu cerca de 3.7 bilhões de dólares em diamantes entre 1992 e 1998, gerando uma receita bruta estimada em 2 bilhões de dólares, com a qual pôde financiar a guerra⁴²³.

Angola representa um exemplo claro de como os países em vias de desenvolvimento, ricos em recursos naturais – em especial petróleo e outros minérios – se encontram entre aqueles com maior tendência para o mau governo e desempenhos fracos em termos de desenvolvimento econômico e social. Na verdade, Angola é o quarto maior produtor de diamantes do mundo (em valor), representando cerca de 15 por cento da produção mundial de diamantes brutos em 2000. Os recursos em diamantes de aluvião e kimberlitos concentram-se principalmente no nordeste do país. Angola tem uma população relativamente pequena, apenas 14,5 milhões de habitantes, e poderia ser capaz de apresentar indicadores de bem-estar humano entre os melhores da África Subsaariana. Em vez disso, a guerra e o mau governo provocaram o esbanjamento maciço de recursos petrolíferos e diamantes, ao mesmo tempo que limitaram gravemente o uso efetivo da maior parte dos outros recursos, em especial na agricultura⁴²⁴.

A importância econômica do petróleo, portanto, reside quase inteiramente na sua função enquanto gerador de receitas fiscais para o Estado. Em 2001, 80 por cento das receitas

⁴²² HODGES, Tony. *O papel da gestão de recursos na construção de uma paz sustentável*. 2004 disponível no site <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/construcao.php>

⁴²³ HODGES, Tony. *O papel da gestão de recursos na construção de uma paz sustentável*. 2004 disponível no site <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/construcao.php>

⁴²⁴ HODGES, Tony. *O papel da gestão de recursos na construção de uma paz sustentável*. 2004 disponível no site <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/construcao.php>

governamentais vinham do setor petrolífero, e esta receita deverá crescer espetacularmente nos próximos anos, segundo as projeções feitas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI)⁴²⁵.

No que diz respeito à receita, aparecem grandes discrepâncias nos dados relativos aos impostos sobre o petróleo. Este problema resulta em parte do fato de os impostos das companhias petrolíferas e os 'bônus de assinatura' para novos blocos petrolíferos, por vezes não serem diretamente pagos ao Tesouro mas passarem por contas *off-shore* detidas pela companhia petrolífera estatal, a Sonangol. Os atrasos da Sonangol no pagamento de impostos ao Tesouro e a sua não-indexação (em relação ao dólar), em um contexto de elevada inflação interna, resultaram em grandes perdas para o Estado. Além disso, o fato das contas da Sonangol nunca terem sido alvo de uma auditoria independente faz com que seja impossível verificar se todos os impostos pagos pelas companhias petrolíferas acabam por chegar ao Tesouro.

A falta de transparência dificultou, a partir de 2002, a tarefa do governo angolano para mobilizar apoio internacional destinado à reconstrução⁴²⁶. Há um sentimento entre os países doadores que, tendo em conta a escala das suas receitas petrolíferas, o governo poderia fazer mais pela população e que, no mínimo, deveria ser capaz de explicar devidamente a utilização dos recursos. A modo de comparação, devemos lembrar que a discrepância entre as receitas conhecidas e o financiamento, de um lado, e a despesa registrada, do outro, que atingiam a média de 490 milhões de dólares por ano entre 1998 e 2002, é maior do que a ajuda externa ao desenvolvimento em termos brutos (359 milhões de dólares por ano entre 1997 e 1999)⁴²⁷.

A falta de transparência significa ainda que o governo não pode fornecer de forma crível os dados necessários para negociar no Clube de Paris a reestruturação da grande dívida externa de Angola, que em dezembro de 2002 incluía 5.3 bilhões de dólares de créditos em mora. A par do fraco sistema de auditoria governamental, a ausência de transparência nas receitas, despesas e dívida cria condições propícias ao florescimento da corrupção. Em dezembro de 2000, as autoridades francesas prenderam Pierre Falcone e Jean-Christophe Mitterrand, filho do ex-presidente francês, sob a acusação de tráfico de armas relacionado com um negócio de armas-por-petróleo com Angola em 1993. As acusações foram depois retiradas por razões processuais, mas o “Angolagate”, como ficou conhecido, ajudou a criar

⁴²⁵ FMI, Angola Staff Report for the 2003 Article IV Consultation, julho de 2003.

⁴²⁶ Com o fim da guerra civil em 2002, por falta de transparência das contas da Sonangol, o governo angolano não foi capaz de organizar a conferência de doadores internacionais para a reconstrução do país.

⁴²⁷ HODGES, Tony. *O papel da gestão de recursos na construção de uma paz sustentável*. 2004 disponível no site <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/construcao.php>

uma aura de suspeição em torno do mundo opaco dos empréstimos garantidos com petróleo, finanças comerciais e contratos de armamento de Angola.

Uma outra controvérsia surgiu no início de 2002, em torno do destino dos empréstimos garantidos com petróleo usados na reestruturação da dívida bilateral de Angola com a Rússia. Não surpreende, por isso, que Angola seja comumente vista como um dos países mais corruptos do mundo: ocupava o 124º lugar, em um conjunto de 133 países, no índice de percepções de corrupção da Transparency International em 2003⁴²⁸. Em Angola, onde o nepotismo tem sido uma das estratégias centrais na conservação do poder político, tais práticas têm sido comuns, em particular no que se refere aos diamantes e às terras agrícolas comerciais. A corrupção é generalizada a todas as camadas sociais e é comum em muitas relações quotidianas, por exemplo entre professores e estudantes e entre a polícia e os cidadãos, assim como entre os demandantes de emprego e os empregadores⁴²⁹.

Para além do papel que desempenharam no financiamento da UNITA durante os anos 90, os diamantes têm sido também uma das principais fontes de enriquecimento dos funcionários superiores governamentais e dos oficiais militares na última década. O regime atribuiu concessões diamantíferas como recompensa pela lealdade, criando clássicas situações de busca de renda em que os concessionários angolanos agem como “parceiros” de companhias estrangeiras, partilhando os lucros, ao mesmo tempo que estas arcam com todos os custos de prospecção, desenvolvimento e operação (e portanto todos os riscos).

Entretanto, o contrabando de diamantes continua a ser um sério problema: o Mecanismo de Monitorização de Sanções das Nações Unidas contra a UNITA estimava que, em 2000, cerca de um terço do estimado 1 bilhão de dólares de diamantes exportados de Angola fossem contrabandeados, incluindo cerca de 100 milhões de dólares em diamantes com origem na UNITA e 250 milhões de dólares noutros diamantes ilegais. Apesar de ter subido ligeiramente nos anos mais recentes, a receita governamental oriunda da indústria diamantífera continua baixa⁴³⁰.

A corrida à riqueza diamantífera, que tem sido principalmente conduzida por estrangeiros, tem gerado ressentimentos entre a população local lunda-chokwe, nas províncias ricas em diamantes de Lunda Norte e Lunda Sul. Isso refletiu-se na ascensão de um partido regional, o Partido da Renovação Social (PRS), que ficou em segundo lugar em ambas as

⁴²⁸ Barómetro da Corrupção mundial no site: www.transparency.org

⁴²⁹ SÃO, Vicente. *Corrupção, Democracia e Economia em Angola*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), 1999 p. 16.

⁴³⁰ Anuário Económico de Angola. Luanda: 9ª Edição, 2010 p. 46, 53, 61.

províncias (atrás do MPLA, mas à frente da UNITA) nas eleições parlamentares de 1992 e 2008.

As iniciativas que vêm sendo tomadas a nível internacional para tentar parar o comércio dos denominados “diamantes de sangue” e promover a transparência na indústria petrolífera têm tido maior alcance. Embora ambas as iniciativas abranjam todo o mundo, foram fortemente influenciadas pela situação em Angola. No que se refere à primeira iniciativa, o trabalho da ONG Global Witness⁴³¹, sediada na Grã-Bretanha, ajudou a reforçar a implementação das sanções da ONU contra a UNITA impostas em 1998 (uma proibição de compra de diamantes angolanos não-oficiais e o congelamento das contas bancárias da UNITA). Embora não tenham sido totalmente eficazes, os esforços para tornar realmente efetivas as sanções, como o estabelecimento de um regime de monitorização, contribuíram para uma subida nos custos de transação da UNITA, que assim viu diminuídos os seus recursos para a guerra.

Significativamente, isto foi acompanhado de uma alteração no papel desempenhado pela De Beers, a companhia que controla cerca de 65 por cento do comércio mundial de diamantes em bruto. Durante os anos 90, a De Beers comprava sistematicamente diamantes de contrabando de zonas de conflito na África, incluindo Angola, de acordo com a sua política de atuação como comprador de último recurso, um papel que assumira desde os anos 30 para estabilizar o mercado mundial de diamantes. Receosa de se tornar em um alvo dos consumidores mundiais, em 2000 a De Beers decidiu tomar uma posição firme contra os diamantes de sangue, e juntou-se à campanha Transações Fatais, para acabar com o contrabando desses diamantes, através da introdução do Sistema de Certificação do Processo de Kimberley. O sistema foi finalmente lançado em janeiro de 2003, após três anos de negociações entre governos, a indústria diamantífera e ONGs, embora tanto a De Beers e as ONGs tenham criticado a incapacidade para montar um mecanismo de monitorização eficaz e independente, o que pode debilitar fatalmente a credibilidade do programa⁴³²

Para além da questão dos diamantes de sangue, o principal alvo da atenção internacional tem sido a necessidade de divulgação integral dos contributos fiscais e royalties das companhias petrolíferas e mineiras nos países em vias de desenvolvimento. Ao longo dos anos, grandes e crescentes receitas petrolíferas têm permitido ao governo angolano, ao

⁴³¹ Global Witness. *Conflict Diamonds: Possibilities for the Identification, Certification and Control of Diamonds*. Londres, 2000, www.globalwitness.org/conflict_diamond acessado em 27/07/2008.

⁴³² O Brasil instituiu o Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, relativo à exportação e à importação de diamantes brutos, e dá outras providências Lei nº 10.743, de 09 de outubro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2003.

contrário dos governos de outros países africanos, manter à distância os condicionamentos do FMI e evitar reformas fundamentais na gestão das finanças públicas, apesar de sérios desequilíbrios macroeconômicos e da grande dívida externa. Esta influência externa, já frágil, tornar-se-á ainda mais fraca com o crescimento, das receitas do petróleo. Em última análise, parece que as mudanças fundamentais na gestão de recursos em Angola não surgirão do exterior mas do interior, à medida que os próprios angolanos forem reivindicando o seu direito a beneficiar-se da exploração dos recursos naturais do seu país⁴³³.

Empresa Pública de Diamantes de Angola, a ENDIAMA E.P negocia os diamantes de Angola nas praças-fortes de Tel Aviv (Israel), Antuérpia (Bélgica), Nova Iorque (EUA), África do Sul, Inglaterra, China, Hong Kong, Dubai e Índia⁴³⁴. Atualmente, a China é a maior compradora dos diamantes angolanos, ao desbancar os EUA que diminuiu as suas encomendas em virtude da crise financeira na bateu fortemente no país a partir de 2008⁴³⁵.

Mesmo que os efeitos das sanções não tenham sido muito efetivos, os custos políticos daquelas medidas foram consideráveis para UNITA e fortaleceram o Governo de Unidade e Reconciliação Nacional de Angola. Efetivamente, os EUA passaram a boicotar o antigo aliado da Guerra Fria, usando o seu poder no Conselho de Segurança da ONU e passaram a apoiar o governo saído das eleições, embora ganhas pelo MPLA, contando que o progresso nas reformas políticas e econômicas estejam favoráveis para mais abertura do mercado angolano. Este posicionamento parece estar ligado ao crescimento das exportações de petróleo de Angola pelos EUA e do aumento de investimentos de suas companhias, principalmente na área de petróleo no país.

Com a comunidade internacional cada vez menos disposta a desculpar e a conceder novas oportunidades a Savimbi (exceto os EUA), e a Cláusula Triplo Zero reduzida a zero, o Governo de Angola, mais à vontade, foi reequipando as suas forças armadas. O CS/ONU tomou uma série de decisões condenando a UNITA, mas somente a Resolução 864 de 15 de setembro de 1993, aprovada por unanimidade, impôs embargo à venda de armas, de petróleo e seus derivados à UNITA⁴³⁶.

Essa Resolução firmemente apoiada pelos EUA, contemplava também um dispositivo de sanções, caso a UNITA não aceitasse clara e inequivocamente negociar de boa-fé dentro dos parâmetros internacionalmente definidos, consubstanciados nos Acordos de Bicesse, na aceitação dos resultados eleitorais, no Protocolo de Abidjan e nas pertinentes Resoluções do

⁴³³ VICENTE, São. Corrupção, Democracia e Economia em Angola. Luanda: INALD, 1999 p. 8-20.

⁴³⁴ www.endiama.co.ao acessado em 27/07/2008.

⁴³⁵ Jornal de Angola. Luanda: Edição de 29 de abril de 2010.

⁴³⁶ <http://www.un.org/Docs/sc/committees/Angola/AngolaResEng.htm>

CS/ONU. Percebe-se que a Resolução 864/93 constituía, pois, um instrumento de persuasão, com vistas a tentar induzir a UNITA à razão e a abandonar de uma vez por todas a linguagem das armas, assumindo-se como um partido político no quadro do sistema democrático angolano.

Naquela Resolução o CS/ONU decidiu igualmente impor restrições às viagens dos dirigentes da UNITA. Na discussão da Resolução, os EUA afirmaram que “a liderança da UNITA tem que entender que a comunidade internacional a considera responsável, e não tolerará a sua tentativa, continuada, de infligir a guerra ao seu povo, em um esforço para conquistar militarmente o que não conseguiu ganhar em uma eleição democrática”. Outros representantes de países que aprovaram a Resolução 864/93 também manifestaram-se contra o comportamento belicista da UNITA, o que traduz bem a saturação a que chegou a comunidade internacional, mostrando que o mundo não continuava aberto a mais concessões. Para citar alguns, o representante da Rússia adiantava que “a Resolução fornece à liderança da UNITA uma última oportunidade de demonstrar realismo e responsabilidade política”, enquanto o representante da Nigéria afirmava que “deve ficar muito claro para a UNITA que daqui em diante a comunidade internacional não irá permitir que continue a brincar com as vidas dos seus compatriotas e a adiar continuamente o processo de paz”. O representante do Brasil considerou que “a porta continua aberta para que a UNITA possa desempenhar um papel construtivo, agora e nos anos vindouros, tendo como base as negociações de paz e uma participação democrática”⁴³⁷.

Os primeiros problemas com o Protocolo de Lusaka e para sua implementação pela UNAVEM III começaram pela ausência de Jonas Savimbi no ato da assinatura dos acordos, deixando um sentimento generalizado de descaso em relação ao acordo por parte da UNITA e sua conseqüente debilitação. Durante o planejamento e elaboração da UNAVEM III, buscou-se superar as dificuldades que levaram ao insucesso da UNAVEM II, mas continuou o imobilismo e a relutância do Conselho de Segurança em inibir efetivamente a violação dos Acordos, notadamente por parte da UNITA. A UNAVEM III é encerrada com a tomada de posse do GURN, dando origem a MONUA (missão de observação das Nações Unidas em Angola) em 30 de junho de 1997⁴³⁸.

De fato, o Conselho de Segurança da ONU reconheceu a UNITA em várias resoluções como a promotora dos maiores obstáculos a concretização do Protocolo de Lusaka, bem como

⁴³⁷ PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998 p.87.

⁴³⁸ MAIA, Tatiana Vargas. *A Intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999)*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, UFRGS, 2006 p. 89.

ressaltou os esforços positivos do governo de Angola na criação do GURN (Governo da Unidade e Reconciliação Nacional). O líder da UNITA, Jonas Savimbi, mais uma vez não compareceu na posse do GURN – governo de coalizão nacional, agindo de forma semelhante quando da assinatura do Protocolo de Lusaka, estrategicamente reduzindo a legitimidade desta nova administração do governo e conseqüentemente restringindo as chances de sucesso da reunificação do país.

A operação da MONUA saiu frustrada pelo tom nas resoluções do Conselho de Segurança reconhecendo que a situação de Angola representava um perigo para a comunidade internacional, com apelo para que todos os países membros da ONU evitem taxativamente qualquer tipo de comércio com a UNITA, especialmente no caso de diamantes, monitorar e bloquear quaisquer fluxos financeiros ligados a UNITA e a movimentação dos seus membros. De 1993 a 1997, a ONU adotou uma série de sanções⁴³⁹ contra a UNITA, mas esta não cumpria os acordos e apostava ainda mais na guerra para chegar ao poder.

Havia sido instituído um Comitê de Sanções que se mostrou em grande parte ineficaz face às violações constantes da UNITA e à cumplicidade de muitos países, empresas e negociantes individuais. De fato, foi sob a vigência deste regime de sanções que o resultado líquido de vendas de diamantes da UNITA teria atingido cerca de 3,7 bilhões de dólares, pois “em 1998, a *Global Witness* alertou sobre o fato de a guerra em Angola ser fomentada pelos diamantes em proveito da UNITA. O grupo, segundo a ONG britânica, controlava a cifra de 60 a 70% da produção de diamantes, o que lhes rendia o montante de 3.7 bilhões de dólares para serem investidos em armas e no conflito como um todo”⁴⁴⁰.

Os membros da UNITA viajavam sem impedimentos, e continuaram a exprimir-se livremente pelo mundo através de seus representantes. A trágica morte do Representante Especial da ONU em Angola, Alioune Blondin Beye em um acidente aéreo, em junho de 1998, encerrou prematuramente o seu envolvimento no processo de paz angolano. A situação militar em Angola, em rápida deterioração, minou os esforços da MONUA para evitar o conflito aberto, e a queda de dois aviões da ONU abatidos pela UNITA, em dezembro de 1998 e janeiro de 1999, apressou o deslizamento da MONUA para a irrelevância.

⁴³⁹ Entre as medidas estavam a proibição de aquisição de equipamento militar e produtos petrolíferos (Resolução 864), o bloqueio de viagens ao exterior dos seus funcionários e o fechamento dos seus escritórios no exterior (Resolução 1127), restrições às viagens aéreas e marítimas a zonas da UNITA, o congelamento de contas bancárias da UNITA, e a proibição da exportação directa ou indirecta de diamantes ilegalmente extraídos (Resolução 1173).

⁴⁴⁰ ARMENDONE, Douglas; MENDONÇA, Felipe e AFONSO, Mário. *Civil society and the conflict diamonds campaign*. Disponível no site: <http://dougruan.wordpress.com/2009/06/18/>

Em consequência desses fatos, em dezembro de 1998 o presidente de Angola, José Eduardo dos Santos já declarava que a presença da ONU em Angola não era mais necessária. Tanto o governo quanto a UNITA exigiram a retirada da ONU do processo de paz de Angola. As tentativas do sucessor de Alioune Blondin Beye, Issa Diallo, para retomar o diálogo com Savimbi foram bloqueadas pelo governo, que se recusou a dar-lhe garantias de segurança e ameaçou cortar todos os contatos com ele. Em fevereiro de 1999, o governo angolano solicitou o encerramento da MONUA, o que levou a encerrar as suas atividades em 26 de fevereiro de 1999 com a retirada do seu pessoal e estabelecido apenas um escritório das Nações Unidas⁴⁴¹ sem mandato e metas específicas.

Com o fim das missões militares da ONU em Angola, o governo de Angola cessou qualquer tipo de negociação ou entendimento com a UNITA e as duas partes se engajaram intensamente na guerra civil, sem tréguas. O Escritório das Nações Unidas em Angola com 30 pessoas, estava encarregado de “fazer a ligação com as autoridades políticas e civis a fim de explorar medidas para o restabelecimento da paz”. Contudo, Diallo não conseguiu persuadir o governo a negociar, porque, desta feita, a balança do conflito pendia favorável para o seu lado, que estava determinado a prosseguir com a sua política de ‘paz-através-da-guerra’. A produção de petróleo de Angola reforçou a capacidade do governo em obter fundos, de forma que o escritório da ONU em Angola se limitou a questões humanitárias e ao reforço da capacidade institucional⁴⁴².

Para monitorar o cumprimento das sanções impostas pela ONU⁴⁴³, foi nomeado, em 1999, como presidente do Comitê de Sanções, Embaixador Robert Fowler do Canadá, que descreveu as sanções contra a UNITA como regras de tráfego que ninguém respeitava. Ele recomendou a formação de um painel de peritos “para registrar violações no tráfico de armas, fornecimentos de combustível e comércio de diamantes, bem como as movimentações financeiras da UNITA no exterior”. Em maio de 1999, o Conselho de Segurança formou dois painéis de peritos para levar a cabo aquelas investigações (Resolução 1237) e Fowler apresentou o resultado de suas pesquisas em março de 2000⁴⁴⁴.

A sua estratégia de identificar e constranger moralmente uma série de ‘violadores de sanções’, incluindo países e indivíduos, era inédita na história da ONU. De fato, provocou

⁴⁴¹ Antes de encerrar a MONUA, o Conselho de Segurança lamenta veementemente o abate de duas aeronaves a serviço da ONU em Angola na região controlada pela UNITA. O escritório do Representante Especial foi transferido de Luanda para Nova Iorque.

⁴⁴² Operação Restauro - O Marco da Viragem para o Caminho da Paz. Rio de Janeiro: Consulado de Angola, 1999 site: http://www.consuladodeangola.org/index.php?option=com_content&task=view&id=124&Itemid=158

⁴⁴³ <http://www.un.org/Docs/sc/committees/Angola/AngolaResEng.htm>

⁴⁴⁴ Pronunciamento do Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas http://www.un.int/brazil/Livro_CSNU/prefacio.htm

enormes tensões com os estados membros acusados de ajudar a UNITA a infringir o regime de sanções. O relatório identificava os funcionários nos governos daqueles países e cinco chefes de estado, que estavam pessoalmente implicados na violação das sanções. O grande mérito do relatório Fowler foi levar a um aperfeiçoamento do mecanismo de monitoramento de sanções. Evidentemente, a UNITA afirmou que as mesmas contribuíram para sua derrota na última fase da guerra. De 1999 a 2001 as dificuldades da UNITA se tornaram cada vez mais visíveis, não só pela perda de áreas de exploração de diamantes para o governo de Angola, mas como pela deserção de muitos membros do grupo⁴⁴⁵.

No aspecto político, Savimbi também já havia sofrido uma derrota profunda em 1998, quando um grupo de deputados da UNITA, dirigentes e militantes com cargos administrativos no governo de unidade e reconciliação nacional, rompeu com ele e proclamou a Unita-Renovada, sob liderança do então ministro da Hotelaria e Turismo, Jorge Valentim. Após derrotas militares e políticas, o governo emitiu um comunicado pela mídia nacional e internacional no fim de 2001, no qual solicitava que o grupo rebelde se entregasse e se concluísse a aplicação do Protocolo de Lusaka. Savimbi resistiu, mas a determinação do governo em acabar com a guerra se mostrou exitosa ao anunciar em 22 de fevereiro a morte em combate do presidente da UNITA, abrindo caminho para a paz efetiva no país⁴⁴⁶.

O governo de Angola não declarou uma vitória do MPLA nem do governo angolano, mas aproveitou as circunstâncias para dar o primeiro passo, realizando a reunião dos chefes militares das FAA com a liderança da UNITA, na província do Moxico onde fora morto Savimbi. Na sequência desses acontecimentos, o governo de Angola declarou unilateralmente um cessar-fogo e apresentou um plano de paz definitiva. Daí estabeleceram um acordo entre as partes beligerantes, com vantagens mútuas, seja para o governo com a pacificação do território, seja para UNITA evitando sérios riscos de sua dissolução e fragilidade para continuar a guerra.

O plano do governo continha cinco propostas básicas: desmilitarização das tropas da Unita; anistia geral, a ser votada no Parlamento, para todos os crimes cometidos durante a guerra civil; desminagem de todo o território angolano e realização de eleições; devolução oficial de todos os territórios ainda ocupados pela Unita, conforme previsto no protocolo de Lusaka; nomeação de membros da organização para cargos públicos previstos no protocolo

⁴⁴⁵ CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. *O Processo de Democratização em Angola e Moçambique: Um Estudo Comparativo*. Brasília: UNB, 2002.

⁴⁴⁶ Informação e imagens transmitidas pela TPA – Televisão Pública de Angola, as 20h00 do dia 22/02/2002. Ver também, publicações de Jornais de Angola do dia 23/02/2002

de Lusaka⁴⁴⁷.

O plano do governo foi louvado por todos os setores – dos partidos de oposição à comunidade internacional, inclusive pela Secretaria da ONU em Angola, que o considerou conciliador, destacando que seu grande mérito é propor o fim das hostilidades, anistia, eleições e todas as outras tarefas previstas no protocolo de Lusaka. As negociações culminaram na assinatura do Memorando de Entendimento do Luena, na província do Moxico em 04 de abril de 2002, data que se tornou feriado nacional.

Os três observadores do processo de paz em Angola – Rússia, Estados Unidos da América e Portugal – foram oficialmente informados pelas autoridades angolanas sobre a morte de Savimbi e em seguida emitiram uma declaração na qual reiteraram a sua firme convicção de que o caminho para a paz em Angola e reconciliação nacional passa pelo cumprimento do protocolo de Lusaka. A Resolução 1433 do Conselho de Segurança de agosto de 2002 estabeleceu a UNMA (Missão das Nações Unidas em Angola)⁴⁴⁸ em substituição do Escritório da ONU. Cabia à UNMA presidir a Comissão Militar Conjunta reinstalada, fornecer 30 observadores militares para monitorizar as áreas de aquartelamento como fiadores do acordo e coordenar os esforços humanitários de todas as outras agências das Nações Unidas⁴⁴⁹.

Os sucessivos fracassos no passado, e o fato de que o acordo fora assinado entre um vencedor – o governo, e um derrotado – a UNITA, deterioraram a possibilidade de as Nações Unidas desempenhar um papel significativo. O governo vitorioso foi capaz de restringir o papel da UNMA no período pós-Luena meramente a abençoar o acordo e de ser uma garantia à UNITA da seriedade do seu compromisso com o Protocolo de Lusaka. De fato, as áreas de aquartelamento eram administradas e controladas somente pela UNITA e as FAA, sem a presença dos 30 observadores estipulados pelo Memorando de Luena. Ibrahim Gambari, Sub-Secretário para os Assuntos Africanos, suscitou preocupações na cerimônia oficial de assinatura sobre a validade da lei de anistia aprovada pela Assembleia Nacional de Angola argumentando que a ONU não reconhece anistias em casos de genocídio, crimes contra a humanidade e crimes de guerra.

⁴⁴⁷ Jornal de Angola. Luanda: edição de 23 de fevereiro de 2002.

⁴⁴⁸ <http://www.un.org/News/Press/docs/2002/sc7486.doc.htm>. o Conselho de Segurança, através da sua resolução 1433 de 15 de agosto de 2002, autorizou a criação da Missão das Nações Unidas em Angola (UNMA), com o mandato de assistir o Governo e a UNITA na conclusão da implementação do Protocolo de Lusaka, entre outros, de presidir a Comissão Conjunta e conduzir a conclusão da lista acordada das tarefas que ficaram pendentes ao abrigo do Protocolo de Lusaka.

⁴⁴⁹ Jornal de Angola. Luanda: edição de 14 de agosto de 2002

Mais tarde, com o reconhecimento pelo Governo de Angola, dos membros da *troika* dos observadores e da UNMA da evolução positiva na implementação do protocolo de Lusaka e dos entendimentos alcançados no Luena, o Conselho de Segurança da ONU revogou no final de agosto de 2002 todas as sanções impostas a UNITA. Embora a morte de Jonas Savimbi esteja diretamente relacionada ao fim a guerra civil em Angola, Lopo do Nascimento⁴⁵⁰ em uma palestra sobre ‘Angola: Oportunidade Histórica para a Conciliação’ no CEBRI, em 21 de maio, afirmou que a capacidade de mobilização militar, assim como a legitimidade de causas da UNITA já tinham perdido o seu apelo, dentro e fora do país. Segundo ele, a morte de Savimbi representou a ‘crônica de uma vitória anunciada’, uma vitória não exatamente do MPLA, mas das teses da democracia e da conciliação. O desaparecimento físico de Savimbi, aliado à derrocada definitiva do aparelho militar da UNITA, estabeleceram condições para que as diversas forças políticas do país pudessem se reunir em torno de regras democráticas fundamentais.

A Comissão Conjunta, integrada pelo governo de Angola, UNITA e *troika* de observadores (Portugal, Rússia e EUA) foi extinta formalmente dia 21 de novembro de 2002, na sequência de um comunicado emitido no começo do mês. No comunicado emitido em 08 de novembro de 2002, a Comissão conjunta solicitou ao CS/ONU para suspender a totalidade das sanções contra a UNITA por não existirem mais razões objetivas para que se mantenham as sanções contra esta organização. Para a Comissão Conjunta as questões essenciais para a paz em Angola foram integralmente concluídas. E as tarefas de médio e longo prazo continuariam a ser tratadas, ao longo do processo de reconciliação nacional entre o governo e a UNITA.

Terminada a guerra civil angolana, a UNITA reunificou-se⁴⁵¹ como partido político. O governo de Angola, por sua vez, procurou reavaliar as suas prioridades externas e redefinir o interesse nacional do Estado. No cenário político nacional, a principal pauta das discussões passou a ser o planejamento e a realização das eleições gerais que eram adiadas nos anos seguintes de 2002 até 2008. As razões de frequentes adiamentos de datas para as eleições foram a reconstrução da infraestrutura que permitissem o acesso a todo o país, a consolidação da paz, a reconciliação nacional evitando-se durante este período qualquer descuido que pudesse pôr novamente em risco as estratégias reguladoras da paz no país.

⁴⁵⁰ Lopo do Nascimento foi Secretário-Geral do MPLA, Primeiro-Ministro da República Popular de Angola na gestão do presidente Agostinho Neto e Deputado da Assembleia Nacional.

⁴⁵¹ No momento da crise da organização e o efeito das sanções impostas pela ONU depois dos Acordos de Lusaka, surgiram dissidências que fundaram a UNITA – Renovada, reconhecida pela ONU e Governo de Angola.

No plano econômico, a estabilidade e a perspectiva de retomada de crescimento mais acelerado fizeram com que Angola tenha voltado a ser um dos principais destinatários de investimentos diretos, superado apenas pela África do Sul entre as nações da África Austral, e também alavancados pela realização da Copa do Mundo de Futebol em 2010. Esse fenômeno tem favorecido a rápida modernização da infraestrutura e do parque produtivo nacionais. No plano internacional, Angola exhibe como ponto valioso a sua influência moral, pois soube acabar com a guerra civil, consolidar e manter um regime democrático e, quase três décadas depois de viver sob o conflito interno por causa do mono partidarismo, soube abraçar o multipartidarismo como valor fundamental da organização de sua sociedade. Angola goza de reputação apreciável no plano internacional, não só pelas suas reformas econômicas e sociais, mas também por sua posição intransigente em defesa do desarmamento, o que concorre para aumentar consideravelmente o prestígio do país.

A viragem para o Oriente, concretizada com a assinatura do empréstimo de 2 bilhões de dólares da China em 2002, foi a saída que Angola encontrou para escapar às pressões⁴⁵² consideradas excessivas do Ocidente para condicionar as políticas internas. Mas é uma aliança de conjuntura. Os receios de alguns de ver Angola transformar-se em um país satélite de Pequim não parecem mais justificados que as antigas acusações de venda do país aos EUA, desde que estes reconheceram a legitimidade do governo de Angola⁴⁵³. Até o fim de 2010, a China emprestou à reconstrução de Angola um valor equivalente a 15 bilhões de dólares norte-americanos⁴⁵⁴. O MPLA, partido da situação, apresentou à sociedade angolana para discussão e adoção, no fim de 2007 uma “Agenda Nacional de Consenso”⁴⁵⁵ para o país identificar o caminho para o seu desenvolvimento sustentável.

Desde que foi estabelecido o clima de paz no país, Angola tem clarificado as suas opções no que respeita a Política Externa, tanto ao nível regional, continental e mundial. O partido no poder ao propor uma Agenda Nacional de Consenso teve um impacto positivo para a compreensão da Política Externa. Pela primeira vez desde a independência de Angola, os interessados pela área de relações internacionais obtiveram um documento público sobre as opções da política externa de Angola. Em janeiro de 2003, Angola tomou assento como Membro Não Permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, por um período de

⁴⁵² ANSTEE, Margaret. *Estado angolano deve esclarecer real situação do país*. Luanda: in Jornal de Angola, edição de 24 de agosto de 2004.

⁴⁵³ *Retrato dos 30 anos, Angola em primeiro*. Jornal Expresso de 05 de novembro de 2005

⁴⁵⁴ Embaixador da China em Angola, Zhang Bolun, em entrevista ao Jornal ‘O País’ em 11 de março de 2011.

⁴⁵⁵ Documento do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA, Lobito, 2007. Ver, também <http://www.semanarioangolense.net/subindex.php?edit=209&type=Politica>

dois anos, onde analisou, juntamente com outros membros, questões ligadas à paz e segurança internacional.

Essa filosofia organizativa parece adequada e capaz de congregar à volta do governo o maior e o melhor número de pessoal qualificado capaz de implementar as políticas e estabelecer as estratégias de desenvolvimento do país. A agenda nacional do consenso preconiza que Angola se constitua, no médio e longo prazos, em um modelo de desenvolvimento para África. Mas esta boa intenção política parece tratar de uma tentativa de unir a elite⁴⁵⁶ do país preservando os espaços que esta já alcançou. Segundo Aron,

“unificação da elite parece inseparável da concentração de todo poder econômico e político. Um único grupo tem a autoridade, ele é composto de um só tipo de homem, ele não pode decompor-se em subgrupos sem colocar em perigo seu próprio monopólio, ele não pode renunciar a ideologia em nome do qual venceu seus próprios adversários, sem abalar o próprio princípio de sua autoridade e de obediência da massa⁴⁵⁷.”

Por conseguinte, a política externa do governo de Angola tem demonstrado estar em consonância com os interesses nacionais postulados pela classe dirigente e resulta de uma conjugação de forças de permanente pragmatismo. Aqui se explica claramente, porque os inimigos do MPLA durante a I República são hoje importantes parceiros comerciais e mantêm ótimas relações diplomáticas. É o caso dos EUA, África do Sul, China.

Nos últimos anos Angola cresce economicamente a ritmo de 20,5% em 2005 com picos de 26% em 2006 e projeção de 29% para 2008, mas caiu em um resultado efetivo de 9% e no ano seguinte, 2009 ficou em 4,5%, devido aos efeitos da crise financeira internacional. Em 2010 as projeções do crescimento giram em torno de 11% porque os investidores nacionais e estrangeiros reconhecem que o curso trilhado para a consolidação da paz é efetivamente seguro e irreversível e a política macroeconômica oferece expectativas positivas com aceitável grau de confiança para a entrada de investimentos no país⁴⁵⁸.

Angola atualmente é o maior parceiro comercial da China na África, superando a África do Sul. Em 2005, os negócios foram de US\$ 7 bilhões de dólares; em 2006, foram de US\$ 9,3 bilhões de dólares; e, em 2008, chegou a marca de US\$ 10 bilhões de dólares. A China importou 18,2% de petróleo de Angola do total das importações chinesas de petróleo⁴⁵⁹.

⁴⁵⁶ Em Angola, a elite inclui desde os dirigentes do governo central, passa pelos dirigentes dos escalões intermediários e chega até a chefia dos aldeões, como sobas – nome do chefe local – com população significativa. Em muitas circunstâncias recebem benefícios do governo que o resto da população não é contemplado.

⁴⁵⁷ ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UNB, 1979: 123-124.

⁴⁵⁸ Ministério das Finanças da República de Angola: www.minf.gov.ao

⁴⁵⁹ www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=12956&b

Em 5 de setembro de 2008 realizaram-se as segundas eleições legislativas, que foram ganhas pelo MPLA, com 81,64% dos votos válidos, elegendo 191 deputados, em 220 lugares no Parlamento angolano. UNITA surgiu em segundo lugar, com 10,39 por cento dos votos e 16 deputados eleitos⁴⁶⁰. O MPLA, com uma maioria qualificada⁴⁶¹, direcionou as decisões legislativas ao comportamento político de regime único, uma vez que reduziu a oposição a uma força política residual no país. O partido do presidente José Eduardo dos Santos alcançou o poder para mudar a Constituição do país, sem maior envolvimento da oposição política e da sociedade civil, diferentemente ao sucedido nas eleições de 1992 em que a oposição detinha mais de 46% de capacidade de se opor as propostas legislativas do partido no poder.

As expectativas eram de que as eleições presidenciais aconteceriam em 2009. Ao contrário, em 2009 foi discutida a Nova Constituição, que foi aprovada em janeiro de 2010 e indicou automaticamente o presidente da República, cujo cargo seria ocupado pelo primeiro candidato do partido da lista vencedora a deputados da Assembleia Nacional, José Eduardo dos Santos, do MPLA. Com a aprovação da Nova Constituição, Angola entrou na III República e eliminou dos critérios de eleição direta o presidente da República. Até a data de eleições de 2008, em Angola existiam 98 partidos políticos legalizados. A lista compreende ainda 29 partidos em situação ilegal⁴⁶².

Apesar de todo o incremento no PIB,

“Angola de hoje ainda convive com velhos desafios em época de novas demandas. Ou seja, já poderíamos estar presenciando, no início deste século, uma série de progressos e oportunidades no campo de desenvolvimento econômico e social, compatíveis com a dimensão da riqueza do país, contando com um tipo de crescimento econômico mais dinâmico e equitativo e menos concentrador. A luta pelas necessidades básicas de sobrevivência, para a maioria da população, ainda é uma incômoda realidade”⁴⁶³.

Junto das instituições de Bretton Woods e do Clube de Paris, o Governo de Angola participa da negociação da dívida externa do país, apoia as iniciativas com vistas ao perdão ou à anulação desta, e procura o acesso do país a novos financiamentos em termos favoráveis, para impulsionar a reconstrução nacional e o desenvolvimento econômico e social. Finalmente, para o alcance dos objetivos da política externa exige-se uma articulação eficiente entre os diversos órgãos do Estado, para que a atuação de cada entidade investida contribua de

⁴⁶⁰ Comissão Nacional Eleitoral (CNE) eleições de 2008, divulgadas em setembro.

⁴⁶¹ Nas eleições de 03 de setembro de 2008, o MPLA obteve mais 81% dos votos válidos.

⁴⁶² Angola e Eleições: Lista completa dos partidos políticos angolanos aos 18 de abril de 2008 <http://www.angolaxyami.com>

⁴⁶³ JOSÉ, Joveta. *Estratégias de Integração da Odebrecht em Angola*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Administração na PUC/SP, 2002: 2.

fato para a promoção no exterior de uma imagem e de uma mensagem dos poderes públicos que reflita os interesses do país.

A África, principalmente a África Subsaariana é uma das grandes fornecedoras de petróleo para a China⁴⁶⁴ e provavelmente continuará sendo no futuro. O crescimento das empresas chinesas em Angola é talvez o mais importante no cenário econômico do país. A semelhança dos EUA, a China iniciou sua aproximação com o governo angolano, em 1988, importando pequenas quantidades no ano seguinte. Mas a partir de 2000 as relações de Angola e China se tornam efetivamente mais estreitas. As importações chinesas de petróleo de Angola saltaram de US\$ 528 milhões, em 2001, para US\$ 5,6 bilhões em 2005, isto é, quase 11 vezes mais em valor absoluto, representando neste ano, 24,75% da produção angolana, que atingiu 1,5 milhões de barris diários⁴⁶⁵.

Segundo Oliveira “pode-se notar com facilidade que os EUA e China estão competindo diretamente pelo petróleo angolano”⁴⁶⁶. Comparando os dados de 2001 a 2005, o autor afirma que, embora as aquisições dos EUA e da China tenham crescido, os EUA tem perdido a posição de maior comprador em Angola. E de fato, em 2006 Angola se tornou o maior fornecedor de petróleo para a China, o equivalente a 94 milhões de barris, representando 18,2% das importações totais chinesas⁴⁶⁷. Assim, no caso dos EUA, para a manutenção do status de potência hegemônica, pode ser fundamental controlar as áreas onde a produção de petróleo ainda pode ser expandida, como na África Subsaariana. Enquanto que para a China, pode ser o meio mais fácil de garantir sua própria segurança energética e manter seu crescimento, assegurando seu acesso às reservas de petróleo em áreas como África Subsaariana. O comércio entre Angola e a China envolvendo petróleo chegou a 10,3 bilhões de dólares em 2007⁴⁶⁸.

A exploração e produção de petróleo se transformaram em uma grande alavanca para Angola. O petróleo e o gás também representam para Angola um grande trunfo econômico e tecnológico. As oportunidades de investimento no setor petrolífero têm atraído os grandes competidores internacionais, inclusive empresas brasileiras, como a Petrobrás, Queiroz

⁴⁶⁴ As maiores empresas petrolíferas chinesas são estatais ou mistas, fazendo com que as relações do governo chinês e os governos dos países onde possam atuar as empresas chinesas, sejam relações mais direta e o interesse do governo chinês é refletido claramente nestas empresas do que se fossem empresas privadas.

⁴⁶⁵ Indicadores macroeconômicos do BNA - Banco Nacional de Angola: destino das exportações de petróleo bruto disponível no site: www.bna.ao/30anos/artigo.aspx?c=106&a=325

⁴⁶⁶ OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsaariana*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007 p 89.

⁴⁶⁷ www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=12956

⁴⁶⁸ Revista da FESA Angola Hoje, ano 7 n° 36 jan/fev/2008 p. 27.

Galvão, a Odebrecht. A atuação do Governo angolano no que respeita a economia obedece ao princípio de redução progressiva da dependência da economia angolana em relação à produção de petróleo e diamantes, através da aplicação dos excedentes provenientes destes recursos naturais na formação do capital humano e no desenvolvimento de outros setores económicos, especialmente os mais intensivos em mão de obra e que, por isso, garantem níveis mais altos de emprego⁴⁶⁹.

⁴⁶⁹ *Anuário económico de Angola*. Luanda: Toskan, 9ª edição, 2010.

3. NOVOS REGIONALISMOS E A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA

3.1 UNIÃO AFRICANA – UA

Os primeiros passos da instituição conhecida como União Africana (UA) remontam à reunião dos Chefes de Estado da OUA (Organização de Unidade Africana) que aprovou a Declaração de Sirte/Líbia, em 09 de setembro de 1999, data que passou a ser oficialmente o dia da União Africana⁴⁷⁰. O presidente líbio foi um dos principais entusiastas da criação da UA durante a 4ª Sessão Extraordinária da Assembleia dos Chefes de Estado e do Governo da OUA. Muammar Khadafi, patrono dos ideais pan-africanos⁴⁷¹, propôs a criação dos ‘Estados Unidos da África’ e tem sido um acérrimo defensor da existência de um governo continental.

A União Africana é herdeira histórica da OUA, instituída em 1963, mas não se restringe às tradições da sua antecessora. A UA preparou-se para assumir um nível superior de comprometimento em prol da segurança e do desenvolvimento africanos. Esta mudança ensejou a criação de um conjunto de órgãos e mecanismos proativos, com vistas à implementação de sistemas regionais de prevenção e solução pacífica de controvérsias. Essa nova estrutura procura resolver os problemas africanos de forma mais realista e adequada à atual conjuntura mundial e à realidade africana, instituindo uma organização de integração em lugar de uma organização de cooperação intergovernamental. O projeto da UA (União Africana) foi inspirado no modelo da União Europeia, isto é, a UA está construindo as suas instituições supranacionais à semelhança da União Europeia. O Ato Constitutivo da UA, assinado na Cúpula de Lomé, em 2000, consagra como objetivo principal a necessidade de “realizar maior unidade e solidariedade entre os países e povos da África”. Ao mesmo tempo,

⁴⁷⁰ Em conformidade com o “Ato Constitutivo da UA”, adotado em julho de 2000, os principais órgãos da nova organização são a Assembleia de Chefes de Estado e de Governo; o Conselho Executivo, integrado pelos Chanceleres; o Comité Permanente de Representantes, composto pelos Representantes Permanentes dos Estados-membros em Adis-Abeba; e a Comissão da UA. Também fazem parte da estrutura da organização o Parlamento Pan-Africano, a Corte de Justiça, o Conselho de Paz e Segurança, o Conselho Econômico e Social, os Comités Técnicos Especializados e Instituições Financeiras. No Ato Constitutivo da União Africana foram consagradas quatro línguas de trabalho para as reuniões e documentos: árabe, francês, inglês e português. Suahili, língua africana falada por aproximadamente 70 milhões de africanos, principalmente, nos países da África Central e Oriental, foi designada em 2004, como mais uma das línguas oficiais de trabalho da UA. Por seu turno, a “Declaração de Sirte” sobre as reformas das Nações Unidas subscreve a posição comum da África relativa aos assentos reivindicados no Conselho de Segurança e defende igualmente uma maior representatividade do continente na Assembleia Geral da ONU, por forma a torna-lo em um dos órgãos mais representativos e democráticos do Sistema das Nações Unidas.

⁴⁷¹ Trata-se de uma visão sociopolítica de mundo, bem como de um movimento que procura unir os africanos nativos e os da diáspora em torno de uma comunidade global africana. O Ato Constitutivo da UA declara que a diáspora africana deve ser encorajada a participar na construção da organização.

a UA quer que a África desempenhe papel de maior relevo na economia global e possa melhor enfrentar os problemas multifacetados resultantes da globalização⁴⁷².

A OUA desempenhou um papel central nas lutas pela descolonização da África na segunda metade do século passado. Nos últimos anos de vida, no entanto, a organização foi alvo de críticas devido aos seus baixos resultados no estímulo ao desenvolvimento do continente após o domínio colonial, tornando-se palco de grandes discussões. Na maior parte dos casos, a instituição revelou-se ineficaz no momento de passar das intenções à ação. É verdade que a história da Europa até a metade do século XX foi em grande medida uma história de guerras. Isso mudou a partir da integração europeia, cujas décadas de existência deram fim aos conflitos militares. A experiência da Europa comprova que a melhor solução para as guerras é a integração das nações, sobretudo as que compartilham o mesmo espaço regional. De fato, a OUA estava organizada para apoiar a luta contra as potências coloniais, mas pouco preparada para fazer face aos desafios do desenvolvimento africano no novo milênio. Desse modo, a União Africana fixou objetivos mais amplos do que sua antecessora, entre os quais o de acelerar o processo de integração do continente.

A UA iniciou as suas funções em 2002, criando um conjunto de órgãos, que corroboram a percepção de que esta é a solução ideal para os problemas da África⁴⁷³. Esta nova estrutura apresenta para as organizações regionais africanas “novas perspectivas face ao reforço da cooperação continental em áreas chave como a intervenção diplomática e a militar, nomeadamente na prevenção e resolução de conflitos”⁴⁷⁴, objetivando a promoção da paz, da segurança e da estabilidade continentais. No site oficial da UA, aparece o sugestivo lema “uma eficiente e efetiva União Africana para uma Nova África”⁴⁷⁵. A UA tem feito aprovar normas de âmbito continental, no sentido de garantir o aprofundamento da democracia e de boas práticas de governo que garantam o desenvolvimento econômico nos países membros.

Entre as normas criadas pela UA, registra-se a Convenção Africana para a Prevenção e o Combate a Corrupção e a Carta Africana sobre a Democracia e a Governança Política, Económica e Empresarial, associada a NEPAD (*New Partnership for Africa's Development*⁴⁷⁶). Com o Secretariado sediado na África do Sul, os quatro objetivos principais

⁴⁷² CARDOSO, Fernando e FERREIRA, Patrícia. *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005 p. 26.

⁴⁷³ BERMAN, Eric G. *French, UK, and US Policies to Support Peacekeeping in Africa: current status and future prospects*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, Paper N° 622, February 2002.

⁴⁷⁴ CARDOSO, Fernando e FERREIRA, Patrícia. *A África e a Europa: Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005 p. 9.

⁴⁷⁵ <http://www.au.int>

⁴⁷⁶ O programa foi adotado em 2001, em Lusaka, Zâmbia, na 37ª Assembleia de Chefes de Estado e do Governo da UA.

da NEPAD são a erradicação da pobreza, a promoção do crescimento e do desenvolvimento sustentáveis, a integração da África na economia mundial e a aceleração da emancipação das mulheres. O NEPAD apresenta-se para a comunidade internacional como uma estrutura organizacional que dá garantias aos recursos estrangeiros investidos no desenvolvimento africano, merecendo a atenção dos Estados e organizações que pretendem desenvolver projetos de cooperação estratégica de dimensões variáveis na região⁴⁷⁷. Evidentemente, o NEPAD é a resposta da África a necessidade de atingir os ODM⁴⁷⁸ (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio). Oito ODM representam as linhas orientadoras⁴⁷⁹ para o desenvolvimento dos países mais pobres do mundo, cujas metas foram definidas para 2015, congregando grande parte dos países em vias de desenvolvimento. Contudo, relatórios da União Africana e das Nações Unidas dão como certa a incapacidade da maioria dos países cumprir as metas até 2015.

Em busca de mecanismos complementares para a estabilização política no continente, a UA, através do seu Conselho de Paz e Segurança (CPS), estabeleceu, em 2003, o *Continental Early Warning System (CEWS)*⁴⁸⁰ e criou as *African Standby Forces (ASF)*⁴⁸¹, que parecem ser uma aposta acertada para intervir nas crises regionais e garantir eficazmente a prevenção e resolução dos conflitos. Por estes novos mecanismos, a UA já

⁴⁷⁷ BERNARDINO, Luís. *A prevenção e resolução de conflitos na África: O papel da CPLP no âmbito das Organizações Regionais Africanas*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares, Curso de Estado – maior 2005/2007, 2007 p. 28-29.

⁴⁷⁸ As Metas de Desenvolvimento do Milênio (MDM) surgem da Declaração do Milênio das Nações Unidas, adotada pelos 191 estados membros no dia 8 de setembro de 2000. Criada em um esforço para sintetizar acordos internacionais alcançados em várias cúpulas mundiais ao longo dos anos 90 (sobre meio ambiente e desenvolvimento, direitos das mulheres, desenvolvimento social, etc), a Declaração traz uma série de compromissos concretos que, se cumpridos nos prazos fixados, segundo os indicadores quantitativos que os acompanham, deverão melhorar o destino da humanidade neste século. Acabar com a extrema pobreza e a fome, promover a igualdade entre os sexos, erradicar doenças que matam milhões e fomentar novas bases para o desenvolvimento sustentável dos povos são algumas das oito metas da ONU apresentadas na Declaração do Milênio, e que se pretendem alcançar até 2015.

⁴⁷⁹ Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio no Brasil são chamados de 8 Jeitos de Mudar o Mundo <http://www.objetivosdomilenio.org.br/>

⁴⁸⁰ Continental Early Warning System (CEWS) é um sistema que liga as unidades e órgãos implantados no terreno que acompanham e monitoram determinadas situações de tensão pré-conflitual, funcionando em interligação com os mecanismos complementares no nível sub-regional. Este mecanismo de alerta permite ainda acionar medidas com vistas a prevenir os conflitos militares na sua fase pré-conflitual e tem associado um mecanismo de resposta rápida que integra componentes militares, policiais e civis em praticamente todos os Estados africanos. Esta rede de alerta, embora ainda incipiente e incompleta, parece ser o indicador mais fiável da UA para intervir em casos de conflitos internos nos Estados na África. Estes mecanismos encontram-se implementados no IGAD, SADC, ECCAS e na ECOWAS, em diferentes estágios de operacionalidade e correspondem à troca de informações e acionamento dos mecanismos ulteriores na prevenção de conflitos. Adiciona-se ainda, outros órgãos complementares como o Comité Militar, o Painel de Sábios, o Fundo Especial para a Paz, o Centro de Análise para o Terrorismo e especialmente as African Standby Brigades, que compõem a estrutura de paz e segurança da África.

⁴⁸¹ As African Standby Forces constituem o mecanismo de reação rápida da União Africana para a prevenção e resolução de conflitos regionais na África e congregam cinco Brigadas, associadas às cinco sub-regiões em que se articula o continente e atribuídas às organizações sub-regionais que operam nessas regiões.

conseguiu alcançar três sucessos. Primeiro, conseguiu congregiar praticamente todos os países da África⁴⁸² em torno das mesmas causas. Segundo, levou as organizações não-africanas a encontrarem nela o parceiro ideal para desenvolverem suas políticas para o continente. Por último, apesar de todas as deficiências e dificuldades, a prática tem mostrado que as políticas executadas pela UA têm tido significativo sucesso, não só ao nível do apoio ao desenvolvimento e da concertação diplomática, mas principalmente como mecanismo estabilizador de conflitos, ainda que incipiente, na África⁴⁸³.

A UA⁴⁸⁴ se distingue da OUA na atitude em relação aos conflitos armados no continente. Enquanto a extinta OUA defendia uma política de não-interferência, a UA criou, em 2004, por iniciativa de Angola, um Conselho de Paz e Segurança com poder para enviar forças militares de pacificação e manutenção de paz para as zonas de confronto. Angola assumiu igualmente a presidência do Conselho, cujo mandato foi circunscrito para 2 anos. O presidente da Comissão da União Africana, Jean Ping, afirmou, em Luanda, que alguns países da África podem adquirir junto a Angola a experiência para a resolução de conflitos e o desarmamento da população civil. Ping visitou a capital angolana por ocasião das comemorações do 25 de maio - Dia da África⁴⁸⁵.

A Cúpula América do Sul— África (ASA) busca dar forma à gradual ascensão dos países em desenvolvimento no cenário político e econômico internacional. Por meio de fóruns de formatos diversos, os países em desenvolvimento procuram contribuir para uma reforma da estrutura do poder mundial e para o estabelecimento de uma ordem menos centralizada, mais multipolar e mais democrática⁴⁸⁶. Resultaram da I Cúpula África-América do Sul a “Declaração de Abuja”, o “Plano de Ação de Abuja” e a resolução que criou o “Fórum de Cooperação América do Sul - África” (ASACOF). O presidente Lula esteve presente a I Cúpula África-América do Sul (então AFRAS)⁴⁸⁷, em Abuja, em novembro de 2006, ocasião

⁴⁸² Marrocos que se retirou da OUA em protesto contra o reconhecimento do Sara Ocidental é o único país fora desta União Africana.

⁴⁸³ MALAN, Mark e CILLIERS, Jackie. *Progress with the African Standby Force – Institute for Security Studies*. Occasional Paper, N^o 98, May 2005 p. 4. Disponível em: <http://www.iss.co.za/Pub/papers/98/Paper98.html>.

⁴⁸⁴ A União Africana pode tomar decisões com carácter supranacional. No seu artigo 4^o (Princípios), alínea h dá “o direito da União intervir em um Estado-membro em conformidade com uma decisão da Conferência em situações graves nomeadamente, crimes de guerra, genocídio e crimes contra a humanidade”, deixando claro que os Estados-membros da União Africana podem ser alvos de uma intervenção caso se encontrem perante uma das situações descritas pela norma exposta.

⁴⁸⁵ Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil 28/5/2009

⁴⁸⁶ MBAYA, Sue. A África do Sul e Austral: Perspectivas na Segurança Humana. In: KORNEGAY, Francis DADA, Jabulani (Orgs.). *A África do Sul e o IBAS: Desafios da Segurança Humana*. Porto Alegre: CESUL/UFRGS, 2007 p. 88-89.

⁴⁸⁷ A Cúpula África-América do Sul (AFRAS) passou a designar-se Cúpula América do Sul—África (ASA). Ver, Relatório sobre a Política Externa do Brasil no período de 2003-2010, Brasília, dezembro/2010.

na qual se encontrou com diversas autoridades africanas. A UA, juntamente com Angola, Brasil e Nigéria, teve papel central na organização do evento e participa do grupo de coordenação da Cúpula América do Sul— África (ASA) com forte protagonismo.

De acordo com o Plano de Ação de Abuja, estão previstos uma Cúpula de Chefes de Estado e Governo a cada dois anos, encontros de chanceleres entre cada cúpula e outros encontros, inclusive ministeriais setoriais, de acordo com o que os Estados entenderem necessário. Além das duas Cúpulas de Chefes de Estado e de Governo, foram realizadas, desde 2006, duas Reuniões de Altos Funcionários (Brasília, em 10 e 11/06/2008 e Adis Abeba, Etiópia, em 7 de setembro de 2010), uma Reunião Ministerial de Comércio Exterior (Marrakesh, Marrocos, em 19 de junho de 2008), quatro reuniões do Grupo de Coordenação, quatro reuniões do Comitê Consultivo de Embaixadores, uma Reunião de Trabalho da Mesa Presidencial Estratégica (Caracas, 06 de agosto de 2010) e uma reunião temática de cada um dos oito Grupos de Trabalho, os quais foram estabelecidos por ocasião da I Reunião de Altos Funcionários da América do Sul—África (ASA) com o intuito de agrupar as áreas de cooperação estabelecidas nos acordos.

Angola procurar fazer uma diplomacia preventiva, especialmente na sua intervenção no caso da Costa do Marfim. Segundo dos Santos, qualquer intervenção militar extra-continental teria um efeito perverso, com consequências gravosas para além das suas fronteiras. Angola apoia o diálogo e a negociação para a saída da crise. A África, através das instituições competentes da União Africana, deve fazer prova da sua maturidade para resolver os problemas do continente, mesmo os mais complexos e delicados, não esperando soluções inadequadas impostas do exterior⁴⁸⁸. A posição adotada por Angola para a crise pós-eleitoral na Costa do Marfim transformou Luanda em uma capital de intensa atividade diplomática. Na primeira quinzena de janeiro de 2011, passaram por Luanda o presidente do Benin e emissário da CEDEAO (Comunidade de Desenvolvimento da África Ocidental), Thomas Yayi Boni; o representante do Secretário-Geral da ONU na região ocidental da África, Sai Djinnit; e o primeiro-ministro queniano, na qualidade de mediador da União Africana para a crise política na Costa do Marfim. Todos eles concordaram com os pontos de vista defendidos pelo presidente angolano, que defende que devem ser os africanos a encontrar uma saída para o problema naquele país e que a solução deve ser pacífica e negociada. Afinal, os angolanos viveram longos anos de conflito armado e sabem o que a guerra representa para um país em termos de perdas humanas e materiais. A paz é um bem, cujo valor não pode ser quantificado,

⁴⁸⁸ Angola rejeita força militar na crise da Costa do Marfim in *Jornal de Angola* de 14 de janeiro de 2011.

porque sem ela todo o processo técnico e econômico de criação de riqueza não pode ter lugar. Trata-se, na verdade, de um bem que não tem preço, mas cuja influência é decisiva para o desenvolvimento de toda a sociedade⁴⁸⁹.

A África nada ganha se os seus países caírem no círculo vicioso da violência. A África quer mostrar-se como parte do conjunto de Estados com estabilidade política que rumam para o progresso, um grupo de nações que detém a chave do seu próprio destino. A posição de Luanda vai ao encontro da Agenda para a Paz, documento orientador das Nações Unidas para a área da prevenção de conflitos, que introduziu o conceito de “diplomacia preventiva”. O documento define a diplomacia preventiva como a “ação destinada a evitar a eclosão de disputas entre as partes, com vistas a impedir que disputas já existentes evoluam para conflitos e a limitar a expansão destes quando ocorrerem”⁴⁹⁰, estratégia que passaria a constituir uma ferramenta ímpar na gestão dos conflitos intra e inter-estatais.

O fim dos conflitos armados é encarado como condição necessária para o desenvolvimento da África. De fato, o seu número diminuiu de forma drástica nos últimos anos, certamente como resultado de ações do Conselho de Paz e Segurança. No entanto, o conflito de longa duração na Somália veio pôr a descoberto algumas das dificuldades com que a União Africana ainda se debate no campo político-militar. A União Africana não conseguiu convencer vários Estados-membros a participarem na força de paz na Somália, nem tampouco forçar os que tinham aceitado enviar tropas a honrarem o seu compromisso. Como consequência, a missão dos capacetes verdes⁴⁹¹ na Somália limitou-se a um pequeno contingente do Uganda, manifestamente insuficiente para controlar a situação. O caso chamou a atenção para a necessidade de criar uma força permanente de intervenção rápida, que acabasse com a dependência em relação à boa-vontade dos Estados-membros. O conselho executivo da União Africana acreditava que essas forças estariam em operação em 2010, o que justifica os exercícios “Kwanza 2010” da Comunidade Econômica dos Estados da África Central, realizados em Cabo Ledo/ Angola nos dias 22 de maio a 06 de junho de 2010⁴⁹².

Para além da Somália, a UA marcou também presença no conflito do Darfur, no Sudão, e no Burundi. A organização interveio, ainda, em apoio à democracia na Mauritânia e no Togo. Menos violenta, mas igualmente polêmica, a crise política no Zimbábue tem sido alvo de fortes debates no Conselho Executivo da UA. Robert Mugabe desmereceu as

⁴⁸⁹ CLAUSEWITZ, K. V. *Da Guerra*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1996.

⁴⁹⁰ BRANCO, Carlos Martins. *A ONU e o processo da Resolução de Conflitos: Potencialidades e Limitações*. Lisboa: Revista Relações Internacionais, Instituto Português Relações Internacionais, dezembro, 2004 p. 106

⁴⁹¹ Referência a forças militares de pacificação ou manutenção de paz da África.

⁴⁹² Jornal de Angola, edição de 31 de maio de 2010 pag. 1 e 3.

cobranças da comunidade africana, dizendo não ser possível aceitar sugestões de democracia feitas por indivíduos que estão no poder nos seus países há muitos anos e se achando democratas. A declaração era uma crítica indireta aos presidentes de Angola, da Líbia, da República do Congo (Brazzaville) e do Gabão, cujo presidente morreu no cargo em 2009 após 42 anos no poder⁴⁹³.

Outra crise mais grave e com contornos dramáticos para a União Africana tem sido a incapacidade para travar o avanço da AIDS. Dados atuais apontam que mais de 20% da população sexualmente ativa dos países da África Subsaariana esteja infectada pelo HIV, embora, Angola seja o país com a menor taxa de contaminação. De igual modo, a malária continua a ser um problema a ser combatido na África⁴⁹⁴.

Entretanto, uma das missões mais delicadas a cargo da União Africana é a integração regional. Em um primeiro momento, o escopo da regionalização na África era de cunho econômico, não obtendo resultados práticos em face da situação real de cada país, mais ou menos um enclave de raiz colonial. Em uma segunda fase, mais recente, o regionalismo deu lugar à implantação de mecanismos de segurança visando garantir a paz em ambientes conturbados e garantir a sobrevivência humana, como um mínimo desejável. Daí decorre a emergência do binômio segurança – desenvolvimento.

Em 1º de fevereiro de 2008, Jean Ping, chanceler do Gabão, foi eleito presidente da Comissão da União Africana, durante a 10ª Cúpula da União Africana, realizada em Adis Abeba, em substituição a Alpha Oumar Konaré (ex-presidente do Mali), que exerceu o cargo por cinco anos (de 2003 a 2008). Desde sua posse, Jean Ping tem procurado conferir maior eficácia à Comissão da UA, sublinhando a necessidade de mais transparência na gestão de recursos financeiros e capacitação de recursos humanos⁴⁹⁵.

Dada a prioridade do governo Lula à política africana, em julho de 2009, o presidente do Brasil foi convidado especial e participou da XIII Cúpula dos Chefes de Estado da União Africana, realizada em Sirte, Líbia. Na ocasião, foram assinados três Ajustes Complementares ao Acordo de Cooperação Técnica nas áreas de agricultura e desenvolvimento social. Nesta última, estão incluídos setores tão diversos quanto saúde, cultura, esporte e proteção social⁴⁹⁶.

Os 53 Estados-membros da União Africana estão subdivididos em vários blocos regionais no continente, designados por CER (Comunidades Econômicas Regionais). As CER

⁴⁹³ Jornal de Angola, edição de 09 de maio de 2009.

⁴⁹⁴ Revista Africa Today :Voice of the Continent, edição de setembro/2007 p. 24.

⁴⁹⁵ Revista Africa Today :Voice of the Continent, edição de julho/2008

⁴⁹⁶ Relatório sobre a Política Externa do Brasil no período de 2003-2010, Brasília, dezembro/2010.

consistem em grupos de países que partilham uma região por via política e militar. A União Africana reconhece oito das CER africanas⁴⁹⁷. Desta forma, a estrutura da paz e segurança africana apresenta dois níveis diferentes mas interligados. O nível continental gerido pela União Africana, no topo do que se pretende que venha a ser um sistema integrado de segurança na África, e um segundo nível, onde se inserem as organizações sub-regionais compostas pelo conjunto dos Estados-membros, sendo responsáveis pela segurança e desenvolvimento na sua área de influência. Este conceito inovador de organização reflete uma postura mais interventiva comparada à anterior inoperância da OUA, ao criar estruturas e mecanismos ativos que podem garantir um nível aceitável de sucesso na gestão, prevenção ou resolução de conflitos regionais⁴⁹⁸.

Segundo Jackie Cilliers, a falta de financiamento adequado às operações de apoio à paz das *African Standby Brigades* constitui o principal problema à sua efetiva operacionalização. O autor argumenta ainda que o futuro do mecanismo de solução de conflitos na África depende da credibilidade das *African Standby Brigades*, havendo a necessidade de que esta disponha de capacidades que lhe permitam ombrear com as Nações Unidas, União Europeia ou outras organizações globais nas intervenções locais em prol da segurança regional⁴⁹⁹.

Essa multiplicidade de atores regionais e seus conflitos de interesse se refletem de forma nítida nas discussões intra-africanas sobre a reforma do Conselho de Segurança. Desde a adoção da Declaração de Harare, em 1997, a UA (então OUA) tem adotado uma posição comum em relação a uma eventual reforma do Conselho, posição cristalizada com a aprovação do Consenso de Ezulwini/ Suazilândia⁵⁰⁰, em 2005. Pelo documento, a UA reivindica ao menos dois assentos permanentes, com direito ao veto, e cinco não-permanentes, em um Conselho de Segurança reformado. Os ocupantes seriam escolhidos pela própria

⁴⁹⁷ São comunidades econômicas regionais africanas, CEDEAO (Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental), CEEAC (Comunidade Econômica dos Estados da África Central), CEMAC (Comunidade Econômica e Monetária da África Central), CEN-SAD (Comunidade dos Estados Sahelo-Sarianos), COMESA (Mercado Comum da África Oriental e Austral), EAC (East African Community), IGAD (African Inter-Governmental Authority on Development), ECOWAS (Economic Community of West African States), SADC (Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral) e UMA (União do Magrebe Árabe).

⁴⁹⁸ Revista Militar das Forças Armadas de Angola – Defender, 2007.

⁴⁹⁹ CILLIERS, Jackie. *The African Standby Force: An update on progress*. Institute for Security Studies, Occasional Paper, N^a 160, March 2008, Disponível em: <http://www.inwent.org/ez/articles/080444/index.en.shtml>.

⁵⁰⁰ A posição africana expressa no “Consenso de Ezulwini”, Suazilândia, em relação as reformas das Nações Unidas defende uma maior representatividade do continente em todas as decisões dos diversos órgãos da ONU, particularmente do Conselho de Segurança como principal órgão decisório de assuntos relativos a paz e segurança internacional, no qual pretende colocar dois membros permanentes com estatuto igual aos demais.

União, e não pela Assembleia Geral, o que exige alterações nos atuais mecanismos de eleições dos membros do Conselho de Segurança⁵⁰¹.

Embora nominalmente todos os 53 Estados da organização se manifestem a favor da posição comum africana, enunciada no Consenso, o fato é que alguns deles buscam formas alternativas de fazer avançar a reforma, em parte bloqueada pela intransigência africana com relação à prerrogativa de veto. Estados como África do Sul, Angola e Nigéria, que se acreditam com reais possibilidades de ocuparem os assentos permanentes que venham a ser alocados à África, pressionam por flexibilidade por parte da União, e travam um diálogo mais intenso com outros países extracontinentais mais diretamente interessados na reforma, especialmente os membros do G-4⁵⁰².

No plano continental, Angola é um dos expoentes da União Africana. Uma vez mais, a extensão do poder e da influência política de Luanda se dá por meio de instituições multilaterais. Além da limitação de suas capacidades de poder, que não lhe permite uma ação de grande potência, outro motivo que explica a atuação angolana no continente por meio da União Africana é a presença de outras potências regionais na África. Enquanto outras regiões contam com um ou dois países que podem ser classificados como potências regionais, capazes de estender sua ação estabilizadora a toda a região sob sua influência, o continente africano conta com pelo menos seis potências que detêm essa capacidade: a África do Sul, Angola, o Egito, a Líbia (os dois últimos países têm grande projeção sobre o mundo árabe igualmente), a Nigéria e o Quênia. O Sudão vive momentos de conflito interno – sucessão presidencial e a questão de Darfur –, tendo sua influência regional comprometida no curto prazo⁵⁰³. Há ainda países como o Níger, a República Democrática do Congo e a Argélia, que, embora mais comedidos em suas capacidades e atuação, concorrem para diversificar a constelação de potências emergentes regionais e sub-regionais na África.

O presidente José Eduardo dos Santos contribui com sua reconhecida liderança no continente, que tem servido para ampliar a credibilidade política do País e respaldar a confiança nas diretrizes e compromissos adotados pelo governo. Além de significar um elemento adicional de credibilidade para Angola, a liderança do presidente tem grande importância devido a seu envolvimento direto na diplomacia presidencial. Essa presença do chefe de Estado na atividade diplomática tem sido um elemento de renovação e

⁵⁰¹ Embaixador Ismael Gaspar Martins, presidente do Grupo Africano junto da ONU e representante permanente de Angola nesta organização mundial, no debate da Assembleia Geral concernente as reformas do Conselho de Segurança em Nova Iorque publicado no Jornal de Angola, edição de 13 de novembro de 2007.

⁵⁰² Revista de Informação, Economia e Análise África21 nº 26 fevereiro, Luanda, 2009

⁵⁰³ Revista Militar das Forças Armadas de Angola – Defender, 2007.

fortalecimento da política externa de Angola⁵⁰⁴. Sua atuação, somada ao impulso decorrente da retomada do crescimento econômico, da adoção da democracia e do respeito aos direitos humanos reforçam a capacidade do país de reverter a inserção internacional em benefício do desenvolvimento nacional, e renovam as credenciais de Angola para uma participação ativa na reconstrução da ordem continental⁵⁰⁵. Essa situação tem conferido a Angola uma maior influência regional, ao se servir como pólo de estabilidade e prosperidade no continente africano. Na atualidade, os esforços de paz e desenvolvimento são elementos fundamentais de segurança na África⁵⁰⁶.

Colocada pela geografia em um continente com tantas necessidades e desafios, Angola vem garantindo seu lugar na política internacional deste século, já que tem sido capaz de atuar no multilateralismo e no amparo da legalidade, contribuindo para a tão desejada estabilidade da África, que parece, felizmente, despontar no horizonte⁵⁰⁷. Em comparação com períodos anteriores, como 1975 a 1992, percebe-se que as relações regionais de Angola se tornam cada vez mais voltadas ao esforço de alcançar estabilidade e desenvolvimento na África. Angola valoriza o espaço regional, concentrando-se na busca de mecanismos locais eficientes para a solução das crises políticas no espaço africano. Pode-se perceber igualmente que, depois das eleições de 2008, Angola vem ganhando destaque pela busca de soluções para as crises eleitorais nos países africanos. Entre as crises, contam-se a da Guiné Bissau, a do Zimbábue e atualmente, a da Costa do Marfim⁵⁰⁸. Para um continente mergulhado em crises político-institucionais, a democracia angolana encontra muito apoio, no sentido de influenciar as decisões regionais que amenizem o cenário de conflitos na África⁵⁰⁹.

O crescimento dos interesses dos EUA na África assinala pela criação do AFRICOM, embora pareça que essa organização surge como resposta às investidas da cooperação chinesa com o continente africano. As organizações regionais africanas recusam-se a acolher a sede do AFRICOM. O Comandante da AFRICOM, General William “Kip” Ward, em entrevista ao periódico *Africa Today*, em julho de 2008, afirmou que “a experiência histórica de Portugal na África é uma mais-valia para o AFRICOM”⁵¹⁰. Isto significa que Portugal é para o AFRICOM um país de consulta para o progresso das estratégias do novo comando norte-americano na África. Para o General Kip, a recusa de diversos países africanos em receber

⁵⁰⁴ Revista de Informação, Economia e Análise África21 n° 26 fevereiro, Luanda, 2009

⁵⁰⁵ Revista de Informação, Economia e Análise África21 n° 26 fevereiro, Luanda, 2009

⁵⁰⁶ Revista Militar das Forças Armadas de Angola – Defender, 2007.

⁵⁰⁷ Revista Militar das Forças Armadas de Angola – Defender, 2007.

⁵⁰⁸ Revista de Informação, Economia e Análise África21 n° 26 fevereiro, Luanda, 2009

⁵⁰⁹ Revista Militar das Forças Armadas de Angola – Defender, 2007.

⁵¹⁰ Comandante da AFRICOM, General William “Kip” Ward, em entrevista a *África Today*, Xangai Editora, Luanda, julho de 2008 p.26-32.

bases militares estrangeiras não deverá alterar os planos dos norte-americanos, especialmente porque os Estados Unidos têm várias possibilidades em estudo, entre as quais a utilização da ilha de São Tomé, no Golfo da Guiné. Outros países como Cabo Verde, Nigéria e Quênia, mostraram algum interesse em receber o centro de comando.

Nigéria, São Tomé são membros da CGG (Comissão do Golfo da Guiné), que os persuade a evitar que aceitem bases estrangeiras em seus territórios, seguindo o tratado do Tlatelolco – Acordo de Segurança sobre Atlântico Sul livre de armas nucleares e presença de forças militares estrangeiras. Os Estados Unidos continuam até agora a comandar as suas operações na África a partir da sua base na Alemanha, em Stuttgart, e consideram a recusa dos países africanos de ter a sede do AFRICOM apenas como uma posição de princípio. A afirmação por parte de Washington de que a base é apenas um centro de comando e que não incluirá a presença de forças militares combatentes no continente poderá neutralizar as objeções, mesmo porque se espera que o centro de comando seja um investimento extremamente lucrativo para qualquer país africano que aceite a sua instalação. A SADC fez manifestação pública repudiando a instalação do AFRICOM na sua região, e esta espera que outros países da União Africana se declarem igualmente contrários à instalação de bases estrangeiras.

As relações da África com a América Latina foram incrementadas durante os dois mandatos do presidente do Brasil, Luís Inácio Lula da Silva. O continente africano registrou durante o governo Lula, um crescimento substancial das relações econômicas com o Brasil. Não só o comércio aumentou, como também a atuação das empresas brasileiras foi mais intensa. Não obstante a importância do contexto econômico mundial, com o aumento do peso dos países emergentes, o fortalecimento das relações econômicas esteve também relacionado à política externa adotada pelo governo Lula, que buscou privilegiar as relações com os países africanos.

3.2 COMUNIDADE ECONÔMICA DOS ESTADOS DA AFRICA CENTRAL – CEEAC

A Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) foi criada pelos membros da União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC)⁵¹¹ e os membros da

⁵¹¹ A União Aduaneira e Econômica da África Central (UDEAC) ou de seu nome em francês, (Union Douanière et économique de l'Afrique Centrale), foi instituído pelo Tratado de Brazzaville em 1966, que formou uma união aduaneira com a área de livre comércio entre os membros e uma tarifa externa comum de importação de outros países.

Comunidade Econômica dos Estados da Região dos Grandes Lagos (CEPGL)⁵¹². Angola manteve-se um observador da CEEAC até 1999, quando se tornou membro de pleno direito.



CEEAC – Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC)

Fonte: Google maps

Mapa 2.

O processo de integração sub-regional teve início na reunião de cúpula dos líderes da UDEAC, em dezembro de 1981, quando estes concordaram em formar a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) – a instituição foi formalmente criada em 18 de outubro de 1983. A CEEAC começou a funcionar em 1985, mas ficou inativa por vários anos, devido a dificuldades financeiras (não-pagamento de taxas de adesão pelos Estados-membros) e ao conflito na região dos Grandes Lagos⁵¹³. A guerra na República Democrática do Congo foi particularmente ruim para a integração africana, com Ruanda e Angola combatendo em lados opostos. A CEEAC foi também designada como um dos pilares da

⁵¹² A Comunidade Econômica dos Estados da Região dos Grandes Lagos (CEPGL) foi criada em 1976 pela República Democrática do Congo, do Burundi, do Ruanda, e da República de São Tomé e Príncipe.

⁵¹³ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005

Comunidade da África do Leste (AEC)⁵¹⁴, mas o contato formal entre a AEC e CEEAC só foi feito em outubro de 1999, devido à inatividade da CEEAC desde 1992⁵¹⁵. A AEC confirmou a importância da CEEAC como a maior comunidade econômica na África Central, na terceira reunião preparatória do seu Conselho Econômico e Social (ECOSOC), em junho de 1999.

A UDEAC assinou um acordo em 1994, para a criação de uma Comunidade Econômica Monetária da África Central (CEMAC), que instituiria uma união monetária na África Central com moeda comum, o franco CFA. A UDEAC foi substituída oficialmente por CEMAC em junho de 1999. Mas, até à data presente, a CEMAC não alcançou seu objetivo de criar uma união aduaneira. Alguns países da CEEAC são também membros da Comunidade Econômica e Monetária da África Central (CEMAC), a qual pertencem o Chade, a República Centro Africano, o Congo Brazzaville, o Gabão, a Guiné Equatorial e São Tomé e Príncipe. Atualmente, os países da CEMAC compartilham uma estrutura financeira comum e mantêm uma tarifa externa comum sobre as importações provenientes de países não-CEMAC. Em teoria, as tarifas foram eliminadas do comércio no interior da CEMAC, mas a aplicação integral do acordo foi adiada. Ainda assim, o movimento de capitais na CEMAC é livre⁵¹⁶.

O continente africano dividiu-se em cinco regiões principais, entre os quais a África Central, copiando o modelo europeu de integração em cada uma delas. Em um primeiro momento, o escopo da regionalização da CEEAC era de cunho econômico, não obtendo resultados práticos em função do perfil econômico dos países – economias de enclave de raiz colonial. O separatismo e os conflitos regionais graçavam na região. Muitas das rebeliões não foram mais que contendas entre as potências da Guerra Fria, EUA e URSS. Alguns países tomaram o caminho do socialismo revolucionário, mas esses projetos resultaram em ditaduras individuais ou de partido único. Na maioria dos casos, perdurou o clientelismo em relação à antiga potência colonial. Em uma segunda fase, mais recente, o regionalismo deu lugar à implantação de mecanismos de segurança visando garantir a paz e a sobrevivência humana, como um mínimo desejável. Apesar dos avanços na pacificação do continente, a infraestrutura que liga as regiões da CEEAC está deteriorada, seja por razões de conflitos seja pelo abandono da manutenção.

⁵¹⁴ Comunidade da África do Este (AEC) é uma organização intergovernamental regional das Repúblicas do Quênia, Uganda, República Unida da Tanzânia, República do Ruanda ea República do Burundi, com sede em Arusha, na Tanzânia.

⁵¹⁵ A CEEAC assinou o Protocolo sobre as relações entre a AEC e as comunidades econômicas regionais (CERs) em outubro de 1999

⁵¹⁶ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005

A CEEAC foi fundada como um programa de integração socioeconômica. Essa comunidade conheceu um período de estagnação, em 1990, devido aos conflitos que afetavam sete dos seus dez Estados-membros. Em 1991, um projeto de relançamento foi aprovado na Conferência de Chefes de Estado e de Governo em Malabo, Guiné-Equatorial, e neste quadro a comunidade estabeleceu como objetivo a promoção da paz, segurança e estabilidade na África Central⁵¹⁷. Em uma conferência de cúpula da Organização das Nações Unidas do Comitê Consultivo Permanente sobre Questões de Segurança na África Central, que teve lugar em Yaoundé, em 25-26 de fevereiro de 1999, os Estados-membros da CEEAC decidiram criar um órgão para a promoção, manutenção e consolidação da paz e segurança na África Central, denominado o Conselho para a Paz e Segurança na África Central (COPAX)⁵¹⁸.

A Sessão Ordinária de 10 Chefes de Estado e de Governo realizada em Malabo, em junho de 2002 decidiu adotar um protocolo sobre a criação de uma Rede de Parlamentares da África Central (REPAC) e adotar as ordens permanentes do Conselho de Paz e Segurança na África Central (COPAX), incluindo a Comissão de Defesa e Segurança (CDC), Força Multinacional da África Central (FOMAC) e do Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (MARAC). Ruanda também foi recebido oficialmente de volta como membro de pleno direito da CEEAC. A regionalização tem sido vista como uma resposta adequada para enfrentar os desafios no campo econômico, social, de segurança. Do ponto de vista das economias africanas, o multilateralismo e o regionalismo podem contribuir para diminuir a dependência econômica⁵¹⁹.

A 11ª Sessão Ordinária de Chefes de Estado e de Governo em Brazzaville, durante o mês de janeiro 2004, congratulou-se com o fato de o Protocolo relativo à criação de um Conselho de Paz e Segurança na África Central (COPAX), presidido por Angola, ter recebido o número necessário de ratificações para entrar em vigor⁵²⁰.

A CEEAC tem sido uma instituição de aprendizado do regionalismo e aproximação dos seus membros. Considerando esses aspectos, é fácil compreender as dificuldades que a CEEAC possui para intervir eficientemente nos conflitos internos entre os países membros, como é o caso da crise eleitoral da Costa do Marfim e da guerra civil na RDC. Por essas

⁵¹⁷ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005.

⁵¹⁸ Jornal de Angola edição de 27 de fevereiro de 1999.

⁵¹⁹ CARNEIRO, Emmanuel Moreira. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsaariana: Caracterização e Consequências*. São João do Estoril: Ed. Principia, 2004 pag. 142.

⁵²⁰ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005.

razões, pode-se compreender porque a prioridade da CEEAC está direcionada para a prospecção de recursos externos para investimentos em infraestrutura, sobretudo nos setores de energia e telecomunicações. A CEEAC atua como instrumento capaz de proporcionar aos países um melhor posicionamento internacional, assim como atuar na esfera comercial para abrir caminhos para a formação da área de livre comércio. O processo de integração procura aumentar a competitividade dos produtos da África Central, mediante a integração física dos países e criação de infraestrutura comum nos setores energético, bancário e de transporte. Mais do que a aplicação de um modelo importado que reforça a inserção das economias da África Central no mercado global, a criação de bloco econômico conforma o espaço da CEEAC segundo as necessidades e peculiaridades da região⁵²¹.

Realisticamente, os governos africanos chegaram à conclusão de que os arranjos regionais de base econômica não podiam ter futuro a curto e médio prazo, em decorrência de profundas assimetrias entre os Estados-membros e de problemas estruturais com origem no passado colonial. Assim, os sistemas de integração de base econômica foram acrescidos de novas funções, tais como a criação de um sistema de segurança militar garantidor da paz regional. Na África Central, uma análise atenta dos novos organismos que passaram a integrar a CEEAC mostra claramente a importância prática da criação de setores de segurança na instituição. Entre estes, cabe pôr em evidência o Conselho de Paz e Segurança da África Central (COPAX), o Regulamento Interno da Comissão de Defesa e Segurança (CDS), o Regulamento Interno da Força Multinacional da África Central (FOMAC) e o Regulamento Interno do Mecanismo de Alerta Rápido da África Central (MARAC), entre fatores que permitiram levar a paz à África Central⁵²².

Durante uma das reuniões dos órgãos do Conselho de Paz e Segurança da organização, foi eleita uma comissão com vistas a dar prosseguimento ao programa de treino da Força Multinacional da África Central (FOMAC).

O Exercício “Kwanza 2010” teve como objetivo avaliar o nível operacional da Força Multinacional da África Central (FOMAC), com vistas à preparação dessas tropas (e componente civil) para missões de paz e ações humanitárias na região central africana e em outras partes do mundo, quando solicitadas pelas Nações Unidas e União Africana. O Exercício “Kwanza 2010” foi o mais complexo de todos os exercícios já realizados na África, por integrar as três componentes de uma força de paz, a civil, a militar e a policial. É

⁵²¹ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005.

⁵²² ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola*. São Paulo: África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005 p. 77.

multidimensional, terra, ar, mar e inclui a ação política, diplomática e humanitária. As manobras testaram todos os níveis de execução de uma missão integrada, incluindo aspectos políticos, estratégicos, operativos e táticos, baseados nos processos de decisão da CEEAC. As manobras avaliaram o processo de decisão dos procedimentos operacionais; a geração da força, arquitetura e organização material; sistema de comando e controle de informação; o funcionamento dos postos de comando e a logística operacional.

A sua preparação, de acordo com o CEMG/FAA, General Furtado, teve a duração de 15 meses e foi marcada por diferentes ações, como conferências de planeamento, seminários, reuniões operacionais e estágios técnico-táticos⁵²³. Segundo o general angolano Egídio Sousa e Santos ‘Disciplina’, Secretário-Geral Adjunto da CEEAC, “tratou-se de um exercício multinacional e multidimensional para uma missão integrada, engajando uma componente político-diplomático, de observação e intervenção militar e policial, bem como de ação humanitária”⁵²⁴. O Estado angolano foi elogiado pela excelente organização dos Exercícios militares KWANZA – 2010, pelo presidente do Conselho de Paz da CEEAC, o Tchadiano Kamougue Abdelkader

Os cenários de intervenção de uma força multinacional são definidos pela União Africana. Os mecanismos de intervenção na África Central definidos pela CEEAC, que é quem coordena o mecanismo de intervenção rápida da África Central (MARAC), a Direção das Ações Políticas e Diplomáticas (DAPD). Desses, nenhum atua isoladamente. Os meios preconizados para concretizar os objetivos propostos são definidos no catálogo das Unidades da FOMAC, que é um documento aprovado pelos ministros da Defesa de cada Estado-membro, onde está definida a contribuição em forças e meios.

Desde a conquista da paz em 2002, Angola vem adquirindo o respeito dos Estados africanos e terceiros países⁵²⁵. A sua ação externa tem sido marcada pela defesa de posições equilibradas e pela constância de sua argumentação nos objetivos de desenvolvimento sustentável e na consecução das metas do milênio estabelecidos pelas Nações Unidas. Por outro lado, tem desenvolvido uma política regional e multilateral ativa, assinalada pela abertura comercial a parceiros não-tradicionais como a China, Arábia Saudita, África do Sul,

⁵²³ Jornal de Angola, Edição de 28 de maio de 2010.

⁵²⁴ Jornal de Angola edição de 31 de maio de 2010: 1

⁵²⁵ De 2002 a 2008 Angola assumiu diversas funções importantes em instituições multilaterais como a SADC (presidência 2003-2004); CEEAC; UA; ONU; OPEP (Organização dos Países Exportadores do Petróleo – presidência desde 2009); ZOPACAS e CGG (presidências desde 2007). Esta projeção internacional do país é referenciada no desenvolvimento desta tese.

e por uma constante articulação internacional, como se tem visto no âmbito da CPLP⁵²⁶, CEEAC, SADC, ZOPACAS, UA e ONU.

Os atentados no World Trade Center e no Pentágono influenciaram de maneira positiva na inflexão da política externa de Angola, pois foi possível mostrar ao mundo os efeitos da prolongada guerra civil angolana, levada a cabo pela UNITA, e a necessidade urgente de corrigir seus rumos, cortando os apoios aos grupos rebeldes.

Luanda, a capital do país, tem se tornado um centro de consulta na política africana, onde se disputam estratégias para a paz e estabilidade no continente, mormente nos conflitos dos Grandes Lagos, especialmente na RDC (1998-...), nas crises eleitorais do Zimbábue (2008-2009), da Costa do Marfim (2010-2011) e até as insurreições dos países do Norte, como Egito, Líbia, Tunísia, nos períodos de 2010-2011, copiando até certo ponto a estratégia usada em Angola para acabar com a guerra civil que durou 27 anos. Nas duas organizações sub-regionais em que participa, ao nível da África Austral e Central, Angola é um interlocutor decisivo para a estabilização da paz, por força do seu potencial militar e da sua intervenção nos dois Congos⁵²⁷.

O continente africano permanece como um dos principais eixos da política externa angolana. Angola privilegia a troca de contatos, consultas político-diplomáticas, missões e visitas bilaterais, em todos os níveis, com outros países para partilhar informações e assegurar apoios às posições angolanas ou questões de interesse comum da região e do mundo. Angola dinamiza o funcionamento das Comissões bilaterais através dos mecanismos de acompanhamento de acordos bilaterais ou multilaterais.

Angola tem buscado assumir o papel de mediador na Guiné-Bissau. A tentativa angolana de apaziguar a situação da Guiné Equatorial por fora do âmbito da União Africana também foi importante. Igualmente importante foi a mediação que a diplomacia presidencial angolana buscou exercer na crise entre Angola e a RDC referente ao tratamento dado de um lado imigrações ilegais dos congolese em Angola e a retaliação congolese aplicada aos angolanos legalmente estabelecidos na RDC

Desde o fim da Guerra Civil, em 2002, Angola almeja participar do núcleo dinâmico das relações internacionais e está empenhada em um processo de revisão e atualização de suas

⁵²⁶ Além da CPLP, Os países africanos de Língua Oficial Português (Palops) instituíram seu mecanismo de concertação e consulta política, destinado a dar aos seus membros um instrumento adicional para a coordenação de suas posições em torno de tema da agenda internacional, para promover em conjunto seus interesses comuns e avaliar seu ponto de vista a evolução da conjuntura política e econômica internacional.

⁵²⁷ Retrato dos 30 anos, Angola em primeiro – Jornal Expresso de 05 de novembro de 2005

prioridades. A principal é o desenvolvimento sustentável, em parceria e cooperação com a China, seu maior financiador atualmente.

A política externa de Angola influenciou profundamente o novo regionalismo da África Subsaariana, ao liderar mecanismos de concertação política e diplomática que levaram à paz e à estabilidade nas duas regiões. Baseando a nossa análise na obra *A Política de Poder* de Martin Wigth⁵²⁸, verificou-se que o fato de Angola estar filiada nas duas principais organizações de integração regional da África Central e Austral, respectivamente a CEEAC e a SADC, criou dificuldades para o pleno funcionamento desses organismos, devido à situação de guerra que vivia até 2002. A inserção de Angola na África Central e Austral não traduz nenhuma pretensão de liderança regional, sendo motivada pela defesa dos interesses econômicos de segurança que não podem ser alcançados sem o auxílio dos demais países da região. É preciso reconhecer que Angola é um dos países fortes em ambas as regiões subsaariana (SADC e CEEAC), com um elevado potencial econômico e militar, e que exerce uma grande influência política, pelo que não deve ser ignorada no tratamento dos principais assuntos regionais.

A diplomacia angolana trabalha com uma visão de longo prazo. A aproximação de Angola com o continente africano, usando os mecanismos da concertação diplomática presentes na CEEAC, é um dos mais acertados desdobramentos recentes da política externa angolana. A firme decisão de estreitar laços diplomáticos com os países de menor desenvolvimento, com pouca influência no contexto geopolítico global e baixo peso na balança comercial angolana, é uma decisão estratégica do governo, que compreende que a instabilidade política de uma nação instiga o exacerbamento dos ânimos em toda a região⁵²⁹. As mudanças na política regional dificilmente se operam no curto prazo, visto que os custos políticos não são interessantes para a elite regional. O conflito Angolano foi um fator de instabilidade na África Central e Austral ao longo das últimas três décadas, não apenas pela sua intensidade, mas sobretudo pela dimensão do envolvimento externo. No cenário tumultuado da África Central, caracterizado pela instabilidade militar e social decorrente da ascensão da ditadura do presidente Mobutu e sua posterior deposição, a manutenção de uma situação de desconforto nas fronteiras de Angola teve consequências negativas para o país.

Durante a guerra de libertação pela independência, Mobutu auxiliou diretamente os movimentos da FNLA e UNITA contra o MPLA; após a independência, não havia como

⁵²⁸ WIGTH, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002

⁵²⁹ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005

controlar a passagem de armas para a UNITA. Angola, que necessitava proteger as fronteiras por onde eram introduzidos armamentos destinados a UNITA, passou a ter um papel fundamental na estabilidade da África Central, o que conformou sua atuação na RDC e na Região dos Lagos nos anos 1990. Com a chegada da paz em Angola, as duas regiões da África ficaram livres desse conflito militar, o que proporcionou uma oportunidade para a harmoniosa implementação dos instrumentos jurídicos de cooperação, que servem de base ao processo de integração política e econômica regionais⁵³⁰. O apoio militar levado a cabo por Angola, nos últimos anos, assim como formação dos quadros de segurança acabou por ser reconhecidos pelos EUA, pelo seu interesse na estabilidade da região.

Paulo Visentini sintetiza a realidade vivida em Angola, assim como da África como um todo, com clareza:

“em meio a essa complexa evolução, os africanos vão recuperando seu próprio fazer histórico, cujo principal aspecto consiste na construção do Estado-nacional, fenômeno vivido na Europa nos séculos XVI e XVII, e pelas Américas no século XIX. Assim, muito do que parece ‘disfuncional’ na história africana neste século nada mais é do que a imagem presente de um processo já vivido pelo Ocidente”⁵³¹.

Angola projetou-se regionalmente ao intervir militarmente na RDC, criando condições militares para o término das hostilidades regionais; ao contribuir para o desenvolvimento de um processo político que culminou com a eleição de Joseph Kabila para a presidência da RDC e ao auxiliar na normalização institucional do Congo Brazzaville.

Os avanços na integração da CEEAC aumentam o peso diplomático dos países da África Central. A nova Constituição da República de Angola, aprovada em janeiro de 2010, traz no artigo 12º (Relações Internacionais) os princípios básicos sobre os quais assentam as relações internacionais do Estado angolano⁵³².

Deve-se destacar o parágrafo quarto do mesmo artigo, em que se afirma que “O Estado angolano não permite a instalação de bases militares estrangeiras no seu território, sem prejuízo da participação, no quadro das organizações regionais ou internacionais, em forças de manutenção da paz e em sistemas de cooperação militar e de segurança coletiva.”. Esta questão das bases militares tem estado na ordem do dia, na CEEAC, sobretudo devido à tradicional presença militar francesa na África e suas consequências ambíguas para a soberania africana. Isso favoreceu a estratégia angolana de maiores contatos com outros mercados africanos. A diplomacia angolana incluiu em sua agenda um projeto mais claro de

⁵³⁰ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da SADC e na CEEAC*. São Paulo: Dissertação (Mestrado), FFLCH/USP, 2005.

⁵³¹ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A África e os Estudos Africanos: Uma Introdução*. Revista Ciências e Letras nº 21 e 22/ 1998 p. 10-11.

⁵³² *Constituição da República de Angola*. Luanda: janeiro, 2010 p. 6.

construção de uma liderança articulada à segurança regional, à defesa da democracia, aos processos de integração regional e às perspectivas de desenvolvimento do país. Os exemplos mais relevantes da diplomacia angolana como mediadora em situações de crise foram a proposta de formação do grupo de países da SADC, com vistas a acompanhar os embates entre o governo da RDC, e a oposição na questão da guerra civil, que já vinha se arrastando há anos.

A participação angolana na Força de Paz na RDC também se vincula às iniciativas angolanas de consolidar sua liderança na região e reforçar a cooperação Sul-Sul. Neste caso, Angola liderou uma força de imposição de paz da SADC, com anuência da Organização das Nações Unidas (ONU), composta por tropas de países da região, nomeadamente, a Namíbia e o Zimbábue. A posição angolana de líder de uma força de imposição da paz é uma adaptação aos requisitos da ordem internacional na região, se comparada com o princípio de não-intervenção que historicamente guiou a política exterior do país. À semelhança da afirmação do chanceler brasileiro Celso Amorim, quando se referia à intervenção do Brasil no Haiti, "o Brasil sempre pautou pela não-intervenção nos assuntos internos de outros Estados. (...) o preceito da não-intervenção deve ser visto à luz de outro preceito, baseado na solidariedade: o da não indiferença."⁵³³. Assim, deduz-se que a diplomacia desempenha um papel ativo, com vistas a solução de crises regionais. A SADC e a CEEAC são as experiências de integração mais importantes da política externa angolana e abriram novas etapas em suas formulação e implementação.

Em maio de 2005, o chefe do Estado-maior, General das Forças Armadas Angolanas (FAA) Agostinho Nelumbo "Sanjar" afirmou, no Centro de Instrução de Forças Especiais (Cife), em uma cerimônia de encerramento do 13º curso de comandos⁵³⁴, que Angola está ciente das suas responsabilidades na região e vai continuar a envidar esforços para que este país, no mais curto espaço de tempo, alcance a estabilidade política e militar. Segundo o general, "Angola, através das FAA⁵³⁵, tem vindo a participar, com orgulho, neste grande projeto de edificação das forças da RDC. É um país irmão, com o qual temos uma longa fronteira comum, cerca de 2.600 quilômetros, e um passado comum, cujos laços culturais se confundem". Acrescentou que, para assegurar a estabilidade política em Angola e a RDC,

⁵³³ Citado por OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Elites econômicas e política externa no Brasil contemporâneo*. São Paulo: IEEI/mimeo, 2005, p. 21-22.

⁵³⁴ Participaram do curso de comandos 585 efetivos, maioritariamente do Congo democrático.

⁵³⁵ Forças Armadas Angolanas – FAA

sempre se estará pronto para o cumprimento de missões, no quadro da cooperação existente entre os dois exércitos nacionais⁵³⁶.

A República Democrática do Congo, que só agora encontrou certa paz interna, com o apoio militar decisivo de Angola, busca a sua identidade. No futuro teremos uma África Austral englobando a África Central? Registra-se que a RDC, localizada na África Central é membro da SADC. Vistos os cenários realisticamente, é importante observar as posições da África do Sul, de Angola e da RDC no contexto das duas regiões, sem esquecer a posição dos EUA e até certo ponto da UE, notadamente no caso da França que ainda insiste em uma política de interesses próprios através da francofonia.

A estabilidade política, o aprofundamento do regime democrático, fundado em eleições livres e transparentes, a consolidação do Estado de Direito e políticas de desenvolvimento coerentes e seguras têm assegurado à República de Angola destaque no plano internacional. O país participa regularmente de importantes conferências e seminários internacionais, nos mais variados setores, desde a transferência de tecnologia à concertação política e econômica. .

Uma das principais pautas e estratégias da política externa de Angola é a preservação da paz, fundamentalmente para garantir a tranquilidade de suas próprias fronteiras, depois de amadurecida pela experiência amarga vivida durante a guerra civil, e consciente dos prejuízos que as guerras provocam. A determinação de Angola em definir-se como membro da CEEAC acaba por levar à sua participação em todas as instâncias desta comunidade sub-regional. Angola não fez parte da fundação da organização, mas viu necessária a sua presença, porque faz fronteira com e tem hábitos e costumes semelhantes a vários países membros. As estratégias políticas de Angola coincidem com os argumentos de Morgenthau quando este analisa que

“para as nações conscientes das potencialidades da guerra moderna, a paz tem de ser a meta de suas políticas externas. A política externa tem de ser conduzida de modo a possibilitar a preservação da paz, e não tornar inevitável o deflagrar da guerra. Em uma sociedade de nações livres, a força militar constitui um instrumento necessário da política externa. No entanto, o instrumento da política exterior não deve se tornar o mestre da política exterior. Do mesmo modo em que a guerra é travada para tornar possível a paz, a política externa deve ser exercida no intuito de tornar permanente a paz. Para o desempenho de ambas as tarefas, constitui um pré – requisito indispensável a subordinação dos militares ao comando das autoridades civis que sejam constitucionalmente responsáveis pela conduta das políticas externas”⁵³⁷.

⁵³⁶ General Sanjar garante apoio de Angola à estabilidade política da RDC, in Angop de 27 maio de 2005

⁵³⁷ MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. São Paulo: ed. Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003 p. 1018.

A CEEAC integra Estados estratégicos para a política exterior Angola, tanto do ponto de vista da segurança e quanto das potencialidades econômicas – com especial destaque para a República Democrática do Congo. A integração da CEEAC tem sido referida pelo presidente de Angola e seus homólogos como um empreendimento de natureza política que ultrapassa em muito as aspirações de ganho comercial. Os países que reúnem melhores condições econômicas na região demonstram certa liderança, como é o caso de Angola e da Nigéria, no sentido de serem capazes de enfrentar os problemas econômicos e de agir até com um grau adequado de generosidade nesse processo de integração. Naturalmente, a contrapartida dessa atitude de abertura, em que o político deve predominar sobre o meramente técnico ou burocrático, é uma postura associativa dos membros da CEEAC nas negociações globais, porque obviamente há um peso maior do bloco quando se fala em conjunto.

No campo das negociações internacionais, registra-se certa tendência por parte de Angola em procurar desenvolver relações com associações regionais. Do ponto de vista interno quanto do externo, vive-se um momento de claro reforço da CEEAC, que terá desdobramentos positivos para os objetivos da política externa de Angola. No âmbito da Comunidade Econômica dos Estados da África Central, as forças armadas angolanas participaram no exercício Barh-El-Gazel, no Tchad, em 2005, no âmbito das operações de Paz da Comunidade, tendo obtido várias condecorações pelos feitos e engajamentos. Barh-El-Gazel foi concebido, preparado e representado por um Estado-maior integrando onze países africanos⁵³⁸, com uma companhia de mais de 100 homens que constituem a brigada ligeira de mais de 1500 homens.

Embora Angola tenha participado ativamente na busca de paz na vizinha República Democrática do Congo, os meios de comunicações e a sociedade angolana percebem que as fronteiras entre os dois países são vulneráveis e que há crises esporádicas na política bilateral de boa vizinhança. Conquistada a paz na RDC, no segundo semestre de 2009, o governo daquele país incentivou a expulsão e saque contra cidadãos angolanos estabelecidos há mais de 20 anos, justificando esses atos como retaliações às repatriações dos congolezes ilegais que sempre entraram em Angola, principalmente na região diamantífera das Lundas. As fronteiras entre Angola e RDC são instáveis e vulneráveis. O ministro dos hidrocarbonetos da RDC prometeu substanciais mudanças de orientação política em relação às fronteiras com Angola, ao afirmar que “inevitavelmente as fronteiras vão ser revistas”. Para evitar o agudizar da crise na fronteira, Angola e RDC criaram uma comissão mista bilateral composta de especialistas

⁵³⁸ Gabão, Camarões, República Centro Africana, Burundi, República Democrática do Congo, Guiné Equatorial, Congo, Angola, São Tome, Tchad e Togo

de várias áreas, que tem a obrigação de manter encontros regulares para discutir e encontrar soluções que satisfaçam os dois países. O funcionamento da referida comissão tem sido importante na manutenção do clima cordial entre os dois povos⁵³⁹.

A integração regional tem importante valor econômico porque elimina entraves, amplia escalas, fortalece cadeias produtivas, intensifica os investimentos e estabiliza relações, entre outros motivos. Mas, acima de tudo, a integração tem um valor político porque conduz à paz, fortalecendo a tal ponto os laços entre os países que acaba por suprimir a possibilidade de guerra, embora tensões e conflitos não deixem de existir. Este valor político cresce quando a integração se dá entre países em desenvolvimento, com interdependência econômica diversificada, ao assegurar decisões conjuntas e moderadas. O valor político da integração também está no campo multilateral e global. A integração estende o poder de barganha internacional da região, dando ao bloco maior respeito e credibilidade perante seus interlocutores. Em geral, o regionalismo ensina aos países a se relacionarem por vias diplomáticas e multilaterais, a partir da cooperação e da busca de soluções coordenadas para as controvérsias. Um membro de um grupo de países bem integrado respeita mais a diversidade e o direito internacional. Angola presta atenção à defesa e à segurança das fronteiras comuns, para garantir a sua própria estabilidade interna, bem como assegurar a reciprocidade, particularmente com os países limítrofes, na circulação de pessoas e bens, a fim de permitir um afluxo de turistas e de investidores que contribuam para estabilidade político-militar em todo o território nacional.

Angola continua a melhorar as suas relações político-diplomáticas com os países dos Grandes Lagos, com vistas a ajudar a criar um clima de confiança na região que leve ao estabelecimento de uma paz e segurança duradoura, mormente na RDC. Assim, Angola promove negociações com o fito de definir os limites das fronteiras marítimas e da extensão da plataforma continental ao norte, e celebrar os respectivos tratados de delimitação correspondentes⁵⁴⁰.

Devido aos confrontos entre o Exército da RDC e as tropas leais ao general dissidente Laurent Nkunda, do Ruanda, da etnia tutsi, o ministro angolano das Relações Exteriores, João Miranda, durante uma reunião extraordinária da troika do Órgão Político e de Cooperação de Defesa e Segurança da SADC, apelou pelas ações da SADC para que a República Democrática do Congo conhecesse a estabilidade e o governo pudesse consagrar as tarefas de

⁵³⁹ RDC alterou as fronteiras com prejuízo para Angola – In Jornal de Angola edição de 17 de dezembro de 2009 pag. 3.

⁵⁴⁰ HODGES, Tony. *Angola: do Afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Caiscais: Principia, 2002.

reconstrução e aprofundar o processo de harmonização nacional em curso”⁵⁴¹. A consolidação da estabilidade regional e o estreitamento dos laços de amizade e boa vizinhança entre Angola e a República Democrática do Congo é pauta frequente nas conversações entre governantes dos dois países, que se têm vindo a intensificar-se, como aconteceu com a visita à capital angolana do primeiro-ministro congolês, Adolphe Muzito⁵⁴². Segundo o ministro angolano da Defesa, Kundi Paihama, o governo angolano e a República Democrática do Congo desenvolvem intercâmbios comerciais mutuamente vantajosos, através de parcerias em vários domínios, reduzindo assim os efeitos nefastos da crise financeira mundial na economia dos dois países⁵⁴³. Nas reuniões também foram abordados assuntos relacionados à regularização dos marcos da fronteira, com o melhoramento do controle dos postos de passagem e a cooperação entre polícias nas diversas áreas.

O ministro angolano da Defesa, Kundy Payama, durante a visita do seu homólogo da República Democrática do Congo, afirmou que o apoio de Angola a RDC constitui um compromisso moral e político. A posição de Angola fundamenta-se nos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas e do Ato Constitutivo da União Africana, que não permitem a nenhum Estado-membro, que a pretexto do exercício do direito de defesa nacional, provoque a instabilidade militar em qualquer outro Estado, seja pela via da agressão direta seja pelo apoio à rebelião armada⁵⁴⁴.

A RDC (República Democrática do Congo) reconheceu, através do seu embaixador em Luanda, Eric Paluku Kamavu, o empenho das autoridades angolanas na pacificação da RDC. Mas a RDC é caracterizada ainda por instabilidade, resultante da difícil crise político-militar. Os esforços diplomáticos das autoridades angolanas permitiram a transição pacífica e sem sobressaltos até a realização de eleições⁵⁴⁵. Por outro lado, o ministro da Defesa e dos Antigos Combatentes da RDC, Chikez Diemie, agradeceu o apoio prestado por Angola no decorrer do processo democrático do seu país, que levou a realização de eleições. Em suas palavras, “em nome do meu país é meu dever agradecer ainda a República de Angola, através do seu ministro das Relações Exteriores, João Bernardo de Miranda, pela posição tomada pela

⁵⁴¹ SADC deve apoiar solução para saída da crise na RDC, in Jornal de Angola de 24 outubro 2007; Situação na RDC e Zimbabwe dominam reunião do Comité Interestatal de Defesa e Segurança da SADC, in Jorna de Angola de 04 de junho de 2008.

⁵⁴² Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil 4/06/2009

⁵⁴³ Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil 4/06/2009

⁵⁴⁴ Governo condena uso da força para resolução da crise na RDC, in Angop Angola Press de 07 novembro 2008

⁵⁴⁵ Diplomata reconhece apoio angolano à difícil situação na RDC, in Angop Angola Press de 07 de abril de 2006

troika da SADC e União Africana, que condenaram os rebeldes e advogaram a necessidade da RDC terminar o processo de integração das suas Forças Armadas”⁵⁴⁶.

Já em relação à província angolana de Cabinda, a Frente de Libertação de Cabinda (FLEC) mantém certo nível de tensão na província, mas de menor impacto. Por exemplo, durante a realização do Torneio da Taça das Nações Africanas em Angola (CAN 2010), em janeiro de 2010, indivíduos provenientes do Congo Brazzaville, identificados com a FLEC, atacaram a seleção do Togo em terras angolanas, que vinha por via rodoviária participar da competição⁵⁴⁷. Os pronunciamentos da FLEC, assumindo a autoria do atentado, deram-se através de seu dirigente, instalado em Paris. Após a independência, justamente, na região de Cabinda foram mantidos os condomínios capitalistas ligados à indústria de exploração do petróleo, como a Cabinda Gulf Oil Company. Parece que os líderes da FLEC não têm como intenção a conquista do poder em Cabinda, muito menos em Angola. Na província de Cabinda, além do Acordo de Simulambuco⁵⁴⁸ (1882), o colonizador português fez questão de delimitar as fronteiras de Angola nos termos que foram negociadas com as demais potências imperialistas, a fim de garantir a paz e estabilidade regional e mundial.

No contexto do continente africano, seguindo o modelo dos países do continente americano, a Carta da Organização da Unidade Africana (OUA) seguiu o chamado princípio da intangibilidade das fronteiras (*uti possidetis juris*), previsto na alínea VII do preâmbulo da Carta e na alínea I artigo II (defesa da soberania e integridade territorial) e na alínea III artigo III (respeito da soberania territorial de cada Estado e do direito inalienável a uma existência independente).

As relações da Comunidade Econômica dos Estados da África Central com os Estados Unidos e os países da União Européia são extremamente positivas, uma vez que as nações centrais entendem a CEEAC como instituição promotora da paz e da estabilidade no turbulento continente europeu. Em 23 de setembro de 2009, a presidência dos EUA autorizou a venda de armas e equipamentos militar para os governos da CEEAC e dos países elegíveis sob a carta da política externa dos EUA, de acordo com o *Arms Export Control Act*⁵⁴⁹. Esse ato é um sinal evidente de que a política de integração regional e de segurança na África

⁵⁴⁶ As FDLR são formadas por antigos membros do Exército e das milícias hutus, do Ruanda, responsáveis pelo genocídio da minoria tutsi do país, em 1994, e que depois dos massacres, fugiram para o Leste da RD Congo, onde ainda permanecem. Ver, Situação militar na região leste da RD Congo considerada calma, in Angop Angola Press de 07 de novembro de 2007

⁵⁴⁷ Seleção do Togo abandona CAN2010 depois de ataque da FLEC, disponível no site: http://tsf.sapo.pt/PaginaInicial/Desporto/Interior.aspx?content_id=1465834

⁵⁴⁸ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971 p. 6.

⁵⁴⁹ Deliberação Presidencial 2009-26 e publicada no Registo Vol nº 74 Act Federal, nº 183 (Presidential Documents 48363, Washington DC, 2009).

Central cobre também os interesses dos EUA e do mundo ocidental na região. Registre-se que os EUA e a França deram o beneplácito às ações angolanas de garantia da ordem na RDC e dos interesses petrolíferos da França no Gabão. O apoio dos Estados Unidos e União Europeia ao aprimoramento das Forças Armadas angolanas, no papel de garantidor da segurança e da ordem pública na região, indica a confiança internacional na política externa de Angola⁵⁵⁰.

A maneira cautelosa com que se resolveu o conflito angolano conferiu ao país o *status* de autoridade em questões de segurança e paz nas regiões austral e central da África. O responsável pelo departamento de Europa do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Osvaldo Varela, afirmou à imprensa que a visita do ministro italiano das Relações Exteriores, Franco Frattini a Angola em 8 e 9 de fevereiro de 2009, teve como objetivo estudar a estratégia angolana de resolução do conflito armado e desenvolvimento da economia ao nível africano⁵⁵¹. Igualmente, a posição que Angola assumiu, enquanto presidente do órgão de Política, Defesa e Segurança da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), na busca de soluções para os conflitos na RDC, no Zimbábue e outras situações projetaram ainda mais sua imagem na comunidade internacional. Além desses resultados positivos, os altos índices de crescimento econômico de Angola suscitam a curiosidade e o respeito dos demais países pois, em meio à crise financeira internacional, a economia de Angola se mantém estável e em crescimento.

Sem dúvidas, tudo isso faz aumentar o respeito pelo governo angolano. Com isso, o ministro italiano das Relações Exteriores pretendia compreender melhor a realidade do continente africano para poder, ao nível do G8, influenciar esta instituição na busca de soluções duráveis para os diferentes conflitos que África atravessa. Em consulta, que fora de caráter informativo, Angola apresentou a Itália os seus pontos de vista sobre o modo como achava que ela poderia desempenhar o seu papel enquanto presidente do G8, na busca de soluções duráveis para as situações que preocupam o continente⁵⁵². Angola também pediu ao G8 uma política comercial justa para as matérias-primas africanas e que estes deixem de subsidiar a produção agrícola.

É nesse quadro de amplo reconhecimento internacional que o presidente da República, José Eduardo dos Santos, recebeu o convite formal para participar, como convidado, da

⁵⁵⁰ Intervenção de Angola no Congo é inevitável. Luanda: Agência Lusa, 5/11/ 2008.

⁵⁵¹ VARELA, Osvaldo. *Experiência angolana poderá ajudar a presidência do G8*. In Angop Press, edição de 23 de janeiro de 2009.

⁵⁵² VARELA, Osvaldo. *Experiência angolana poderá ajudar a presidência do G8*. In Angop Press, edição de 23 de janeiro de 2009.

cúpula do G8⁵⁵³, de 8 a 10 de julho de 2009, na Itália. No continente africano com 53 Estados, foram igualmente convidados a participar da cúpula o Egito, África do Sul, Senegal e o Ghana. Segundo o enviado especial do governo italiano, anfitrião da reunião, após ter entregue ao presidente angolano o convite formal afirmou “é um convite especial, (...) dado que os problemas da África estarão, igualmente no centro das discussões desta cúpula do G8”⁵⁵⁴. Tendo em conta o contexto atual do país no continente africano, acredita-se que Angola seja vista pela comunidade internacional como uma interlocutora necessária.

3.3 COMUNIDADE DE DESENVOLVIMENTO DA ÁFRICA AUSTRAL – SADC

A SADC tem origem na iniciativa dos “Países da Linha da Frente”⁵⁵⁵, constituída em 1975, com objetivos quase que exclusivamente políticos e militares: libertar a região austral de regimes minoritários, emancipar os Estados da situação colonial, isolar internacionalmente o regime do *apartheid* e evitar possíveis alianças da África do Sul com alguns países da região⁵⁵⁶. Posteriormente, em 1980, em Lusaka, nasce a SADCC⁵⁵⁷ (Southern African Development Coordination Conference), que anunciava como objetivos principais evitar a hegemonia econômica sul-africana ainda no período *apartheid*, a dependência política e/ou econômica de alguns países em relação a Pretória e o isolamento internacional da África do Sul⁵⁵⁸. Na década de 1990, o fim da Guerra Fria levou à reorientação da geopolítica e a geoestratégia dos Estados. No continente africano, em particular na região austral, o encerramento da disputa bipolar produziu efeitos positivos, ao favorecer a democratização dos regimes políticos e a liberalização das economias. Igualmente, a região austral alcançou certa paz com o fim das intervenções da África do Sul nos países vizinhos, principalmente em Angola e Moçambique, a independência da Namíbia e a redução da importância do regime do *apartheid* da África do Sul no cenário internacional – principal marco do fim da Guerra Fria na África Austral,⁵⁵⁹.

⁵⁵³ Grupo dos países mais industrializados, integrado por Estados Unidos da América, Japão, Alemanha, Reino Unido, França, Itália, Canadá e a Rússia.

⁵⁵⁴ Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil 18/06/2009

⁵⁵⁵ Constituíam países de de linha de frente Angola, Botswana, Moçambique, Tanzânia e Zâmbia.

⁵⁵⁶ <http://www.sardc.net/>

⁵⁵⁷ SADCC (Southern African Development Coordination Conference), era constituída por Angola, Botswana, Lesotho, Malawi, Moçambique, Suazilândia, República Unida da Tanzânia, Zâmbia e Zimbábue.

⁵⁵⁸ CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. *O Processo de Democratização em Angola e Moçambique: Um Estudo Comparativo*. Brasília, UNB, 2002 p. 28.

⁵⁵⁹ BERTELSMANN-SCOTT, Talitha and DRAPER, Peter. *Regional Integration and Economic Partnership Agreements: Southern Africa at the Crossroads*. Johannesburg, South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, 2006.

Angola, desde a independência até o fim dos anos 90, estava cercado por vizinhos que se opunham ao seu regime, sendo as suas fronteiras transformadas em portas de entrada aos mercenários e ao abastecimento logístico aos rebeldes para desestabilizar o país. Os Acordos de Nova Iorque, em dezembro de 1988, permitiram a cessação das hostilidades militares entre Angola e a África do Sul; a retirada das forças sul-africanas que ocupavam o sul de Angola desde 1982; a descolonização da Namíbia em 1990 e a retirada das tropas cubanas de Angola em 1991. Os Acordos de Nova Iorque ainda modificaram positivamente a situação político-militar em Angola e na África Austral. Esse cenário mudou a partir da derrubada de Mobuto na RDC e o fim do *apartheid* na África do Sul, simbolizado pelas eleições gerais multirraciais em 1994. Atualmente, a República Democrática do Congo e a África do Sul são importantes parceiros nos blocos regionais que Angola faz parte.

O regime do *apartheid* percebeu sua insustentabilidade e enveredou por um processo de abertura política e de democratização. A libertação do mais famoso preso político, Nelson Mandela, depois de 27 anos de cadeia, simboliza o fim do regime do *apartheid* e o início do processo democrático na África do Sul. As eleições realizadas no fim de 1993 deram uma vitória esmagadora ao ANC, tornando Nelson Mandela presidente do país.

Em 1992 a SADCC transforma-se em SADC em Windhoek/Namíbia. A partir de então, integraram-se os países restantes até completar os atuais 14 membros que a compõe⁵⁶⁰. O objetivo da SADC é a constituição de uma região economicamente integrada, culminando, em uma união monetária em 2015 e a introdução de uma moeda única em 2016. Para a concretização das metas do bloco, faz-se necessário manter a paz, a estabilidade e a segurança na região e aprofundar a democratização dos países membros⁵⁶¹.

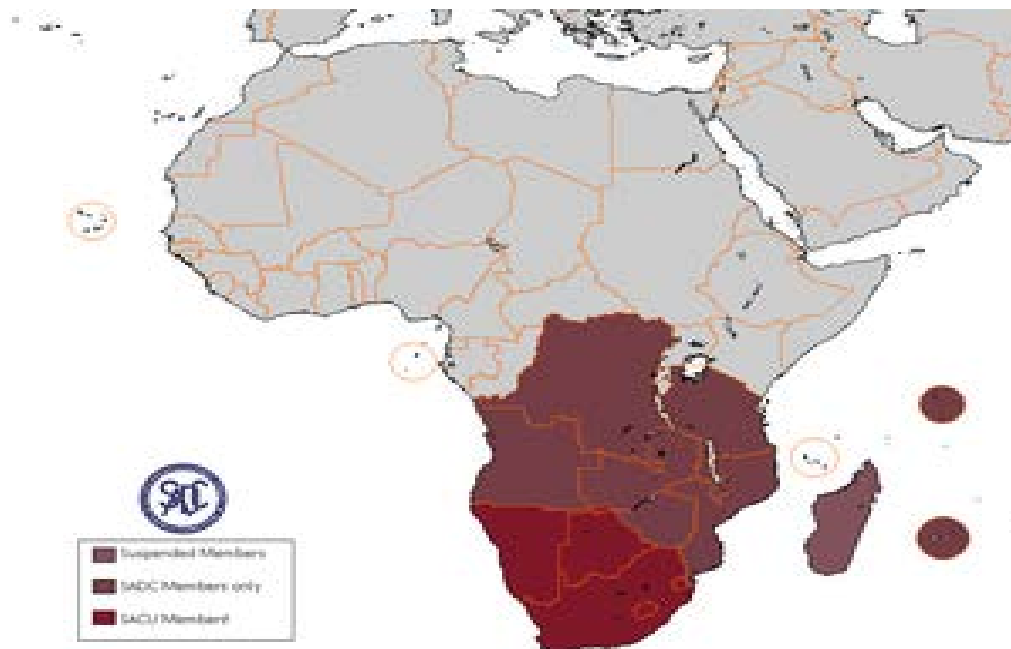
O fim do *apartheid* reestruturou as relações na África Austral, permitindo a adesão da África do Sul na SADC, na ZOPACAS e a participação ativa do país na defesa política do continente africano. Como maior potência econômica do continente, a ambição de liderar a SADC (Comunidade de Desenvolvimento dos Países da África Austral) e de se afirmar como porta-voz do continente ficaram evidentes com a eleição de Nelson Mandela, em 1994, como presidente da África do Sul⁵⁶². A SADC tem sido repensada para além dos discursos políticos e das expectativas da constituição da organização política e monetária regional, onde os

⁵⁶⁰ A SADC é constituída pelos nove países que eram da SADCC mais Madagáscar, Ilhas Maurício, Namíbia, República da África do Sul e República Democrática do Congo)

⁵⁶¹ <http://www.sardc.net/>

⁵⁶² BERTELSMANN-SCOTT, Talitha and DRAPER, Peter. *Regional Integration and Economic Partnership Agreements: Southern Africa at the Crossroads* Johannesburg: South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, 2006.

participantes procuram adotar mecanismos de aferição dos resultados da aplicação das tarefas distribuídas. Na visão do público, os vícios do período unipartidário que avançam em níveis endêmicos em quase todos os países-membros, sendo este um empecilho ao processo de desenvolvimento sustentável na região.



SADC Comunidade de Desenvolvimento da África Austral ou Southern African Development Community

Fonte: Google maps

Mapa 3.



SACU – Southern Africa Customs Union

Fonte: Google maps

Mapa 4.

Dentro do espaço geográfico da SADC existe a SACU⁵⁶³ (*Southern Africa Customs Union*), constituída em 1910, na qual o Rand⁵⁶⁴ circula, na prática, como segunda moeda, mantendo a paridade cambial com as demais divisas nacionais. A SACU foi criada tendo em vista a integração dos vizinhos tradicionais da África do Sul, mormente Botsuana, Tanzânia, e Zâmbia. Daí que a união alfandegária beneficie principalmente a África do Sul, mas não interesse tanto a Angola. Consta-se, portanto, que já existe um bloco econômico sub-regional consolidado, com mercado unificado, moeda comum e economias integradas, com predominância da África do Sul. Enfatiza-se ainda que todos os países da SADC pertencem a mais de uma organização regional africana, o que traz dificuldades ao aprofundamento da integração, considerando que, se funcionassem realmente como regiões econômicas, possuiriam provavelmente diferentes políticas econômicas. Com isso, há maiores possibilidades de conflitos sobre o posicionamento de cada país quanto às harmonizações macroeconômicas, legislativas, de mercados, às concertações políticas e de segurança e estabilidade para assuntos internos e externos, e outras de nível supranacional.

Da evolução da SADC, chega-se a alguns aspectos importantes na política externa de Angola que fazem com que o país apresente fundadas preocupações geoestratégicas em sua fronteira norte, que ultrapassam os limites da SADC. Essa discussão foi desenvolvida no tópico referente à Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC). A origem da SADC possui motivações de natureza política, militar e de segurança que permanecem considerando as instabilidades em Madagascar, Congo e Zimbábue e em algumas circunstâncias com relações nos conflitos dos Grandes Lagos.

A composição da SADC faz com que ela possua grandes assimetrias econômicas, debilidades na articulação da infraestrutura regional e enormes diferenças político-sociais. Dentro da SADC, pode-se identificar como sub-região os países da SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Namíbia) e a integração histórica da África do Sul com Moçambique, Zimbábue e, em menor medida, com o Malawi e Zâmbia. Angola possui poucas relações econômicas com esses países e os seus interesses políticos e militares estão voltados para Norte, na CEEAC⁵⁶⁵. Os países membros da SADC, por razões de colonização e de políticas de centralismo depois da independência, possuem estruturas econômicas semelhantes, exceto a África do Sul e em menor grau Botsuana e Namíbia, sendo pouco

⁵⁶³ SACU é constituída pelos países Botswana, Lesoto, Namíbia, África do Sul e Suazilândia

⁵⁶⁴ Referência ao nome do dinheiro sul-africano.

⁵⁶⁵ BERTELSMANN-SCOTT, Talitha and DRAPER, Peter. *Regional Integration and Economic Partnership Agreements: Southern Africa at the Crossroads*. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, 2006.

complementares entre si. Além disso, as economias da SADC continuam bastante vinculadas à Europa, onde as antigas metrópoles oferecem acesso preferencial às exportações agrícolas⁵⁶⁶. Portanto, as possibilidades reais de existirem grandes fluxos de mercadorias, bens e capitais são reduzidas.

A infraestrutura que liga as regiões da SADC é débil e sofreu acentuado processo de deterioração, seja em razão dos conflitos armados como em consequência de políticas internas negligentes, de abandono e falta de manutenção. As mudanças nestes cenários dificilmente se operariam a curto prazo, visto que os custos políticos e econômicos da mudança resultam pouco interessantes para a elite regional. Em termos de infraestrutura, o Caminho de Ferro de Benguela (CBF) está sendo reabilitado e modernizado, de modo que tenha capacidade de transporte anual de 40 milhões de passageiros e 20 milhões de toneladas de mercadorias diversas. Em 2011, as ligações ferroviárias do CBF devem chegar ao Luau, município fronteiriço da província do Moxico, com a Zâmbia. As obras estão sendo executadas por uma construtora chinesa⁵⁶⁷.

A SADC tem sido uma instituição de aprendizado do regionalismo e aproximação dos seus membros. Considerando esses aspectos, é fácil compreender as dificuldades que a SADC possui para intervir eficientemente nos conflitos internos entre os países membros, como é o caso da crise eleitoral do Zimbábue⁵⁶⁸ e na guerra civil na RDC. Por essas razões pode-se compreender que a prioridade da SADC está direcionado em buscar recursos externos para as grandes infraestrutura, sobretudo as de energia, telecomunicações e vias de comunicação. Nestes aspectos, não existe conflito de interesses entre as nações e destas com a SADC. Mas o principal peso histórico reside na constituição política da SADC e a sua transformação em organização econômica.

Depois da crise provocada pela invasão de território angolano por parte da África do Sul desde a independência de Angola até 1988, período do unipartidarismo, a nova era da democratização da África, demonstra o quanto a tese pacificadora da integração é válida também para a África Austral. Países agora membros da UA, ZOPACAS, os dois compõem a

⁵⁶⁶ CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. *O Processo de Democratização em Angola e Moçambique: Um Estudo Comparativo*. Brasília: UNB, 2002

⁵⁶⁷ Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil 28/5/2009

⁵⁶⁸ Em abril de 2008 os países da SADC, entre eles, Angola, Namíbia, África do Sul, Moçambique, em uma demonstração de união em torno da defesa da paz na região recusaram receber os armamentos do navio chinês, carregado com várias toneladas de munições e armas ligeiras, nos seus portos destinados ao governo do presidente Robert Mugabe, do Zimabwe. Mugabe fora acusado de ter perdido as eleições presidenciais que se realizaram no país no mês de março de 2008, mas pretendia manter-se no poder nem que para isso fosse necessário recorrer à força. Para a oposição Zimbabueana, as armas destinavam-se a armar milícias e sendo adequadas para a repressão policial que se esperava, na possibilidade de ocorrerem desenvolvimentos violentos em torno da crise eleitoral.

Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, um bloco com resultado de integração muito baixo ainda e que já vivenciou outros confrontos, como, por exemplo, as guerras entre a África do Sul do regime do *apartheid* contra Moçambique e outras nações da África Austral que durou até os anos 90⁵⁶⁹.

A África do Sul ficou independente da Grã-Bretanha em 1910, mas, ao optar por um regime segregacionista, o país foi alvo de várias sanções pela comunidade internacional, especialmente no seio da Assembleia Geral das Nações Unidas, que, em 1973, aprovou a Convenção para a Supressão e a Punição ao Crime de *Apartheid* e organizou as Conferências Internacionais contra o Racismo, de 1973 e 1983. A extensão do boicote à África do Sul alcançou todos os domínios - político, diplomático, militar, econômico, cultural, esportivo -, levando o país ao isolamento por trás da defesa intransigente de seu regime de *apartheid*, que igualmente, era combatido ao nível interno pelo ANC de Nelson Mandela e outras forças políticas contrárias ao *apartheid*, assim como, também era condenado internacionalmente. Sob a liderança de Frederic De Klerk, o regime segregacionista começou a ser desmontado, nos anos 90, processo que culminou com a eleição de Nelson Mandela, em 1994⁵⁷⁰.

O Tratado de Windock foi assinado em 1992, a partir dos avanços da cooperação entre Angola e África do Sul, desenvolvidos desde 1989. Os acordos de Nova Iorque, que deram fim as intervenções sul-africanas em Angola, foram essenciais para a reaproximação bilateral. Embora a cooperação entre ambos fosse orientada mais para os campos político e de infraestrutura, o Tratado deu mais impulso para a área comercial, em função da coincidência de projetos liberais de abertura entre os governos da região da África Austral. Em relação à inserção externa, o bloco pode contribuir como pólo de atração de comércio e investimentos privados. Em termos da construção de liderança angolana na região, a SADC pode atuar como elemento condicionador das economias de países vizinhos. Na evolução do processo de cooperação, o comércio foi na prática um dos setores onde a integração avançou mais favoravelmente a África do Sul que tem melhores condições infraestruturais. As assimetrias entre as economias dos sócios e as diferenças nas políticas cambiais obstaram uma aproximação maior em termos de coordenação macroeconômica⁵⁷¹.

⁵⁶⁹ CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. *O Processo de Democratização em Angola e Moçambique: Um Estudo Comparativo*. Brasília: UNB, 2002.

⁵⁷⁰ PENHA, Eli Alves. *As Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Rio de Janeiro, Tese de Doutorado na UFRJ/RJ, 1998.

⁵⁷¹ BERTELSMANN-SCOTT, Talitha and DRAPER, Peter. *Regional Integration and Economic Partnership Agreements: Southern Africa at the Crossroads*. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, 2006.

A preservação da autonomia no que tange às decisões internas de política econômica é ainda considerada mais relevante. A SADC, por seu turno, atua como instrumento capaz de proporcionar a Angola um melhor posicionamento regional, assim como atuar na esfera comercial como elemento capaz de abrir caminhos para a formação da área de livre comércio. O processo de integração procura criar condições para aumentar a competitividade dos produtos da região, mediante a integração física dos países, em alguns casos, com a criação de infraestrutura comuns nos setores energético, bancário e de transporte, por exemplo. No entanto, mais do que uma iniciativa que reforça a inserção das economias regionais que, isoladamente, não teriam o mesmo peso, a criação do bloco econômico tem permitido, a longo prazo, atualizar a conformação do espaço regional, segundo as necessidades e peculiaridades de cada país.

Angola e a África do Sul, além de cooperarem nos três ramos das Forças Armadas, Marinha, Força Aérea e Exército, trocam experiências nos domínios de saúde, educação, petróleo, energia, água e telecomunicações. Pela primeira vez, esteve em Angola, em setembro de 2007, o ministro sul-africano da Defesa; na ocasião entregou os mapas e croquis operacionais dos campos de minas terrestres colocados no território angolano, pelas então forças armadas do regime do *Apartheid*⁵⁷².

Por outro lado, Angola e Namíbia acordaram isentar de vistos os passaportes diplomáticos, de serviços e ordinários. Igualmente, os dois países aprovaram um protocolo de cooperação no domínio da Defesa e um acordo sobre abertura oficial dos postos de fronteiras, de entrada/de travessia⁵⁷³. Angola, Namíbia e África Sul estabeleceram, em 2007, um acordo para criar uma Comissão da Corrente de Benguela, para a proteção, conservação e o uso sustentável do seu ecossistema marinho⁵⁷⁴.

O bloco tem assumido um papel cada vez mais importante na política externa angolana, sobretudo em termos comerciais. Em agosto de 2008, entrou em vigor o Protocolo de mercado comum na SADC, que marcou o início da união aduaneira e deu ao bloco uma personalidade jurídica para a negociação de acordos internacionais⁵⁷⁵. A presença de setores não-estatais (agentes econômicos, meio universitário, sindicatos) no processo de integração é nítida. Diversos setores econômicos internos dos países da SADC, incluindo de Angola, foram se engajando no processo de concessões econômicas mútuas, outorgando-lhe maior

⁵⁷² http://www.angonoticias.com/full_headlines.php?id=23165

⁵⁷³ Resoluções nº 2, 3 e 4/2007 Diário da República nº 23 Assembleia Nacional, Luanda, 2007.

⁵⁷⁴ BICA- Boletim Informativo do Governo de Angola, Secretariado do Conselho de Ministros nº 1 Luanda, jan-fev/2007, pag 10).

⁵⁷⁵ Angola solicitou adiamento para aderir ao protocolo, em virtude de estar em processo de reconstrução de sua infraestrutura com o fim da guerra civil desde 2002.

consistência. É importante avaliar de que maneira aqueles setores influenciam as decisões do Estado, com que graus de liberdade agem, à medida que vão caindo as barreiras que separavam os países⁵⁷⁶.

A SADC atua também como canal de cooperação Sul-Sul de caráter inter-regional. No que se refere às relações econômicas externas, o bloco desempenha um papel fundamental nos diálogos com outros grupos de países. Sua atuação coletiva ganhou destaque quando foram negociados diversos acordos com o Mercosul. Para promover as relações econômicas, o Brasil assinou acordos econômicos com diversos países e instituições regionais africanas. Com a África do Sul, foram assinados o Acordo para Evitar a Dupla Tributação (2003), Acordo de Cooperação Aduaneira (2008) e o Memorando de Entendimento Interinstitucional entre o Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio e seu homólogo sul-africano (2009); com a SACU, foi firmado um acordo de preferências comerciais (2009) e, com a Argélia, realizou-se um acordo comercial (2006). Há ainda negociações entre o MERCOSUL e o Egito para firmar acordo de livre-comércio⁵⁷⁷.

No âmbito econômico-comercial, há perspectivas de uma maior aproximação entre o Mercosul e a SADC (Comunidade do Desenvolvimento da África Austral). À margem da reunião da Organização Mundial do Comércio, em Singapura, em dezembro de 1996, representantes dos países membros da SADC e do Mercosul sublinharam o interesse mútuo em fortalecer os laços inter-regionais e aventaram a possibilidade de estabelecer encontros de consultas. A África, embora com grandes problemas sociais, a parte austral é mais rica e mais estável em relação ao resto do continente.

Não é por acaso que os EUA insistem na construção de uma base militar na região sob o pretexto de uma maior mobilidade em caso de calamidades ou na eventualidade de guerras no continente. Nesse processo, Angola é o país da região com o qual a diplomacia norte-americana procura maior aproximação e cooperação. E porque o Brasil deverá se manter passivo às investidas dos EUA na África Subsaariana?

Uma possível presença norte-americana na África Austral com o AFRICOM tenderá a pôr em perigo o espírito do acordo de Tlatelolco⁵⁷⁸. A SADC recusou a pretensão dos Estados Unidos de instalar o seu Centro de Comando em um dos países membros. A decisão tomada

⁵⁷⁶ BERTELSMANN-SCOTT, Talitha and DRAPER, Peter. *Regional Integration and Economic Partnership Agreements: Southern Africa at the Crossroads*. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, 2006.

⁵⁷⁷ Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio- Elaboração Direção África-I, Relatório da Política Externa 2003-2010.

⁵⁷⁸ Tratado do Tlatelolco – Acordo de Segurança sobre Atlântico Sul livre de armas nucleares e presença de forças militares estrangeiras.

por esses países demonstra o sentimento dos líderes daqueles países, perante o retorno das atenções dos EUA para aquela região da África. O interesse de Washington na região tem aumentado, à medida que aumentam os negócios com empresas norte-americanas na região, nomeadamente as relacionadas com o ramo petrolífero. A posição oficial dos países da SADC, no entanto, afirmava a principal razão para negar aos EUA a instalação de uma base de coordenação de forças em território africano era o fato de os norte-americanos estarem afastados da realidade do continente, de tal forma que o centro de comando não faria muito sentido⁵⁷⁹.

Salvaguardando as especificidades de cada país, as economias na região da África Subsaariana são caracterizadas por uma base produtiva muito frágil, exceto nos setores de petróleo e diamantes, em que Angola e Nigéria são dotados de tecnologia moderna que proporciona altos rendimentos. A indústria da extração mineral, entretanto, é altamente vulnerável aos choques externos e internos.

Na última década, a relação Angola–África do Sul tem sido marcada pela dualidade competição–cooperação. Apesar da diversificação dos acordos de ambos os lados, o padrão competição–cooperação subsiste, com maior visibilidade. No entanto, a eleição de Jacob Zuma e a convergência de posições em foros políticos multilaterais permitem antever maior cooperação entre os dois países e entre Angola e países da África Central, no que se refere, por exemplo, ao apoio mútuo na busca de soluções para os conflitos remanescentes nas duas regiões.

Dois eventos esportivos importantes do mundo de futebol, organizados na África Austral, um continental, em Angola (Campeonato Africano das Nações 2010) e outro mundial, na África do Sul (Copa do Mundo FIFA de 2010), foram ambos reciprocamente honrados com presenças dos presidentes de Angola e da África do Sul, o que reforça a proximidade e concertação político–diplomática dos mesmos.

Segundo Mourão, com o fim do *apartheid*,

“a África do Sul, o núcleo duro do sistema regional da África Austral, persegue em termos de sua política externa vetores aparentemente convergentes: os seus interesses próprios e interesses enquanto região, em uma perspectiva de ações bilaterais, regionais e multilaterais, quer no plano vertical (Norte-Sul), quer no plano horizontal – onde começa a registrar um certo interesse (Sul-Sul), face a um mundo flutuante ante ‘polaridades indefinidas’”⁵⁸⁰

⁵⁷⁹ Ver artigo, “Países africanos rejeitam base americana, SADC recusa instalação do AFRICOM” de 31/08/2007 – disponível no site: <http://www.areamilitar.net/noticias/noticias.aspx?NrNot=430>

⁵⁸⁰ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A política Externa Brasileira e Sul-Africana para a África Austral*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Ed.). *South Africa and Brazil: Risk and Opportunities in the Termoil of Globalization*. Brasília: IPRI/CNPQ, 1996 pag. 83.

As várias transformações pelas quais a África do Sul passou, que vão desde o repúdio a um regime racista à adoção da democracia multirracial, se refletiram em sua política externa. A África do Sul revisou a sua inserção internacional, tendo conquistado um capital político com o regresso gradual à comunidade internacional. Foi possível retomar o seu assento nas Nações Unidas e reintegrar-se à Commonwealth, além de ingressar na Organização da Unidade Africana (OUA) e na Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Com a eleição de Nelson Mandela para a presidência da República, a África do Sul redesenhou radicalmente a sua política externa ao não estabelecer as questões de segurança como prioridade, buscando uma inserção internacional sustentada no tripé formado por direitos humanos, desenvolvimento e paz. O campo de ação prioritário da nova diplomacia sul-africana passou a ser seu entorno regional imediato e o continente africano, sem descuidar, no entanto, de uma inserção internacional universalista, apoiada no multilateralismo e na defesa do Direito Internacional. A África do Sul privilegia o multilateralismo por meio do engajamento em organizações internacionais como potência média emergente. Igualmente, o país procura fazer avançar seu interesse fundamental de criar um entorno imediato pacífico, regionalmente seguro e próspero por meio da concertação política e da cooperação econômica, financeira e social com seus vizinhos no âmbito da União Aduaneira da África Austral e da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral.

A SADC é estratégica para Angola, por integrar Estados com vantagens comparativas e competitivas, como a África do Sul e Botsuana, e pelos avanços inquestionáveis no processo de integração econômica. Angola ainda não reuniu condições para aderir à zona livre de comércio da SADC. De acordo com a ministra do Planeamento, Ana Dias Lourenço, as razões se prendem com a inexistência de infraestrutura internas e externas que possibilitem a ligação com a região, bem como o estado de desenvolvimento da economia, paralisada e destruída pela guerra. A ministra respondia as várias preocupações colocadas pelos deputados à Assembleia Nacional, que “a integração pode ser uma ameaça ou uma oportunidade e teremos que analisar a cada um dos momentos e as ações que queremos desenvolver para que possamos entrar na zona de comércio livre e beneficiar deste processo de forma equilibrada e permitir o desenvolvimento da economia de forma competitiva”⁵⁸¹.

A decisão de Angola de adiar a sua adesão ao protocolo de comércio da SADC pode ser analisada em termos de planeamento estratégico da política comercial de Angola, destacando-se os pontos fortes, os pontos fracos, as oportunidades e as ameaças. Os pontos

⁵⁸¹ Informações obtidas no site da Agência Angola Press: <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 20/12/2008.

fortes da adesão ao protocolo são consequência do incremento do comércio intra-regional a custos de transporte comparativamente mais baixos do que os do comércio com o resto do mundo e a contribuição positiva resultante para o desenvolvimento sustentado do país, da região e, por extensão, do continente⁵⁸². Os pontos fracos estão identificados na falta de prontidão técnica do país para se engajar produtivamente em negociações comerciais com os seus parceiros regionais e o estado ainda ruinoso da infraestrutura de transporte terrestre do país no pós-guerra. Em compensação, as oportunidades advêm da possibilidade de harmonizar estratégias regionais de negociação nos fóruns internacionais para obter uma plataforma de apoio mais forte e segura junto a UA, UE e OMC⁵⁸³. Finalmente, as ameaças podem ser encontradas na possibilidade de que quanto mais se adiar a adesão ao Protocolo do Comércio da SADC, mais Angola põe em risco a possibilidade de beneficiar-se da integração regional (e suas vantagens especiais para economias – as derrogações) para corrigir as atuais condições de infraestrutura pós-conflito e a deficiência de seu parque produtivo. A África do Sul está obrigada a maiores concessões aos outros parceiros regionais devido ao seu relativamente mais avançado nível de desenvolvimento econômico, técnico e tecnológico. O mais difícil seria o processo de identificação de nichos de negócios em relação ao resto da economia regional, onde Angola tem muito mais a oferecer do que as atuais aparências possam indicar.

Avaliado o seu potencial, Angola é a segunda maior economia na SADC. Tal como está destacado na Agenda Nacional do Consenso no item IV⁵⁸⁴, Angola deve aproveitar expandir as empresas nas quais tem vantagens competitivas: estimular a expansão da SONANGOL (Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola) na região; fomentar o alargamento da malha aérea coberta pela TAAG (Linhas Aéreas de Angola), voando a mais pontos estratégicos do continente e incentivar os empresários nacionais a buscar oportunidades decorrentes dos vários protocolos da SADC.

Os líderes dos Estados-membros da SADC concluíram a Cúpula de 2005, em Botsuana, com a histórica assinatura do protocolo sobre a livre circulação de pessoas no bloco. A decisão do protocolo baseou-se na premissa de que uma plena participação dos cidadãos no processo de constituição de uma comunidade é somente possível quando os

⁵⁸² Albina Assis - Assessora da Presidência da República de Angola para os assuntos regionais, quando apresentava a sua experiência sobre a Integração Econômica da SADC, na cidade de Houston, EUA e transmitida pela Televisão Pública de Angola - TPA, 09 de outubro de 2007.

⁵⁸³ DRAPER, Peter and KHUMALO, Nkululeko. *Fumo ou Espelhos? Posição Negocial da África sub-Sahariana em Doha*. Agenda de Desenvolvimento através do Prisma de Tratamento Especial e diferencial, 2003 Disponível no: University of the Witwatersrand, Johannesburg Website: <http://www.wits.ac.za>

⁵⁸⁴ Documento “Agenda Nacional do Consenso”, Grupo Parlamentar do MPLA, Luanda, novembro de 2004.

mesmos podem usufruir de livre circulação transfronteiriça⁵⁸⁵. Todos os outros protocolos e declarações assinados até aqui são importantes para a harmonização das políticas nacionais e para providenciar o quadro legal de cooperação e integração regionais, mas o novo protocolo é “o protocolo do povo”. Ele pode ser assim denominado, pois estende diretamente a todos os cidadãos da região os benefícios da SADC, conferindo relevância a todos os outros instrumentos legais. Até ao momento, o protocolo foi assinado pela metade dos 14 estados membros e sujeito a ratificação por dois terços dos mesmos. O período máximo de entrada livre sem o visto é de 90 dias, mas o protocolo prevê que o visitante pode solicitar uma extensão sujeita às leis do Estado-membro⁵⁸⁶.

A abolição dos vistos com a Zâmbia e a Namíbia e o reforço das relações com Moçambique vão no sentido de uma participação mais ativa na SADC. Angola projeta ainda a sua influência além do quadro regional, nomeadamente na África Ocidental. Sem fazer parte do núcleo duro da União Africana, Angola é regularmente consultada sobre as questões que afetam o continente, principalmente em matéria de política de segurança e paz⁵⁸⁷. A região da África Austral atingiu a estabilidade política graças ao fim de conflitos de Angola, amadurecimento da democracia na África do Sul, e na Namíbia, os progressos da democracia em Moçambique e o fim, também da guerra civil na República Democrática do Congo⁵⁸⁸.

No caso específico de Angola, os resultados das eleições de 2008, que deram vitória esmagadora ao MPLA sem criar tensão ou crise entre o partido da situação e a oposição, já demonstram maturidade do processo político. Soma-se a essas conquistas angolanas o exercício da liberdade de expressão da sociedade civil e o respeito aos direitos humanos no país, que avançam a passos firmes e triunfantes. No âmbito regional, o país está decididamente empenhado em levar adiante o projeto de integração consubstanciado na SADC, com as correções que se façam necessárias. Segundo Albina Assis na TPA (Televisão Pública de Angola), em 09 de outubro de 2007, Angola queria atingir estabilidade econômica na região austral. Segundo ela, o país assinou com algumas reservas um protocolo de comércio e trocas comerciais que sustenta a integração econômica dos países da região. “O Protocolo prevê que países como Angola possam pedir uma derrogação, ou seja, um período de tempo sem participar ativamente neste protocolo até que a sua economia atinja uma certa

⁵⁸⁵ MADAKUFAMBA, Munetsi. *Circulação trans-fronteiriça de pessoas*. Disponível no site: <http://www.sardc.net/editorial/sadctoday/portview.asp?vol=242&pubno=v8n4>

⁵⁸⁶ SANTOS, Juliana Soares. *A Integração Regional na África Austral: A SADC na Ótica dos Interesses Sul-Africanos*. São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia na FFLCH/USP, 1999.

⁵⁸⁷ OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. *Prontuário diplomático angolano: Direito diplomático e Prática diplomática*. Luanda: ed Cefolex, G.C – Gráfica de Coimbra, Ltda., 2008.

⁵⁸⁸ CAVALCANTI, Carlos Alberto de Moraes. *O Processo de Democratização em Angola e Moçambique: Um Estudo Comparativo*. Brasília: UNB, 2002

estabilidade”⁵⁸⁹. Segundo ela, o país assinou com algumas reservas um protocolo de comércio e trocas comerciais que sustenta a integração econômica dos países da região e “o Protocolo prevê que países como Angola, possam pedir uma derrogação, ou seja, um período de tempo sem participar ativamente neste protocolo até que a sua economia atinja uma certa estabilidade”⁵⁹⁰.

Angola, R. D. Congo, Maláui e Seicheles ficaram por enquanto de fora da Zona de Livre Comércio da SADC. Mesmo assim, os onze países restantes da África Austral resolveram criar uma Zona de Comércio Livre, que começou a funcionar a 1 de janeiro de 2009, representando um mercado estimado em 250 milhões de pessoas e que vai movimentar 431 bilhões de dólares, quando todos os Estados o integrarem. A decisão de avançar com a Zona de Comércio Livre foi tomada na 28ª Cúpula da SADC, realizada em Johannesburgo, capital econômica da África do Sul, a 16 e 17 de agosto de 2008⁵⁹¹.

A SADC, um mecanismo de integração econômica, financeira, social da África Austral, previu desde a sua constituição mecanismos de segurança. Angola tende a equiparar-se com a África do Sul no contexto da SADC. Temos que acompanhar a evolução política interna e externa da África do Sul: durante o período do presidente Nelson Mandela (1994-1998), as relações com Angola foram excelentes, ao contrário do período N'Tambo M'Beki, em que se registrou um certo esfriamento das relações. Com a eleição de Jacob Zuma (2009) para presidência da África do Sul, espera-se que as relações Angola-África do Sul voltem ao patamar do período Mandela. Aliás, o presidente eleito da África do Sul já visitou Angola, oficialmente, três vezes: uma em agosto de 2009, a segunda nas cerimônias do CAN 2010 e a terceira em maio de 2010, para acertar detalhes do sistema de segurança utilizado com Angola durante o campeonato mundial de futebol, em julho de 2010, na África do Sul. A primeira visita oficial do presidente sul-africano eleito, Jacob Zuma, em 2010, foi feita a Angola, para demonstrar a grande prioridade em reforçar as relações políticas diplomáticas entre ambos os países⁵⁹². Jacob Zuma, fez-se acompanhar de uma comitiva com mais de dez ministros, destacados funcionários do governo, além de um grupo de empresários, considerada a maior

⁵⁸⁹ Albina Assis - Assessora da Presidência da República de Angola para os assuntos regionais, quando apresentava a sua experiência sobre a Integração Econômica da SADC, na cidade de Hoston, EUA e transmitida pela Televisão Pública de Angola - TPA, 09 de outubro de 2007.

⁵⁹⁰ Albina Assis - Assessora da Presidência da República de Angola para os assuntos regionais, quando apresentava a sua experiência sobre a Integração Econômica da SADC, na cidade de Hoston, EUA e transmitida pela Televisão Pública de Angola - TPA, 09 de outubro de 2007.

⁵⁹¹ Criada Zona de Comércio Livre na África Austral – disponível no site: http://www.correiodopatriota.com/index.php?option=com_content&task=view&id=1796&Itemid=276

⁵⁹² Jacob Zuma, é o primeiro chefe de Estado da África do Sul a visitar Angola. Ele considera Angola um parceiro estratégico do seu país. Ver, http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=24819

delegação sul-africana que participa de uma visita de Estado desde 1994. Nas cerimônias oficiais do Campeonato Africano das Nações (CAN 2010), organizada em Angola, o presidente Zuma foi um dos convidados presentes.

Especialistas em relações internacionais consideram que as relações de Angola com a África do Sul têm melhorado substancialmente, apontando alguns fatos que consubstanciam essa análise. Em entrevista, Reginaldo Silva afirmou que a nova presidência sul-africana provavelmente apoiará novos projetos para melhorar o relacionamento entre Angola e África do Sul. Não teriam surgido melhorias até o fim de 2009, com Thabo M'Beki, por existirem alguns obstáculos difíceis de localizar no quadro dos poderes políticos. Hoje, em contrapartida, há uma maior demanda política por cooperação ao nível das duas capitais e Jacob Zuma está à altura desta exigência⁵⁹³. Outro especialista em relações internacionais em Angola, Avelino Miguel, também em entrevista, afirmou que a eleição de Jacob Zuma na chefia do ANC deu um novo impulso às relações políticas e econômicas entre os dois países, devido à aproximação pessoal que existe entre o presidente José Eduardo dos Santos, de Angola e aquele político sul-africano. Acompanhando o cenário que a África do Sul vai viver com esta eleição e que certamente terá uma mudança em termos de filosofia, Zuma e o ANC estão conscientes das responsabilidades que o partido tem na condução dos destinos da África do Sul nesta fase⁵⁹⁴.

Jacob Zuma é tido como uma figura muito próxima ao partido no poder em Angola, tendo mesmo visitado este país a título oficial, enquanto vice-presidente da África do Sul. O presidente Thabo Mbeki nunca efetuou uma visita oficial a Angola. O Chefe de Estado angolano, José Eduardo dos Santos, também não se deslocou a África do Sul em visita de Estado, durante o mandato do presidente Mbeki. A atitude dos dois presidentes resultou no clima azedo que marcou as relações entre os dois países membros da SADC. Na convenção do ANC que elegeu Zuma, o MPLA enviou uma delegação de peso político. De Angola, foram enviados o secretário para as Relações Exteriores do MPLA, Paulo Jorge, e o 1º vice-presidente da Assembleia Nacional, João Lourenço. No passado recente, Angola e o MPLA foram acusados de estarem financiando a campanha de Jacob Zuma para liderança do ANC, fato nunca provado, mas que veio a se somar a outros mal entendidos nas relações entre os dois países, no mandato de N'Tambo M'Beki.

⁵⁹³ Reginaldo Silva – professor de relações internacionais na Universidade Lusíadas em entrevista concedida ao autor em 18 de dezembro de 2009, em Luanda/Angola.

⁵⁹⁴ Entrevista concedida ao autor em 18 de dezembro de 2009, em Luanda/Angola.

Certos autores e mesmo autoridades políticas, influenciados pelo modelo de integração da União Europeia, pretendem que a SADC avance com rapidez a caminho de uma integração, chegando alguns a pretender a criação de mercado comum no curto prazo. Contudo, a realidade econômica, política e social dos países membros não recomenda um processo acelerado. Há que se resolver, antes, problemas decorrentes das assimetrias e outras questões relacionadas ao baixo desenvolvimento econômico e à fragilidade institucional desses países. Acresce-se ainda o fato de que ainda não é consensual, na opinião pública angolana, a opção pela integração econômica com a SADC, em detrimento da CEEAC.

Fruto da evolução da política externa de Angola para a região da África Austral, Angola e Namíbia chegaram a acordos de supressão total dos vistos ordinários, diplomáticos, de serviços e turísticos. Atualmente, os cidadãos dos dois países transitam livres de constrangimento nas fronteiras. No quadro da organização do campeonato mundial de futebol, sediado na África do Sul, o presidente Jacob Zuma visitou oficialmente Angola pela segunda vez, com uma agenda que incluía a troca de experiência na política de segurança, assim como manifestou o interesse da África do Sul de abolir unilateralmente todos os tipos de vistos para todas as classes dos passaportes angolanos⁵⁹⁵.

Uma das características positivas mais marcantes do novo cenário regional na África Subsaariana, em particular na SADC, são os esforços notáveis de ajustamento e modernização que vêm sendo realizados internamente por seus membros, em alguns casos com resultados encorajadores, como é o caso de Moçambique, Angola, África do Sul, Botsuana, Zâmbia, Namíbia. A África Austral apresenta hoje uma das maiores taxas de crescimento do mundo, com Angola a puxar a região, pois a taxa de crescimento em 2006 chegou a 20,5%, em 2007 ficou em 15%, em 2008 caiu para 11,6%, em 2009 despencou para 5% e em 2010 subiu para 9% do PIB⁵⁹⁶. As mudanças internas em Angola e o processo de transformações em curso no sistema internacional somam-se para compor um novo panorama, em que a inserção externa de Angola passa a ser vista mais como uma fonte de oportunidade do que de entraves ao desenvolvimento regional. Os países membros da SADC somam uma população de aproximadamente 220 milhões de pessoas e um PIB estimado de 700 bilhões de dólares, no qual a África do Sul detém sozinha 68%. Este valor, embora não seja muito alto em níveis mundiais, já é bastante significativo no contexto africano. Mais do que iniciativa de cunho econômico, os processos de integração trazem em seu bojo os projetos de aproximação

⁵⁹⁵ Jacob Zuma, é o primeiro chefe de Estado da África do Sul a visitar Angola. Ele considera Angola um parceiro estratégico do seu país. Ver, http://www.angonoticias.com/full_headlines_.php?id=24819

⁵⁹⁶ Anuário Econômico de Angola. Luanda: Toskan, 9ª edição 2010 p. 46-51.

política e mesmo cultural, o que inclusive justifica uma maior barganha política na aproximação a outras organizações regionais africanas e sul-americanas, entre outras⁵⁹⁷.

A SADC é uma comunidade em formação que, embora ainda não produza efeitos tão significativos à semelhança da economia dos membros da União Europeia, é um passo para os Estados da região. Parece haver lentidão em uma série de processos, mas o bloco caminha para uma configuração de maior abrangência, com uma série de projetos já encaminhados que causarão profundas mudanças aos membros. Ainda não se percebeu a importância de custear projetos na área da educação, e por vezes os planos são por demais imediatistas, mas o bloco é um dos mais importante na África. Os países como Angola já se deram conta de que o discurso dos países ricos em favor de livre comércio peca por defender a abertura de mercados dos países pobres sem a necessária contrapartida em seus próprios mercados⁵⁹⁸.

Os países que reúnem melhores condições econômicas na região demonstram certa liderança, como é o caso de Angola e da África do Sul, no sentido de serem capazes de enfrentar os problemas econômicos e de agir até com um grau adequado de generosidade nesse processo de integração. Naturalmente, a contrapartida dessa atitude de abertura, em que o político deve predominar sobre o meramente técnico ou burocrático, é uma postura associativa dos membros da SADC nas negociações globais, porque obviamente há um peso maior do bloco quando se fala em conjunto.⁵⁹⁹

Tanto do ponto de vista interno quanto do externo, vive-se um momento de claro reforço da SADC, que tem tido desdobramentos positivos para os objetivos da política externa de Angola. Em 2006, a SADC realizou uma conferência sobre pobreza e desenvolvimento em Port Louis, Ilhas Maurício, que debateu a agenda de integração regional. Todos os chefes de Estado da SADC participaram dessa conferência, se comprometendo a definir políticas nacionais em conformidade com a política regional de luta contra a pobreza. Recomendou-se também que as decisões abram caminho para novas parcerias globais e que permitam alcançar os objetivos do milênio na SADC. Em agosto de 2007, em Lusaka, Angola participou ativamente da criação da Brigada em Estado de Alerta⁶⁰⁰ da SADC, apresentada na 27ª

⁵⁹⁷ Balanço da Execução do Programa Geral do Governo de 2008-2009. Luanda: Ministério do Plano da República de Angola, maio de 2009 p. 2-16.

⁵⁹⁸ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000

⁵⁹⁹ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolado: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁶⁰⁰ A Brigada é composta de efetivos oriundos das forças armadas e das polícias Nacionais dos países membros da SADC, exceto as Ilhas Maurício, Madagáscar, por estes não possuem exército mas apenas forças policiais.

Cúpula da SADC, ocasião em que Angola assumiu a presidência do órgão responsável pela política de defesa e segurança do bloco.

As obrigações e o funcionamento da Brigada em Estado de Alerta são examinadas, autorizadas e aprovadas pelo conselho da paz e segurança, sob recomendação da comissão da SADC⁶⁰¹. Os militares da brigada podem ser realocados quando solicitados para missões de paz das Nações Unidas e da União Africana. Os padrões comuns de treinamento são desenvolvidos pelo RPTC (Centro Regional de Formação e Manutenção da Paz) para serem compatíveis com os critérios aplicados pela União Africana e as Nações Unidas. Os efetivos ficam lotados nos seus respectivos países, movimentando-se apenas no caso de serem solicitados para uma eventual missão de paz. A operação de estabelecimento de paz na RDC, por exemplo, foi muito bem-sucedida.

Logo depois do fim do conflito interno na RDC, Angola alimentava expectativas acerca das relações com o país vizinho. Esperava-se que a longa história de relações amistosas desde a luta pela libertação colonial e a participação na guerra ao lado das forças aliadas da SADC seriam credenciais suficientes para que a RDC atribuísse um *status* especial às relações com Angola. A visão de Kinshasa acerca da política regional havia, no entanto, se alterado substancialmente, subordinando-a à construção de uma ordem interna onde a reconstrução das fronteiras com Angola tinha precedência sobre quaisquer considerações acerca da diplomacia regional de paz e estabilidade⁶⁰². As autoridades da RDC fizeram a delimitação unilateral de fronteiras, sem prévio aviso às autoridades angolanas. O embaixador de Angola em Kinshasa, Emílio José de Carvalho Guerra, reprovou tal atitude, assim como o alegado princípio da reciprocidade usado para expulsar os mais de 50 mil angolanos do território da RDC. A delimitação de fronteiras terrestres entre os dois países na região de Bandundu, fronteira com a província angolana da Lunda-Norte, foi o primeiro sinal da crise. O episódio levou a Kinshasa, em junho de 2008, uma importante delegação integrada pelo ministro das Relações Exteriores, João Miranda, o chefe dos serviços de Inteligência Militar, o comandante geral da Polícia e o comandante da Polícia de Proteção de Fronteiras.

No entender de Jervis, os fenômenos internacionais apresentam condicionantes sistêmicos, como a configuração da distribuição do poder ou o nível de institucionalização das organizações internacionais, que efetivamente influenciam o progresso dos acontecimentos.

⁶⁰¹ Jornal de Angola, edição de 16 de agosto de 2007.

⁶⁰² Situação na RDC preocupa Angola e Tanzânia, in Jornal de Angola de 23 agosto 2006; Ministro da Defesa apela ao contributo para estabilização da RDC, in Angop Angola Press 23 de novembro de 2007; presidente da RDC considera funcionamento do CFB um contributo para integração regional, in Angop Angola Press de 31 de julho de 2007.

Ele argumenta que o desencadeamento de crises, bem como o seu manejo, depende de crenças e percepções dos atores sobre objetivos, valores e riscos. Ideologias, interesses econômicos ou disposição para correr riscos não afetam de maneira uniforme todas as sociedades e, assim, cada uma reage de forma diferente aos estímulos dos fatos e do meio. Essas percepções vão constituir a base sobre a qual serão construídas as imagens acerca do meio internacional e de cada um dos atores com os quais se tem de interagir. Dessa forma, há um processo inevitável de formação de imagens díspares acerca dos fenômenos internacionais. Cada ator tende a avaliar de forma diferente o significado de uma disputa comercial ou territorial, de um pacto de cooperação ou de um conflito armado real ou potencial⁶⁰³.

Assim, remarcar as fronteiras e expulsar os angolanos é a forma material de manifestar as inquietações e angústias da RDC em relação a Angola, que se tornou um referencial negativo para a política externa daquele país. Na verdade, as relações com qualquer potência regional são sempre problemáticas. De um lado podem representar oportunidades de vantagens e ganhos para as nações mais fracas, mas, por outro lado, os atores mais poderosos podem empurrar o custo de suas próprias dificuldades para os vizinhos e para aqueles com os quais mantenham relações mais estreitas.

Os principais problemas que existem entre Angola e a RDC são as questões do repatriamento dos cidadãos e da delimitação das fronteiras marítima e terrestre. Existe uma comissão específica para discutir a questão da delimitação. No caso da fronteira terrestre, essa comissão tem trabalhado na reposição dos marcos anteriores. Já na questão marítima, o caso é mais complexo, pois exige técnicos especializados para averiguar com precisão a linha divisória entre os respectivos territórios. A delimitação das fronteiras marítimas está sendo tratada por uma comissão específica, tal como a plataforma continental⁶⁰⁴.

Segundo o Ministro Angolano da Defesa, Kundi Payhana, um grande distúrbio na RDC pode trazer graves consequências a Angola, por isso os dois países devem continuar trabalhando juntos a fim de se atingir o objetivo mais almejado, a paz. A posição geográfica de Angola no continente africano e a tendência a tornar-se uma potência regional estimula a cooperação técnico-militar com outros Estados⁶⁰⁵. As autoridades de Angola e da República Democrática do Congo voltaram a sentar-se à mesa de negociações, em 17 de dezembro de 2009, para superar a crise que se criou com o repatriamento de cidadãos dos dois países e a

⁶⁰³ JERVIS, Robert. *Perception and Misperception in International Politics*. Princeton: Princeton University Press, 1976

⁶⁰⁴ Convenção das Nações Unidas Sobre o Direito do Mar. Lisboa: DHN Diretoria de Hidrografia e Navegação do Ministério da Marinha, 1995 313p.

⁶⁰⁵ Revista Militar das Forças Armadas de Angola. Luanda: Defender, 2007: 27

delimitação das fronteiras marítima e terrestre⁶⁰⁶. Angola apoia todas as ações que conduzam à implementação dos Acordos de Paz na República Democrática do Congo, por constituir um país instável e susceptível de criar sérios problemas de segurança ao longo da imensa fronteira comum.

Reconhece-se que Angola mantém uma cooperação bilateral privilegiada com alguns países da SADC, mas isto não acarreta prejuízo às boas relações com os demais países da região. Considerando a importância da paz e estabilidade dos países vizinhos para a sua própria segurança, o Estado angolano mantém concertações permanentes com as referidas nações, visando a adoção de medidas conjuntas que se repute necessárias à preservação do clima de paz e estabilidade nas zonas fronteiriças e nos respectivos territórios.

A nível da diplomacia, Angola conseguiu acompanhar as investidas da África do Sul *post-apartheid*, que utilizou o prestígio de Mandela para se afirmar na cena internacional. Angola influenciou a África do Sul a voltar suas estratégias para o multilateralismo, fato que marcou os mandatos de Thabo Mbeki desde 1999, apesar das relações frias para com Angola. Mbeki procurou soluções multilaterais para a resolução dos conflitos no continente, mas fracassou como mediador da crise da Costa do Marfim e depois a do Zimbábue⁶⁰⁷. Mbeki conseguiu, entretanto, grandes vitórias diplomáticas: fez a aproximação com o regime nigeriano; foi o primeiro presidente em exercício da União Africana; é co-fundador da NEPAD (Nova Parceria para o Desenvolvimento da África); foi anfitrião de duas conferências importantes da ONU, uma sobre o racismo e outra sobre o desenvolvimento sustentável e; a vitória mais importante; o direito de receber a copa do mundo de futebol realizado em julho de 2010, a primeira a ser realizada no continente africano⁶⁰⁸.

As elites africanas provavelmente sabem mais sobre a África do Sul do que os sul-africanos sabem sobre o resto do continente africano, e esta é uma grande desvantagem para as pretensões sul-africanas de liderar a região austral e o continente de forma geral⁶⁰⁹. Percebe-se que Angola sempre representou a oposição mais veemente contra o regime opressor do *apartheid*, exigindo limites às tendências expansionistas da África do Sul. A situação melhorou significativamente com a eleição de Nelson Mandela e a ascensão do ANC ao poder, em 1994. Mas a disputa para liderança política da região (entre Angola e a África do

⁶⁰⁶ Jornal de Angola. Luanda: Edição de 18 de dezembro de 2009.

⁶⁰⁷ SADC designa Mbeki mediano para crise no Zimbábue. Disponível no site: <http://www.panapress.com/SADC-designa-Mbeki-mediano-para-crise-no-Zimbabue--12-419132-89-lang4-index.html>

⁶⁰⁸ África Today: Política, Economia e Cultura. Edição de setembro de 2008

⁶⁰⁹ SIDIROPOULOS, Elizabeth. *A New International Order? Multilateralism and Its Discontents: A View from South Africa*. Johannesburg: In: yearbook of international 2005 – SAIIA, 2005: 1-14.

Sul) acentuou-se com a intervenção da SADC na RDC sob liderança de Angola, com o apoio do Zimbábue e da Namíbia. Essa intervenção teve igualmente o beneplácito dos EUA e da França. Apesar da África do Sul não concordar com a intervenção militar, os três países conseguiram um mandato da SADC para a operação no Congo ao lado do ex-presidente Laurent-Désiré Kabila, que se encontrava perante uma eminente invasão estrangeira a ser perpetrada por Uganda e Ruanda.

Entre 1975 a 1993, as relações entre Angola e África do Sul não foram brilhantes, o que em parte se explica pela dinâmica imposta pela Guerra Fria na África Austral – a África do Sul apoiava à UNITA e Angola apoiava ao ANC e SWAPO. Uma vez terminada a Guerra Fria e na sequência das primeiras eleições democráticas e multirraciais em 1994, Nelson Mandela ascende à presidência da África do Sul, abrindo a porta a uma melhoria significativa das relações bilaterais⁶¹⁰. Contudo, a consolidação da aproximação bilateral sofreu um retrocesso significativo durante a presidência de Thabo Mbeki, entre 1999 e 2008, em parte devido ao conflito de interesses envolvendo as crises políticas da República Democrática do Congo e do Zimbábue. A eleição presidencial de Jacob Zuma permitiu retomar o processo de aproximação bilateral suspenso desde 1999. Na sua primeira visita oficial em agosto de 2009, Zuma escolheu Luanda como destino, acompanhado por uma extensa comitiva composta por ministros e empresários, no que foi entendido como um sinal claro da vontade política sul-africana de melhorar o relacionamento bilateral. O presidente de Angola, José Eduardo dos Santos não foi politicamente insensível ao gesto de Zuma, o que explica a sua retribuição com a visita de dezembro/2010 à África do Sul⁶¹¹. A viagem de José Eduardo dos Santos à África do Sul, nos dias 14 e 15 de dezembro de 2010, constituiu sem dúvida um passo importante na consolidação das relações bilaterais.

O período entre 1994 e 2010 ilustra bem os desafios e as escolhas com que se deparam os dois países. Angola e África do Sul tendem a polarizar as relações bilaterais entre um relacionamento majoritariamente cooperativo ou, alternativamente, competitivo. Contudo, maior cooperação bilateral não implica necessariamente uma relação estratégica. O posicionamento divergente dos dois países na crise pós-eleitoral na Costa do Marfim é um bom exemplo das dificuldades e ao mesmo tempo um teste à vontade das duas partes em cooperar. No curto e médio prazos, as ambições hegemônicas da África do Sul no contexto

⁶¹⁰ *Discurso de José Eduardo dos Santos, presidente da República de Angola, na abertura de conversações durante a visita oficial à República da África do Sul.* Luanda: Angola Press, 14/12/2010 http://www.portalangop.co.ao/motix/pt_pt/portal/discursos-dos-presidentes

⁶¹¹ *José Eduardo dos Santos reforça as relações de cooperação com África do Sul.* Luanda: Jornal de Angola, edição de 14 de dezembro de 2010.

regional impõem obstáculos difíceis de superar. As relações entre Luanda e Pretória tenderam a reforçar-se nos últimos anos por motivos de natureza histórica, política e econômica, mas a cooperação bilateral enfrentam limites de natureza estrutural que impedem, por agora, a emergência de uma relação estratégica⁶¹².

A intervenção de Angola na RDC foi determinante para a queda do regime do Mobutu e, posteriormente, para a estabilização do sistema regional, fazendo de Angola um parceiro indispensável para as questões de segurança. Angola é um Estado procurado na cooperação para a reforma e formação na área da defesa e segurança, que em março de 2011 iniciou o trabalho de reforma das forças armadas da Guiné Bissau, sob o mandato das Nações Unidas. Esta realidade constitui uma importante projeção internacional para Angola no cenário regional, africano e mundial⁶¹³.

No entanto, para se equiparar com a África do Sul, precisa de uma conciliação perfeita entre a área da defesa e segurança com outras áreas de cooperação, nomeadamente, no comércio, na indústria, na área das novas tecnologias, criando as condições para as relações bilaterais e multilaterais no futuro, uma cooperação entre as universidades e centros de formação do continente onde os estudantes pudessem fazer uma parte dos seus estudos com garantias de equivalências nos seus Estados de origem.

A SADC precisa estruturar seus mecanismos de cooperação cultural e fazer avançar seus programas de desenvolvimento industrial na região. Angola entende que a solução mais duradoura para as tensões nos Grandes Lagos e, ao mesmo tempo, para quaisquer outras eventuais crises que envolvam hipóteses de conflito, é a integração da África Austral. A crise pode se transformar em uma oportunidade para um plano de união entre as nações, que nunca chegou a se constituir efetivamente. Para isso, Angola apresenta o discurso de que as fronteiras precisam ser lugares de troca e fluxos culturais, não apenas econômicos. Este desafio é posto pela realidade periférica dos países africanos, e não apenas por questões ideológicas ou opções principistas de política externa. A região precisa aprender a resolver os seus próprios problemas, e a integração é o melhor meio de atingir esse resultado.

Os países da África Austral possuem significativos recursos naturais, mas, de maneira geral, a SADC ainda funciona com inércia e lentidão. A região tem um fraco desenvolvimento da cooperação intra-regional. Na SADC, a África do Sul é o único país que apresenta uma base produtiva significativa. Por outro lado, Angola é um dos países fortes na região SADC,

⁶¹² CARDOSO, Fernando Jorge. A África do Sul e a metamorfose das relações regionais. Lisboa: Revista de Relações Internacionais, 1993/1994, p. 1-14.

⁶¹³ África Today: Política, Economia e Cultura. Edição de setembro de 2008

com um elevado potencial econômico e militar, e que exerce uma grande influência política. Segundo o embaixador da África do Sul em Angola, Godfrey Ngwenya, Angola e a África do Sul foram, por diversas vezes, chamados a assumir, em organizações internacionais, a liderança de órgãos de defesa e segurança. Igualmente, os dois países jogam papel importante no fortalecimento da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC). O embaixador afirmou que “os nossos governos estão empenhados em dar resposta às preocupações da nossa região e é imperativo que os nossos países possam liderar os assuntos que afetam a região, o continente e o mundo, ajudando a promover a paz e o desenvolvimento”⁶¹⁴.

O relatório da Nathan aponta para possíveis contradições que viriam de uma negociação separada entre Angola e EU considerando que Angola é membro da SADC podendo vir a colidir os papéis políticos. Angola não tem conseguido tirar proveito de nenhum destes acordos preferenciais dado a sua incapacidade para produzir e a sua falta de competitividade. Portanto, torna-se essencial remover as restrições do lado da oferta para tirar pleno proveito destes acordos preferenciais⁶¹⁵

3.4 COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA – CPLP

O embrião do projeto de constituição da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP surgiu em 1989, em São Luís, quando se realizou o encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa. Nessa reunião, em que estiveram presentes os chefes de Estado do Brasil, de Portugal, de Angola, de Moçambique, da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e de São Tomé e Príncipe, foram aprovados os objetivos comuns que integrariam tais países no Instituto Internacional de Língua Portuguesa. O encontro de São Luís serviu para promover a defesa da língua portuguesa, no pressuposto de que se trata de patrimônio comum dos países e povos que a utilizam como língua nacional ou oficial. Os objetivos definidos pela reunião foram encorajar a cooperação, a pesquisa e o intercâmbio de especialistas nos campos da língua e da cultura; preservar o Acordo Ortográfico já assinado pelos sete e em curso de ratificação; fomentar o enriquecimento e a difusão do idioma como veículo de cultura, educação, informação e de acesso ao conhecimento científico e tecnológico; promover o

⁶¹⁴ Jornal de Angola, Luanda: edição de 09 de maio de 2011.

⁶¹⁵ Angola: Estudo Diagnóstico sobre a integração do comércio - submitteed by Nathan Associates Inc. To World Bank USAID, Under Contract N° World Bank 7134881 USAID PCE-I-00-98-00016-00 Task Order 13 Nov/2006 p. 8

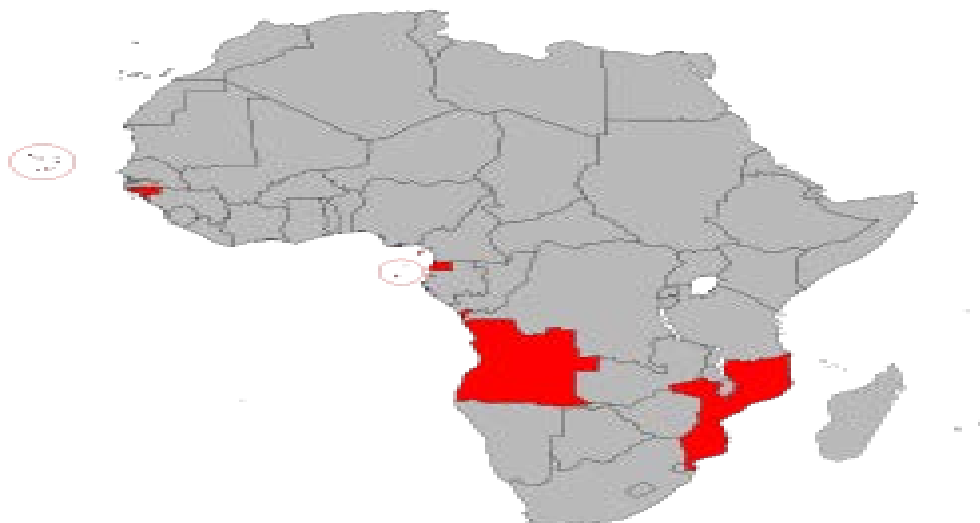
desenvolvimento das relações culturais entre todos os países e povos que utilizam o português⁶¹⁶



CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

Fonte: Google maps.

Mapa 5.



PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

Fonte: Google maps

Mapa 6.

A 1ª Cúpula dos Países de Língua Portuguesa e a consequente criação do Instituto Internacional de Língua Portuguesa, além das visitas do presidente Sarney e do chanceler

⁶¹⁶ COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Documentos - Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1999.

Abreu Sodré à África, mostraram a revitalização das relações Brasil – África⁶¹⁷. No rol de ajustes realizados, podem ser citados os esforços no intuito de favorecer a cooperação com os países africanos, principalmente com aqueles cuja Língua Portuguesa fosse o idioma oficial, os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), como Angola, Moçambique, Guiné Bissau, Cabo Verde, São Tomé e Príncipe, por meio de uma política de valorização das identidades culturais.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) foi criada em Lisboa, em 17 de julho de 1996, por Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe. O instrumento legal de criação do grupo é a Declaração Constitutiva da CPLP e Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com a última revisão datando de novembro de 2007. O objetivo da CPLP é constituir em canal institucionalizado de participação de organizações não-governamentais nas atividades comunitárias, particularmente no que diz respeito à sua participação em iniciativas de desenvolvimento econômico, social e cultural nos Estados-membros. No ano de 2002, após conquistar sua independência, Timor-Leste foi acolhido como país integrante, totalizando atualmente, oito os países membros da CPLP. A bandeira da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa reflete a composição da organização. Ela ostenta oito asas em formato de círculo, com cada uma dessas asas a representar um membro da CPLP. Evidentemente, antes da filiação oficial de Timor-Leste, havia apenas sete asas.

A CPLP conta com reuniões regulares com organizações da sociedade civil, que adquiriram o status de observadores consultivos da Comunidade. Angola avalia essa participação como aquém de seu potencial. Nesse sentido, o país apoiou a Resolução, adotada pela CPLP em Lisboa em julho de 2008, sobre o “reforço da participação da sociedade civil na CPLP”, recomendando-se a realização do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, voltado ao tratamento de questões de desenvolvimento humano e social.

Paulo Vizentini e Analúcia Pereira observaram que “em 1993, Itamar Franco reativou a ZOPACAS e, no ano seguinte, realizou o Encontro de Chanceleres de Países de Língua Portuguesa em Brasília. Mais importante, contudo, foi o apoio bilateral e multilateral (via ONU) ao processo de paz e reconstrução em alguns países do continente, especialmente em Angola”. A instauração do IILP, embrião da CPLP, nesse sentido, não pode deixar de ser visto como resultado de iniciativas dos governos português e brasileiro, este último sob o

⁶¹⁷ BUENO, Clodoaldo. e CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.

comando do José Sarney que, em 1989, protagonizou o primeiro encontro dos Chefes de Estado dos Países de Língua Portuguesa. Poucos países foram priorizados no Itamaraty como os integrantes da CPLP, que reúnem uma população de 240 milhões de pessoas em quatro dos cinco continentes e que buscam na cooperação com Brasil atingir as áreas de segurança, negócios, saúde e educação⁶¹⁸.

Apesar da iniciativa, a CPLP é uma organização recente, que busca pôr em prática os objetivos de integração dos territórios de língua portuguesa. Em 2005, em uma reunião em Luanda, Angola, a CPLP decidiu criar o dia 5 de maio como o dia em que se comemora a cultura de língua portuguesa pelo mundo. A CPLP tem despertado interesse na comunidade internacional e tem vindo a conquistar a entrada de países e regiões falantes de línguas diferentes do português. Na Espanha, existe um Movimento Lusófono Galego que defende o ingresso de Galiza⁶¹⁹ na CPLP. Com uma ampla tradição científica apoiada nos grandes filólogos e romanistas internacionais que afirmam que a língua hoje falada na Galiza é português, o Movimento Lusófono Galego surge após um decreto-lei espanhol em 1983 que mantém a separação ortográfica do português, mantendo os traços mais identitários da ortografia espanhola como, por exemplo, o ñ em vez do nh, i.e. *fariña* em vez de *farinha* (espanhol *harina*). O sindicato majoritário galego, a Confederação Intersindical Galega, faz parte da Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa com o estatuto de observador⁶²⁰. No decorrer da VI Conferência de Chefes de Estado e de Governo realizada em Bissau, em julho de 2006, foram admitidos dois observadores associados: a Guiné Equatorial e as Ilhas Maurício. Na Cúpula de Lisboa, que teve lugar no dia 25 de julho de 2008, foi a vez da formalização da admissão do Senegal como observador associado⁶²¹. Há ainda outros países que solicitaram adesão como observadores associados da CPLP⁶²² e que aguardam pela aprovação dos países membros da CPLP.

A Comunidade dos Países de Língua Portuguesa constitui foro privilegiado, em que seus Estados-membros se beneficiam de laços étnicos, históricos, culturais e, sobretudo, linguísticos comuns. Esta associação multilateral foi fundada sobre o princípio da solidariedade. A Comunidade é regida pelo Secretariado Executivo, que estuda, escolhe e implementa planos políticos para a organização. O Secretariado Executivo fica localizado em

⁶¹⁸VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e PEREIRA, Analúcia Danilevicz Pereira. *A política africana do governo Lula*. artigo disponível no site: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>.

⁶¹⁹ O ingresso de Galiza a CPLP carece da autorização do governo da Espanha.

⁶²⁰ MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: ed. Estampa, 1987.

⁶²¹ Jornal de Angola, edição de 26 de julho de 2008.

⁶²² FIEL, Jorge. *Venezuela, Ucrânia e Croácia querem ser da CPLP*. editado no Diário de Notícias de 16 de julho de 2008.

Lisboa, cujo mandato dura dois anos, passível de uma reeleição⁶²³. Já a Conferência dos Chefes de Estado e de Governo, realizada bienalmente, estuda as prioridades e os resultados da CPLP. O plano de ação é tomado pelo Conselho dos Ministros dos Negócios Estrangeiros e Relações Exteriores, cuja frequência acontece anualmente. Há ainda encontros mensais do Comitê de Concertação Permanente.

Alguns países da África têm idiomas crioulos derivados do português, por força da presença portuguesa no continente desde o século XV. É o caso da Guiné Equatorial, das Ilhas Maurício e do Senegal. Os três países já foram admitidos como observadores associados, apesar de falarem outros idiomas: as Ilhas Maurício têm o inglês como língua oficial; a Guiné Equatorial, o francês e o espanhol, e o Senegal, o francês. Os seus governos buscaram, mesmo assim, obter o estatuto de observador junto a CPLP. Em 2007, a Guiné Equatorial decidiu adotar o português como língua oficial para ascender plenamente⁶²⁴ à condição de membro permanente da Comunidade em um futuro próximo. Aquela decisão entrou em vigor no país a partir de 1 de janeiro de 2009.

O português também é uma das línguas oficiais do território de Macau, que foi o último território colonial português a ser descolonizado, sendo devolvido à China em 1999. Macau ainda mantém vivos traços da cultura portuguesa e a CPLP tem a expectativa de que o Governo da Região Administrativa Especial de Macau venha a fazer o pedido para a obtenção do estatuto de “Observador Associado”⁶²⁵. Em 2006, durante o II Encontro Ministerial entre a China e os Países de Língua Portuguesa, o Secretário Executivo-Adjunto da CPLP, embaixador Tadeu Soares, em representação da CPLP, endereçou um convite ao Chefe do Executivo do Governo da Região Administrativa Especial de Macau, Edmundo Ho Hau Wa, no sentido de Macau se tornar Observador Associado da organização⁶²⁶. Na VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Lisboa em julho de 2008, a República Ilhas Maurício e a Guiné Equatorial já se fizeram presentes pela primeira vez com o estatuto de Observador Associado, obtida por Bissau na VI Conferência em 2006.

Os oito Estados soberanos da CPLP, cuja língua oficial ou uma delas é a língua portuguesa estão espalhados por todos os cinco continentes. Um na América Latina, a

⁶²³ África Today: Política, Economia e Cultura. A Cúpula da Língua: VII Conferência de Chefes de Estados e de Governo. Edição de setembro de 2008, p. 13-18

⁶²⁴ A língua oficial da Guiné Equatorial é Francês. O interesse do país pela CPLP manifesta-se na estratégia de Luanda, ao criar a CGG levando em linha de conta certos interesses da economia petrolífera de países da região, e a Guiné Equatorial quer se aproximar de Angola para poder vir a ter uma posição mais equilibrada face a seu vizinho, a Nigéria e aos interesses continentais francófonos.

⁶²⁵ A adesão de Macau como observador associado da CPLP deve carecer da autorização do Governo chinês.

⁶²⁶ Macau convidado a ser Observador Associado da CPLP – In Jornal de Angola edição de 25 de setembro de 2006.

República Federativa do Brasil; um na Europa, a República Portuguesa; cinco na África, a República de Angola, a República de Cabo Verde, a República da Guiné-Bissau, a República de Moçambique, a República Democrática de São Tomé e Príncipe; e um transcontinental entre a Ásia e a Oceânia, a República Democrática de Timor-Leste. Além dos membros plenos e efetivos, há três observadores associados que são a República da Guiné Equatorial, a República de Ilhas Maurício e a República do Senegal. Todos os três localizam-se no continente africano, mas apenas um tem o português como língua oficial, a Guiné Equatorial.

A CPLP, em conformidade dos seus Estatutos, tem três objetivos gerais: a concertação político-diplomática, a cooperação em todos os domínios e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. Em todas suas instâncias deliberativas, as decisões são tomadas por consenso. A CPLP apresenta crescente projeção para dentro e para fora do espaço dos Estados-membros. O potencial da CPLP como instrumento de ação diplomática e como espaço de cooperação nas mais diversas vertentes, está longe de ser esgotado⁶²⁷. Para a promoção e difusão da Língua Portuguesa, foi criado o Instituto Internacional da Língua Portuguesa, originalmente em 1989, e que passou a integrar a estrutura da CPLP em 2005. Essa organização já é, sob certos aspectos, algo inerente ao destino histórico de seus países membros. A CPLP constitui um desdobramento natural da prioridade em política externa dos seus membros, ao consolidar a importância da relação de Angola com Portugal, o Brasil e outros países de expressão portuguesa. Neste foro, Angola não se limita a adotar um comportamento ou atitude meramente reativa a uma agenda traçada de fora⁶²⁸.

Hedley Bull diferencia o sistema internacional em comparação à sociedade internacional, definindo que existe sistema internacional quando “Estados estão em contato regular um com o outro e onde em adição há interação entre eles suficiente para fazer o comportamento de cada, como um elemento necessário nos cálculos de outro”⁶²⁹. A sociedade internacional para Bull, por sua vez, somente existe “quando um grupo de Estados, cômicos de certos interesses comuns e valores comuns, formam uma sociedade no sentido que eles concebem a si mesmos como orientados por um conjunto comum de regras em relações uns com os outros e compartilham a operacionalização de instituições comuns”⁶³⁰. De fato, a

⁶²⁷ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Política africana no Brasil*. In: Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990). São Paulo : Cultura Editores Associados, 2000. V. 3

⁶²⁸ MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Política africana no Brasil*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo : Cultura Editores Associados, 2000. V. 3

⁶²⁹ BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, IPRI, 2002 P.10.

BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, IPRI, 2002 P.13.

CPLP é uma sociedade internacional, pois tem sentido próprio, que nasce e se desenvolve pela constatação de uma realidade de contornos bem nítidos.

A cooperação econômica e a intensificação das relações comerciais são elementos intrínsecos à globalização das relações internacionais no mundo moderno. A CPLP ganha especial importância, na medida em que se trata de um grupo com fortes contrastes, cujo desenvolvimento da base material oferece valioso suporte para a ação política internacional e para a afirmação de um espaço próprio no mundo. A globalização não trouxe o esvaziamento progressivo do Estado. Cada vez mais, a importância dos estados tradicionais é renovada e reforçada. Depois de décadas de abertura dos mercados e de desregulamentação financeira, a crise de 2008 veio recordar a importância das políticas econômicas autônomas e, em alguns casos, da intervenção direta do Estado na produção. José Sócrates e Nicolas Sarkozy, como vários economistas e filósofos presentes em Paris, convergiram na ideia do papel decisivo do Estado para evitar males maiores no momento mais grave da crise, assim como na recuperação posterior. Antes da crise de 2008, o Estado tornara-se mais necessário por causa do terrorismo e de outras ameaças difusas à segurança global. A única forma de combater estas ameaças foi – e continuará a ser – a ação coordenada de vários Estados⁶³¹. Os Estados, de um modo multilateral, enfrentam os velhos e os novos problemas da segurança internacional. Os organismos internacionais funcionam como coordenadores, difusores de informação e tomada de decisões colegiadas e aqui se enquadra também a CPLP⁶³². Paradoxalmente, a globalização e as inseguranças que ela cria requerem mais que um estado global, implicando a renovação da importância dos Estados tradicionais⁶³³.

O vice-primeiro-ministro do Reino Unido, Nick Clegg, em Nova Iorque, destacou que o espírito que levou à fundação da ONU é “mais necessário do que nunca” para responder aos desafios que se colocam em um “mundo profundamente alterado” e que a comunidade internacional enfrenta “três desafios profundos”, designadamente a redefinição do mapa de poder, a globalização de problemas como o terrorismo e as alterações climáticas e a circulação rápida de novas ideias⁶³⁴. A atual globalização em seus múltiplos aspectos, incluindo aqueles relacionados à segurança e à defesa mundiais, tem contribuído para uma maior intervenção multilateral em torno das questões da prevenção e resolução dos conflitos

⁶³¹ RTP Notícias – Edição de 07 de Janeiro de 2010.

⁶³² MACQUEEN, Norrie. *A Intervenção das Nações Unidas e a Crise do Estado Africano* Lisboa: In Revista de Relações Internacionais, dez/2004, nº 4

⁶³³ GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrolo: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

⁶³⁴ CLEGG, Nick. *Representante britânico defende na ONU renovação das instituições e alargamento do Conselho de Segurança*. BBC News, 24 de setembro de 2010.

regionais, pois estes passaram a centrar a atenção de toda a comunidade internacional. A procura da paz e do desenvolvimento passou a ser assim, a par das questões ambientais, as áreas de maior visibilidade e intervenção à escala global.

A CPLP constitui-se em um bom veículo para desenvolver a cooperação na área segurança e paz. O grupo tem desenvolvido a sua dimensão de defesa desde 2006, sendo crescente a vontade de contribuir para o esforço africano na sua política de arquitetura da paz continental. De fato, a CPLP pode constituir um fórum privilegiado para o lançamento de iniciativas na área de formação especializada de assessores para Estados-maiores, observadores militares e treino de forças⁶³⁵. Os exercícios militares desenvolvidos no seio da CPLP enquadram-se na política de preservação de paz entre os países membros e têm permitido medir a operacionalidade das Forças Armadas dos países de língua portuguesa. O exercício militar da CPLP em Angola, denominado “série Felino 2011”⁶³⁶, foi desenvolvido com a presença de militares dos oito países membros da comunidade, com maior número de efetivos envolvidos de Angola, na qualidade de país anfitrião dos exercícios.

Uma das lacunas que mais frequentemente tem sido apontada na cooperação na área da Defesa no seio da CPLP é a contradição teórica entre o valor e a importância estratégica dos mares e a exiguidade da componente naval nas dinâmicas da cooperação inter-Estados. Se, por um lado, se constata que os Estados-membros da CPLP têm plataformas marítimas vastas e muito ricas, por outro, a importância estratégica dada ao desenvolvimento naval nesses países é relativamente reduzida, com exceção do Brasil e Portugal. No seio de África, países como Angola, Moçambique e Cabo Verde começaram a interessar-se por esta vertente da cooperação, que, embora com alguma expressão ao nível bilateral, pouco tem avançado ao nível multilateral⁶³⁷. A CPLP pode recomendar que os Estados soberanos exerçam a jurisdição sobre as áreas costeiras nas suas plataformas marítimas por meio do controle das rotas, dos portos e da circulação marítima (nomeadamente no apoio contra os atos de pirataria

⁶³⁵ BERNARDINO, Luís Manuel Brás. *A evolução da componente de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a sua intervenção no espaço africano*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, dissertação de Mestrado em Estratégia, 2007.

⁶³⁶ No âmbito do treino e da formação militar, foi aprovado em 2004 o “Programa Integrado de Exercícios Militares Combinados da CPLP”, destinados à preparação de unidades para o desempenho de Operações de Apoio à Paz e de Ajuda Humanitária, sendo realizados anualmente e de uma forma alternada no formato de Posto de Comando (CPX) e de Tropas no Terreno (FTX), padrão que se mantém atualmente. A dinâmica dos Exercícios da Série Felino no formato FTX só foi possível implementar em Portugal (2000, 2001 e 2008), Brasil (2002 e 2006) e Angola (2004 e 2010), os restantes países por deficientes condições logísticas realizam exercícios do tipo CPX, como é o caso de Moçambique (2003 e 2009), Cabo Verde (2005) e em S. Tomé e Príncipe (2007), existindo outros membros que, por motivos vários, ainda não receberam estas iniciativas, pois a base de escolha tem sido o oferecimento dos Estados-membros, apesar de no seio de alguns países existirem propostas no sentido de duplicar o número destes exercícios militares.

⁶³⁷ CPLP: CEMGFA angolano relembra objetivo dos exercícios Felino que hoje começaram no Bengo. Luanda: Agência Lusa, 19/03/2011. <http://noticias.pt.msn.com/Internacional/article.aspx?cp-documentid=156577090>

que possam vir a acontecer). É sob esse ponto de vista que se torna relevante falar em indústrias de defesa, em legislação marítima, em vigilância costeira e na formação específica. Todas essas áreas servem o propósito da capacitação das Forças Armadas dos PALOP para assumirem outras responsabilidades, no seio da União Africana, da CPLP e da ONU⁶³⁸.

Enquadra-se neste desiderato a iniciativa de promoção nos PALOP de Centros de Excelência⁶³⁹ na área da segurança e defesa, aprovada pela CPLP no final de 2008. Estes centros são considerados no âmbito do programa de apoio aos Centros de Formação Africanos no domínio da segurança que a UE lançou em meados de 2007. A experiência em Operações de Apoio à Paz (nomeadamente em Angola e Haiti) e o conhecimento e contato com o continente africano são experiências que tornam o Brasil, membro da CPLP e da ZOPACAS, parceiro importante para reforçar os laços com os países africanos, valendo-se da sua aptidão político-diplomática e das capacidades técnico-militares.

A CPLP é relevante ao associar-se às organizações regionais africanas como produtor de segurança e agente de ligação entre a África, a Europa, a América e a ONU, representando os indivíduos falantes do idioma português. No continente africano, cinco dos 53 Estados usam esta língua. As estratégias bilateral e multilateral que se associam à CPLP fazem pender para esta organização muitas das responsabilidades da inclusão do português como língua de trabalho da União Africana⁶⁴⁰. O Brasil assume uma posição de destaque no relacionamento da CPLP com todos os países africanos e com as organizações regionais africanas, podendo, liderar habilmente as suas estratégias multilaterais para esta realidade. Portugal tem uma inquestionável experiência de cooperação bilateral no continente africano, que é reconhecida pelos Estados-membros da União Europeia. O seu papel nas relações entre a UE e África tem sido importante, tendo sido sob suas presidências da UE de 2000 e 2007 que foram concretizadas as duas únicas cúpulas UE-África, onde foram adotados documentos fundamentais da parceria. Contudo, não tem conseguido atuar de forma ativa ao nível multilateral, designadamente no âmbito da Estratégia Conjunta África-UE (ECAUE)⁶⁴¹,

⁶³⁸ Ver, no site: www.portalangop.co.ao, matéria: General Nguto inspeciona forças da CPLP no Exercício Felino. Luanda: edição de 24 de março de 2011.

⁶³⁹ O conceito de Centro de Excelência de Formação de Formadores da CPLP e o Projecto de Modelo dos Centros foram aprovados, respectivamente, na X Reunião Ordinária em Luanda nos dias 19 e 20 de julho de 2005 e XI reunião que decorreu em Bissau em 10 Fevereiro 2008, de Ministros da Defesa Nacional dos Estados-membros da CPLP.

⁶⁴⁰ *Revista de Política, Informação, Economia e Análise África21*. Luanda: nº 16 de setembro, 2010 p.37

⁶⁴¹ Na sequência da Cúpula Mundial da ONU em 2005, África entrou definitivamente na agenda internacional, onde claramente foi sublinhada a relação entre desenvolvimento e segurança e a necessidade de garantir a segurança humana. Foram lançadas algumas iniciativas internacionais de apoio ao projeto africano, designadamente ao nível do G8. Portugal considerou esta questão uma prioridade no programa da sua presidência da UE, no segundo semestre de 2007, tendo promovido ativamente a realização da segunda Cúpula

fazendo uso da influência que tem. A Estratégia Conjunta África-UE (ECAUE) constitui um bom quadro, através do qual Portugal pode desenvolver iniciativas convergentes com a política nacional para a cooperação com África⁶⁴².

O Conselho Europeu adotou, em junho de 2005, um pacote de medidas para aumentar a ajuda pública ao desenvolvimento e reforçar a eficiência dessa assistência, nomeadamente no que diz respeito a uma melhor coordenação das ações dos doadores, bem como uma maior coerência da política para o desenvolvimento, a fim de ajudar África a alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) até 2015⁶⁴³. Apesar das boas intenções, ainda não foram encontrados mecanismos de financiamento adequados para a África, sendo que o problema começa desde logo pela dificuldade da União Africana em mobilizar os seus Estados-membros ao pagamento das cotas para os fundos institucionais, designadamente o Fundo para a Paz da União Africana.

A CPLP é o resultado do encontro histórico dos povos influenciados pelos movimentos expansionistas dos portugueses em direção a África, América Latina e a Ásia; posteriormente, com as independências desses povos, temos a formação de uma comunidade dos países falantes de língua portuguesa. Demetrio Magnoli afirma que “as raízes intelectuais da geopolítica residem no pensamento geográfico do alemão Friedrich Ratzel 1844-1904 com a famosa máxima ‘espaço é poder’ pedra de toque original de todo o pensamento geopolítico”⁶⁴⁴. No Brasil, o general brasileiro Golbery do Couto e Silva singularizou-se pela sua decisiva influência histórica, ao considerar que o epicentro ameaçador do Brasil encontrava-se muito distante dos espaços geoestratégicos do país, no eixo Moscou-Pequim, pólo de difusão do comunismo, cujas vibrações configuravam áreas de atrito e instabilidade na Europa Ocidental, Oriente Médio e Sudoeste Asiático. O Brasil, cujo histórico repousa no bloco ocidental comandado pelos EUA, tem linhas de defesa guarnecidas pelo oceano Atlântico, pela África e pelo ‘lago norte-americano’ do Caribe. Segundo Golbery, todas as alterações ocorridas nesses postos avançados interessavam diretamente à posição estratégica do Brasil. Fatos como a adesão de Cuba ao bloco soviético, a instalação de um regime de esquerda em Angola em 1975 e a corrida científico-militar ao continente antártico –

UE-África, que se concretizou em dezembro de 2007, em Lisboa, onde foi aprovada a Estratégia Conjunta África-UE (ECAUE).

⁶⁴² KLINGEBIEL, Stephan. *Africa's new peace and Security Architecture: Converging the roles of external actors and African interests*. Bonn: Institute for Security Studies, African Security Review, Vol 14 nº 2, 2005

⁶⁴³ KOTSOPOULOS, John. *The EU and África: coming together at last?* London: European Policy Centre, 2007

⁶⁴⁴ MAGNOLI, Demetrio. *O que é geopolítica*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986 p. 13

posteriormente a ensaios elaborados pelo estrategista brasileiro na década de 1950 – representaram perturbações diretas à segurança brasileira⁶⁴⁵.

Tendo visto que segurança é um fenômeno relacional, considera-se que não se pode entender a segurança de um determinado Estado sem entender o padrão internacional de segurança interdependente em que ele está envolvido. Esta lógica nos leva a uma complexa abordagem holística, pois se a segurança de cada um está relacionada com a segurança de todos os demais, então nada pode ser corretamente entendido sem se compreender a totalidade. Essa perspectiva poderia, no limite, impossibilitar o estudo da segurança e da nova geoestratégia de qualquer Estado⁶⁴⁶. Novamente vale lembrar que todos os Estados estão imersos em uma teia global de interdependência de segurança e a CPLP busca o seu fortalecimento através de harmonização de suas forças pelos “Exercícios Felinos”, efetuados com a participação de todos os seus membros.

Buzan desenvolveu uma teoria da segurança regional, em que “região” significa um subsistema distinto e significativo de relações de segurança entre um grupo de Estados, determinado pela proximidade geográfica em que se encontram. Os Estados europeus dominaram o sistema-mundo, mas nenhum outro sentido forte de subsistema de segurança foi desenvolvido dentro do pensamento ocidental de relações internacionais, apesar do grande processo de descolonização, o qual deveria ter causado a reemergência de subsistemas de segurança locais, que, no final, foram sobrepujados pela rivalidade global entre os EUA e a URSS. A única ideia tradicional de subsistema com potencial para os propósitos de análise de segurança é a noção de equilíbrio de poder local ou regional. Contudo, esta ideia nunca provou ser muito útil, porque ela está confinada a uma única dimensão – poder – no qual a capacidade maior das grandes potências se sobrepõe e ofusca as capacidades locais. Ao se definir segurança regional, o padrão de relações amistosas ou de inimizade entre Estados deve ser somado às relações de poder. As relações amistosas variam desde uma genuína amizade até expectativas de proteção e apoio, enquanto que inimizade vai dos relacionamentos definidos por desconfiança ao medo. Separando estes dois pólos, há uma grande faixa de indiferença e/ou neutralidade, na qual as relações amistosas e de inimizade são muito fracas para ter importância, ou então misturadas de tal forma que não produzem nenhuma inclinação

⁶⁴⁵ MAGNOLI, Demetrio. *O que é geopolítica*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986 p 29-30

⁶⁴⁶ KLINGEBIEL, Stephan. *Africa's new peace and Security Architecture: Converging the roles of external actors and African interests*. Bonn: Institute for Security Studies, African Security Review, Vol 14 nº 2, Bonn, 2005 p. 35-44.

para uma ou outra⁶⁴⁷. Uma visão extrema da teoria de equilíbrio de poder veria estes padrões de amistosas/inimizade como um produto do equilíbrio de poder regional, com Estados mudando suas alianças de acordo com os ditames dos movimentos na distribuição de poder. Entretanto, a dinâmica histórica de laços amistosos e inimizade é apenas parcialmente relacionada ao equilíbrio de poder. Os padrões de amizade ou de inimizade surgem de uma variedade de tópicos que não poderiam ser preditos a partir de uma simples consideração de distribuição de poder. Estes padrões variam de aspectos específicos como disputas de fronteiras, interesses com populações étnicas afins e alinhamentos ideológicos a ligações históricas existentes há muito tempo, tanto positivas quanto negativas, tais como árabes e judeus, americanos e ingleses e vietnamitas e chineses⁶⁴⁸.

Portugal, membro da CPLP, desenvolve uma política de aproximação com o continente africano e realiza os eventos mais importantes entre a União Europeia e a União Africana. A assistência financeira da Comunidade Europeia, através de Fundo Econômico para o Desenvolvimento (FED) e do seu próprio orçamento, não é suficiente para honrar os compromissos com África, sendo vital a contribuição dos Estados-membros para as operações de paz no continente⁶⁴⁹. Nesse sentido, o gerenciamento do fundo europeu é um assunto que merece uma análise cuidadosa, uma vez que os países contribuintes de tropas para missões da União Africana têm que financiar e sustentar os respectivos contingentes da *African Standby Forces* nos primeiros 90 dias e, só depois, a União Africana assume a responsabilidade e ressarcir as despesas dos países⁶⁵⁰. Esta questão é potencialmente geradora de polarizações sub-regionais e falha nos esforços multinacionais⁶⁵¹.

Os grupos linguísticos do mundo há muito se promovem por meio de fortes instrumentos de difusão cultural. São exemplos disso o inglês, francês, espanhol e até outros idiomas de menor representatividade, porém com forte substrato econômico, como o alemão, japonês e italiano. Com a CPLP, o português passa a ter, também, vigorosos meios de

⁶⁴⁷ BUZAN, Barry. *People, states and fear. An agenda for international security studies in the post-cold war era*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991 p. 188-189

⁶⁴⁸ BUZAN, Barry. *People, states and fear. An agenda for international security studies in the post-cold war era*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991 p. 188-189

⁶⁴⁹ Comunidade Europeia – Communication to the Commission - Follow up to the Africa-EU- Lisbon Summit: engaging the Commission in a partnership of results – Commission of the European Communities, Brussels 19.3.2008

⁶⁵⁰ União Africana – Protocol Relating to the Establishment of the Peace and Security Council of the African Union – Assembly of the African Union, Durban, 2002. Ver também, União Africana – Policy Framework for the Establishment of the African Standby Force and the military Staff Committee (Part I), African Union, 2003.

⁶⁵¹ KLINGEBIEL, Stephan. *Africa's new peace and Security Architecture: Converging the roles of external actors and African interests*. Bonn: Institute for Security Studies, African Security Review, Vol 14 nº 2, 2005.

propagação⁶⁵². Na CPLP persistem algumas diferenças de prioridades entre os países. Portugal está mais preocupado com a expansão e a consolidação do idioma, acentuando a lusofonia lusófona. Isso faz lembrar a proposta francesa de francofonia. Contudo, nem angolanos, nem brasileiros ou outros cidadãos da CPLP, exceto portugueses, são estritamente lusófonos. O Brasil, por sua vez, tem vários projetos empresariais e de intercâmbio técnico em Angola, interessando-se em continuar oferecendo oportunidades de estudo e incentivos empresariais aos parceiros da CPLP. Essa perspectiva se coaduna com as expectativas dos países africanos, que desejam fazer da Comunidade uma agência de cooperação econômica, de projetos de treinamento e de ajuda técnica, para ajudá-los a resolver seus problemas⁶⁵³.

Em abril de 2007, em Luanda, realizou-se a 9ª reunião dos chefes de Estado-maior das Forças Armadas dos países da Comunidade de Língua Portuguesa, na qual o General do Exército Francisco Pereira Furtado, Chefe do Estado maior General das Forças Armadas de Angola – CEMG/FAA, ressaltou que as relações históricas e culturais que unem os países da CPLP e que estiveram na origem da criação da Comunidade tem evoluído, não só a nível de assuntos políticos, econômicos e sociais, mas também, no domínio da segurança e da defesa⁶⁵⁴.

A CPLP é um fórum privilegiado de concertação política e de cooperação multiforme de países que pertencem a espaços geopolíticos distintos. Seus membros conduzem uma política tendente a potenciar sinergias na realização de interesses convergentes, em benefício do reforço do multilateralismo nas relações internacionais e no estabelecimento de zonas de influência. Nessa ótica, enquadram-se a realização de consultas e a concertação de posições no plano bilateral e multilateral⁶⁵⁵ com os demais países membros, a troca de experiências e conhecimentos, bem como a realização de projetos conjuntos em distintas áreas da vida econômica, social, técnica e científica que proporcionem vantagens recíprocas.

Entre as muitas realizações da CPLP, destaca-se a inauguração do Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial, em Luanda, concebido para promover o espírito empreendedor dos cidadãos, através da capacitação dos recursos humanos nas áreas preconizadas dos PALOPs e do Timor Leste⁶⁵⁶. Angola considera que o poder político

⁶⁵² <http://www.cplp.org/>

⁶⁵³ A maioria dos países da CPLP são de África e são subdesenvolvidos que esperam de Portugal e do Brasil muito mais ajuda e cooperação por terem os processos econômicos e políticos mais desenvolvidos.

⁶⁵⁴ *Revista angolana da área Militar Defender*, 2007 p. 12

⁶⁵⁵ Alguns países da CPLP já são favoráveis a candidatura do Brasil no Conselho de Segurança da ONU reformado. É caso de Angola e São Tomé e Príncipe que publicamente têm assumido seu apoio à candidatura do Brasil.

⁶⁵⁶ Discurso proferido pelo senhor Ministro das Relações Exteriores na sessão de abertura da X Reunião Ministerial da CPLP, realizada de 19 a 20 de julho de 2005, em Luanda.

mundial deve ser multipolar, sendo partilhado entre as várias regiões do mundo. Os países em desenvolvimento devem ter uma maior participação no processo de tomada de decisões dentro da comunidade internacional. Por outro lado, continua imperativa a necessidade de estabelecer uma ordem mundial mais humana, que vise reduzir substancialmente as disparidades entre pobres e ricos, tanto dentro das nações como entre estas⁶⁵⁷.

No contexto dos Países Africanos de Língua oficial Portuguesa (PALOP), uma comunidade irmanada por laços culturais e históricos, forjados sobretudo na luta comum contra o colonialismo, os PALOPs tem merecido uma atenção especial na política externa de Angola para concertação dos interesses estratégicos na área internacional. Os PALOPs são um grupo formado por seis países de língua portuguesa africanos, formado em 1996. Cinco dos seis membros foram colônias de Portugal na África, que obtiveram a independência entre os anos de 1974 e 1975. O outro é a Guiné Equatorial, que em 2007 adotou o português como língua oficial. Estes países, que também se encontram organizados na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), vêm firmando protocolos de cooperação com vários países e organizações nos campos da cultura, educação e fomento, preservação da língua portuguesa e outros.

No âmbito da CPLP, o Brasil tem atuado no combate à malária, na Guiné Bissau. Em Angola e Moçambique, o Brasil tem parcerias para o tratamento da AIDS, além de fornecer remédios a preços mais baratos a muitos países africanos. Ademais, a Fiocruz tem um escritório em Maputo, Moçambique, que cuida do fornecimento de vacinas, produzidas pela fundação. Cumpre também assinalar o projeto de conexão dos PALOPs à Rede Nacional de Pesquisa, resultante de iniciativa conjunta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e do Ministério da Ciência e Tecnologia do Brasil, cujo objetivo principal é a utilização da internet como instrumento de integração entre o Brasil e esses países, sobretudo em atividades de apoio à educação, à pesquisa e ao desenvolvimento científico e tecnológico. Na VI Cúpula da CPLP (2008) foi decidida a elaboração de uma estratégia comum para os oceanos. Seguiram-se a I Reunião de Alto Nível sobre Assuntos Marinhos (jul/2009) e a I Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP (mar/2010), tendo sido aprovada nesse último encontro a Estratégia da CPLP para os Oceanos. O documento oferece uma visão integrada para o desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos sob as respectivas jurisdições nacionais e determinou iniciativas específicas, como a elaboração de um atlas dos oceanos da

⁶⁵⁷ *Angola poderá albergar centro de informação da ONU*. Brasília: Tribuna Diplomática, Revista da Embaixada de Angola no Brasil, ano 4 n° 1, novembro de 2004 p. 12-13.

CPLP e a cooperação em projetos de extensão da plataforma continental, bem como da investigação científica e proteção ambiental a ela associadas⁶⁵⁸.

O Brasil, com base em iniciativa conjunta da Fundação de Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Itamaraty, oferece oportunidades relativas à ampliação da cooperação acadêmica com os países africanos de língua oficial portuguesa, por intermédio do treinamento de docentes desses países em universidades brasileiras, nos níveis de especialização, mestrado e doutorado. Os países africanos têm-se beneficiado, nos últimos três anos, da maioria das vagas concedidas nos Programas de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), com maior aproveitamento de Cabo Verde e Moçambique por enviarem números significativos dos seus cidadãos para os cursos oferecidos no Brasil. O Ministério das Relações Exteriores mantém 216 bolsistas no PEC-G, dos quais 193 africanos (187 dos PALOPs, 1 do Benin e 5 do Senegal)⁶⁵⁹.

Angola acolheu o II Simpósio das Marinhas da CPLP, que ocorreu em Luanda de 30 de junho a 01 de julho de 2010, sob o lema “As Marinhas de Guerra frente aos desafios do século XXI”. Fatores como a língua e um passado histórico comuns criaram elementos essenciais para o relacionamento entre os povos, em um ambiente fraterno entre os presentes⁶⁶⁰. Na sessão de abertura deste certame, foi considerado que a cooperação entre as marinhas dos Estados-membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) é uma exigência inegável. Segundo o Vice-ministro da defesa de Angola

“O uso correto do mar é uma responsabilidade de todos países do mundo, sendo a sua defesa uma obrigação à luz do Direito Internacional e que os problemas ligados ao contrabando, poluição dos mares, pesca industrial clandestina, tráfico de drogas pela via marítima e a pirataria, afetam todos os países. Cada um dos países aqui representados, tem as suas especificidades, no que se refere ao mar, sendo produtores de petróleo e rota do *crude* para o mundo, com os consequentes riscos desta pirataria, aos derrames, enquanto que outros servem, como via do tráfico de droga ou alvos de pesca ilegal que ameaça esgotar as suas reservas”⁶⁶¹

Praticamente a metade dos recursos destinados pelo Brasil à cooperação técnica destina-se atualmente aos PALOP e a Timor-leste, o que torna a parceria com esses países exemplo do paradigma da cooperação Sul-Sul. Essas “vantagens comparativas” do Brasil como prestador de cooperação técnica aos PALOP têm levado doadores tradicionais a manifestarem vivo interesse em projetos de triangulação com o Brasil nesses países. A CPLP

⁶⁵⁸ A Cúpula da Língua: Revista África Today: política, conomia e cultura. setembro de 2008 p.17

⁶⁵⁹ *Informações Gerais sobre a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil. <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaOICPLP.asp>

⁶⁶⁰ Jornal de Angola. Luanda: Edição de 01 de julho de 2010.

⁶⁶¹ Vice-ministro da Defesa para os Recursos Materiais, General Salviano Serqueira na sessão de abertura do II Simpósio das Marinhas da CPLP – Revista da Marinha de Guerra Angolana – ano 7 edição 17ª, Luanda, Jul/Ago/Set/2010.

constitui, ainda, para a política externa dos seus membros a mais importante plataforma para o fortalecimento da língua portuguesa no mundo⁶⁶².

O dinamismo alcançado pela CPLP pode ser verificado pelo fato de, em apenas catorze anos de existência, a Comunidade já contar com reuniões ministeriais regulares em praticamente todas as principais áreas da administração pública de seus oito Estados-membros, algumas das quais contam com importantes programas e variados portfólios de projetos. Desde 2007, a CPLP conta com uma Assembleia Parlamentar e instalou em 2010 um mecanismo inovador de diálogo e articulação com a sociedade civil. Esse dinamismo vem atraindo a atenção de diversos países, que têm manifestado, com ênfases variáveis, seu interesse em aderir na qualidade de observador ou de acompanhar mais de perto as atividades do grupo. É o caso do Marrocos, da Suazilândia e da Ucrânia, que solicitaram formalmente à CPLP a concessão do status de Observador Associado, bem como da Guiné Equatorial, que é já um Observador e pleiteia sua adesão plena à Organização. Angola se faz representar junto à CPLP por meio de delegação permanente em Lisboa. Angola atua no sentido de favorecer o fortalecimento institucional da organização e a profissionalização de seus quadros. No plano da concertação político-diplomática, o país busca concertar posições sobre diversos temas da agenda internacional, bem como promover o apoio mútuo a candidaturas dos oito membros a cargos em organismos internacionais⁶⁶³.

A atuação construtiva em crises político-institucionais verificadas em alguns países da CPLP tem sido uma das prioridades angolanas. Desde fevereiro de 2011, Angola comanda a missão de reorganização das forças armadas da Guiné-Bissau, sob o mandato das Nações Unidas. Essa missão engrandece feitos da CPLP e dos PALOPs no cenário internacional. Na área da cooperação, busca-se promover projetos voltados ao fortalecimento institucional dos países membros, bem como a maior capacitação dos PALOP e de Timor em áreas estratégicas para o desenvolvimento sócio-econômico, como segurança alimentar, formação profissional, saúde e a gestão administrativa⁶⁶⁴. A CPLP caminha, com ativa participação de Angola, para o desenvolvimento de crescente número de iniciativas setoriais de envergadura. Alguns exemplos desse tipo de iniciativa são a Estratégia da CPLP para os oceanos lançada em 2010, com ativa participação das marinhas dos seus oito membros e o Plano Estratégico da CPLP

⁶⁶² *Informações Gerais sobre a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil. <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaOICPLP.asp>

⁶⁶³ BRAVO, Manuel (Coord.). *Angola: a Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: Hugin, 1996.

⁶⁶⁴ Chefe do Estado maior das Forças Armadas da Guiné-Bissau concorda com missão militar angolana. Disponível no site: <http://guinebissaudocs.wordpress.com> acessado em 15 de abril de 2011.

para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, igualmente lançado em 2010, com a participação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

O ministro da Agricultura, Afonso Pedro Canga, participou da IV Reunião de Ministros da Agricultura dos Países da CPLP, realizada em Brasília, em 4 de junho de 2010, que teve como objetivo a troca de experiência na área de políticas de segurança alimentar entre os países membros da CPLP⁶⁶⁵. Durante o 11º encontro dos ministros de Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), realizado em Luanda, o ministro angolano da Defesa, Kundi Pahiana, defendeu a necessidade de maior reforço da cooperação nos domínios da Defesa e das Forças Armadas entre todos os estados membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa⁶⁶⁶. A cooperação técnica prestada aos PALOPs pelo Brasil insere-se no paradigma da cooperação Sul-Sul, o qual se distingue por padrões próprios de gestão, diferentes daqueles aplicados à tradicional cooperação Norte-Sul. Busca-se, sobretudo, o desenvolvimento sócio-econômico dos países parceiros em bases sustentáveis, sem imposições ou quaisquer condicionalidades⁶⁶⁷.

No âmbito da concertação político-diplomática na CPLP, o Brasil obteve a participação do grupo em crises político-institucionais nos Estados-membros, particularmente em Timor Leste (2006 e 2008) e em Guiné Bissau (2009 e 2010), bem como amealhou o apoio da Comunidade para as diversas candidaturas brasileiras a cargos em organismos internacionais⁶⁶⁸. A CPLP concedeu apoio em 2004 (reiterado em 2006, 2008 e 2010) a que o Brasil passe a ocupar assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, assim como apoiou, durante a Cúpula de Luanda de 23 de julho de 2010, a candidatura brasileira ao cargo de Diretor-Geral da FAO, em eleição de julho de 2011, primeiro apoio internacional recebido pelo Brasil a esse cargo⁶⁶⁹.

No âmbito da cooperação, destacam-se, entre outros, os seguintes resultados: a formação de recursos humanos nos PALOP e Timor Leste nas seguintes áreas de elaboração de projetos para o desenvolvimento (concluído em 2004); criação do Centro Regional de Excelência em Administração Pública (CREAPE), com sede em Moçambique; adoção do Plano Estratégico da CPLP de Cooperação em Saúde (PECS) (2009); adoção da Estratégia da

⁶⁶⁵ Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil 4/06/2009

⁶⁶⁶ Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil 28/5/2009

⁶⁶⁷ *Informações Gerais sobre a CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil. <http://www.abc.gov.br/projetos/cooperacaoPrestadaOICPLP.asp>

⁶⁶⁸ *Balanco de Política Externa 2003/2010*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, disponível no site: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>

⁶⁶⁹ *Candidatura brasileira à Direção-Geral da FAO*. Brasília: Nota do Ministério das Relações Exteriores do Brasil nº 693 de 26 de novembro de 2010.

CPLP para os Oceanos (2010) e adoção do Plano Estratégico da CPLP para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres (2010)⁶⁷⁰.

No âmbito das atividades em prol da promoção da língua portuguesa, destacam-se a conclusão, em 2010, do processo de revisão dos Estatutos do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), que deverá dotá-lo de estrutura e meios que lhe permitam ser um instrumento mais eficaz de promoção de políticas comuns e nacionais em relação à língua portuguesa e a organização, pelo Brasil, da I Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial (Brasília 25 a 30/3/2010)⁶⁷¹.

A Rede Globo entra no esforço do Itamarati, na sua relação com África, ao lançar um programa dirigido aos seus telespectadores lusófonos nos países africanos. O programa “Revista África”, uma iniciativa da TV Globo Internacional, é co-realizada com a produtora independente de Angola, a Promoangol. Atualmente, Angola concentra o maior número de assinantes da TV Globo Internacional, com 150 mil, de um total de 500 mil telespectadores que pagam para acompanhar a programação da emissora no exterior. O novo programa é a terceira atração exclusiva do canal internacional, depois da série “Planeta Brasil”, produzida em Nova York, e do “Cá Estamos”, voltado para a comunidade portuguesa que assiste à TV Globo Portugal⁶⁷².

No primeiro ano do governo, Lula visitou São Tomé e Príncipe, Moçambique e Angola. Na ocasião, foram discutidas as possibilidades de investimentos em diversas áreas da indústria e do comércio. Lula viajou com uma comitiva de 128 empresários interessados na expansão de exportações. A estimativa do intercâmbio era de mais de US\$ 1 bilhão. Nesse contexto, o Brasil desenvolveu, com os países da CPLP, fortes programas de cooperação bilateral. Entre os mais significativos, estão a abertura de centros de ensino técnico brasileiros no Timor e em Angola e a oferta de urnas eletrônicas para o pleito de Guiné-Bissau, que acabou adiado por conta do golpe militar ocorrido no país. Foi acordado com Moçambique a instalação de uma fábrica de medicamentos antiretrovirais, trazendo grande entusiasmo aos integrantes da Comunidade. Importante ressaltar que o Brasil, na presidência da CPLP, desempenhou papel central nas gestões diplomáticas que contribuíram para a retomada da democracia em São Tomé e Príncipe. Foi estabelecida uma cooperação com a Agência Nacional do Petróleo para ajudar o país a desenvolver seu sistema de regulação e licitação da

⁶⁷⁰ *Balanco de Política Externa 2003/2010*. Brasília: Ministério das Relações Exteriores do Brasil, disponível no site: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/balanco-de-politica-externa-2003-2010>

⁶⁷¹ AngoNotícias, 20 de setembro de 2004

⁶⁷² <http://www.lusa.pt> Edição de 17 de novembro de 2008.

exploração do seu petróleo e as relações com Angola, parceiro tradicional em diversas áreas, foram ampliadas⁶⁷³.

Na passagem pela sede da CPLP, em Lisboa, o Presidente Lula destacou a responsabilidade especial da Comunidade em reverter a situação de miséria na África e a necessidade de mobilizar a comunidade internacional para esse fim⁶⁷⁴. A Resolução sobre o I Fórum da Sociedade Civil da CPLP foi aprovada na cidade de Praia, em 20 de julho de 2009, que apoia a realização de um encontro preparatório à primeira edição do Fórum. O Brasil sediou o encontro preparatório ao I Fórum da Sociedade Civil, realizada na cidade de S. Salvador/Bahia, no período de 4 a 6 de novembro de 2009. A XV Reunião Ordinária do Conselho de Ministros da CPLP, realizada, em Luanda, em 22 de julho de 2010, recebeu com satisfação o relatório da Reunião Preparatória do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP. A reunião identificou áreas prioritárias de cooperação para o desenvolvimento econômico, social e cultural dos Estados-membros, a serem exploradas com o apoio da participação social e mediante o funcionamento do Fórum da Sociedade Civil da CPLP⁶⁷⁵.

Para a política externa de Angola, a CPLP é um fórum de concertação política e de cooperação variada de países que pertencem a espaços geopolíticos distintos. Angola conduz uma política tendente a potenciar sinergias na realização de interesses, em benefício do reforço do multilateralismo nas relações internacionais e no estabelecimento de zonas de influência. Angola realiza consultas e a concertação de posições no plano bilateral e multilateral para elevar o perfil de atuação dos PALOPs e da CPLP.

⁶⁷³ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e PEREIRA, Analúcia Danilevicz Pereira. *A política africana do governo Lula*. Artigo disponível no site: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>.

⁶⁷⁴ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e PEREIRA, Analúcia Danilevicz Pereira. *A política africana do governo Lula*. Artigo disponível no site: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>

⁶⁷⁵ Jornal de Angola. Luanda: edição de 23 de julho de 2010.

4. ANGOLA, BRASIL E O ATLÂNTICO SUL

4.1 RELAÇÕES BRASIL ANGOLA DA INDEPENDÊNCIA À NORMALIZAÇÃO

A República de Angola e a República Federativa do Brasil têm raízes históricas e étnicas comuns. Segundo Solival Menezes, também constatado por Bueno, o primeiro contato com terras brasileiras ocorreu em 23 de abril de 1500, logo após o Descobrimento, por meio de um representante de Angola em naus portuguesas.⁶⁷⁶ Ambas as regiões foram colônias de Portugal e sua formação nacional pressupôs um processo de ruptura com a dominação colonial, embora em momentos históricos distintos. O Brasil foi colônia até 1822 e Angola, até 1975. Têm em comum também sua forma de inserção no processo internacional de acumulação internacional do capital e na divisão de trabalho⁶⁷⁷. As relações entre Brasil e Angola marcam o início das relações afro-brasileiras, quando para o Brasil foram trazidos os primeiros africanos na condição de escravos para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar e por cerca de 470 anos, o tráfico de escravos foi a base do intercâmbio comercial.

Angola participou ativamente da formação do povo brasileiro. Além dos escravos, outros produtos compunham a pauta das exportações angolanas para o Brasil, tais como ouro em pó, marfim, óleo de amendoim, cera branca e amarela, azeite de dendê, etc. Em contrapartida, o Brasil exportava produtos, tais como aguardente, açúcar, tabaco e outros, reexportava produtos europeus e asiáticos (tecidos, lenços, vinho, manteiga, etc.). A função do Brasil nessas trocas era garantir a permanência de Portugal em Angola, aproveitando seus colonos e com isso garantindo também o controle do principal centro abastecedor de mão-de-obra para o Brasil. A independência brasileira em 1822 veio a trazer muitas complicações à política portuguesa em Angola, pois os brasileiros já pensavam em juntar Angola ao Império do Brasil antes da independência, para continuar a receber escravos ou fazer de Angola um mercado para produtos brasileiros. Essa situação abriu uma perspectiva de fortalecimento das relações através da proposta de anexação de Angola pelo Brasil (União Brasil- Angola) que se

⁶⁷⁶ MENEZES, Solivar Silva. *Mamma Angola: Sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: edUsp, 2000 p. 21.

⁶⁷⁷ RABELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil 1808-1830*. Lisboa: Agencia -Geral do Ultramar, 1968

daria mediante o apoio brasileiro aos movimentos rebeldes em Luanda e Benguela contra a Coroa Portuguesa⁶⁷⁸.

Na verdade, esses movimentos representavam interesses dos negociantes de escravos que viam na possibilidade da união Brasil-Angola uma forma de assegurar a continuidade do tráfico, visto que entre Brasil e Inglaterra não havia sido firmado nenhum acordo, ao contrário de Portugal que, em 1836, assinou acordo com ingleses pondo fim ao tráfico de escravos. No entanto, o Brasil pressionado pelos ingleses, assinou um acordo com Portugal, no qual se comprometia em não incorporar a seu império as colônias portuguesas⁶⁷⁹. Terminado o tráfico de escravos em 1850, no Brasil, as relações entraram em declínio, situação que perdurou até a véspera da independência de Angola. Vários fatores contribuíram para o afastamento bilateral nesse período, entre eles a inserção definitiva de Angola no circuito capitalista, após a conferência de Berlim, em 1885, que resultou na ocupação total de África pelas potências europeias. Angola passou de exportadora de braços escravos para exportadora de matérias-primas agrícola e mineral. Isso provocou uma mudança qualitativa nas relações Brasil-Angola, as quais perderam o caráter de complementaridade e tornaram-se concorrenciais. Enquanto economia primária exportadora, Angola concorria com alguns produtos brasileiros, principalmente o café, de que era um dos principais produtores mundiais.

No decorrer dos anos de 1950, com a luta levada a cabo pela OUA para a descolonização de África, constata-se que a formulação diplomática brasileira para o continente é marcada por uma ambiguidade, evidenciada pelo apoio simultâneo à autodeterminação dos povos colonizados e às teses colonialistas portuguesas⁶⁸⁰. Entretanto, do processo contraditório vivido pela diplomacia brasileira no período, emerge uma perspectiva anticolonialista, não propriamente pela negação das teses que justificavam o apoio brasileiro a Portugal, mas pela sua adaptação aos novos interesses do Brasil face aos rumos da política interna portuguesa após o movimento de 25 de abril de 1974 – conhecido como a Revolução dos Cravos. A perda da importância da comunidade luso-brasileira entre as décadas de 1950 e 1970 abriu possibilidades para o Brasil em Angola e ensejou a possibilidade de construção de uma política própria para o novo país independente. Segundo José Flávio Sombra Saraiva,

⁶⁷⁸ SARAIVA, Jose Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.

⁶⁷⁹ SERRANO, Carlos Moreira Henrique. *Angola: nasce uma nação. Estudo sobre a construção da identidade nacional*. São Paulo: Tese de doutoramento, USP/FFLCH, 1988

⁶⁸⁰ SILVA, André Luiz Reis da. *A diplomacia Brasileira entre a Segurança e o Desenvolvimento: A política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.

“o ponto de partida para a mudança de percepção acerca da independência angolana ocorreu entre 1972 e 1973, antes da Revolução dos Cravos. Foi uma reformulação lenta e pouco publicitada, para não ferir as suscetibilidades das controvérsias no invólucro do processo decisório brasileiro. O momento culminante foi o reconhecimento informal da independência de Angola ainda em março de 1975, antes da sua formalização em novembro do mesmo ano”⁶⁸¹.

Ovídio Andrade de Melo recebeu do Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Azeredo da Silveira, no início de 1975, a função de Representante Especial do Brasil em Angola. Sua tarefa era coordenar a posição do governo brasileiro diante da prevista independência de Angola e a formação do seu novo governo. O Itamaraty tentava buscar um novo momento nas relações com o continente africano, pois Geisel queria apresentar provas à comunidade internacional de que o Brasil romperia definitivamente a solidariedade que mantinha com o colonialismo português. Angola era o país certo para aquela demonstração, a converter-se em um grande exemplo. Houve várias manifestações populares na Representação Especial do Brasil no Governo de Transição em Angola, para que o Brasil assumisse posições mais assertivas contra os remanescentes do domínio colonial europeu na África. Segundo o Representante Especial “fazer política externa é assumir atitudes condizentes com o interesse nacional a curto, médio e longo prazos, afrontar riscos se preciso for; ter, não somente uma vaga soberania teórica, mas uma definida e verdadeira personalidade internacional. Foi o que o Brasil teve com respeito a Angola”⁶⁸². O Brasil tinha que adotar

“uma atitude nítida e firme em Angola: reconhecer logo, ou imediatamente tirar o time de campo. E se optássemos pela segunda solução, eu bem esclarecia, o MPLA não nos perdoaria as falhadas promessas de isenção e durante muito tempo poderíamos esquecer as relações com Angola, com Moçambique, e provavelmente com toda a África negra. Seria um fiasco com repercussões continentais, bastante sérias e duráveis”⁶⁸³.

Dois dias antes das festas programadas, Melo recebeu a decisão do Itamaraty, que o Brasil reconheceria o Governo de Luanda e seria assinado o decreto que transformava a Representação Especial em Embaixada do Brasil em Luanda. Segundo Ovídio Melo, a Delegação de Moçambique para as festas da independência de Angola, chefiada por Marcelino dos Santos “manifestou contentamento pela decisão do Brasil e informou que dali por diante as relações do Brasil com Moçambique seriam de amizade”⁶⁸⁴. A independência

⁶⁸¹ SARAIVA, José Flávio Sombra. *Um momento especial nas Relações Brasil-Angola: do Reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais*. In Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Ed. Beltrand Brasil, 1999 p. 230.

⁶⁸² MELO, Ovídio de Andrade. *O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): O Desafio Geoestratégico*. São Paulo: NUPRI/USP, 2000 p. 348

⁶⁸³ MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 p. 130.

⁶⁸⁴ MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 p. 130.

de Angola em 11 de novembro de 1975 foi uma vitória dos movimentos de libertação nacional, mas também um fato histórico com implicações políticas e econômicas que ultrapassaram o continente africano. A conquista da liberdade por Angola tornou-se uma prova de que a libertação do resto de África era possível. Agostinho Neto, no discurso solene da proclamação da independência, como primeiro presidente da República Popular de Angola, reafirmou a convicção do país na libertação dos povos oprimidos, dizendo que “na Rodésia, na Namíbia e na África do Sul está a continuação da nossa luta”. Essas palavras deram segurança aos africanos de que o regime branco ilegal de Ian Smith, na Rodésia, e o regime do *apartheid*, na África do Sul e na Namíbia ocupada, iriam ser os próximos a serem derrotados. Em Angola, à semelhança do Vietnã, triunfaram os movimentos que contrariavam os interesses dos EUA⁶⁸⁵.

A pressão sobre o embaixador Ovídio Melo cresceu após a independência, quando o então secretário de Estado dos EUA, Henry Kissinger, anunciou para comunidade internacional que Cuba estava enviando tropas de elite para Angola. A Operação Carlota, de apoio militar cubano ao MPLA, tinha como principal objetivo conter o avanço das tropas sul-africanas e zairenses em direção a Luanda. O embaixador não informara o Itamaraty sobre os soldados cubanos e, após meses sem receber notícias do Brasil, chegou pelo telégrafo uma mensagem curta, de pergunta áspera “Onde estão os cubanos?”⁶⁸⁶. Os soldados de Cuba começaram a chegar a Angola no dia da independência, relatou Melo. Segundo ele, “poderia haver instrutores e espiões antes. Mas não na capital, onde eu e meus funcionários estávamos”. O assunto era mantido em sigilo por Agostinho Neto, que tinha conhecimento dos preparativos para invasão de Angola por forças da África do Sul e da República do Congo, Kinshasa, o que justificava que o embaixador desconhecesse a operação. De fato, Ovídio conduziu o que foi talvez um dos episódios mais polêmicos da história do Itamaraty, quando, o Brasil reconheceu sem evasivas a independência de Angola e seu novo governo, que vinha recebendo armamento da URSS e tropas provenientes de Cuba.

A política externa de Angola nos primeiros anos da independência foi direcionada para dois grupos de aliados: os países socialistas e o Brasil, que havia sido o primeiro país a reconhecer o governo do MPLA⁶⁸⁷ (caracterizado pelo nacionalismo com ideologia marxista

⁶⁸⁵ BRAVO, Manuel. *Angola: Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: ed. Hugin, 1996 p. 164-165.

⁶⁸⁶ MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 p. 133.

⁶⁸⁷ O MPLA durante o período da Guerra Fria foi caracterizado pelos seus críticos nacionais e internacionais como de ideologia marxista. O MPLA é um movimento de natureza nacionalista com forte influência do marxismo. Se analisarmos a posição dos vários dirigentes do movimento vamos verificar que enquanto uns

na fase da independência). O fato poderia não ter causado maiores repercussões, caso o Brasil não fosse o primeiro país a reconhecer a liberdade de Angola, antes mesmo de muitos países africanos, que aguardavam uma melhor definição da situação política no país. O ato contrariou ações anteriores do Estado brasileiro de apoio ao colonialismo português⁶⁸⁸. A solidariedade com Portugal, cuja política, sob Salazar, visava a manter as colônias como província ultramarina, levantara desconfianças e hostilidade contra o Brasil e hostilidade no continente africano, alimentada ainda mais pelo caráter fortemente conservador do regime autoritário que existia no Brasil⁶⁸⁹.

Segundo o embaixador Ovídio de A. Melo, o Brasil deveria manter uma posição neutra até o dia 11, quando reconheceria o movimento de libertação vencedor⁶⁹⁰. Mas o cronograma acabou ruindo, os três movimentos entraram em guerra e o país foi invadido no Norte e no Sul pelas tropas de Kinshasa, do Zaire e da África do Sul. Com o país em convulsão, o representante de Geisel viu, no dia da independência, a bandeira portuguesa dar lugar à bandeira do MPLA no Palácio Nacional de Luanda. Em nome do ‘pragmatismo responsável e ecumênico’ que guiava a política externa do Brasil na época, o Itamaraty ignorou a coloração ideológica do novo governo e reconheceu o movimento liderado pelo médico António Agostinho Neto às 20h01 do horário de Brasília, coincidindo com o primeiro minuto do dia 11 em Angola. O Brasil era o primeiro país a ter relações diplomáticas com o novo governo de Luanda.

A meta da política africana, definida formalmente durante o governo do Gal. Ernesto Geisel (1974-1978), era assegurar uma maior complementaridade política e econômica que reforçasse o perfil externo do Brasil e da própria África nas questões internacionais. Nesse sentido, as relações Brasil-África tiveram um duplo propósito: ampliar a presença brasileira no continente africano, como substituto às ex-potências coloniais, e projetar o Brasil como nação influente entre os países em desenvolvimento. Neste sentido, introduziu-se como uma das principais pautas da política exterior do Brasil a multilateralidade horizontal Sul-Sul. Cláudio Oliveira Ribeiro afirma que ainda que se reconhecesse a importância das relações Brasil-África, essas relações com o continente africano guiaram-se por uma política muito

tinham formação somente de origem nacionalista, outros além de nacionalista tinham formação marxista, mas mesmo dentro deste grupo nem todos consideravam marxista.

⁶⁸⁸ OLIVEIRA, Henrique Altmani. *Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1987 p. 156.

⁶⁸⁹ SARAIVA, José Flávio. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política exterior brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Ed. da UnB, 1996.

⁶⁹⁰ MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 p. 14

mais focada na área de laços culturais, de laços emocionais, de um passado⁶⁹¹. Em termos econômicos, ela foi percebida como uma estratégia para o país ganhar maior autonomia em sua própria formação de capitais. Em termos políticos, buscou-se projetar o Brasil como liderança dos países subdesenvolvidos, a partir da veiculação da imagem do país como primeira civilização industrial dos trópicos com tecnologias apropriadas às realidades subdesenvolvidas, de índole pacifista, anti-imperialista e etnicamente multirracial.

O recrudescimento do protecionismo dos países industrializados contra os produtos manufaturados brasileiros, sobretudo por parte dos Estados Unidos, e as rivalidades regionais com a Argentina também contribuíram para reforçar a política africana do Brasil, em decorrência da relativa receptividade dos países africanos à presença brasileira naquele continente⁶⁹². Assim, através das relações Brasil-África, criava-se no Atlântico Sul uma concepção de cooperação regional que permitiu, mesmo nos períodos de crise econômica, como foi o problema da dívida externa nos anos 80, garantir espaço de manobra autônoma para o Brasil e os países africanos junto ao sistema internacional.

O ato de reconhecimento da independência de Angola em 1975, em um momento de indefinição política na nova nação, foi motivado pelo desejo do governo brasileiro de afirmar a prioridade e a relevância que atribuiria ao diálogo com Angola independente. Essa prioridade é confirmada pelo gesto dos dois países de trocarem reciprocamente missões de alto nível para reforçar a cooperação⁶⁹³. A atitude do Brasil causou reação parcialmente negativa dos outros países ocidentais, porque havia objeções ao reconhecimento precoce da independência; ao mesmo tempo, foi uma atitude encorajadora, porque Angola necessitava de manifestações internacionais de solidariedade e apoio. O reconhecimento imediato permitiu dissipar as desconfianças dos angolanos, mantendo a missão em Luanda e procurando defender seus interesses no país. Na mensagem presidencial do fim de ano, Geisel cita as realizações da diplomacia brasileira em 1975 de forma geral sem citar a repercussão interna e externa do reconhecimento de Angola. Segundo ele,

“1975 foi também um ano fecundo no estreitamento dos laços de amizade com as nações africanas. Êxito especial deve ser creditado à política de aproximação com as novas nações de língua portuguesa, no contexto da qual, fiel aos princípios de não – intervenção e de respeito à autodeterminação dos povos, o Brasil estabeleceu

⁶⁹¹ RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional vol.51 no.2 July/Dec. 2008.

⁶⁹² OLIVEIRA, Henrique Altimani. *Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África*. São Paulo: FFLCH/USP. Tese de Doutorado, 1987.

⁶⁹³ MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 p. 129.

relações diplomáticas com todos os Estados oriundos das antigas colônias de Portugal”⁶⁹⁴.

Os Estados Unidos lamentaram profundamente a posição brasileira, considerando a manifestação como precipitada. O Brasil reconheceu estrategicamente os movimentos de libertação, principalmente o MPLA, que era hegemônico em todo o território angolano, evitando que Angola ficasse inteiramente a mercê da União Soviética e Cuba, em uma região considerada como parte da área de fronteira e influência, o Atlântico Sul. Informes do Itamaraty na época indicavam que o MPLA, com domínio na capital Luanda e as mais importantes cidades do país, tinha todas as condições para consolidar-se no poder⁶⁹⁵.

Quando os EUA, através do Secretário de Estado Henry Kissinger, se queixou do reconhecimento brasileiro ao MPLA, o chanceler brasileiro Azeredo da Silveira lembrou que o Brasil tinha interesses em todas as antigas colônias portuguesas. Ademais, o Brasil sentiu-se livre para consultar seus próprios interesses e história, porque os EUA não haviam informado que tinham intenções e que estavam agindo em Angola. Naquela época, Azeredo da Silveira afirmou que

“os EUA e o Brasil não podem ser meio-aliados. Os EUA não podem esconder determinada informação do Brasil. Não sabíamos que vocês estavam intervindo em Angola. Teríamos levado isso em consideração. Você não me disse nada. Temos especiais responsabilidades em Angola. Reconhecemos seus esforços para deter os soviéticos. Vocês podem pensar que o reconhecimento do MPLA foi para nos projetar perante o Terceiro Mundo. Não! Nós o fizemos porque temos interesse naquela parte da África”⁶⁹⁶.

O reconhecimento ocorreu no momento em que a conjuntura brasileira era de repressão aos movimentos populares, supressão das liberdades democráticas e caça aos comunistas. Os militares, amplamente contrários à aproximação com um movimento de viés comunista, não pouparam críticas à política desenvolvida pelo Itamaraty. Segundo os analistas da política externa brasileira (Borges Filho, 1985:270; Bitelli, 1989:189; Saraiva, 1987:90), o princípio que norteou o reconhecimento da independência angolana era um ‘pragmatismo responsável e ecumênico’, o que significava colocar os interesses econômicos e estratégicos acima da questão ideológica. Segundo Borges Filho (1985:270),

“Geisel via nos países de expressão portuguesa do continente africano um excelente mercado para uma parcela dos produtos nacionais, mesmo que tais países fossem dotados de regimes ideologicamente contrários ao do Brasil. Afinal estava em vigor uma política externa pragmática e responsável”⁶⁹⁷. Com a política externa africana,

⁶⁹⁴ Mensagem do Presidente Geisel. In Resenha de Política Externa do Brasil – Ministério das Relações Exteriores do Brasil, ano II nº VII, out-dez, 1975 p. 132.

⁶⁹⁵ O Estado de São Paulo, 28/02/1976 p. 10

⁶⁹⁶ Chanceler Azeredo de Silveira, citado por KISSINGER, Henry. *Memórias 3º Volume: Anos de Renovação*. UniverCidade, Topbooks, 2001 p. 767.

⁶⁹⁷ BORGES FILHO, Nilson. *Forças Armadas e política externa: o governo Geisel*. São Paulo: Revista Política e Estratégia, v.3 n.2 jun. 1985 p. 266-274.

o Brasil objetivava tentar recuperar o tempo perdido, na política externa que oscilava entre os laços com Portugal e os atrativos do continente africano em termos econômicos, estratégicos e políticos.

Para Bitelli, “O que variou foi o grau de importância das condicionantes e seu inter-relacionamento. Apenas ele [pragmatismo ecumênico e responsável] determinaria de modo definitivo a preponderância da segunda sobre a primeira, em uma atitude que já se havia manifestado na política externa independente, mas que o movimento de 1964 se incumbira de sepultar”⁶⁹⁸. Em uma outra análise, Saraiva explica que o Brasil, ao

“inaugurar a política para a África, uma fase pragmática que tem procurado, na década atual, subordinou o critério ideológico ao critério do interesse econômico. Isso ficou evidente com a declaração da independência angolana em novembro de 1975. O Brasil foi o primeiro país a estabelecer relações diplomáticas formais com o novo governo”⁶⁹⁹.

A atuação do governo brasileiro garantiu ao Brasil, de um lado, a inserção privilegiada em Angola e a abertura de novas frentes na África, em particular nos países lusófonos⁷⁰⁰. De outro, garantiu o papel de “interlocutor ocidental” junto ao MPLA naquele momento de crise, quando as grandes potências viam sua credibilidade afetada em razão do apoio a facções contrárias ao movimento comunista angolano. Esse reconhecimento da independência era essencialmente de interesse político e não econômico-financeiro, pelo menos até o fim do século XX. Quando passou a ter interesse econômico⁷⁰¹, foi concebido como parte da estratégia brasileira de se colocar como mediador entre os interesses dos países ocidentais e os do mundo em vias de desenvolvimento, assegurando um espaço próprio para a reprodução do capital brasileiro, ao mesmo tempo que visava garantir algum poder de barganha junto as nações desenvolvidas. É nesse sentido que a rapidez no reconhecimento assumiu seu caráter estratégico, na medida em que apagou o seu passado de respaldo ao colonialismo português e, ao mesmo tempo, deu prova de relativa autonomia frente ao ocidente ao ser o primeiro país a reconhecer os direitos do povo angolano à liberdade⁷⁰².

Do ponto de vista angolano, o reconhecimento brasileiro significou o encontro de um parceiro capaz de oferecer boas perspectivas de cooperação política e econômica na conjuntura que o país atravessava. Segundo o Presidente Agostinho Neto, “esperamos, Senhor Embaixador, que

⁶⁹⁸ BITELLI, Júlio Glitermick. *A política brasileira para África e descolonização dos territórios portugueses*. Brasília: Cadernos do IPRI, n.2 1989 p. 177-191.

⁶⁹⁹ SARAIVA, Jose Flavio. *A política brasileira para a África*. Brasília: ed. Humanidades, n.13 mai./jul. 1987 p. 90.

⁷⁰⁰ MELO, Ovídio de Andrade. *O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): O Desafio Geoestratégico* São Paulo: NUPRI/USP, 2000.

⁷⁰¹ Fernando de A.A. Mourão, em entrevista ao autor, concedida em Luanda em 27 de setembro de 2010.

⁷⁰² SARAIVA, José Flávio Sombra. *Um momento especial nas Relações Brasil-Angola: do Reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais*. In Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Ed. Beltrand Brasil, 1999 p. 229-231.

no domínio da economia, do comércio, da tecnologia, da cultura seja satisfeita a aspiração do nosso povo, de cooperar com o povo brasileiro, através dos organismos competentes”⁷⁰³. Para Agostinho Neto, o caminho do socialismo era irreversível para a melhoria das condições sócio-econômicas do povo. Como consequência da escolha do regime socialista, o “capital estrangeiro, assim como as unidades de produção deixaram o país repentinamente estrangulando a economia, que não foi mais capaz de produzir um novo surto de desenvolvimento em função da descapitalização e da guerra civil pelo poder político”⁷⁰⁴.

De um lado, a então União Soviética e demais países socialistas não supriram todas as necessidades da economia angolana, de outro lado, a rejeição clara da República Popular de Angola pelos países ocidentais, bem como as tentativas impostas por estas nações de boicote internacional, impediram a entrada de novos investimentos no país. Em termos econômicos regionais, Angola pouco poderia contar com os seus vizinhos e aliados africanos: alguns estavam destroçados pelas guerras de independência, outros se encontravam limitados pelos problemas inerentes ao subdesenvolvimento de suas economias⁷⁰⁵. Anos depois, o gesto brasileiro é elogiado como certo em todo o mundo. Segundo Celso Amorim,

“a decisão de reconhecer a independência de Angola evidenciou a visão de futuro dos seus principais artífices – o Chanceler Azeredo da Silveira, o embaixador Ítalo Zappa, então chefe do Departamento da África do Itamaraty, e o embaixador Ovídio de Andrade Melo, representante Especial do Brasil perante o governo de transição angolano. Estabelecia-se ali uma linha de conduta cujos fundamentos têm sido duradouros, e cujos efeitos se fazem sentir ainda hoje. [...] Durante os 27 anos que durou essa luta fratricida, o Brasil sempre se manteve ao lado do povo e do governo de Angola. O apoio brasileiro foi particularmente visível no Conselho de Segurança das Nações Unidas, onde o Brasil atuou em defesa da democracia angolana e contra o uso da força como meio para se chegar ao poder”⁷⁰⁶.

Em paralelo, o governo angolano aceitou os mecanismos que garantiam o intercâmbio comercial entre Angola e o Brasil, como o sistema de *countertrade*⁷⁰⁷. Ademais, buscou criar convergência em torno de questões bilaterais e internacionais que expressassem aspirações mútuas de cooperação e intercâmbio, o que indica uma preocupação em garantir interesses políticos e econômicos brasileiros em Angola e na África. Em 1988, o Brasil alimentava três

⁷⁰³ Discurso do presidente Agostinho Neto em 11 de novembro de 1975, disponível no site: <http://www.portalangop.co.ao>

⁷⁰⁴ MATIAS, N. C. *A independência econômica no discurso de Agostinho Neto*. Luanda: 1ª edição, ed. Instituto Nacional de livro e disco (INALD), 1996 p. 9-10.

⁷⁰⁵ VISENTINI, Paulo, RIBEIRO, Luiz, e PEREIRA, Analúcia. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.

⁷⁰⁶ AMORIM, Celso. *Brasil-Angola: 30 anos de Amizade*. In: Angola Hoje, ano 6 nº 29 nov/dez/2006 p. 58.

⁷⁰⁷ OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política externa brasileira e relações comerciais Brasil – África*. São Paulo: Tese de Doutorado em Sociologia na FFLCH, Universidade de São Paulo, 1987. Segundo o Henrique Oliveira, o sistema de *countertrade* é um instrumento que consistia na capacitação e facilitação do comércio do Brasil com os países africanos. O petróleo foi o principal produto de troca e a ativação do mecanismo de *countertrade* pretendia aperfeiçoar o potencial comercial e empresarial brasileiro nos países africanos, bem como nas incursões do Brasil em outros espaços como o Oriente Médio e América Latina, de certa forma garantindo-lhe margem de autonomia nos seus esforços de ampliação e diversificação de parceiras comerciais.

linhas de crédito com Angola: a de curto prazo, para financiamento de bens de consumo (180 dias), que variava de US\$ 50 milhões a US\$ 90 milhões; a de médio prazo, para os bens de capital (até 5 anos) que variava de 60 a 120 milhões de dólares; e a terceira, específica para a construção da hidrelétrica Capanda⁷⁰⁸ pela Odebrecht S.A., iniciado em 1984, e que absorveu recursos superiores a US\$ 1,5 bilhão. O encontro da necessidade de reprodução do capital brasileiro com as demandas angolanas de cooperação, com vistas a superar sua crise político-institucional, redundou no desenvolvimento de relações econômicas mais próximas entre Brasil e Angola, que saíram da posição de concorrentes no período do colonialismo para uma relação de complementaridade. Nesse novo arranjo, o Brasil exportava uma gama de serviços e produtos manufaturados e recebia petróleo em contrapartida. A exploração de petróleo transformou-se em uma das grandes promessas das relações econômicas bilaterais. O petróleo e o gás representam para Angola um grande trunfo econômico e tecnológico. As oportunidades no setor petrolífero em Angola atraem os grandes investidores internacionais, inclusive empresas brasileiras, como Petrobrás e a Odebrecht.

Mesmo quando existia o cenário do conflito, Angola cumpriu rigorosamente, os compromissos assumidos com o Brasil. Segundo Fernando Henrique Cardoso

“Angola vem mantendo com o Brasil um nível exemplar de cooperação, além de respeitar com rigor todos os compromissos assumidos. Nem mesmo nos momentos mais árduos da guerra civil naquele país, foram interrompidos os fornecimentos regulares de petróleo com os quais Angola vem saldando religiosamente a dívida contraída junto ao governo brasileiro”⁷⁰⁹.

Para além das dimensões de cooperação econômica, uma intensa cooperação política passou a integrar as relações angolano-brasileiras, o que fica demonstrado pelos esforços conjuntos para aprovar a declaração da XL Sessão da Assembleia Geral da ONU que condenava o regime de segregação racial do *apartheid* e pelo apoio sem reservas à emancipação imediata da Namíbia. Essa convergência política foi consubstanciada pela formalização brasileira de sanções ao *apartheid* que incluíram o veto à exportação de petróleo e derivados, a proibição da venda de armas e munições àquele país, bem como a suspensão das atividades de intercâmbio cultural, artístico ou desportivo junto ao Estado sul-africano em 1985. Em 1987, o Brasil procedeu ainda à condecoração do bispo sul-africano Desmond Tutu, Prêmio Nobel da Paz e símbolo internacional da luta contra racismo⁷¹⁰. Não menos importante, o Brasil serviu-se de todas as formas disponíveis na diplomacia, incluindo a

⁷⁰⁸ PINHEIRO, Paulo Dyrceu. *Capanda é um exemplo de cooperação entre países em desenvolvimento*. Luanda: ed. Entrevista concedida a Revista do Comercio externo, n.5 1987 p. 31-34.

⁷⁰⁹ CARDOSO, Fernando Henrique. *A África e o Brasil* – in: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 72, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1º Semestre/1993 p. 216.

⁷¹⁰ CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. Brasília : Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

concertação diplomática da ZOPACAS, para defender soluções pacíficas no conflito angolano. Com o seu peso político no cenário internacional, o Estado brasileiro cobrou posições mais firmes contra o flagelo angolano nas reuniões da ONU. Fernando Henrique Cardoso lembra que

“no Conselho de Segurança das Nações [...] a diplomacia brasileira vem-se batendo por uma solução pacífica e democrática para a questão angolana, com base no pleno respeito aos acordos de paz firmados em 1991 e às resoluções do Conselho de Segurança sobre a matéria. Não podemos aceitar que as primeiras eleições naquele país, realizadas em setembro de 1992, reconhecidamente livres e justas, sejam flagrantemente desrespeitadas pelo partido derrotado sob o olhar complacente da comunidade internacional”⁷¹¹.

Nestes termos, Celso Amorim faz um apelo dramático para o fim da guerra em Angola em seu discurso de abertura da III Reunião de Estados-membros da ZOPACAS, em Brasília, no dia 21 de setembro de 1994, afirmando que

“trata-se de um conflito terrível, que tem produzido estatísticas de morte e mutilações verdadeiramente escandalosas. Na ZOPACAS que queremos desenvolver e consolidar não há lugar para guerras, muito menos entre irmãos. Cabe-nos, pois, exortar às partes envolvidas e às potências que influem sobre a situação que continuem a envidar todos os esforços para eliminar esta mancha de sangue do Oceano Atlântico”⁷¹².

A partir da década de 1990, o Brasil tem buscado estreitar cada vez mais suas relações com a África, principalmente a África portuguesa. O presidente Collor visitou Angola em 09 de setembro de 1991, dizendo, naquela ocasião, que “uma das prioridades da política externa brasileira seria o aprofundamento das relações com a África, em especial com os países de língua portuguesa. Esta viagem ao continente africano é a comprovação de que aquela diretriz está sendo aplicada no mais alto nível. Fiz questão de iniciar a viagem por Angola, país do qual o Brasil se sente particularmente próximo”⁷¹³.

Na ata final da 5ª Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola realizada em Brasília em 17 de julho de 1992, o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Lafer, lembrou a condição de Angola como o principal parceiro brasileiro na África Austral. O Brasil vem desenvolvendo um diálogo político de alto nível com o país, o que tem resultado em relações brasileiro-angolana cada vez mais sólidas. Por seu lado, o Ministro do Plano de Angola, Emanuel Carneiro, disse acreditar que as novas diretrizes traçadas pelo governo de Angola, em busca de dinamização de sua economia, venham a estimular o adensamento das relações

⁷¹¹ CARDOSO, Fernando Henrique. *A África e o Brasil*. In: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 72, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1º Semestre/1993 p. 216

⁷¹² Discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil na Abertura da III Reunião de Estados-membros da Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul em Brasília em 21 de setembro de 1994, in Resenha de Política Exterior do Brasil nº 75, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, jul/dez/1994 p. 35.

⁷¹³ Resenha de Política Exterior do Brasil nº 69, Ministério das Relações Exteriores, Brasília 2º semestre/1991 p.123

exteriores, em particular com o Brasil. Naquela sessão foram assinados os protocolos de intenção nos domínios de energia, recursos hídricos, geologia e minas, assim como foram assinados memorandos de entendimento sobre outras áreas, como crédito⁷¹⁴. As potencialidades de Angola estão levando o país a desempenhar papel de grande relevância no desenvolvimento africano e da África Austral em particular. O Ministério das Relações Exteriores do Brasil reconhece que “é convicção do Brasil de que as potencialidades de Angola, trabalhadas pela firmeza e pelo valor moral de seu povo, através de seus representantes, conduzirão a nação a cumprir papel de incontestável importância no concerto dos países africanos e no cenário internacional”⁷¹⁵.

Fernando Henrique Cardoso viajou para África como chanceler brasileiro no fim de julho de 1993, passando por vários países (Cabo Verde, Senegal, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Angola, Namíbia, Moçambique e África do Sul). No caso da África do Sul, foi a primeira vez que o país recebeu um chanceler do Brasil, o que mostrava “a nova perspectiva que se abre para o relacionamento do Brasil com a região no contexto do processo de pacificação e democratização da África do Sul”⁷¹⁶. Como afirmou Cardoso,

“na África, onde temos também uma tradição de política muito ativa, as atenções primordiais voltam-se hoje especialmente para a parte Austral do continente, especialmente Angola. Nossa participação no processo de paz angolano é intensa. O Brasil apoia a legitimidade da eleição que deu a vitória ao MPLA. A UNITA deve respeitar o resultado das eleições e contribuir para a normalização da vida político-institucional do país. Esperamos o reconhecimento do governo angolano pelos EUA⁷¹⁷ como ato capaz de ajudar a reconciliação nacional. A experiência da retirada dos brasileiros que trabalham em Angola evidencia a magnitude dos nossos interesses no país”⁷¹⁸.

Desde a independência de Angola, o Brasil desenvolve uma estratégia de inserção regional que concilia ações cooperativas e medidas de coordenação geopolítica para a segurança do Atlântico Sul. Como demonstração de cooperação efetiva do Brasil com Angola, o Chanceler Celso Amorim, em seu discurso de abertura da III Reunião de Estados-

⁷¹⁴ “Ata Final da 5ª Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola” in: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 71, Ministério das Relações Exteriores, Brasília 2º semestre/1992 p. 13-25. A Comissão Mista Brasil-Angola foi criada pelo Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, assinado em Luanda em 11 de novembro de 1980.

⁷¹⁵ Nota de Imprensa “Paz é consolidada em Angola” in: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 69, Ministério das Relações Exteriores, Brasília 1º semestre/1991 p. 281-282.

⁷¹⁶ CARDOSO, Fernando Henrique. *Política Externa: Fatos e Perspectivas*. in Política Externa Vol. II nº 1 jun/jul/ago de 1993 p. 7.

⁷¹⁷ Os EUA não reconheciam a legitimidade e soberania da República Popular de Angola de 1975 a 1992. Com a realização das eleições multipartidárias de 29 a 30 de setembro, ganhas pelo MPLA e reconhecidas pela ONU e demais instituições internacionais, a comunidade internacional passou a cobrar dos EUA o ato de reconhecimento da República de Angola, sendo confirmado o reconhecimento em 19 de maio de 1993.

⁷¹⁸ CARDOSO, Fernando Henrique. *Política Externa: Fatos e Perspectivas*. in Política Externa Vol. II nº 1 jun/jul/ago de 1993 p. 6-7. O artigo do Chanceler FHC foi escrito em maio de 1993, dias antes dos EUA reconhecerem a República de Angola.

membros da ZOPACAS, em Brasília, no dia 21 de setembro de 1994, afirmou que o Sul do Atlântico é uma das regiões mais desarmadas do mundo e que seus membros desejam manter esta característica, a fim de construir um ambiente de paz, cooperação e respeito aos direitos dos seus povos. Esse ideal se revitaliza com o ingresso da Namíbia e da África do Sul na ZOPACAS e a incorporação de novas e desafiadores componentes.

A participação brasileira no campo da segurança para África vem se dando sob a égide das Nações Unidas. O Brasil se esforça por responder aos apelos da organização em prol da estabilidade do continente, participando de missões de paz em Angola, através da UNAVEM I, II, III e da MONUA; em Moçambique, através da operação OEM UMOZ e ainda em outros cenários de guerra; em Uganda e Ruanda, através da ONOMUR; na Libéria, através da UNOMIL; na República Democrática do Congo, através da Operação Ártemis e na África do Sul, através da UNOMSA, relativa ao monitoramento das eleições de 1994. Outras ações de concertação político-diplomática podem ainda ser registradas, tal como a ação no seio da CPLP, quando da crise da Guiné-Bissau. O Brasil também teve intensa participação em missões de paz em Angola⁷¹⁹.

A diplomacia brasileira intensifica seus esforços para a paz aproveitando as conferências multilaterais para promover a causa da solução pacífica de controvérsias, do diálogo intercivilizacional e do desenvolvimento dos países do Sul. O Brasil luta para o avanço da causa do multilateralismo. Esse papel tem sido desempenhado por meio da construção de alianças de ‘geometria variável’ no âmbito da ONU, do G7, do G20 (criado em Cancún, no contexto das rodadas negociais de Doha), do G4 (integrado pelo Brasil, Índia, Japão e Alemanha), do G8+5 (integrado pelos oito países mais industrializados e pelo Brasil, México, Índia, África do Sul), do IBAS (que reúne Índia, Brasil, África do Sul), do BRICS (integrado pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) e CPLP (que reúne os países de língua portuguesa), entre outros.

A verdade é que a diplomacia do Brasil nestas organizações regionais tem sido mais visível e reconhecida tornando mais fértil, mas não fácil, o terreno para a sua integração, como membro permanente, no Conselho de Segurança⁷²⁰ da ONU, cuja estrutura necessita ser reformada, de maneira que as suas ações atinentes à paz e segurança internacional tenham maior legitimidade. Angola tem prestado um apoio valioso ao Brasil, para que este país sul-

⁷¹⁹ *Missões de paz*. Disponível no site: <http://www.exercito.gov.br/web/guest/apresentacao>

⁷²⁰ O Conselho de Segurança foi criado após II Guerra Mundial e refletia a realidade daquele momento. Atualmente, a situação se tornou diferente, havendo necessidade de reformar as Nações Unidas que precisam de ter maior representatividade e ser uma organização mais democrática, para que as suas decisões tenham maior legitimidade e possam ser aplicadas com maior eficácia na comunidade internacional.

americano seja membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. O Presidente José Eduardo dos Santos declarou durante a visita efetuada ao Brasil, a 23 de junho de 2010, ser de “toda a justiça e legitimidade que o Brasil se torne membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas”, garantindo o apoio de Angola a Lula da Silva. O subsecretário-geral do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Piragibe Tarragô, reconheceu e agradeceu o apoio de Angola⁷²¹.

Nas relações comerciais entre Angola e o Brasil, a Feira Internacional de Luanda (FILDA) é o evento mais marcante para os empresários, tanto do ponto de vista de divulgação dos produtos quanto da possibilidade de fechar grandes contratos. A FILDA é um instrumento adequado para o empresário que deseja inserir-se no mercado africano, uma vez que se trata de uma feira internacional com repercussão nas regiões da África Central e Austral. Em 2000, o Brasil participou na FILDA com sete expositores, Portugal com 53, África do Sul com 22, Alemanha com 16, Espanha com 14 e participaram ainda, China, EUA, Itália, Moçambique, Costa do Marfim, Holanda, Polónia, UK, Zâmbia. Nota-se que a presença do Brasil naquele ano foi modesta⁷²². O fortalecimento das relações comerciais entre o Brasil e Angola teve forte impulso nos últimos anos e resultou em expressivo aumento do intercâmbio comercial. Entre 2005 e 2009, a corrente de comércio Brasil-Angola evoluiu de US\$ 520 milhões para US\$ 1,5 bilhão, correspondendo a uma variação positiva de 182,6%⁷²³.

A participação do Brasil na FILDA que aconteceu de 14 a 19 de julho de 2009, em Angola, contou com a presença de 75 empresas em 45 estandes, sob a coordenação da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil). Representantes dos diversos setores de máquinas e equipamentos, alimentos, casa e construção, fizeram 900 contatos com compradores angolanos e realizaram negócios estimados em US\$ 50 milhões. As exportações brasileiras para Angola cresceram 62% entre 2007 e 2008, alcançando quase US\$ 2 bilhões, sendo mais de 80% em produtos industrializados. A corrente de comércio entre os dois países praticamente duplicou nesse período, atingindo US\$ 4,2 bilhões. Angola passou a ocupar a 23ª posição entre os destinos das exportações brasileiras, à frente de países como Canadá, África do Sul, Emirados Árabes Unidos, Austrália e Índia⁷²⁴.

⁷²¹ Jornal de Angola, 18 de julho de 2010 p. 1

⁷²² Jornal de Angola. Luanda: edição de 18 de julho de 2000.

⁷²³ <http://www.apexbrasil.com.br/portal/>

⁷²⁴ *Bons resultados para participantes da Filda 2009*. disponível <http://www.apexbrasil.com.br/portal/>

Segundo o Fernando Henrique Cardoso, o Brasil retoma o desenvolvimento em bases sustentadas, com forte impacto sobre as suas parcerias externas, especialmente Angola, ao afirmar que

“desde 1989, temos participado de todos os esforços de pacificação em Angola sob os auspícios das Nações Unidas. Quando estive à frente do Itamaraty, disse certa vez que nossa atuação no processo de paz em Angola é movida por um genuíno sentimento de solidariedade. [...] O meu Governo está empenhado em assegurar todos os meios para que nossa presença na UNAVEM, com mais de 1100 soldados, traduza literalmente a prioridade que Angola representa para nossa diplomacia”⁷²⁵.

A atuação do Brasil em Angola vem sendo diversificada e intensa, transcendendo os aspectos comerciais e econômicos. Paulo Vizontini e Analúcia Pereira afirmam que “o lugar da África nas relações internacionais do Brasil continuou modesto, mas houve algumas iniciativas importantes e certa inflexão ao longo do segundo mandato FHC, que viriam a ser qualitativamente aprofundadas pelo governo Lula. A partir de 1995, o exército brasileiro participou ativamente das missões de paz da ONU em Angola e em alguns outros países”⁷²⁶. No plano econômico, empreiteiras brasileiras têm vindo a participar em obras de infraestrutura viária, urbana e energética em Angola como a Construtora Norberto Odebrecht, Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Furnas, etc. Para facilitar esses investimentos, e estimular exportações de bens e serviços, o Brasil ampliou a capacidade de crédito para o comércio e os investimentos e criou linhas especiais de financiamento a partir do perdão de dívidas bilaterais. Fica evidente que, nos anos 1990, mesmo se afastando do continente, o Brasil fez algumas opções seletivas, e manteve algumas parcerias, como Angola aspectos desenvolvidos no próximo subcapítulo.

4.2 RELAÇÕES BRASIL-ANGOLA DE 2002 AOS DIAS ATUAIS

Entre os anos de 1990 e 2002, prevaleceu o desinteresse da política externa brasileira pela África, influenciada pelos discursos de afro-pessimismo⁷²⁷ que tomaram conta de diplomatas e de empresários. A África passou a ser considerada inviável, terra do atraso econômico e do desrespeito aos direitos fundamentais dos povos, de modo que a tendência era desqualificá-la como interlocutora das relações internacionais do Brasil no final do século XX. Segundo Ribeiro,

⁷²⁵ Discurso do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos em Brasília, 15 de agosto de 1995.

⁷²⁶ VIZENTINI, Paulo G. Fagundes e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. Artigo disponível no site: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>

⁷²⁷ Afro-pessimismo é a corrente ideológica e política, que considera a África incapaz de resolver os seus problemas de guerras, pobreza e de afirmação como Estados.

“entre 1985-2006, as relações do Brasil com os países africanos ingressam em um período de incertezas e ambivalências, em que o Itamaraty ora opta por concentrar os seus esforços em países considerados prioritários, como a África do Sul, Angola e Nigéria; ora pretende restabelecer a política externa africana nos moldes anunciados ainda na década de 1960”⁷²⁸.

Nos anos de 1990, a África do Sul ressurgiu como área de interesse para a política externa brasileira e o seu olhar, também, se voltou para a África Austral. A ação política africana do Brasil nessa década foi igualmente a retomada das operações da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul, com a entrada da África do Sul em 1994. Segundo Döpke, a política externa brasileira para a África nos anos 90, foi ‘uma política minimalista e eclética’, constituída por ‘opções seletivas’ e que produziu um distanciamento entre o Brasil e esse continente”⁷²⁹. Embora o Brasil tenha feito opções seletivas no continente africano, privilegiando países como a Nigéria e Angola, devido ao petróleo, e a África do Sul, a economia mais forte da África Subsaariana e parceira brasileira no fórum IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), ficou evidente que os discursos brasileiros voltaram às teses de relações privilegiadas com os centros avançados da produção capitalista ⁷³⁰.

As exportações brasileiras para Angola triplicarem-se nos anos 2000, mas falta diversificar a pauta dos produtos angolanos vendidos ao Brasil, que têm tradicionalmente baixo valor agregado e se concentram em número reduzido de bens (petróleo e diamantes). A participação de empresa privada angolana na exploração de hidrocarbonetos no Brasil deu novo impulso às relações comerciais entre os dois países. A empresa angolana Somoil venceu concorrência para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo Baiano, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização.

A ampliação das relações Brasil–Angola foi feita mediante a formulação de políticas que garantissem a consolidação dos fluxos regulares de recursos energéticos e a exportação de serviços, como os de engenharia, que fluem positivamente para a formação da infraestrutura em Angola. Os dois países são unidos cada vez mais pelas novas possibilidades que a cooperação na ZOPACAS e na CPLP oferece para o desenvolvimento e bem-estar de seus povos. A política externa brasileira para Angola mantém uma coerência entre o discurso diplomático e a manutenção do seu sentido estratégico ao definir os vetores capazes de

⁷²⁸ RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)*. São Paulo: Tese de doutoramento em Ciência Política, USP, 2007 P. 43-44.

⁷²⁹ DOPKE, Wolfgang. *A CPLP tanto inútil quanto necessária?* Meridiano 47, nº 26, setembro de 2002.

⁷³⁰ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da sadc e na ceeac*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2005.

articular os interesses nacionais às possibilidades em sintonia com os interesses definidos pelo Estado angolano⁷³¹.

Esse fato se tornou mais evidente quando ao longo do tempo de existência de Angola independente, a ação do Itamaraty para a África tem transparecido na opção por parcerias preferenciais, com destaque para os PALOPs, embora a Nigéria e a África do Sul que não são membros, estejam também nas linhas preferenciais da ação diplomática do Itamaraty, evidenciando que, nas relações com a África, o Brasil procura agir de forma seletiva. O Brasil vem procurando acercar-se de Angola, acompanhar suas atividades e estabelecer mecanismos de cooperação. Trata-se de iniciativa complementar às ações destinadas a desenvolver o relacionamento com os países africanos na órbita multilateral. Angola atua neste caso como mediador, seja por meio dos acordos já assinados com o Brasil, os quais podem estenderem-se a países que não dispõem de acordos-quadro, seja pelos canais de interlocução de que dispõe⁷³².

O diálogo com Angola tem reforçado a imagem do Brasil como parceiro confiável, conferindo legitimidade às iniciativas do país na África Subsaariana. Ao gerar maior conhecimento a respeito da realidade angolana, o Brasil amplia, igualmente, o seu relacionamento com a CEEAC e SADC, projetando uma postura mais segura do Brasil em fóruns multilaterais como o Conselho de Segurança e o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas. A diplomacia brasileira vem atuando nos últimos dez anos, principalmente nos dois mandatos do presidente Lula (2002-2010), com maior desenvoltura no tratamento de temas africanos, especialmente os mais delicados, como paz e segurança regionais, direitos humanos e assistência humanitária⁷³³. Paulo Vizontini e Analúcia Pereira enfatizam que

“após um longo período de distanciamento, as relações do Estado e da sociedade brasileira com o continente africano superaram a retórica e ganharam um novo impulso a partir do governo de Luiz Inácio Lula da Silva. (...) na aproximação com o continente africano, os aspectos estratégicos e econômicos são, seguramente, mais importantes. Embora a África seja um continente que apresenta índices alarmantes de pobreza, não é um continente estagnado, e representa um elemento fundamental para a inserção global do Brasil”⁷³⁴

O diplomata do Itamaraty que mais se notabilizou nas ações de aproximação e cooperação entre Angola e o Brasil é o embaixador Ovídeo de Andrade e Melo. Atualmente o

⁷³¹ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da sadc e na ceeac*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2005

⁷³² RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006)*. São Paulo: Tese de doutoramento em Ciência Política, USP, 2007.

⁷³³ ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul : face ao processo da integração da sadc e na ceeac*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2005.

⁷³⁴ VIZENTINI, Paulo G. F. e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. Artigo disponível no site: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>

Itamaraty reconhece os feitos do embaixador, que se traduziram na atribuição do seu nome a Casa de Cultura e Centro dos Estudos Brasileiros em Angola. A inauguração oficial do núcleo provisório da Casa de Cultura foi incluída na programação da visita oficial a Angola do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, acompanhado de vários ministros, entre os quais, o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim⁷³⁵. O núcleo provisório da Casa de Cultura e Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade e Melo dedica-se a divulgar a cultura brasileira e contribuir para o desenvolvimento de Angola. A partir de abril de 2004, o Centro vem acolhendo o projeto Mala de Leitura do professor Maurício Leite, apoiado pelo Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores do Brasil e tendo como parceiros em Luanda a União dos Escritores Angolanos e a Odebrecht Angola. Sua atividade inclui Horas do Conto na Biblioteca e cursos de capacitação para professores, funcionários de biblioteca e outros interessados, no formato de oficinas interativas⁷³⁶. Em agosto de 2003, a atividade cultural da Casa foi o início da exposição Brasil – África – Similaridades, com a curadoria de Dirce Carrion e com patrocínio da Odebrecht Angola Ltda. e em setembro de 2003, foi realizada a roda de capoeira pelo Grupo Abadá⁷³⁷, no pátio da Casa de Cultura, com patrocínio da empresa Prado Valladares.

Em suas palavras de saudação, o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, prestou homenagem ao Embaixador Ovídio de Andrade e Melo, ao frisar que, embora o Itamaraty tenha poucos heróis ao longo de sua história, um deles foi certamente aquele diplomata que, com sua sabedoria, coragem e visão política, foi diretamente responsável pelo fato de ter sido o Brasil o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Esse gesto marcou de forma definitiva as relações bilaterais entre os dois países⁷³⁸. Como refere o ministro no prefácio do livro publicado pelo embaixador Ovídeo Melo,

“por força das circunstâncias que acometiam a política nacional naquele momento, Ovídio não recebeu o crédito merecido pela ousadia e pela coragem de sua missão – e mesmo pela obediência com que cumpriu as instruções oriundas de Brasília. É verdade que, antes de aposentar-se, seria designado nosso Embaixador em Bancoc e Kingston, mas só alcançaria o topo da carreira diplomática – a promoção a Ministro de Primeira Classe –, com o advento da redemocratização. Na verdade, como ele próprio tem orgulho de dizer, foi o primeiro Embaixador da Nova República⁷³⁹”.

⁷³⁵ MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

⁷³⁶ Casa de Cultura e Centro de Estudos Brasileiros Embaixador Ovídio de Andrade e Melo Disponível no site: <http://homepage.mac.com/mpassibarro/stcul3030.htm>

⁷³⁷ O Grupo Abadá é constituído por alunos do mestre Camisa, brasileiro que veio a Angola na década de 1990 para trazer a capoeira de volta à sua terra de origem, Angola.

⁷³⁸ Jornal de Angola, Luanda, edição de 09 de agosto de 2003.

⁷³⁹ AMORIN, Celso. *Prefácio*: In: MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: FUNAG, 2009 p. 10.

O Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Bernardo Miranda, confirmou o impacto que teve o reconhecimento pioneiro pelo Brasil e que a notícia gerou grande entusiasmo entre os novos dirigentes contribuindo, de forma direta, para a consolidação do governo do MPLA que havia prevalecido na capital do país. A atitude desassombrada credenciou o Brasil como um interlocutor especial para os angolanos, inaugurando uma amizade que perdura até nossos dias. Ciente da importância do reconhecimento, o Presidente Lula batizou o Centro Cultural Brasil-Angola em homenagem a Ovídio Melo⁷⁴⁰. De fato, o Presidente Lula, além de manifestar-se de pleno acordo com os elogios feitos pelo chanceler Celso Amorim ao Embaixador Ovídio de Andrade Melo, acrescentou que foi sua decisão que abriu o caminho para as relações no atual estágio em que se encontram os dois países.

Durante os dois mandatos, o presidente Lula visitou Angola por duas vezes, a primeira em 2003 e a última realizada em outubro de 2007. O Presidente Lula assinou em 2003, o termo de doação de 1419 livros brasileiros distribuídos às entidades angolanas, nomeadamente Biblioteca Nacional de Angola, Universidade Agostinho Neto, Associação Chá de Caxinde, União dos Escritores Angolanos, Instituto Superior Privado de Angola (ISPRA). O Brasil também se apresenta como um dos grandes responsáveis pelo processo de reconstrução de Angola, ao aceitar aumentar as linhas de crédito que oferece ao país. Na segunda viagem, sete acordos foram assinados e o Brasil aumentou o crédito para Angola para um montante de US\$ 2 bilhões de dólares. De 23 e 24 de junho de 2010, o presidente de Angola visitou oficialmente o Brasil como retribuição do gesto do seu homólogo, que resultou no aumento da linha de crédito do Brasil para Angola no valor de 10 bilhões de dólares⁷⁴¹.

As relações de amizade e cooperação entre Brasil e Angola figuram como caso exemplar de relações Sul-Sul e ambos os países trabalham para que o exemplo seja seguido por outros países menos desenvolvidos. O valor de crédito que girava em torno de US\$ 2,00 bilhões de dólares declarados na última viagem do presidente Lula a Luanda em 2007 passou a 10 bilhões de dólares, para não deixar a China sozinha na reconstrução e no profundo intercâmbio comercial com Angola. Na cerimônia de abertura das conversações oficiais entre delegações ministeriais de Angola e Brasil, o presidente Lula afirmou que Angola é reconhecida como fator de estabilidade no continente africano, em função do papel fundamental que desempenhou para a conquista da paz e seu empenho na reestruturação das

⁷⁴⁰ AMORIN, Celso. *Prefácio*: In: MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009 p. 10. O imóvel para abrigar a sede definitiva da Casa de Cultura, foi doado pelo Governo angolano ao Brasil, de modo que o Brasil possa ter em Luanda um espaço cultural à altura do tamanho das relações entre os dois países.

⁷⁴¹ Jornal de Angola – Luanda, Edição de 25 de junho de 2010.

forças regionais de África. Na região Subsaariana, Angola se projeta como fator de estabilidade e paz regional⁷⁴².

Além das relações comerciais, as duas viagens do presidente Lula a Angola tiveram como objetivo aprofundar o diálogo político. No rol iniciativas realizadas, podem ser citados os esforços no intuito de favorecer aspectos de interdependência entre o Brasil e países africanos, particularmente com aqueles cuja Língua Portuguesa fosse o idioma oficial - PALOP, por meio de uma política de valorização das identidades culturais⁷⁴³. As visitas do presidente Lula à Angola mostram o compromisso do governo brasileiro com o aprofundamento da cooperação, seja na área política e comercial, seja na área de cooperação técnico-científica. Segundo o presidente Lula,

“queremos estreitar e aprofundar ainda mais a boa relação existente entre Angola e Brasil. Entendemos que o Brasil, como um país de língua portuguesa, economicamente mais forte e maior em população, precisa fazer gestos concretos de solidariedade e de generosidade e, ao mesmo tempo, dar sinais para o resto do mundo de que o Brasil tem dívidas históricas com o continente africano, com Angola. O Brasil quer, com gestos e políticas afirmativas, concretas, resgatar a nossa relação que durante tanto tempo, ficou um pouco esquecida”⁷⁴⁴.

Uma das bandeiras da política externa brasileira para África são os biocombustíveis. Sem deixar de levar em conta outras fontes renováveis, o Brasil considera que os biocombustíveis se apresentam como a fonte renovável de energia com maior potencial de trazer benefícios à comunidade internacional. Quando comparados às demais fontes energéticas, renováveis ou não-renováveis, os biocombustíveis apresentam inquestionáveis vantagens econômicas, sociais e ambientais⁷⁴⁵. O Brasil tem, ainda com Angola, um portfólio de projetos culturais, gerido pelo Ministério da Cultura em coordenação com o Itamaraty. No dia 10 de novembro de 2008, a TV Globo Internacional realizou o “Dia da Amizade Angola-Brasil” por meio de um espetáculo musical que reuniu mais 20 mil pessoas no Estádio dos Coqueiros, em Luanda, com apresentações de artistas dos dois países⁷⁴⁶.

A segunda viagem do presidente Lula a África no seu segundo mandato, em 2007, começou por Angola, pelo exemplo de reconciliação política e recuperação econômica. O campo econômico-comercial faz de Angola um dos maiores parceiros do Brasil na África. No

⁷⁴² Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Solene de Abertura do Encontro Bilateral com o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. Luanda: Jornal de Angola, 18 Out. 2007.

⁷⁴³ Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil do período de 2002-2010, Brasília, dezembro de 2010.

⁷⁴⁴ Discurso de Luís Inácio Lula da Silva por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola em Luanda, em 23 de novembro de 2003. in: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 93, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2º Semestre/2003 pag. 191.

⁷⁴⁵ *Biocombustíveis, Educação e saúde são temas de acordo entre África e Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal O Globo, edição de 28 de fevereiro de 2007.

⁷⁴⁶ Jornal Lusa, 17 de novembro de 2008

campo da cooperação técnica, foram assinados acordos nas áreas de saúde, educação e agricultura, que devem ajudar Angola a acelerar a sua recuperação. Durante a visita a Luanda, do Presidente Lula, em entrevista ao Jornal de Angola⁷⁴⁷ falou dos aspectos que envolvem as relações angolano-brasileiras, nas quais Angola desempenha um papel central na estratégia da política externa brasileira e explicou o alcance da concertação que o Brasil tem procurado estabelecer com a Índia e a África do Sul, reunidos no Fórum de Dialogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3)⁷⁴⁸, em resposta aos processos decisivos multilaterais ou globais que fogem ao controle dos países do Sul. Paulo Vizontini e Analúcia Pereira afirmam que

“o discurso e a prática diplomática do atual governo convergem para a construção de alianças preferenciais com parceiros no âmbito das relações Sul-Sul. Nessa perspectiva, o continente africano representa uma das áreas de maior investimento em termos diplomáticos do governo, só superada pela América do Sul. O Presidente Lula e o Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim, durante o primeiro mandato, realizaram várias visitas e estabeleceram inúmeros acordos com os diferentes países africanos. Em um pouco mais de 4 anos de governo, foram 5 viagens ao continente que resultaram na visita a 17 países”⁷⁴⁹.

Grandes empresas brasileiras, como a Petrobrás, Odebrecht, Vale do Rio Doce, Embraer, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez, já atuam em Angola e têm interesse em aprofundar uma antiga parceria, inclusive avançando em novos setores, tais como o agrícola e o de construção naval. O escritório do Banco do Brasil em Luanda vem atuando para dar apoio técnico e financeiro na concretização desses negócios desde 2004. Até 2006 a Petrobrás tinha concessão de exploração em seis blocos, e tem ainda iniciativas em estudo para adquirir novos. Das relações comerciais com Angola, a Petrobrás além dos negócios que desenvolve no país, também deseja integrar um consórcio para explorar gás natural na região do Soyo/Angola, assim como está igualmente à disposição para cooperar com a Sonangol na produção de biodiesel. Por outro lado, a Odebrecht e a Sonangol, por sua vez, lançaram, durante a visita do presidente Lula, uma empresa mista que se espera venha a produzir açúcar e etanol. O projeto foi orçado em 200 milhões de dólares de investimentos, com a geração de dois mil empregos diretos, traduzindo-se em um exemplo de cooperação com repercussão social⁷⁵⁰.

O presidente Lula ao analisar as relações do Brasil com a África durante a sua visita em Angola em 2007, afirmou que a África era um dos pilares prioritários para a política

⁷⁴⁷ <http://www.jornaldeangola.com> acessado em 21 de dezembro de 2007.

⁷⁴⁸ O Fórum de Dialogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS ou G-3) é uma iniciativa sul-africana de cooperação Sul-Sul.

⁷⁴⁹ VIZENTINI, Paulo G. F. e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. Artigo disponível no site: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>

⁷⁵⁰ Relatório sobre a Política Externa do Brasil no período de 2003-2010, Brasília, dezembro/2010.

externa do seu Governo. Lula assumiu que através do Fórum do IBAS⁷⁵¹ (Índia, Brasil e África do Sul) pretende-se também reforçar a cooperação Sul-Sul⁷⁵². IBAS é um mecanismo que promove uma maior e mais estreita concertação entre três economias emergentes e democráticas da África, América Latina e Ásia, pensando ser esse o ponto de partida para os países do Sul começarem a coordenar-se para responderem a uma ordem internacional desigual, incapaz de resolver os problemas do desenvolvimento e da segurança coletiva⁷⁵³. Com a África do Sul no IBAS, quer-se estimular todo o continente africano a participar na coordenação de posições Sul-Sul sobre temas prioritários da agenda internacional. Aliás, algo que já está a ocorrer com o convite aos três integrantes do IBAS para integrarem o G8 Ampliado e que Angola foi convidado pela primeira vez na reunião de Cúpula do G8 realizado em julho de 2009 na Itália⁷⁵⁴.

Na África, continente com o maior número de membros nas Nações Unidas, o Brasil vem conquistando apoios a seu pleito no CS/ONU. Em sua última visita a Brasília, em julho de 2010, o presidente angolano, José Eduardo dos Santos anunciou o apoio à candidatura do Brasil a membro permanente do Conselho: “Nós apreciamos o protagonismo que o Brasil e o Presidente Lula têm vindo a assumir no plano internacional e o reconhecimento por parte de amplos setores da comunidade internacional da crescente importância do seu contributo para a solução de alguns dos ingentes problemas do mundo atual”⁷⁵⁵. Faz parte do esforço brasileiro de criar uma frente unida de países em desenvolvimento para pressionar por um comércio global mais justo e por maior representatividade na ONU, conforme assumido por Pedro Motta Pinto Coelho, subsecretário do Itamaraty para a África, quando afirmou que “queremos

⁷⁵¹ O IBSA ou IBAS surgiu como resultado das discussões entre os chefes de Estado dos países do IBAS (Índia, Brasil e África do Sul), na reunião do G8, que ocorreu em Evian em 2003, e das conseqüentes consultas trilaterais entre os países envolvidos.

⁷⁵² A partir da década de 1970, o termo *Sul* passou a ser empregado no sentido de identificar os países em desenvolvimento, aproveitando-se do fato de todos os países subdesenvolvidos, com exceção de Austrália e Nova Zelândia, localizarem-se geograficamente ao sul do globo. Já o termo *Cooperação Sul-Sul* ganhou destaque no âmbito da pressão dos países em desenvolvimento por acordos internacionais que reduzissem as disparidades econômicas entre nações do Norte e do Sul. As coalizões ao Sul, portanto, não são recentes, mas ganharam força atualmente e tem exercido papel diferente na atual conjuntura. Ver, UNDP. *Forging a Global South*. United Nations Day for South-South Cooperation. 2004. Disponível em: <http://tcdc.undp.org/doc/Forging%20a%20Global%20South.pdf> Acesso em: 13/05/2011.

⁷⁵³ LIMA, Maria Regina Soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, v. 48, n. 1, 2005 p. 24-59. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n1/v48n1a02.pdf>. Acesso em: 03/08/2009.

⁷⁵⁴ *Angola participa como convidada da 35ª reunião de cúpula do G8 na Itália*. Luanda: Jornal de Angola, edição de 8 de julho de 2009.

⁷⁵⁵ Disponível em <http://www.angoladigital.net/> “Angola anuncia apoio à candidatura do Brasil ao CS da ONU”, 24 de junho de 2010. Acesso em 16/07/2010.

trabalhar com países africanos e outras nações em desenvolvimento porque isso nos dá uma plataforma melhor para negociar com os países do norte”⁷⁵⁶.

Já o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim afirmou que o combustível atraiu a atenção tanto das nações produtoras de petróleo quanto dos não-produtoras e acrescentou que houve avanços na cooperação econômica com o continente africano, inclusive a ideia de estabelecer mais pontes aéreas entre Brasil e África, além das já existentes⁷⁵⁷. Comparando a política externa brasileira e argentina para a África, é notória a escassez de visitas de altas autoridades argentinas à África e justifica-se esse fato, em parte, pela inexistência de laços culturais fortes entre aquele país e o continente africano⁷⁵⁸.

No primeiro governo (2003-06), as relações com a África ganharam intensidade inédita na história, visto que o presidente brasileiro realizou seis viagens ao continente africano, com escalas em 17 países, e os números do intercâmbio bilateral, passaram de USD 5 bilhões, em 2002, para USD 13 bilhões em 2006. A volta a África foi um dos compromissos de campanha, cuja justificativa repousava no fato do Brasil ser o “segundo país com maior população negra no mundo”. O aprofundamento de relações com a África do Sul, igualmente mencionada na campanha, por sua “importância regional”, juntamente com a Índia, China e Rússia, e a construção de uma nova política sobretudo com os países de língua portuguesa, se somaram aos esforços de incremento da política externa do Brasil para África⁷⁵⁹.

Discursos de 2003 do presidente Lula na África diziam que a prioridade dada ao aprofundamento das relações com a África, tratava-se de “um dever moral” e a uma “necessidade estratégica” do Brasil. Sem dúvidas, o “dever moral” era voltado para o público interno, o público brasileiro em especial o negro, enquanto a “necessidade estratégica”, para os parceiros internacionais, sobretudo os africanos. O dever moral seria consequência da dívida histórica com a África, a ser paga pelo estreitamento das relações bilaterais. Na política governamental para a África, destaca-se um objetivo comum, com vistas a estender aos cidadãos do Brasil e da África os benefícios da cidadania plena; e duas metodologias: o estabelecimento de relações de cooperação bilateral, sobretudo com os PALOP; e o

⁷⁵⁶ Jornal o Globo, 30/11/2006.

⁷⁵⁷ Jornal o Globo, 30/11/2006.

⁷⁵⁸ LECHINI, Gladys Teresita. *A Política Exterior Argentina para a África no Marco Referencial da Política Africana do Brasil: o Caso da África do Sul na Década de 1990*. São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 2002

⁷⁵⁹ Relatório do Ministério das Relações Exteriores do Brasil do período de 2002-2010, Brasília, dezembro de 2010.

fortalecimento da ação conjunta nos organismos internacionais, com a valorização do “multilateralismo”, com vistas à luta contra a exclusão social⁷⁶⁰.

O movimento negro ganha importância no contexto da política externa, quando o próprio presidente Lula reconheceu a vinculação que seu governo estabeleceu entre a política externa para a África e a questão racial no Brasil. Em Luanda, referiu-se sobre a criação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) e sobre a Lei no. 10.639, que determina a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares brasileiros⁷⁶¹. Na área econômica e do comércio bilateral as prioridades estavam orientadas para aumentar os fluxos de comércio e buscar o equilíbrio na balança comercial. Nem a indústria do petróleo, nem as oportunidades comerciais e de cooperação relacionadas à exploração petrolífera, e nem mesmo a busca de um assento permanente no Conselho de Segurança nas Nações Unidas, são identificadas como interesses estratégicos da aproximação brasileira à África⁷⁶².

Assim, não é correto associar a noção de necessidade estratégica de aproximação à África à questão do petróleo, como se fez após o choque do petróleo, em 1973, com o Governo Médici. Embora seja um produto extremamente importante na política externa de alguns países africanos, não é o principal determinante da diplomacia brasileira na África – fortemente calcada na concertação política, nas raízes culturais comuns e na defesa do multilateralismo. A necessidade estratégica desdobra-se na busca de formação de alianças em torno de uma finalidade comum: a luta contra a exclusão social. Tema este, inicialmente concebido como plataforma de governo em nível nacional, mas ao qual se decidiu atribuir projeção internacional com iniciativas como a “Ação contra a fome e a pobreza”, cujo documento final foi endossado por mais de cem Chefes de Estado e Governo, em 2004.

A necessidade estratégica de aproximação com a África está relacionada ao contexto multilateral e à reforma de suas principais instituições, como o Conselho de Segurança das Nações Unidas. A parceria com os países africanos foi apresentada como modalidade de ação internacional que poderia viabilizar mudanças no sistema internacional, destinadas a assegurar a realização dos interesses do Brasil e de outros Países em Desenvolvimento. A África, pela primeira vez na história viveu visivelmente, no período 2003-2010, uma dinâmica real do esforço do Brasil em manter relações multifacetadas, alguns dos eixos consagrados pela

⁷⁶⁰ Declaração de Luiz Inácio Lula da Silva na abertura das conversações ministeriais em Angola. In *Jornal de Angola*. Luanda: edição de 03/11/2003.

⁷⁶¹ Lei nº 10.639/03 de 09 de Janeiro, que determina a obrigatoriedade do ensino da História da África e da Cultura Afro-Brasileira nos currículos escolares brasileiros.

⁷⁶² BELLUCCI, Beluce. *Uma visão do Brasil sobre a África*. Brasília: Texto no III Seminário Brasil e China, ocorrido nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2010 p 19.

prática diplomática brasileira, como o diálogo político, a cooperação militar, a cooperação educacional e as relações comerciais, foram os mais dinâmicos no conjunto das relações bilaterais Brasil-África. A estes eixos, somaram-se outros eixos, menos dinâmicos, mas que refletiram a renovação da política africana do Brasil à luz de seus novos pilares. Esses pilares foram refletidos na assistência humanitária e a cooperação técnica, orientadas para a luta contra a exclusão social. Durante o primeiro Governo Lula, registrou-se um intenso calendário de visitas, missões e encontros entre autoridades brasileiras e africanas, em território brasileiro, africano ou à margem de reuniões internacionais, além de algumas importantes reuniões, dentre as quais o Fórum Brasil-África: política, cooperação e comércio, realizado em Fortaleza, Ceará, em 2003, organizado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil e pelo grupo dos embaixadores africanos em Brasília⁷⁶³.

O intercâmbio de embaixadas aumentou. Só no primeiro governo, mais de uma dezena de representações diplomáticas africanas foram abertas em Brasília e do Brasil no continente africano. O secretário-geral do MRE, Samuel Pinheiro Guimarães, citou com frequência a necessidade de articular alianças periféricas para diminuir a influência da “Superpotência” e das “Grandes Potências”. Segundo ele,

“na execução de sua política externa, e sempre orientado por princípios constitucionais, o Brasil em um mundo profundamente desigual, arbitrário e violento tem que reagir às iniciativas políticas de Grandes Potências e especialmente da Superpotência, os Estados Unidos; o Brasil tem que articular alianças políticas, econômicas e tecnológicas com os Estados da periferia do sistema internacional para promover e defender seus interesses; o Brasil tem que transformar suas relações tradicionais com as Grandes Potências, historicamente desequilibradas”⁷⁶⁴

A cooperação militar tem se valido de modalidades como a oferta de cursos para oficiais estrangeiros nas escolas militares brasileiras, a realização de visitas e missões no Brasil. A Namíbia, país independente em 1990, vem contando com a cooperação militar brasileira para a formação de seus especialistas, principalmente, nas especialidades da Marinha⁷⁶⁵. Segundo Irene Vida Gala, a inovação do governo Lula para a política africana, que procurou vincular o interno com o externo, não alcançou inteiramente os objetivos propostos, na medida em que não se desenvolveu uma agenda específica capaz de responder plenamente à expectativa de que as relações com a África poderiam ser utilizadas a fim de promover, no Brasil, a igualdade racial e a luta contra o racismo. Entretanto, é meritória de

⁷⁶³ Relatório do GRUPO I: Política e Questões Sociais na MESA I: Inserção Estratégica da África no Cenário Internacional do Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, Fortaleza, 09 e 10 de junho de 2003

⁷⁶⁴ CEPALUNI, Gabriel e VIGEVANI, Tullo. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Rio de Janeiro: In: Contexto Internacional vol. 29 no 2. jul/2007.

⁷⁶⁵ *Marinha do Brasil forma Primeira Turma de Soldados Fuzileiros Navais da Namíbia..* Disponível <http://www.revistaforcasarmadas.com.br/revista/estrutura/marinha-do-brasil-forma-primeira-turma-de-soldados-fuzileiros-navais-da-namibia>

crédito, a realização, em Salvador, Bahia, em 2006, da II CIAD, Conferência de intelectuais africanos da diáspora, organizada pelo governo brasileiro em parceria com a União Africana. As aspirações do movimento negro em relação a África, pouco se vincularam com as lutas antirraciais no Brasil e apresentaram suas limitações ao reconhecerem, o próprio movimento negro e, a então Ministra da SEPPIR, não dispõem, no início do Governo, de pauta específica de diálogo para as relações com o continente africano, pois o que nutriu o espírito da volta à África foram tradicionalmente as formulações míticas e místicas acerca do continente⁷⁶⁶.

Por outro lado, estes indicadores de crescimento das relações do Brasil com a África no Governo Lula, embora importantes e significativas, são relativamente modestos quando comparados aos esforços chineses no incremento da sua cooperação com os países africanos. A ajuda chinesa pode não ser inovadora, mas ela é a mais flexível neste momento⁷⁶⁷. De fato, o Brasil concorre com a China, mais do que outros países da América do Sul. Os caminhos buscados pelo Brasil são os de romper o potencial de crescimento baseados em produtos de pouco valor agregado, para fortalecer as exportações de alto valor agregado e constituindo-se em investidor industrial e as novas tecnologias. Os países africanos têm a percepção sobre os chineses serem os parceiros de longo prazo, presentes nos momentos difíceis. Angola por exemplo, em 2002 depois de terminar a guerra civil, não conseguiu realizar a conferência de doadores para a reconstrução do país. A China entrou em cena compartilhando as dificuldades dos angolanos ao abrir uma linha de crédito inicialmente estipulado em 2 bilhões de dólares, mas que atualmente, o valor de crédito já ronda os 15 bilhões de dólares. Os chineses não impõem o que fazer, não se imiscuem nos processos políticos internos e são totalmente previsíveis no plano externo⁷⁶⁸.

A promoção dos biocombustíveis como vetores do desenvolvimento sustentável no mundo tem levado o Brasil a assinar, nos últimos anos, acordos de cooperação com diversos países africanos. O aumento da participação dos biocombustíveis na matriz energética mundial é um modo de democratizar o acesso à energia. Atualmente, menos de 20 países são responsáveis pela maior parte do fornecimento mundial de energia⁷⁶⁹.

⁷⁶⁶ GALA, Irene Vida. *A política externa do Governo Lula para a África. A política externa como instrumento de ação afirmativa, ainda que não só...* Brasília: 51º Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, MRE. 2007.

⁷⁶⁷ LOPES, Carlos. *A África entre o Brasil e a China*. Rio de Janeiro: In: revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 29 nº 3 – Centro dos Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, 2007 p. 1-3.

⁷⁶⁸ PAUTASSO, Diego. *As relações econômicas internacionais entre China e Angola*. Meridiano 47 nº 105, abr. 2009 p. 27-29. Disponível <http://meridiano47.info/2009/04/08/as-relacoes-economicas-internacionais-entre-china-e-angola-por-diego-pautasso/>

⁷⁶⁹ FELISMINO, Rodrigo. **Biocombustível fortalece o Brasil com os africanos**. *São Paulo: Gazeta Mercantil de 03/04/2009*. Ver também: Países africanos projetam investimentos nos biocombustíveis *Mercados & Cotações, abril/2010* <http://www.jornalcana.com.br/pdf/196/%5Cmercato.pdf>

Para o Brasil, os biocombustíveis são um vetor importante da política externa que pode contribuir para reduzir assimetrias e desigualdades entre países consumidores e produtores de energia, ajudando a prevenir potenciais conflitos derivados da competição internacional por recursos energéticos. Um dos principais objetivos do Brasil tem sido difundir a produção e o uso dos biocombustíveis em outros países⁷⁷⁰.

A dívida angolana é equacionada através da chamada Conta Petróleo, procedimento adotado desde 1990 para lastrear as exportações brasileiras de bens e de serviços para Angola com garantia das vendas externas de petróleo. Já o acordo sobre exportações garantiu a Angola um empréstimo de US\$580 milhões entre 2005 e 2007 para o financiamento de exportações de bens e serviços brasileiros. O presidente angolano aproveitou o encontro para apoiar a candidatura brasileira a uma vaga permanente no Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU)⁷⁷¹.

Prova de que o Brasil vive momento novo nas relações com a África e com Angola é a participação de empresa privada angolana na exploração de hidrocarbonetos no Brasil. A Somoil venceu disputa para explorar petróleo e gás na Bacia do Recôncavo, tornando-se a primeira empresa petrolífera angolana a trilhar o caminho da internacionalização. Ao comparar o governo de Fernando Henrique Cardoso que antecedeu o governo Lula, Maria Regina Soares de Lima afirma que a gestão externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) foi um governo marcado por uma estratégia de “credibilidade” com adesão à agenda mundial, enquanto o de Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010) foi uma estratégia de busca de “autonomia”, explorando novos espaços de inserção que inclui a cooperação Sul-Sul e estreitamento das relações com os países africanos⁷⁷².

Para Maria de Lima, os dois governos não se expõem a uma contestação frontal à ordem internacional, já que no plano da diplomacia econômica multilateral, as orientações destes dois governos não são muito diferentes, focando a revitalização e ampliação do Mercosul, assim como a intensificação da cooperação com a América do Sul e com os países africanos⁷⁷³.

O Brasil e Angola almejam que as negociações multilaterais eliminem as distorções no comércio de produtos agrícolas praticadas pelos países desenvolvidos. Por isso, o Brasil

⁷⁷⁰ Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Elaboração Direção África-I, Relatório da Política Externa 2003-2010.

⁷⁷¹ Folha de S. Paulo – Brasil – 03/05/05; Folha de S. Paulo – Dinheiro – 04/05/05; O Estado de S. Paulo – Economia – 03/05/05; O Estado de S. Paulo – Nacional – 04/05/05; O Globo – Economia – 04/05/05.

⁷⁷² LIMA, Maria Regina soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. Revista Brasileira de Política internacional. 48 (1), 2005 p. 35.

⁷⁷³ LIMA, Maria Regina soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. Revista Brasileira de Política internacional. 48 (1), 2005 p. 36.

ajudou a criar o G-20, que se transformou em interlocutor fundamental no processo negociador de Doha. O governo brasileiro insiste no diálogo com o G33, cuja maioria dos membros é africana, para formar consensos da Rodada de Doha da OMC. O Estado brasileiro questionou, com êxito, em painel na OMC, práticas comerciais de países ricos que prejudicam fortemente a exportação dos países subdesenvolvidos. Evidentemente, como afirma Júlio Duarte, a presença do Brasil

“na África auxilia ainda o projeto brasileiro de ampliar sua participação no cenário internacional, com a expansão do comércio exterior, a possível reforma do Conselho de Segurança da ONU e a exportação de modelos considerados bem sucedidos no Brasil, como as políticas sociais, através das quais Lula é identificado internacionalmente”⁷⁷⁴.

Já no âmbito da ONU⁷⁷⁵, o Brasil busca angariar suporte africano para o pleito de um assento no Conselho de Segurança. Segundo o governo brasileiro, é necessário reformar a ONU e seu Conselho de Segurança, que deverá contar com novos membros permanentes vindos da Ásia, África e América Latina. Segundo Celso Amorim “ a reforma global não alcançou o campo da paz e da segurança internacionais. (...) O Conselho de Segurança deve ser reformado, de modo a incluir maior participação dos países em desenvolvimento, inclusive entre os seus membros permanentes”⁷⁷⁶. De fato, um dos pontos mais polêmicos da reforma da ONU é justamente aquele concernente ao Conselho de Segurança. Alemanha, Angola, Brasil, China, Rússia e muitos outros países argumentam que o aumento do número de membros permanentes do Conselho democratizaria o órgão, tornando-o mais adequado à conjuntura contemporânea mundial. Esta proposta está em negociação há muitos anos na Assembleia Geral, desde o mandato de Kofi Annan (1997-2006) ao seu sucessor Ban Ki-moon (2007-...).

O presidente em exercício da Assembleia Nacional, deputado João Lourenço, afirmou que “não foi por mero acaso que o Brasil foi o primeiro país a reconhecer o governo de Angola após a independência. Esta exposição sábia, corajosa e pragmática, tomada em pleno apogeu da Guerra Fria, iria aproximar cada vez mais os dois povos e sucessivos governos,

⁷⁷⁴ DUARTE, Júlio Jorge Trindade. *A aproximação com a África durante o Governo Lula: motivações e estratégias*. Rio de Janeiro: MBA Relações Internacionais, FGV, 2010 p. 28.

⁷⁷⁵ A Organização das Nações Unidas foi fundada em 10 de dezembro de 1945 com a finalidade de promover a paz e segurança mundiais e instituir entre as nações uma cooperação, econômica e cultural. O Conselho de segurança é um dos principais órgãos da ONU, composto por 15 membros, sendo 5 destes possuem representação permanente e poder de veto. Os outros 10 membros são eleitos pela Assembleia Geral para um período de 2 anos. Angola foi membro do CS/ONU no biênio 2003/2004. A ONU possui mais de uma dezena de aências especializadas, a exemplo da UNESCO, OIT, BIRD e outras mais. Ver mais no link conheça a ONU no site: <http://unicrio.org.br/>

⁷⁷⁶ Discurso do Ministro Celso Amorim na abertura do Debate Geral da 65ª Sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nova York, 23 de setembro de 2010, disponível no site: <http://www.itamaraty.gov.br>

com vantagens recíprocas”⁷⁷⁷. O Brasil sempre se mostrou parceiro nas relações políticas e econômicas com Angola e está à vontade para se aproximar mais com uma Angola em paz definitiva, cujo processo democrático está se consolidando. Angola demonstra o mesmo interesse, e necessita do know-how brasileiro, cuja tecnologia⁷⁷⁸ pode se adaptar às condições de Angola.

As mudanças e tendências de cooperação entre Angola e Brasil, englobam as relações SADC e Mercosul nas relações Sul-Sul que atendem os objetivos de desenvolvimento político, econômico, segurança e promoção social de Angola, consideradas nas relações bilaterais, regionais e multilaterais, e essas abordagens parecem inferir o grau de engajamento de Angola na cooperação Sul-Sul⁷⁷⁹. O Brasil já responde ao avanço fenomenal da globalização e da atuação da China em Angola, com empresas como Odebrecht, Camargo Correia, Andrade Gutierrez, Petrobrás e Vale do Rio Doce, Marcopolo⁷⁸⁰ que já se estabeleceram no país ou atuam por meio de joint-ventures e parcerias.

A parceria com o Brasil surge como possibilidade de uma cooperação horizontal para o desenvolvimento entre países do Sul, sem as amarras e condicionamentos por vezes existentes no relacionamento com as antigas potências coloniais.

4.3 A ZONA DE PAZ E COOPERAÇÃO NO ATLÂNTICO SUL – ZOPACAS

A Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul foi criada em 1986 pela resolução 41/11 da Assembleia Geral da ONU, iniciativa brasileira que obteve voto favorável de 120 países⁷⁸¹. Faziam parte desse fórum todos os países do Atlântico Sul exceto a Namíbia e a África do Sul, a primeira sob ocupação sul-africana e a segunda governada pelo regime do *apartheid*. O presidente brasileiro José Sarney – que havia visitado Cabo Verde, Angola e Moçambique e alarmara-se com a intervenção das superpotências na guerra civil angolana – demonstrou preocupação em assegurar a presença do Brasil no Atlântico Sul, recolhendo apoio político do

⁷⁷⁷ João Lourenço. Presidente em Exercício da Assembleia Nacional na Sessão Solene em Homenagem ao Presidente Lula em outubro de 2007.

⁷⁷⁸ Alguns autores falam de tecnologia tropicalizada. Essa designação com objetivos de marketing é contudo restritiva. O Brasil tem de fato tecnologias intermediárias mais adaptáveis a par de tecnologias de ponta.

⁷⁷⁹ A cooperação sul-sul tem mecanismos de cooperação e que na atual onda de transformações no cenário político internacional, tem o Tratado de Comércio, Zopacas, IBAS, somadas as organizações regionais MERCOSUL, SADC que reforçam a cooperação entre os países do Sul.

⁷⁸⁰ Marcopolo já fabrica seus ônibus na África do Sul, que incrementou mais ainda a sua produção com a realização da Copa do Mundo de Futebol e investiu US\$ 50 milhões em nova unidade no Egito, que também já produz.

⁷⁸¹ <http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>

principais eixos de referência político-diplomático, conjuntamente aos organismos de integração regional em formação nos dois continentes⁷⁸⁵.

A África do Sul propôs ao Brasil, entre 1968 e 1969, a assinatura de um tratado para formação da Organização do Tratado do Atlântico Sul, aos moldes da aliança militar liderada por Estados Unidos e Europa Ocidental no Atlântico Norte. A proposta foi recusada pelo Brasil, que se opunha à militarização do Atlântico Sul. A criação da ZOPACAS não deixou de ser uma resposta extemporânea da diplomacia brasileira para a afirmação de um Atlântico Sul desmilitarizado. Segundo Bellucci,

“a diplomacia brasileira, em articulação com a Nigéria e Angola, desativou a operação da África do Sul e da Argentina para a criação da OTAS, a Organização do Tratado do Atlântico Sul, destinada a ser uma OTAN do sul. O projeto fracassou e permitiu à iniciativa brasileira erigir o Atlântico afro-brasileiro como uma zona de paz e cooperação, e é considerado o ponto culminante da dimensão Atlântica da política externa brasileira”⁷⁸⁶.

A ZOPACAS tem contribuído para aproximar os países das duas margens do Atlântico Sul, região que passou a ter ainda maior relevância com a emergência da África do Sul democrática, da Namíbia livre e de Angola pacificada. O lançamento da ZOPACAS responde à necessidade de garantir a estabilidade política de Angola e à melhora do bem-estar, como conceituação de segurança nacional⁷⁸⁷. Individualmente, nenhum país está em condições de caminhar sozinho em face dos problemas latentes na humanidade. A concertação política e diplomática dos países do Atlântico Sul reforça a voz de todos os povos, garantindo-lhes maior espaço de barganha no sistema político internacional.

Os conflitos e alianças que configuram o quadro geopolítico do Atlântico Sul em cada um dos diferentes períodos históricos contribuíram para a formação de concepções próprias relacionadas às ideias de poder no Atlântico Sul. Por razões de natureza estrutural e conjuntural, a noção de segurança ampliou-se. Na ZOPACAS, o conceito de segurança implica a desmilitarização da área. No contexto do período da Guerra Fria e no início do descongelamento, os países do Sul apostavam na desmilitarização como fator para manter a paz, em oposição ao critério das nações do Norte de justificarem a criação de mecanismos de segurança militar como um fator necessário ao equilíbrio internacional, e, de certo modo,

⁷⁸⁵ SARDEMBERG, Ronaldo. *Globalização: Visão do Atlântico Sul*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, n° 80, 1996 p.240

⁷⁸⁶ BELLUCCI, Beluce. *Uma visão do Brasil sobre a África*. Texto apresentado no III Seminário Brasil e China, em Brasília- DF ocorrido nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2010, p. 12. Ver também VIDIGAL, V.Alm. Armando. *Atlântico Sul: Uma visão Brasileira*. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra. 1997 p. 55.

⁷⁸⁷ PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 14.

como garantidores da paz. Os objetivos de alcançar a paz, a segurança regional, consubstanciam-se na proposta da ZOPACAS, através da desmilitarização do Atlântico Sul.

O Atlântico Sul é considerado como uma área estratégica, do ponto de vista da segurança dos países da África Subsaariana e da América do Sul. O Atlântico Sul pode ter três significados principais: área geográfica marítima; região de intensos fluxos comerciais cuja intensidade denota o grau de interações existente entre os países; e significado geopolítico, em que as ações dos estados costeiros e suas projeções de poder no mar envolvem necessariamente determinados níveis de conflitos e também formação de alianças com vistas à cooperação regional⁷⁸⁸.

A mudança dos ciclos econômicos capitalistas e a alternância de potências hegemônicas – desde o comércio atlântico português, centrado no comércio de escravos e de mercadorias diversas, até o advento da ‘Pax Britânica’⁷⁸⁹ – representaram pontos de inflexão na inserção internacional da região, com a marginalização do Atlântico Sul como rota, o fim do comércio Brasil-África e a colonização do continente africano. As ações britânicas provocaram um afrouxamento dos fluxos comerciais no Atlântico Sul, centrado nas relações entre o Brasil e a África, tornando-a secundária rota marítima, sobretudo com a abertura do canal do Suez em 1867 e do Panamá 1914⁷⁹⁰. A marginalização do Atlântico Sul teve como consequência indireta a formação da região marítima menos militarizada do planeta, liberando forças para serem usados em benefício do desenvolvimento. Sobretudo entre os principais países da região (Angola, Brasil, Nigéria, e mais tarde a África do Sul), as políticas regionais têm demonstrado consonância com os altos princípios da paz e da proteção aos direitos humanos⁷⁹¹. A ZOPACAS é instrumento de entendimento e cooperação regional, que contribui para afirmar a identidade própria da região sul-atlântica, reconhecida pelos Estados costeiros e por toda a comunidade internacional.

A I Reunião Ministerial da ZOPACAS foi realizada no Rio de Janeiro, em 1988. As reuniões subsequentes tiveram lugar em Abuja (1990), Brasília (1994), Somerset West (1996), Buenos Aires (1998) e Luanda (2007). O processo de revitalização da ZOPACAS teve início na Reunião Ministerial de Luanda, momento de inflexão na história da Zona de Paz. A Declaração Ministerial e o Plano de Ação de Luanda apontaram para diversas áreas nas quais

⁷⁸⁸ ABREU, Marcelo de Paiva. *Zona de livre comércio inclui nações da SADC*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 26 de outubro de 2000 p. 9.

⁷⁸⁹ ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Le Commerce des Vivants: Traite d’Esclave et “Pax Lusitane” dans l’Atlantique Sud*. Paris: Tese de Doutorado, 1985-6. Ver também BUTEL, PAUL. *Histoire de l’Atlantique*. Paris: Perrin, 1997.

⁷⁹⁰ COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Géostratégie de l’Atlantique Sud*. Paris: P.U.F., 1985

⁷⁹¹ VIGARIÉ, André. *Géostratégie des Océans*. Caen: Paradigma, 1990 p. 296-7

os países poderiam fortalecer os esforços de cooperação da Zona de Paz. Para tanto, foram criados grupos de trabalho nas áreas de cooperação econômica, operações de manutenção da paz, temas ambientais e marítimos e combate a atos ilícitos transnacionais⁷⁹². A cada 2 anos, os objetivos da ZOPACAS têm sido endossados por resoluções da AGNU, que incorporam as decisões tomadas pelos países membros do grupo.

A 1ª Reunião da ZOPACAS realizou-se em 1988, no Rio de Janeiro, e a segunda, em Abuja/Nigéria, em 1990, quando se incorporou a Namíbia independente. Entre os propósitos iniciais da Zona constavam “instar todos os Estados, sobretudo as [então] duas superpotências, a ‘respeitar escrupulosamente’⁷⁹³ a região como uma zona de Paz, e por outro lado, de fomentar a cooperação regional, tendo em vista promover o desenvolvimento sócio-econômico e preservar o meio ambiente”⁷⁹⁴. A iniciativa da ZOPACAS tem sido reavaliada dentro do atual cenário internacional e regional, e com essa finalidade realizou-se a 3ª Reunião da ZOPACAS em Brasília, em setembro de 1993, que admitiu a África do Sul pós-*apartheid* – totalizando 24 países-membros do Fórum do Atlântico Sul. Nessa terceira reunião, os Estados-membros reafirmaram seu compromisso de coibir, em seus respectivos territórios e águas jurisdicionais, o teste, uso, produção, aquisição, transferência, instalação ou armazenamento de quaisquer armas nucleares, assim como de se abster de iniciar, estimular ou autorizar quaisquer dessas atividades no Atlântico Sul⁷⁹⁵.

Na IV Reunião Ministerial da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), realizada na Cidade do Cabo, em abril de 1996, foram abordados temas da agenda internacional de interesse comum aos países membros: evolução do processo de paz em Angola, cooperação para o combate ao tráfico ilícito de drogas, proteção ao meio ambiente, conservação dos recursos marinhos vivos, desnuclearização do Atlântico Sul e transporte de material radioativo. Na perspectiva desses países, a ideia de militarização do Atlântico Sul foi gradativamente sendo substituída pela de cooperação, o que refletiu na mudança no conceito de segurança regional até então vigente⁷⁹⁶.

No fórum *Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio* realizado em Fortaleza, nos dias 09 e 10 de junho de 2003, o Governo argentino reconheceu a importância estratégica da

⁷⁹² PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2010 p. 13.

⁷⁹³ As duas superpotências respeitaram e respeitam a resolução que instituiu a ZOPACAS em relação as armas de destruição em massa, mas foram os principais fornecedores de armamento leve e pesado nas guerras civis nos países africanos.

⁷⁹⁴ SARAIVA, José Flávio S. *O Lugar da África*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996 p. 215.

⁷⁹⁵ Resenha de Política Exterior do Brasil nº 75, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, jul/dez/1994 p. 116-117.

⁷⁹⁶ *Construindo a Democracia Racial*. Brasília: Presidência da República, Governo Fernando Henrique Cardoso, 1998 p. 34.

cooperação no Atlântico Sul, principalmente através da ZOPACAS. Sugeriu, inclusive, que a ZOPACAS tivesse Secretaria Executiva fixa e que suas decisões fossem submetidas aos Parlamentos dos Estados-membros. A cooperação Mercosul-SADC não deveria obscurecer a importância da ZOPACAS para a região, principalmente na área de segurança. Mais do que iniciativas de cunho econômico, os processos de integração trazem em seu bojo os projetos de aproximação política e mesmo cultural, o que justifica uma maior aproximação brasileira e do Mercosul a outras organizações regionais africanas, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Central – CEEAC, a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral – SADC, a União do Magrebe Árabe – UMA, entre outras⁷⁹⁷.

Angola deu uma importante contribuição à revitalização da ZOPACAS ao propor a “iniciativa de Luanda” como rota do processo preparatório da sexta reunião Ministerial, que abarcou colóquios sobre questões de interesse comum, realizados em Nova Iorque em março de 2007, em Montevidéu em abril de 2007 e em Buenos Aires em maio de 2007. Desde a VI Reunião Ministerial realizada em Luanda a 18 e 19 de junho de 2007, Angola assumiu a presidência da ZOPACAS, durante a qual foi aprovado o plano de ação da Zona até à sétima Reunião. No I Seminário, em março de 2007, analisaram-se aspectos relacionados à paz e segurança, bem como questões referentes à cooperação econômica, comércio, investimentos e turismo. Na VI Reunião em Luanda, nos dias 18 e 19 de junho de 2007, o Ministro das Relações Exteriores de Angola, João Miranda, defendeu a revitalização da entidade com “a necessidade de conciliar o conceito biológico-geográfico de Atlântico Sul com o geoestratégico, em uma perspectiva mais abrangente no quadro das relações Sul-Sul”⁷⁹⁸.

Alguns analistas militares argentinos, argumentando que as disparidades culturais, somadas aos diferentes níveis de desenvolvimento e à distância física entre os países da América do Sul e os do Sul de África, constituem unidades geopolíticas independentes, não vêem como fortalecer a cooperação no Atlântico Sul⁷⁹⁹. Para Cohen “o fato de ser um eixo de comunicação Sul-Sul, não apenas não vincula os de uma costa a outra, senão que de fato os separa; de modo que falar por ora de uma área sul-atlântica com uma significação que vá mais além da geográfica é abusar de uma semelhança formal com o outro hemisfério”⁸⁰⁰. Parece equivocada a análise de Cohen, porque acordos de cooperação podem perfeitamente ser

⁷⁹⁷ Relatório do GRUPO II: Economia e Comércio, MESA I: Relações Econômicas Brasil-África do Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, Fortaleza, 09 e 10 de junho de 2003

⁷⁹⁸ Jornal de Angola, Luanda: edição de 18 de junho de 2007 p. 2

⁷⁹⁹ COHEN, José Maria. *Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias Sobre as Formas de Implementação e Participação Comum*. Revista Política e Estratégia VI, 3, jul./set., 1988

⁸⁰⁰ COHEN, José Maria. *Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias Sobre as Formas de Implementação e Participação Comum*. Revista Política e Estratégia VI, 3, jul./set., 1988 p. 400.

assinados entre países localizados em distintos continentes, sem representar óbice intransponível à cooperação. Nesse sentido, a resolução e o comprometimento dos Estados são mais importantes que a distância geográfica entre as nações para determinar o sucesso das iniciativas de cooperação internacional.

A cooperação do Atlântico Sul também confronta-se com problemas de natureza estrutural, como a falta de uma mentalidade marítima, que desperte o interesse político das sociedades como fator de desenvolvimento de cada país. O mar, nesta perspectiva, é visualizado apenas como divisor entre os continentes, como fonte de lazer e turismo, e no sentido de aproveitamento dos recursos pesqueiros e petrolíferos, restritos à plataforma continental. Os países do Sul, quando de proposta da criação de um Pacto do Atlântico Sul, reagiram com a proposta de desmilitarização, a única proposta política possível, uma vez que não contavam com meios próprios da defesa; daí decorrendo que na prática, o que iria ocorrer seria a deslocação dos meios, mormente navais da OTAN para o Atlântico Sul⁸⁰¹.

No Atlântico Sul, as premissas da globalização materializam-se na ausência de definição clara das variáveis política, estratégica e econômica que apesar dos esforços de fortalecimento da cooperação, expresso pela ZOPACAS, existem claras dificuldades em materializar esta cooperação em bases mais sólidas, que “transformem em uma teia sobre o Atlântico Sul, gravado de forma indelével na mente dos governantes, dos formadores de opinião e das sociedades dos dois lados do Oceano”⁸⁰². A característica da fragilidade do Atlântico Sul, como palco de interações de frentes continentais, não é exclusiva deste oceano, pois outras áreas marítimas, como o Pacífico, também se apresenta como modelo sem definição. No Atlântico Sul esta característica é realçada em decorrência das diversas concepções existentes sobre o seu real significado geográfico, tal como meio de ligação e no sentido de identificar sua consistência enquanto conceito integrador. Na perspectiva de Cohen, a falta de uma identidade cultural entre a Argentina e o Uruguai, de um lado, e os países africanos, de outro, impede a consolidação de laços regionais mais efetivos⁸⁰³.

Em relação aos aspectos estratégicos, a timidez da presença naval por parte dos países da região, decorrentes das tendências de redução da capacidade operacional das marinhas dos países do Atlântico Sul, convive com a presença das potências marítimas, principalmente os Estados Unidos, Rússia e a Grã-Bretanha na região. Os cortes orçamentários das políticas de

⁸⁰¹ SARAIVA, José Flávio S. *O Lugar da África*. Brasília: Universidade de Brasília, 1996 p.215.

⁸⁰² GOMES DA COSTA, Thomas. *Avaliação Estratégica da Segurança Internacional no Atlântico Sul: Passado e Perspectivas Futuras*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (org.): *Seminário Internacional Brasil-África do Sul*. Rio de Janeiro: Cnpq/IPRI., 1996 p. 227

⁸⁰³ COHEN, José Maria. *Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Idéias Sobre as Formas de Implementação e Participação Comum*. Política e Estratégia VI, 3, jul./set. 1988 p. 400

defesa dos países do Atlântico Sul, é um risco para um retorno à situação de dependência da capacitação naval das grandes potências. O risco, neste particular, se manifesta através das pressões feitas pelas potências extrarregionais, para que transformem suas forças navais em milícias armadas para combater o crime organizado transnacional, como é o caso do AFRICOM, no continente africano. Essa posição é ostensivamente defendida pelos Estados Unidos, sob a alegação de que os países do Atlântico Sul não têm ameaças externas e que a defesa em águas internacionais é suficientemente garantida pela marinha norte-americana⁸⁰⁴.

Em 1 de outubro de 2007, meses depois da VI reunião da ZOPACAS, os EUA criaram o AFRICOM. Previsto para entrar em operação em setembro de 2008, os EUA têm dificuldades em encontrar uma sede para esse comando, devido à recusa dos países africanos em aceitá-lo. Seus reais objetivos suscitam graves desconfianças. Para os governos africanos, o estabelecimento de um comando militar para a África está relacionado aos interesses cada vez maiores que os recursos naturais do continente, sobretudo o petróleo, têm despertado nos EUA e na China.

Tendo em conta que as forças da globalização originam no Norte, sobretudo nos Estados Unidos, considerados como a única superpotência militar e econômica, o quadro geopolítico regional tende à perspectiva norte-americana, e não o contrário. Isso de certo modo, invalidaria os esforços efetuados pelos países da região do Atlântico Sul de defenderem uma visão própria de seus interesses nacionais pela desmilitarização, ao contrário das opções das grandes potências do Norte⁸⁰⁵. A ZOPACAS pretende coordenar as políticas de defesa comum, mas com insuficientes avaliações do grau de risco a que estão submetidos os países costeiros do Atlântico Sul. Isso, de certo modo, abre margem para a presença das grandes potências, justificada pela necessidade de proteger as suas rotas de comunicação marítima que passam pelo Atlântico Sul, em direção ao Índico e Pacífico.

O Atlântico Sul é uma área de produção de matérias-primas e de aprovisionamento de materiais estratégicos para as economias ocidentais e serve como escoadouro da produção oriunda de outros oceanos. Ou seja, uma área de expansão econômica e cultural sem a qual o mundo norte-atlântico seria asfíxiado⁸⁰⁶. A inserção da região no processo de globalização, nesta perspectiva, resume-se a servir como rota comercial e como mercado dos centros econômicos mais desenvolvidos. A partir das análises destas variáveis, percebe-se que o

⁸⁰⁴ VIDIGAL, V. Alm. Armando. *Atlântico Sul: Uma visão Brasileira*. Revista da Escola Superior de Guerra, 1997 p. 55.

⁸⁰⁵ RELA, Jose Manuel Zenha. *Angola o Futuro já Começou*. Luanda: ed. Nzila, Coleção Universitaria, março 2005.

⁸⁰⁶ ALMEIDA, Paulo Roberto. *Geoestratégia do Atlântico Sul: Uma Visão do Sul*. São Paulo: Política e Estratégia v.5, n.4., 1987 p. 490

Atlântico Sul continua a caracterizar-se como rota marítima, por conta do comércio de petróleo, via rota do Cabo; e por um relativo vazio estratégico, decorrente da dispersão de interesses e projeções dos países da região. A perspectiva de constituição da bacia econômica no Atlântico Sul permanece ainda apenas no plano virtual, apesar dos esforços político-diplomáticos em fomentar a ZOPACAS como base da cooperação na região. Sardenberg afirma que

“... o processo de reconstituição do Atlântico Sul, como região, é incipiente e claramente retardatário. Perdemos todos muito tempo, especialmente no núcleo histórico da região, que é composto pelas relações oceânicas entre os países sul-atlântico, de expressão portuguesa, e as que ligam o Brasil a outros países do Golfo da Guiné”⁸⁰⁷.

O mar, por ser menos vulnerável que as fronteiras terrestres, constitui-se como importante espaço de interações sociais, devido ao progressivo estabelecimento do estatuto internacional do mar. Igualmente, o estudo dos mares permite visualizar uma nova regionalização do espaço mundial, dividido em cinco grandes oceanos: Atlântico Sul, Atlântico Norte, Pacífico Norte, Pacífico Sul e Índico⁸⁰⁸. Em termos operacionais, essa divisão revela a importância da construção de novos espaços geoestratégicos vinculados às premissas da utilização e conservação dos mares. Devido às suas características geográficas e náuticas, o Atlântico Sul permite o transporte marítimo rápido de grandes volumes comerciais, sobretudo pela rota do Cabo, por onde passa uma grande quantidade do petróleo para a Europa e para os EUA. Para Sardenberg

“(...) o que poderíamos fazer no Atlântico Sul, apesar de todas as dificuldades e desigualdades, senão desenvolver um novo tipo de regionalismo? Nossa região nunca realizará seu enorme potencial se nossos países continuarem mantidos a parte e isolados uns dos outros. Nós temos de fortalecer nossos laços econômicos e políticos, para alcançarmos o novo século. Os esforços de construção da bacia de cooperação, deveriam ser colocado no processo de globalização, o que quer dizer, dentro do processo de mudanças da estrutura mundial de produção e do modelo de consumo”⁸⁰⁹.

A importância do Atlântico Sul como rota marítima permanece como variável estratégica importante decorrente das facilidades de comunicações inter-oceânicas e pela presença de inúmeras ilhas que servem de base de apoio aeronaval para projeções sobre a África, América do Sul e Antártida, e para proteger o fluxo de matérias-primas e petróleo oriundo do Golfo Pérsico e do Golfo da Guiné. Devido às suas características geográficas e náuticas, o espaço do Atlântico Sul, permite o transporte marítimo rápido de grandes volumes

⁸⁰⁷ SARDEMBERG, Ronaldo. *Globalização: Visão do Atlântico Sul*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, n° 80, 1996 p. 37.

⁸⁰⁸ MOURÃO, Fernando A.A. *O Eixo do Atlântico Sul e os Novos Vetores do Sistema Internacional*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, Universidade Cândido Mendes, N° 20, junho 1991.

⁸⁰⁹ SARDEMBERG, Ronaldo. *Globalização: Visão do Atlântico Sul*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, n° 80, 1996 p. 240

comerciais, sobretudo pela rota do Cabo por onde passam 66% do petróleo europeu e 26% norte-americano⁸¹⁰.

O fim da Guerra Fria e as modificações no cenário internacional removeram algumas das principais motivações das iniciativas da ZOPACAS e, simultaneamente, valorizam a cooperação Sul-Sul implícita na iniciativa⁸¹¹. Para o sul-africano Aziz Pahad, a ZOPACAS pode se constituir em um dos pilares da cooperação Sul-Sul. Para tanto, é preciso que os governos dos países do Atlântico Sul envidem mais esforços no sentido de “garantir que o progresso que estamos experimentando na ZOPACAS seja paralelo ao que esta sendo feito na região do Oceano Índico, para fortalecer a voz do Sul nos fóruns internacionais”⁸¹². Desta forma, outras questões ligadas à problemática do desenvolvimento dos países do Sul, como a questão da dívida externa e a transferência de tecnologia do Norte para o Sul, por serem problemas partilhados pelos países do Sul, dependem de uma articulação mais ampla para sua solução. Os Estados periféricos devem exercer, em conjunto, meios de pressão mais eficazes junto aos organismos multilaterais, entre eles o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional, a Organização Mundial do Comércio, a Organização das Nações Unidas e os fóruns ambientalistas⁸¹³. As transformações verificadas na atualidade na África abrem amplas perspectivas para uma maior cooperação do Brasil com este continente.

A ZOPACAS foi o marco mais nítido do esforço de definir um regime de coordenação política para alcançar a paz em Angola⁸¹⁴. Durante o governo Itamar Franco, a ZOPACAS ganhou um sentido mais pragmático, como tentativa de fortalecimento do papel do Brasil na região em resposta do governo brasileiro às pressões norte-americanas de abarcar a região sul-americana em seu projeto de integração hemisférica. A ZOPACAS atende aos interesses do Brasil e de Angola no sentido de ampliar o espaço de cooperação econômica e comercial, propiciando a formação de mais uma zona de livre comércio, a cooperação nas áreas técnico-científica e iniciativas de caráter político-diplomático sobre proteção ambiental – objetivos alcançados sem a presença de armas de destruição em massa. Hirst e Pinheiro afirmam que

⁸¹⁰ SARDEMBERG, Ronald. *Globalização: Visão do Atlântico Sul*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, nº 80, 1996 p. 240

⁸¹¹ COSTA, Thomaz Guedes da. *Avaliação estratégica da segurança internacional no Atlântico Sul: passado e perspectivas futuras*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização*. Brasília: CNPQ/IPRI, setembro de 2006 p. 225-247.

⁸¹² PAHAD, AZIZ. *Statement by the Deputy Minister of Foreign Affairs and Leader of the South African Delegation at the Fourth Ministerial Meeting of Members States of the Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic*. Somerset West, 1 de abril de 1996.

⁸¹³ RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.

⁸¹⁴ HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. *A política exterior do Brasil em dois tempos*. Revista Brasileira de Política internacional. Ano 38, nº 1, 1995

“deve-se ressaltar a busca de cooperação na área tecnológica, agropecuária e de combate ao narcotráfico e, principalmente, o esforço da diplomacia brasileira, através de seu Departamento de Promoção Comercial, de aproximar o empresariado dos países em direção a empreendimentos conjuntos com base na crença de que a África do Sul deverá liderar um processo de integração econômica no continente, semelhante ao MERCOSUL”⁸¹⁵.

Na área da defesa há grande espaço para a cooperação entre o Brasil e os países e organizações africanas, no que diz respeito à manutenção da paz e segurança internacionais, solução de conflitos regionais, colaboração para exploração dos recursos do Oceano Atlântico Sul e desenvolvimento de capacidades em pessoal (capacitação de militares) e material (indústria de defesa)⁸¹⁶. O Brasil auxilia na formação de militares em diversos países africanos, como no apoio brasileiro à criação do Corpo de Fuzileiros Navais da Namíbia, com cerca de 600 militares, e o envio de instrutores para o Centro de Aperfeiçoamento para Ações de Desminagem e Despoluição em Uidá, Benin, em 2009. No que diz respeito ao reequipamento das Forças Armadas no continente africano, o Brasil contribuiu com a venda de navios-patrolha brasileiros (entregue em 2009) e quatro lanchas-patrolha para a Namíbia e a venda de seis aviões Super-Tucano para Angola. Ademais, foi assinado um protocolo de intenção para a venda de corveta brasileira à Guiné-Equatorial⁸¹⁷.

No âmbito multilateral, a formação dos organismos regionais como a CEDEAO, CEEAC e SADC, Mercosul e as negociações governamentais de maior articulação entre esses blocos atendem a um mercado de cerca de 410 milhões de pessoas, um PIB de cerca de US\$ 1,5 trilhão e inúmeras riquezas minerais⁸¹⁸. A importância dos países do Atlântico Sul, como Angola, Nigéria, África do Sul na África Subsaariana e Brasil, Argentina na América do Sul, alguns dos mais ativos membros e como pólos de desenvolvimento regional, abrem perspectivas para um maior intercâmbio nos campos da infraestrutura e de transferência de tecnologia a fim de revertê-las em benefício dos demais países de ambas as regiões. A estrutura dessa cooperação pode ultrapassar o plano territorial para se encontrar nas águas do Atlântico Sul, através do desenvolvimento da construção naval, da indústria pesqueira, e da utilização de tecnologia para exploração dos recursos minerais, tais como o petróleo do pré-sal como já vem sendo desenvolvido no Brasil e em Angola. Com este ponto de vista, os

⁸¹⁵ HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. *A política exterior do Brasil em dois tempos*. Revista Brasileira de Política internacional. Ano 38, nº 1, 1995, p. 15.

⁸¹⁶ SOUZA, J. M. de (1999). *Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?*. Revista Brasileira de Geofísica. 1999, vol. 17, n. 1, p. 79-82.

⁸¹⁷ Relatório sobre a Política Externa do Brasil no período de 2003-2010, Brasília, dezembro/2010.

⁸¹⁸ MOURÃO, Fernando A.A. *O Eixo do Atlântico Sul e os Novos Vetores do Sistema Internacional*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, Universidade Cândido Mendes, Nº 20, junho 1991.

problemas mais objetivos como migrações, narcotráfico, pesca predatória e degradação ambiental serão tratados de forma mais transparente e coordenados⁸¹⁹.

Reconhecendo que nem todos os países do Atlântico Sul têm mantido laços oceânicos tão resistentes, o Atlântico Sul pode ser construído inicialmente através de quatro eixos principais, justamente os vértices da SADC e do Mercosul – Angola e África do Sul, na margem leste; Argentina e Brasil, na margem oeste. O esforço brasileiro de acentuar suas relações com os países de língua portuguesa e com os países membros da SADC são passos decisivos para reforçar a identidade do Atlântico Sul, na sua parte mais meridional. A ausência de uma referência estratégica mais ampla, que oriente os projetos de cooperação na direção Sul-Sul, a partir das crises de identidades dos ‘não-alinhados’ e do Grupo dos 77⁸²⁰, também impede que as declarações de intenções se convertam em medidas efetivas. Em uma perspectiva renovada das relações Sul-Sul, a construção da bacia econômica do Atlântico Sul, tem de contemplar os diferentes estágios de desenvolvimento dos países litorâneos e seus problemas comuns, particularmente àqueles referentes ao baixo desenvolvimento sócio-econômico e as dificuldades de inserção no mercado mundial.

No âmbito multilateral, a formação dos organismos regionais como a SADC, Mercosul e outros e as negociações governamentais de maior articulação entre esses blocos, atenderá a um mercado de cerca de 400 milhões de pessoas, um PIB de cerca de US\$ 1,5 trilhão de dólares e inúmeras riquezas minerais. Alguns países do Atlântico Sul apresentam estruturas políticas e econômicas robustas como o Brasil, Argentina, e África do Sul, que devem ser os pólos de desenvolvimento regional, abrindo perspectivas para um maior intercâmbio nos campos da infra-estrutura e de transferência de tecnologia a fim de revertê-las para benefício dos demais países da região⁸²¹.

4.4 COMISSÃO DO GOLFO DA GUINÉ - CGG

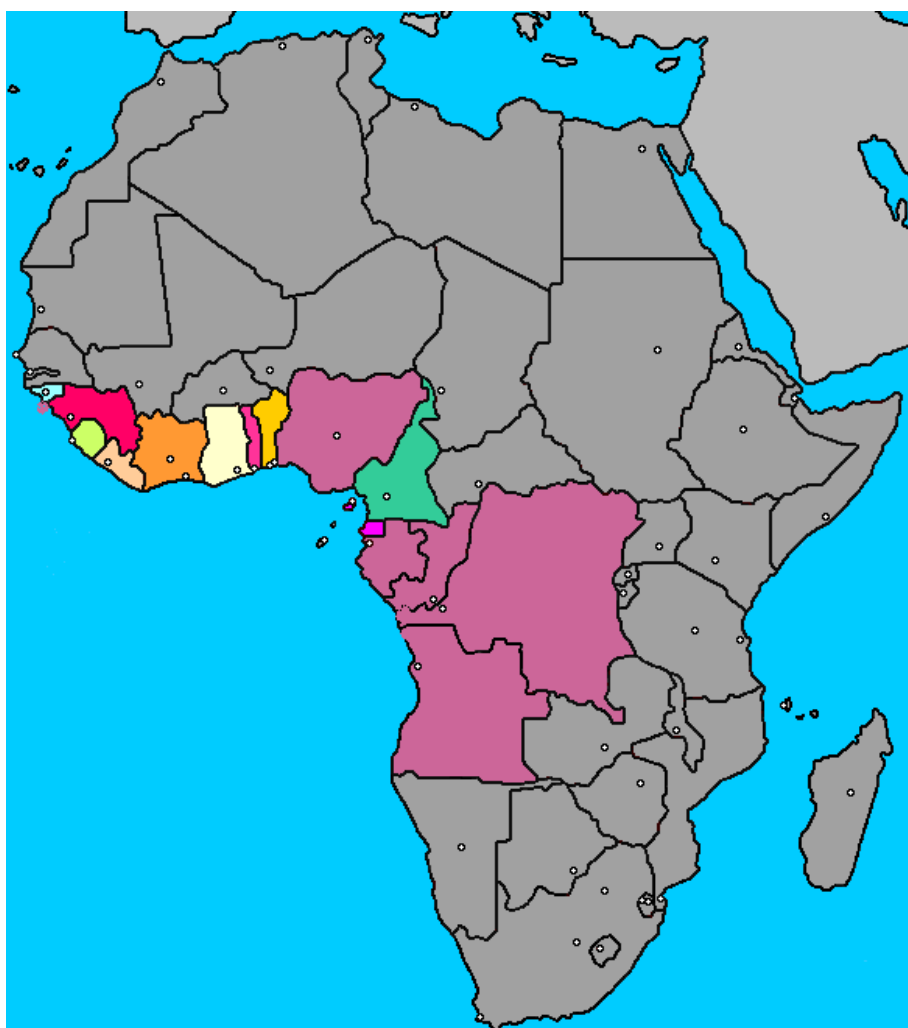
A Comissão do Golfo da Guiné foi criada em outubro de 2006, em Libreville (Gabão), seguindo proposta nigeriana de 1999. A CGG é formada por oito países, nomeadamente Angola, os dois Congos, Gabão, Nigéria, Guiné Equatorial, Camarões e São Tomé e Príncipe. Ela surgiu da necessidade de se promover a estabilidade nesta zona rica em recursos naturais, entre os quais se sobressai o petróleo. A resolução de conflitos, a definição de estratégias para

⁸¹⁹ SARDEMBERG, Ronaldo. *Globalização: Visão do Atlântico Sul*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, n° 80, 1996

⁸²⁰ MOUSSA, Pierre. *Caliban Naufragé: Le Relations Nord-Sud à la Fin du XX^{me} Siècle*. Paris: Fayard., 1994

⁸²¹ ABREU, Marcelo de Paiva. *Zona de livre comércio inclui nações da SADC*. São Paulo: O Estado de São Paulo, 26 de outubro de 2000. p. 11.

o desenvolvimento e a gestão das riquezas minerais, com destaque para o petróleo, são alguns dos objetivos que percorrem a criação do organismo da CGG. Os países da Comissão comprometem-se a resolver todas as controvérsias por meio da concertação permanente e de ações conjuntas, garantindo a manutenção da paz no espaço geográfico que ocupam. As relações diplomáticas angolano-brasileiras são um dos fatores da criação da CGG, pois Angola, quando da presidência da ZOPACAS, aproveitou a metodologia da organização para a criação da CGG. Angola dispôs-se a acolher a sede da Comissão do Golfo da Guiné e responsabilizou-se pelo seu orçamento pelo período de um ano, na 1ª reunião de Cúpula da instituição em 25 de agosto 2006⁸²².



Países membros da Comissão do Golfo da Guiné: Angola, Nigéria, Camarões, São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, Gabão, República do Congo e pela República Democrática do Congo.

Fonte: Google maps

Mapa 8.

⁸²² Agência Angola Press <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 21 de maio de 2008

Segundo o vice-ministro das Relações Exteriores, George Chicoti, Angola atribui importância capital à região do Golfo da Guiné, razão pela qual aceitou que o país albergasse a sede da organização, comprometendo-se a contribuir com o primeiro orçamento da Comissão, assim como a doação de residências e de outros meios necessários para o seu funcionamento. Este gesto representa um ato de engajamento com vistas a consolidar os objetivos da CGG, tal como plasmados no ‘Ato Constitutivo’⁸²³. A sede do órgão da CGG, localizada em Luanda, começou a funcionar a 11 de abril de 2007, data em que o Governo angolano entregou, formalmente, o acordo sede que rege as relações entre Angola e esta organização regional, voltada para a cooperação e prevenção de conflitos no domínio dos petróleo. Os países da CGG representam mais de 5 milhões de barris/dia da produção diária de petróleo mundial. Desde o final de 2008, Angola é o maior produtor da África Subsaariana, com cerca de 1,9 milhões de barris diários⁸²⁴.

Na II Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da CGG, no Centro de Convenção de Talatona, em Luanda, em 25 de novembro de 2008, o Presidente de Angola destacou a importância estratégica da região apontando a necessidade de uma concertação mais estreita, não só para a exploração dos recursos naturais, mas também nos domínios dos transportes marítimos, das comunicações e da investigação científica⁸²⁵. Angola assumiu a presidência da CGG na II Cúpula, com o compromisso de tornar esta sub-região um espaço geopolítico com importância estratégica no cenário da África Central e Continental. O Presidente José Eduardo dos Santos, igualmente presidente da CGG, considerou ser imperioso que este quadro de concertação sub-regional se efetive e se vincule aos seus estatutos constitutivos como garante do desenvolvimento e solidariedade entre os seus membros. Segundo ele,

“importa agora que a nossa organização se torna igualmente efetiva como está previsto nos seus estatutos na preservação do ambiente e na prevenção, gestão e resolução de conflitos, nomeadamente daqueles que possam surgir da delimitação das fronteiras e da exploração econômica das riquezas naturais localizadas nos limites territoriais dos países que a integram”⁸²⁶.

Na II Cúpula da CGG, os líderes discutiram pontos considerados essenciais para a região, tais como a crise financeira, a queda nos preços do petróleo e o conflito militar na RD Congo. O encontro, que marcou também a passagem da presidência da organização do Gabão para Angola, teve como um dos principais pontos de interesse uma decisão conjunta sobre a rebelião armada na RD Congo, que opunha Kinshasa ao general rebelde Laurent Nkunda. Os oito países da organização deram um passo a frente na forma de atuar perante o conflito,

⁸²³ Agência Angola Press <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 21 de maio de 2009

⁸²⁴ Anuário Económico de Angola. Luanda: 9ª Edição, 2010 p. 41-52

⁸²⁵ TPA – Televisão Pública de Angola

⁸²⁶ Jornal de Angola, edição de 25 novembro de 2008.

sobretudo quanto à exigência de que Nkunda depusesse as armas como condição para negociação. Os líderes dos países da CGG pediram ao Conselho de Segurança das Nações Unidas a redefinição do mandato da Missão na República Democrática do Congo (MONUC), recorrendo-se às disposições do capítulo 7º da Carta das Nações Unidas, que, sob certas condições, admite o uso da força, para fazer cumprir com mais eficácia a missão da ONU na RD Congo⁸²⁷.

O CS/ONU autorizou, através da Resolução nº 1843 de 20 de novembro de 2008, o aumento temporário dos efetivos da MONUC em 3 mil efetivos a fim de reforçar a sua capacidade de proteção. Os líderes reconhecem as iniciativas que contribuíram para a restauração da paz e segurança na RDC e, particularmente, ao presidente angolano, José Eduardo dos Santos, e ao seu governo, pelo empenho na procura de uma solução política para o conflito⁸²⁸.

A sub-região do Golfo da Guiné constitui um mercado de cerca de 250 milhões de habitantes, o que confere aos oito países membros a responsabilidade não só na exploração dos recursos naturais da região, mas também no domínio dos transportes, das comunicações e da investigação científica. O esforço de criação da CGG advém da tomada de consciência de que os conjuntos regionais e sub-regionais constituem os elos essenciais para uma África integrada e solidária. A união apresenta-se necessária para criar sinergias e colocar os recursos da região a serviço do desenvolvimento económico e do progresso social dos povos. Para tal, os países devem garantir a defesa e segurança dos espaços em que se encontram, porque não há desenvolvimento sem segurança. Os países da CGG pactuam que só o diálogo e a negociação constituem as vias para resolver de forma duradoura qualquer diferendo em conformidade com as disposições da carta da Organização das Nações Unidas e da União Africana⁸²⁹.

Os acordos internacionais, uma vez negociados e aceites, devem ser respeitados quer se tratem de compromissos assumidos no plano bilateral ou multilateral. É nesta perspectiva que se encara com otimismo o papel da CGG como mais um instrumento para o reforço da segurança coletiva, da paz e do desenvolvimento sub-regional. Na sua primeira intervenção como presidente da CGG, o presidente angolano apresentou aos seus homólogos algumas

⁸²⁷ Relatório do Presidente da Comissão Sobre a Situação no Leste da República Democrática do Congo (RDC). Adis Abeba, 163ª Reunião, Conselho de Paz e de Segurança da União Africana, 22 de dezembro de 2008 p.5 Disponível no site: <http://www.africa-union.org/root/AU/organs/163%20Report-%20POR.pdf>

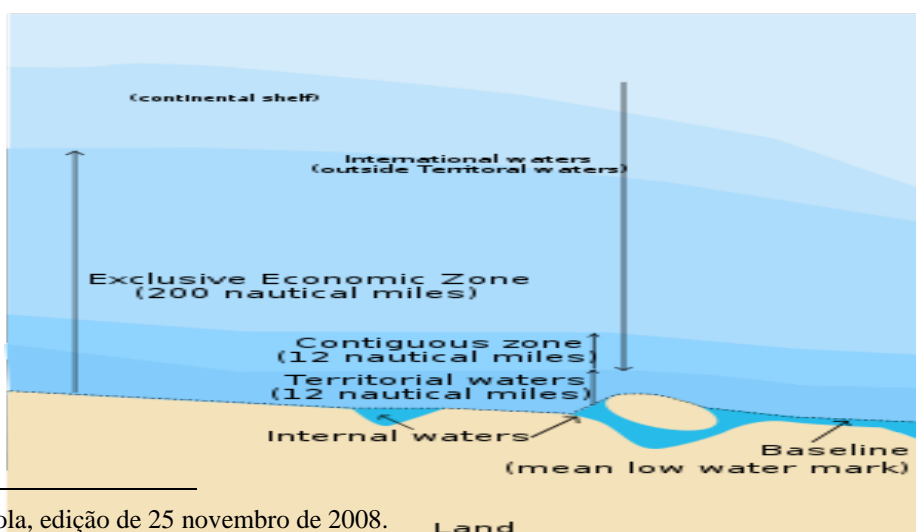
⁸²⁸ Agência Lusa 25 de novembro de 2008 <http://www.lusa.pt> acessado em 21 de dezembro de 2008.

⁸²⁹ *Revista de Política, Informação, Economia e Análise África21*. Luanda: nº 16 de setembro, 2010 p.36.

saídas para as situações de conflito vividos no Congo Democrático, cuja violência obrigou já a intervenção das Nações Unidas e União Africana, e na Nigéria, que enfrenta uma rebelião que põem em risco o seu desenvolvimento⁸³⁰.

A reunião da CGG realizada em junho de 2009, em São Tomé e Príncipe, que previa discutir a segurança na região, foi marcada pela formalização, em 12 de maio de 2009, junto às Nações Unidas, das reivindicações da República Democrática do Congo em relação a uma parte dos campos petrolíferos explorados por Angola. Segundo a imprensa congoleza, a RDC depositou junto da ONU um novo mapa do seu espaço marítimo que afirma seguir os critérios da Convenção de Montego Bay⁸³¹. A Convenção sobre Lei Marítima das Nações Unidas (Unclos), adotada em 1982, concede aos países o direito de explorar o leito marítimo até à extensão de 200 milhas dos seus territórios, com a opção de extensão ainda mais ampla, caso sejam capazes de provar que as plataformas continentais originadas nas suas massas terrestres se estendem mar adentro⁸³².

Os Estados têm a obrigação de apresentar esses pedidos de extensão até ao máximo dez anos depois da sua adesão ao tratado. Ao apresentar a sua reclamação às Nações Unidas, a RDC espera que o seu diferendo com Angola seja resolvido ao abrigo das disposições da Convenção de Montego Bay e segundo dados da nova carta do espaço marítimo congolês - que afirma ter sido elaborada de acordo com os critérios estabelecidos para o efeito pela Unclos. Por outro lado, tendo em conta os investimentos feitos por Luanda nos campos petrolíferos em disputa, Kinshasa considera que uma solução passaria por uma compensação justa dos mesmos. Angola não aceita os argumentos apresentados pela RDC.⁸³³.



⁸³⁰ Jornal de Angola, edição de 25 novembro de 2008.

⁸³¹ Novo Jornal, Luanda, edição de 30 de maio de 2009. Ver, também <http://www.un.org/Depts/los/index.htm>

⁸³² The United Nations Convention on the Law of the Sea (UNCLOS), também conhecida como The Law of the Sea ou a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) art. 55.

⁸³³ SOUZA, J. M. de (1999). *Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?*. Revista Brasileira de Geofísica. 1999, vol. 17, n. 1, p. 79-82.

Fonte: Google maps.
Mapa 9.

Em 2007, isto é, 18 anos depois da ratificação do Unclos, o Senado congolês decidiu iniciar o processo da reivindicação quando o preço do petróleo no mercado internacional estava em franca ascensão. Conseqüentemente, a RDC elaborou uma Lei, definindo as suas novas fronteiras, que foi promulgada a 7 de maio de 2009 e submetida às Nações Unidas cinco dias depois. Entretanto, Angola e a RDC já tinham assinado em Kinshasa, em junho de 2003, um memorando de entendimento para o desenvolvimento conjunto das águas profundas da Bacia do Baixo Congo. Nos termos desse documento, foi estabelecido um corredor marítimo no qual seriam definidas áreas de interesse comum que apresentassem depósitos de hidrocarbonetos e cujos benefícios financeiros seriam equitativamente repartidos. O corredor em questão está situado na área marítima angolana a sul do Bloco 14 e a norte dos Blocos 15 e 31 e não inclui os depósitos que na altura deste memorando de entendimento já tivessem sido descobertos pelos operadores das concessões angolanas⁸³⁴.

Em julho de 2007, ano em que Kinshasa iniciou o processo de reivindicação, os dois governos assinaram o protocolo de acordo final que estabeleceu as condições da exploração de petróleo na zona costeira comum, um entendimento que Kinshasa pôs em causa pela queixa apresentada na ONU em 12 de maio de 2009. Em visita a Luanda, em 21 de abril de 2009, o primeiro-ministro congolês, Adolphe Muzito, levantou a questão dos limites fronteiriços, nas discussões bilaterais com seu homólogo angolano Paulo Kassoma, tendo ambos os governos decidido criar uma comissão técnica para tratar das questões fronteiriças entre os dois países. A formalização da reivindicação congoleza junto da ONU acabou por influenciar a agenda diplomática entre Angola e a RDC⁸³⁵. Parte da região da RD Congo próximo a áreas em disputa já pertenceu a Angola, mas foi dada ao RD Congo por imposição feita pela França e Alemanha, antigas potências, na Conferência de Berlim em 1884-85⁸³⁶. Há uma plataforma para resolução dos diferendos comuns, uma comissão mista para reavaliar as fronteiras que foram drasticamente definidas na Conferência de Berlim⁸³⁷. O Presidente da Comissão do Golfo da Guiné, José Eduardo dos Santos considera que

“baseando-nos na inter-ajuda, na solidariedade recíproca e na complementaridade, podemos tornar o Golfo da Guiné não apenas em mais uma zona de paz no Atlântico Sul, integrando países banhados pelo mesmo oceano e com problemas e perspectivas similares. (...) podemos em simultâneo consolidar a estabilidade e segurança interna

⁸³⁴ Novo Jornal, Luanda, edição de 30 de maio de 2009

⁸³⁵ Novo Jornal, Luanda, edição de 30 de maio de 2009

⁸³⁶ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971 p. 6.

⁸³⁷ CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971 p. 6.

de cada um dos nossos países e desbravar caminhos melhores para os nossos povos. Através de políticas de inclusão e do combate à fome e ao desemprego podemos nesse contexto devolver a esperança à juventude e a todos os que acreditaram no sonho dos fundadores das nossas nações”⁸³⁸.

Assunção dos Anjos, ministro das Relações Exteriores de Angola, revelou, na cerimônia de abertura da I Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da CGG, em Luanda, em 06 de março de 2009, ser pretensão da República de Angola contribuir para a criação de um mecanismo de segurança regional com vistas a garantir a estabilidade na sub-região. Ele qualificou os eventos verificados na Guiné-Bissau (assassinato do Presidente da República, Nino Vieira) como um ato ignóbil que a CGG condena veementemente. A dramática situação que se registrou na Guiné Bissau reforça a nossa convicção de que devemos trabalhar rapidamente no sentido de estabelecermos instrumentos que garantam a consolidação da democracia, bem como o respeito e a defesa das instituições do Estado⁸³⁹. Assunção dos Anjos considerou, igualmente, que os acontecimentos na Guiné Equatorial (tentativa de golpe de Estado) e em São Tomé e Príncipe refletem a justeza e a oportunidade das preocupações assumidas, relativamente à gestão de conflitos na região, bem como reforçam a necessidade de se manter uma concertação permanente, em todos os domínios, com vistas à criação de condições de confiança mútua e um ambiente de paz e segurança favoráveis ao desenvolvimento sustentável da sub-região.

Eduardo Beny⁸⁴⁰ aborda o papel do Golfo da Guiné no mundo do petróleo dentro da nova configuração geopolítica do petróleo. A importância desta região no mundo do petróleo foi comparada em relação ao Médio Oriente, em vista do redobrado e revitalizado interesse particular pelo petróleo africano, sobretudo da costa do Atlântico Sul. O autor analisa de modo abrangente as razões pelas quais as potências ocidentais aumentaram o interesse pelos hidrocarbonetos do Golfo da Guiné, na Costa Ocidental de África, devido à instabilidade vivida no Golfo Pérsico, com algumas consequências negativas na produção e fornecimento do produto em nível global e a importância que países como Angola, Guiné Equatorial, Nigéria e São Tomé e Príncipe, grupo que o autor denomina ‘Quarteto Estratégico’, têm na nova configuração do sistema petrolífero internacional.

O presidente angolano disse, em 11 de fevereiro de 2007, na Guiné-Equatorial, que os dois países têm o petróleo como um dos motores essenciais do seu progresso, e ainda deixou implícito que a ideia da cooperação Sul-Sul já há muito deixou de ser uma utopia para passar

⁸³⁸ Agência Angola Press <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 21 de maio de 2009

⁸³⁹ Jornal de Angola, edição de 06 de março de 2009

⁸⁴⁰ BENY, Eduardo. *A Nova Geopolítica do Petróleo do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Lisboa: Ed. Novo Imbondeiro, 2007.

a ser uma realidade exequível, promovida nos diversos setores da vida de cada um dos países da região, na base de parcerias e empreendimentos mutuamente vantajosos⁸⁴¹.

A litoralização da economia angolana é um fenômeno que tem vindo a diminuir a atenção ao desenvolvimento do interior, subjacente às fases turbulentas que o país atravessou após a sua emergência política e econômica. O petróleo pode ser um elemento multiplicador do desenvolvimento sustentado quando assente em uma estratégia sábia e coerente. Os recursos devem servir de fonte de financiamento para uma economia adequadamente diversificada, em que a indústria e a agricultura se complementam, reduzindo a vulnerabilidade do sistema produtivo. Em Angola está acontecendo o crescimento econômico de enclave. A origem desse crescimento é obviamente o petróleo de forma unissetorial⁸⁴².

Os interesses estratégicos nas áreas da energia e da segurança no Golfo da Guiné impulsionam o fortalecimento das ligações entre os Estados Unidos e Angola. Esse fortalecimento faz parte de uma política alargada para o setor da energia e ainda de uma abordagem estratégica dos EUA em relação ao continente africano. Na visão dos analistas norte-americanos – entre os quais os antigos secretários de Estado assistentes para África, Herman Cohen e Chester Crocker e o atual presidente da Câmara de Comércio Angola-Estados Unidos, Paul Hare –, há poucos países africanos tão importantes para os interesses americanos na África como Angola⁸⁴³. O relatório dos analistas refere que Angola deve esclarecer os seus negócios com a China, pois existe “uma falta de transparência” nas operações chinesas em Angola. O documento diz, por outro lado, que os Estados Unidos devem dar uma maior importância diplomática e maiores recursos às suas relações com o país, reconhecendo, assim, que o interesse americano em assegurar o fornecimento de energia e a estabilidade na região do Golfo da Guiné é algo que merece mais investimento⁸⁴⁴.

Há muito tempo que os EUA estão em Angola, mas só agora – após a forte intervenção chinesa para a reconstrução da infraestrutura do país – perceberam a importância das relações bilaterais. Tudo agora se explica com o mundo globalizado. O embaixador dos EUA, Dan Mozena, disse em 26 de março de 2009 que os EUA pretendem estabelecer um acordo bilateral com Angola que visa facilitar os investimentos no país, especialmente no tocante à diversificação da economia nacional. Saindo de uma audiência com o presidente da

⁸⁴¹ Agência Angola Press <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 21 de maio de 2009.

⁸⁴² Nos acordos de paz, fez-se a abordagem da criação do 4º ramo das forças armadas, uma espécie de exército produtivo armado de ferramentas polivalentes capazes de executar planos de reconstrução de estradas, aldeias, vilas e cidades do interior, sustentadas com os recursos financeiros provenientes da exploração de petróleo.

⁸⁴³ RELA, Jose Manuel Zenha. *Angola o Futuro já Começou*. Luanda: ed. Nzila, Coleção Universitaria, março 2005.

⁸⁴⁴ Agência Lusa <http://www.lusa.pt> acessado em 09 de maio de 2007.

Assembleia Nacional, Fernando da Piedade Dias dos Santos, o diplomata americano afirmou serem boas e fortes as relações entre os dois países⁸⁴⁵.

Em Angola, os EUA primeiro apoiaram a União das Populações de Angola (UPA), mas não deu o resultado desejado na batalha de Luanda. Depois apoiaram a UNITA e, posteriormente, abandonaram o movimento, quando o governo do MPLA sinalizou com um acordo sobre o petróleo. Na diplomacia norte-americana, não existem amigos permanentes, nem inimigos permanentes – existem apenas interesses permanentes⁸⁴⁶. E onde há interesses, os EUA criam amizades. O Golfo da Guiné, nomeadamente na sua parte da África Central, ocupa uma posição geoestratégica que o põe em contato com todas outras sub-regiões africanas. Tradicionalmente sob a influência francesa, esta região e o seu interior (composto pelo Tchad, pela República Centro-Africana (RCA), pelo Níger e pelos Grandes Lagos), transforma-se cada vez mais em um campo de interesses norte-americano.

Pode-se dizer que, na CGG, Angola fez o que os EUA e a UE fizeram em Kosovo e outras regiões conflituosas do planeta: pacificou a região. A região do Golfo da Guiné é uma das grandes produtoras de petróleo na África. O presidente da Organização de Países Exportadores de Petróleo (Opep), o ministro dos petróleos de Angola, Botelho de Vasconcelos, afirmou que a OPEP tem trabalhado para inverter a tendência de queda no valor do combustível. Depois de ter atingido o recorde de cerca de US\$ 148 em julho de 2008, o preço do barril de petróleo entrou em queda acentuada, chegando no início de 2009 a valor inferior a US\$ 40. Para ele,

“levar adiante um preço equilibrado, que satisfaça os países produtores e que também possa satisfazer os países consumidores” é a grande aposta da organização. Ele admitiu que as inquietações, com a crise financeira iniciada em agosto de 2008 e a consequente queda do preço do barril de petróleo, têm um reflexo muito grande no desenvolvimento dos países da CGG⁸⁴⁷.

Angola, ao acabar com as rebeliões entre tutsis e utsis, do Ruanda, e fechar a entrada de armamento em seu território, somada a advertência diplomática dada a Zâmbia, deu à região uma paz relativa, acabando até com os fornecedores de armamento a UNITA. Um dos temas da 4ª sessão ordinária do Conselho de Ministros dos países Membros do Golfo da Guiné foi a análise do impacto da crise financeira internacional e da redução do preço do petróleo sobre as economias dos Estados-membros da CGG⁸⁴⁸. Da cooperação para a desmilitarização do Atlântico Sul, à concertação diplomática garantidora de segurança dos

⁸⁴⁵ Agência Angola Press <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 21 de maio de 2008

⁸⁴⁶ S. S Dalai Lama em entrevista ao Adam Yauch no site: <http://www.dalailama.org.br/ensinamentos/adam.php>

⁸⁴⁷ Agência Lusa <http://www.lusa.pt> acessado em 22 de Janeiro de 2009.

⁸⁴⁸ Angop 24 de novembro de 2008. Agência Angola Press <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 21 de dezembro de 2008.

países do Golfo da Guiné para os efeitos defensivos de interesses econômicos na perspectiva estratégica, evidenciam o esforço de explicar os eventos políticos internacionais, vistos dentro dos objetivos de Angola e aos cálculos estratégicos para alcançar o interesse nacional⁸⁴⁹.

Com a criação da CGG em torno de interesses petrolíferos e com a exploração da área do pré-sal na costa brasileira, não há dúvidas de que as marinhas dos países das duas regiões virão a ter certamente um papel importante para garantir a defesa e a paz. Registre-se que a Marinha de Guerra Brasileira vem dando treinamento à Marinha de Guerra de Angola, assim como igualmente vem dando apoio à criação da Marinha de Guerra da Namíbia, com treinamento e fornecendo embarcações⁸⁵⁰. O Brasil, após anunciar a exploração de petróleo e gás do pré-sal, passou a investir em programas de reequipamento da Marinha de Guerra, em particular a encomenda de submarinos convencionais e atômicos, como ficou demonstrado na visita do presidente da França ao Brasil em setembro de 2009, que previu negócios de transferência de tecnologia militar em um valor estimado de U\$ 20 bilhões de dólares. A cooperação entre o Brasil e a Namíbia, que inclui a formação de quadros para a criação de uma marinha de guerra, a transferência a título de cooperação de um navio de guerra e um projeto de construção de outras embarcações, insere-se na hipótese anterior.

Os subsistemas de segurança regionais podem ser vistos em termos de padrões de amizade e inimizade, que são substancialmente restritos dentro de uma determinada área geográfica. Buzan usa o termo complexo de segurança (*security complex*) para identificar as formações resultantes de tal processo. Ele define um complexo de segurança como um grupo de Estados, cujas principais preocupações de segurança estão unidas de tal maneira que a segurança de cada um não pode ser adequadamente analisada sem considerar as demais. Complexos de segurança enfatizam a interdependência tanto de rivais como de interesses compartilhados⁸⁵¹.

As interdependências surgem de relacionamentos locais, mas quando grandes potências são envolvidas, um grupo inteiro de Estados pode se unir por uma ameaça comum, tendo como maior exemplo os países da Europa Ocidental durante a Guerra Fria. Uma das questões importantes é levantada por Buzan, quando pergunta se laços culturais ou raciais poderiam ser um fator para a identificação de complexos de segurança. Ele sustenta não ser

⁸⁴⁹ GRANT, J. Andrew, SÖDERBAUM, Fredrik. *The New Regionalism in Africa*. Hants/ Burlington, England/USA: Ashgate Publishing Limited, 2003.

⁸⁵⁰ FLORES, Mário César. *O Preparo da Marinha dos Próximos 10 a 30 Anos: Dúvidas, Comentários e Sugestões*. Revista Marítima Brasileira, 108, 1/3, jan./mar, 1988.

⁸⁵¹ BUZAN, Barry. *People, states and fear. An agenda for international security studies in the post-cold war era*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991 p. 190.

provável que características culturais comuns ou raciais de um grupo de Estados pode levá-los a prestar mais atenção uns aos outros, ou então a legitimar intervenções mútuas nos assuntos de segurança uns dos outros. Buzan conclui que ao se definir a forma e estrutura dos complexos de segurança, estas duas variáveis são fatores secundários, e não os principais. Pode-se dividir o continente africano segundo as relações históricas de integração regional em: África do Norte, África Ocidental, África Central, África Austral, África Oriental e África Indica. Em cada uma dessas regiões Angola vem se relacionando de forma diferenciada. Na África do Norte as prioridades tem se concentrado na Argélia. Na faixa atlântica, as prioridades são os países da Comissão do Golfo da Guiné⁸⁵².

Com o governo angolano em paz desde 2002, a política exterior pode esforçar-se para construir relações mais amplas e duradouras, enfocando dimensões políticas, econômicas, sociais e culturais, em substituição às confissões de afinidade histórica e de interesses comerciais de curto prazo⁸⁵³. A política externa angolana participa de arranjos regionais na CEEAC e na SADC visando o aprofundamento da integração regional. Um dos desdobramentos do renovado interesse da política externa angolana pela integração veio a ser a criação da CGG. Angola vem liderando a criação dessa organização, aprendendo com o processo multilateral de definição de normas e objetivos.

Após descobertas de petróleo em alguns países do Golfo da Guiné, entre os quais São Tomé e Príncipe, Guiné Equatorial, algumas disputas externas surgiram com Nigéria. Segundo Lucas de Oliveira

“os EUA apoiaram o governo de São Tomé, frustrando uma tentativa de Golpe militar em 2003. Na sequência, os EUA criaram um programa de assistência e treinamento militar com o país e passaram a estudar a criação de uma base militar permanente no país. Logo, as primeiras licitações dos novos blocos petrolíferos [...] foram para a Chevron-Texaco e Exxon-Mobil”⁸⁵⁴.

O pensamento de Adam Wolfe é de que o aumento significativo da atuação dos EUA na região do Golfo da Guiné na última década é uma postura menos ativa e mais reativa ao crescimento chinês na região, referindo que

“nestes últimos anos, Washington tem-se esforçado em ajustar suas políticas para África para contrabalancear o crescimento da influência Chinesa”⁸⁵⁵. De fato, a

⁸⁵² BUZAN, Barry. *People, states and fear. An agenda for international security studies in the post-cold war era*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.

⁸⁵³ GRANT, J. Andrew, SÖDERBAUM, Fredrik. *The New Regionalism in Africa*. Hants/ Burlington, England/USA: Ashgate Publishing Limited, 2003.

⁸⁵⁴ OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsariana*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007 p. 125

⁸⁵⁵ OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsariana*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007 p. 125

China, tornou-se um importador líquido já em 1993, mas parece que foi apenas com o “início da depleção de reservas em 2000-2001, que a China se tornou mais agressiva na sua busca pelo petróleo estrangeiro. [...] para suprir um crescimento explosivo da demanda energética que se acumula há quase duas décadas. E a segurança energética passou a influenciar decisivamente a inserção externa do país, assim como seus alinhamentos diplomáticos”⁸⁵⁶.

A observação de Oliveira sobre a China é coerente com o comportamento chinês no cenário internacional nos anos anteriores a sua necessidade de fontes energéticas externas. A China manteve certa distância das várias crises de petróleo, nos anos 1970, posicionando-se de forma neutra nos conflitos do Médio Oriente e se abstendo quanto à formação da força internacional para expulsar o Iraque do Kuwait em 1991. A China teve autossuficiência em petróleo durante a maior parte da Guerra Fria. Entretanto, com duas décadas de crescimento econômico acelerado e aumento de consumo de energia, o país mudou rapidamente postura de abstenção e neutralidade em questões internacionais que envolvem o petróleo, principalmente na África, que em 2006 representou 30% do petróleo importado pelo país. Como afirma Oliveira

“mais recentemente a China vem se esforçando para impedir a imposição de sanções ao Sudão, inclusive usando o poder de veto no Conselho de Segurança da ONU. [...] Com o país importando praticamente metade do que consome, o problema da equação de segurança energética chinesa passou a ser central. (...) assim como das preocupações chinesas com possíveis cenários de interrupção do fornecimento petrolífero estrangeiro”⁸⁵⁷.

Aqui se explica novamente a postura assumida pela China, na autorização que o Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CS/ONU) concedeu em 17 de maio de 2011 para a criação de uma zona de exclusão aérea sobre a Líbia e todas as medidas necessárias para proteger os civis contra as forças do governo de Muammar Kaddafi. Dez dos 15 membros do Conselho votaram a favor da resolução, mas os outros cinco, nomeadamente Brasil, China, Rússia, Índia e Alemanha se abstiveram⁸⁵⁸.

Para muitos autores o petróleo é a maior causa de instabilidade nos países subsaarianos produtores deste recurso, na medida em que é alvo de disputas entre os atores regionais (o Estado, a população civil, grupos insurgentes locais) e atores globais, como as corporações petrolíferas e as grandes potências mundiais. Lucas de Oliveira afirma que “em um contexto de crise petro-energética global a África Subsaariana pode ser a única região fora do conturbado Golfo Pérsico, onde será possível aumentar significativamente a produção

⁸⁵⁶ OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsariana*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007 p. 128-129.

⁸⁵⁷ OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsariana*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007 p. 200

⁸⁵⁸ Jornal de Angola, edição de 17 de março de 2011.

petrolífera e manter o mercado mundial um pouco mais estável (...) e facilitar uma transição para outra matriz energética mais suave”⁸⁵⁹.

O presidente da CGG, Jose Eduardo dos Santos, apontou quatro desafios estratégicos da organização: a manutenção da paz, a estabilidade, a concertação e a cooperação. Para ele, é preciso valorizar os recursos da região e colocá-los a serviço do desenvolvimento econômico e da promoção do bem-estar e do progresso dos povos da região. Para isso, indicou a necessidade de parcerias sub-regionais, continentais e internacionais, a fim de absorver novas tecnologia e captar recursos⁸⁶⁰. O fato de Angola estar filiada às duas principais organizações de integração regional, a CEEAC e a SADC, criou dificuldades para o pleno funcionamento desses organismos durante muitos anos, devido à guerra civil angolana. A inserção de Angola na África Central e Austral não traduz nenhuma pretensão de liderança regional, sendo motivada pela necessidade de proteção e defesa dos seus interesses econômicos e de segurança. Angola necessita de parcerias e alianças regionais para atingir seus objetivos de desenvolvimento interno e inserção internacional.

A CGG, apesar de ser uma instituição sem poder efetivo, tem uma grande importância política para Angola. O trabalho do ministro João Miranda, quando da presidência da ZOPACAS levou a uma relativa dinamização da organização, cujo processo e metodologia foram utilizados no desenvolvimento da CGG⁸⁶¹. O interesse nacional angolano manifestou-se na estratégia de criar essa nova instituição, levando em conta os interesses da economia petrolífera da região. A Guiné Equatorial desejava aproximar-se de Angola para poder vir a ter uma posição mais equilibrada face à sua vizinha, a Nigéria, e aos interesses continentais francófonos. São Tomé e Príncipe, membro da CPLP, tem demonstrado certa ambiguidade em sua aproximação com a francofonia⁸⁶². Atualmente, é certo que a Sonangol, empresa pública angolana de petróleo, financia a Zona Franca Petrolífera de São Tomé e Príncipe. Esse projeto é mais um exemplo de que as autoridades são-tomenses querem privilegiar a parceria na área de exploração de petróleos com Angola e não com a Nigéria. Angola e São Tomé já vêm

⁸⁵⁹ BENY, Eduardo. *A Nova Geopolítica do Petróleo do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Lisboa: Ed. Novo Imbondeiro, 2007. Ver também, OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsariana*. Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007 p. 144

⁸⁶⁰ *Revista de Informação, Economia e Análise África21*. Luanda: n° 26 Fevereiro, 2009 p. 58

⁸⁶¹ No período da presidência angolana, 2007-2009.

⁸⁶² A comunidade da língua francesa, francofonia, é uma instituição que surgiu antes das independências das colônias belgas e francesas, voltada para o prestígio da França. Ao contrário, a CPLP foi criada por Estados independentes.

cooperando na formação no domínio de petróleo, pois os são-tomenses frequentam o Instituto Médio de Petróleos em Angola⁸⁶³.

Na visão e experiência angolana, a emergência de conflitos internos e inter-estatais, com consequências desastrosas, chamaram a atenção para o fato de que a paz e a ordem eram condições mínimas, quer do ponto de vista político e social, quer econômico – daí a emergência do binômio segurança e desenvolvimento na política exterior angolana. Os discursos oficiais dão evidências a nossa interpretação quando o presidente de Angola e presidente da CGG, José Eduardo dos Santos em 17 de fevereiro de 2007 afirma que temos de continuar a apostar na vigilância comum e no reforço da segurança interna para fazer observar as normas do Direito Internacional, no âmbito da CGG, com vistas a preservar a paz e a estabilidade política⁸⁶⁴. A médio e longo prazo, a zona integrada pelos países da CGG passará a necessitar de estruturas específicas de defesa garantidoras das suas políticas petrolíferas. O fortalecimento da interdependência entre os países da região permitirá negociar com outras regiões do mundo, assinando contratos mais vantajosos, em benefício dos povos da CEEAC e da SADC.

Angola é um dos países fortes nas duas regiões com um elevado potencial econômico e militar, e exerce uma grande influência política. Com efeito, desde o fim da guerra civil em Angola em 2002, o país tornou-se o principal arquiteto da ordem regional, sendo responsável direto pela criação de organizações como a CGG, forças de aleta e segurança da CEEAC e da SADC, além da reafirmação da ZOPACAS. Angola soube demonstrar singular capacidade de articulação e mobilização no plano internacional e firma-se como um ator global. Os problemas maiores do país estão hoje mais em suas carências e fraturas sociais internas do que nos padrões de seu relacionamento externo. Angola tem consciência de que o desenvolvimento é, fundamentalmente, uma tarefa nacional, a ser enfrentada com seus próprios recursos. Essa percepção vai prevalecendo em outros países de nível semelhante de desenvolvimento na região da África Subsaariana.

Desta análise, pode-se inferir a importância estratégica que Angola confere ao relacionamento com os países africanos do Golfo da Guiné e o que pode representar na manutenção ou ascensão das potências globais. Ao mesmo tempo que a África Subsaariana aparece como uma região atraente, por tentar resolver o complexo desequilíbrio energético global, também é alvo de novas disputas entre as grandes potências. A construção do oleoduto Tchad-Camarões e a sua eventual extensão para o Níger, a RCA, o Sudão e a Líbia reforçam a

⁸⁶³ *Revista de Informação, Economia e Análise África21*. Luanda: n° 26 Fevereiro, 2009 p. 81.

⁸⁶⁴ Agência Angola Press <http://www.portalangop.co.ao> acessado em 21 de maio de 2009.

dimensão geoestratégica desta parte do continente africano. A criação de um bloco regional coerente com um projeto energético comum constituiu um meio para os países do Golfo da Guiné conservar o poder de decisão e de auto-gestão dos recursos petrolíferos. As crises político-militares na República Democrática do Congo têm sido um dos temas de destaque nas cúpulas de Chefes de Estado e de Governo. Os oito países são chamados a contribuir para uma solução que ponha termo aos sangrentos conflitos na região. Essa é a importância do Golfo da Guiné dentro da nova configuração geopolítica do petróleo. A importância desta região tem sido comparada a do Médio Oriente, em vista do redobrado interesse pelo petróleo africano. Para Angola, a CGG visa garantir os interesses dos Estados-parte, a manutenção da paz, como forma de defesa, face a interesses hegemônicos. Angola teve que superar uma disputa diplomática com a Nigéria para albergar a sede, mas a presidência é exercida rotativamente pelos oitos chefes de Estado. Pretende-se que a CGG venha a tornar-se uma entidade o mais possível equidistante de problemas regionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese é compreender a gênese das ações que marcam a política externa de Angola a partir da análise das agendas delineadas desde a independência aos dias atuais. A tese buscou reconstituir empiricamente as relações entre Angola com relação à África Subsaariana e o Brasil, o papel de Angola para a estratégia de inserção internacional de cada um destes espaços e as respectivas políticas externas, nos marcos das respostas aos desafios da globalização e do sistema internacional pós-Guerra Fria. Optamos por focar o tema da política externa angolana através do processo africano de integração regional e das relações bilaterais com o Brasil, dando ênfase, neste último caso, à evolução da Zona da Paz e Cooperação do Atlântico Sul e da Comissão do Golfo da Guiné. A importância de uma política regional para Angola decorre do objetivo de criar uma saída política, um equilíbrio do possível, às relações com o Ocidente.

Constatou-se que as modernas relações bilaterais de Angola com o Brasil se fortaleceram com o processo de regionalização em torno da defesa da paz e segurança do Atlântico Sul, inspirando a criação de um novo regionalismo na CGG (Comissão do Golfo da Guiné). Essas relações representam, igualmente, uma relevante dimensão de cooperação Sul-Sul nas relações internacionais angolanas, que podemos entender como uma alternativa às relações Norte-Sul, calcadas no petróleo e diamantes.

No que diz respeito às relações regionais, a participação de Angola em forças de paz das Nações Unidas na África, particularmente no Congo Brazzaville e na República Democrática do Congo e o envolvimento do país nos esforços diplomáticos para superação do conflito interno na Guiné Bissau são expressão da maior capacidade e disposição de atuar de forma ativa na vida regional. A formação de blocos econômicos representa, para Angola e para a África, uma alternativa às tradicionais relações do continente com países desenvolvidos, pois pretende diminuir a dependência e promover as relações Sul-Sul. Eventos recentes em foros econômicos multilaterais têm permitido antever maior cooperação entre Angola e os países da África Subsaariana, no que se refere, por exemplo, ao apoio mútuo em disputas comerciais e negociações econômicas na OMC. O grande realce na política de Angola consubstancia-se na sua participação política e militar para acabar com os conflitos regionais na África Central e na África Austral. Angola é tida como líder nas operações conjuntas realizadas pelas forças em estado de alerta (*African Standby Forces*) das duas regiões. O peso de Angola vem crescendo de modo acentuado e está assumindo

responsabilidades internacionais mais desafiadoras. Angola está tornando-se um ator realmente central no cenário regional e, e quiçá, mundial.

Em Angola, solucionada que foi a questão da independência, o país ficou mergulhado na 1ª guerra civil, entre 1975 a 1992, derivada inicialmente do conflito entre os diferentes projetos de governo defendidos pelos movimentos de libertação e depois devido a interesses estrangeiros representados na bipolaridade ideológica da época. Apesar disso, Angola manteve uma cooperação exemplar com os países vizinhos durante os anos de turbulência. A solução de antigos conflitos e o significativo crescimento econômico oferecem, hoje, condições mais vantajosas para a inserção da África Subsaariana no contexto internacional. Ao mesmo tempo em que se reconhece que o desenvolvimento é condição essencial para a manutenção da estabilidade, a CEEAC e a SADC têm buscado desenvolver mecanismos de diplomacia preventiva e de manutenção da paz, a exemplo da constituição, no âmbito da União Africana, do Conselho de Paz e Segurança, que conta com um sistema de monitoramento precoce e uma força africana de alerta. O apoio internacional ao aprimoramento das forças policiais e às forças armadas angolanas, mormente por parte dos EUA e dos países União Europeia, faz parte do quadro garantidor da segurança e da ordem pública na região subsariana.

A problemática do regionalismo no contexto africano, mormente em relação à África Austral (SADC, que compreende a RDC), à África Central (CEEAC) e possivelmente à Comissão do Golfo da Guiné, deixam entrever não só problemas internos, como fatores de ordem externa. RDC, antiga colônia belga, é um país de língua oficial francesa, contígua ao Norte com países africanos francófonos, ao Leste com países africanos anglófonos e a Oeste com Angola, de língua portuguesa. A RDC não trocou o idioma francês pelo idioma inglês. Pode-se perceber certo interesse da França de atrair a RDC para a francofonia, o que possivelmente poderia implicar o abandono da dolarização da sua economia e a entrada da zona do Euro. Os Estados Unidos, que hoje têm interesses econômicos e financeiros na RDC, na África do Sul e mantém bom relacionamento diplomático com Angola, fazem esforços para que a RDC se mantenha dolarizada e fora da área de influência cultural e econômica da França. Angola e a RDC partilham uma extensa fronteira, na qual Angola ocupa uma posição geopolítica importante na vida do Congo Democrático. A estabilidade política de Angola permitiu o apoio à estabilização da RDC e da região dos Grandes Lagos⁸⁶⁵.

⁸⁶⁵ Angola vai contribuir na formação do Exército da RDC, in Angop Angola Press de 24 de Fevereiro de 2007

Angola, prudentemente, permanece em uma postura de expectativa, entre uma maior integração à CEEAC e a adesão à união alfandegária da SADC. Ainda é cedo para se saber se, no futuro, nos iremos defrontar com uma SADC fortalecida (não esquecer que a RDC também integra esta instituição) ou perante um cenário em que as duas instituições, a SADC e a CEEAC, se complementarão mutuamente no desiderato da integração regional. Registre-se que a CEEAC é composta por outros países de língua francesa, que fazem parte da francofonia. Angola, no contexto da SADC, tende a equiparar-se com a África do Sul; no contexto da CEEAC, ocupa uma posição de destaque na região. Temos que acompanhar a evolução política interna e externa da África do Sul: durante o período do presidente Nelson Mandela (1994-1998), as relações com Angola foram excelentes, ao contrário do período Thabo M'Beki em que se registra certo congelamento das relações. Com a eleição de Jacob Zuma (2009) para presidência da África do Sul, é natural que as relações Angola-África do Sul voltem ao patamar do período Mandela, e, de fato, os resultados de uma estreita cooperação já são visíveis⁸⁶⁶. O novo presidente da África do Sul viveu por muitos anos em Angola e acompanhou os esforços diplomáticos e militares⁸⁶⁷ do país, que obrigaram o regime do *apartheid* da África do Sul a ceder a independência da Namíbia e libertar Nelson Mandela, o que contribuiu para a democratização da África do Sul, em 1994.

Como foi argumentado na introdução, desvendar as diversas particularidades da inserção internacional de Angola é uma tarefa difícil, que foi tentada através de quatro modelos ou paradigmas: o da dependência, o geopolítico, o realista e a interdependência. A análise profunda de cada teoria suscita hipóteses, que são confrontadas com a realidade. Utilizaram-se os conceitos de segurança e defesa para analisar a política externa de Angola em relação à CEEAC, à SADC e a UA, assim como no Atlântico Sul. Essa opção metodológica nos permitiu perceber (e analisar) a existência de uma insipiente estratégia comum de segurança no continente africano, que busca instituir instrumentos de segurança coletiva e cooperativa entre os países envolvidos. A tese também utiliza o repositório conceitual dos novos regionalismos para o contexto da política externa de Angola. A África, em particular a África Central e a África Austral, representam os espaços de atuação estratégica da política externa de Angola. Consequentemente, a ZOPACAS inspirou o Estado angolano na

⁸⁶⁶ Os presidentes e altos funcionários de seus governos visitam-se reciprocamente. Por exemplo, durante o CAN2010 em Angola, o presidente Zuma esteve na abertura e o presidente dos Santos, também participou da abertura da Copa do Mundo de Futebol de 2010 na África do Sul.

⁸⁶⁷ A resolução da ONU n. 435/78 foi aprovada com pressão de Angola e a batalha do Cuito Cuanavale em 1988 são referências importantes sobre os esforços da diplomacia angolana e a evolução dos confrontos militares, no qual os militares do governo de Angola derrotaram em combate as Forças da África do Sul na província do Kuando Kubango. Ver, *Jornal de Angola*, ano 33 n. 11787 de 23/03/2010 p. 3

construção de um novo cenário político, a Comissão do Golfo da Guiné (CGG). Finalmente, os conceitos do neoliberalismo institucionalista serviram para identificar os requisitos para a manutenção da paz e para a estabilidade estrutural na região. A noção de que o meio internacional é anárquico não significa que ele seja, necessariamente, conflituoso. O ambiente internacional torna-se hostil quando aumentam os níveis de incerteza e de desconfiança entre os atores. Essa circunstância se verifica quando as percepções das grandes potências sobre segurança nacional e internacional se tornam substantivamente divergentes. Nesse ambiente, as noções de soberania e de interesse nacional praticamente fazem desaparecer outras noções como a de interdependência e da cooperação internacional, tornando as relações internacionais mais tensas e potencialmente conflituosas.

À guisa de considerações finais, mencionam-se algumas conclusões desse trabalho:

1. Os esforços da diplomacia angolana são visíveis em matéria de segurança e desenvolvimento internacional. Esse papel tem sido desempenhado no âmbito da ONU, da UA, do G8⁸⁶⁸; CPLP; dos PALOPs; CGG, CEEAC, SADC, da ZOPACAS, entre outros.
2. Contrapomos argumentos às opiniões que consideram que a cooperação regional na África não tem maior importância para além do aspecto político. A ZOPACAS, instrumento político que se contrapôs ao projeto da criação de um Pacto do Atlântico Sul, afirmando-se como uma área desmilitarizada, contribuiu para a segurança da região, notadamente do governo do MPLA.
3. A criação da Comissão do Golfo da Guiné é fruto de um processo de concertação diplomática, que visa oferecer condições de estabilidade e segurança aos países-parte desta nova organização. A organização se configura como continuação dos atos de concertação diplomática que levaram anteriormente a criação da ZOPACAS, uma vez que a opção pela desmilitarização da área constituiu-se essencialmente no desenvolvimento de uma estratégia de segurança. A variável segurança foi determinante para a criação deste novo cenário regional.
4. Em um primeiro momento, o objetivo da regionalização na África era a integração econômica, não obtendo resultados práticos em função da estrutura econômica da região, caracterizada pela dependência completa dos financiamentos e mercados estrangeiros (economia de enclave). Em uma segunda fase, mais recente, o

⁸⁶⁸ Na reunião de Cúpula realizada em 2009 na Itália.

regionalismo deu lugar à implantação de mecanismos de segurança visando garantir a paz e sobrevivência humana, como um mínimo desejável - daí a emergência do binómio segurança-desenvolvimento.

5. No contexto das análises referentes à África Austral e Central, aclaramos como ocorreram uma série de acréscimos aos objetivos da CEEAC, transformando esse órgão regional de uma organização de natureza econômica em um organismo alargado de defesa militar e garantidor da paz na região. A SADC, um mecanismo de integração econômica, financeira, social previu desde a sua constituição mecanismos de segurança.
6. Angola é um dos países fortes nas regiões SADC e CEEAC, com um elevado potencial econômico e militar, e que exerce uma grande influência política. A criação da Comissão do Golfo da Guiné, para além de sua importância específica no contexto de países membros, constitui-se em um reforço à política externa angolana, dando-lhe densidade e aumentando o papel de Angola nos dois contextos regionais, CEEAC e SADC
7. Aclaramos que as várias divergências existentes entre Angola e a África do Sul durante o período da Guerra Fria não persistem. A cooperação no contexto da SADC permitiu superar aquelas divergências em benefício de fortalecimento político-econômico da sub-região continental.
8. Os países do Sul, quando de proposta da criação de um Pacto do Atlântico Sul, reagiram com a proposta de desmilitarização, a única proposta política possível, uma vez que não contavam com meios próprios da defesa; daí decorrendo que na prática, o que iria ocorrer seria a deslocação dos meios, mormente navais da OTAN para o Atlântico Sul.
9. A relação de Angola com o Brasil permitiu ao país contar com um parceiro fora do continente africano, no período de 1975 à 1992, como reforço às relações com os países ocidentais, e firmando juntamente a importância política das relações Sul-Sul.
10. Angola não só relançou substantivamente a ZOPACAS, como aproveitou a sua metodologia para a criação da Comissão do Golfo da Guiné. Certamente, as relações diplomáticas entre Angola e o Brasil, parceiros fiéis, são um dos fatores da criação da Comissão do Golfo da Guiné, que em termos conceituais continuaram a utilizar o conceito ampliado de segurança.

Recomenda-se estudos profundos sobre as relações de Angola com o Brasil no período de 1961-1974, para analisar a natureza dos atores políticos e os interesses da época para os dois países. Recomenda-se estudos específicos que envolvam conhecer as estruturas integrativas e sua evolução, tais como: UA, CEEAC, SADC, ZOPACAS, CPLP, PALOPs e CGG tornando-se necessário não só conhecer mas aproveitar as reflexões dos autores que se aplicaram na teorização dos processos integrativos. Para encerrar esta tese, recomenda-se estudos da política externa de Angola abordando contextos específicos, segundo alguns cenários: 1. a relação bilateral de Angola com o Brasil, 2. a relação de Angola com o Brasil no contexto da ZOPACAS, 3. a relação de Angola com a CEEAC, 3. a relação de Angola com a SADC, 4. as relações entre a SADC e o Mercosul, 5. a relação de Angola com a CGG, 6. a relação de Angola com a CPLP e 7. a relação de Angola com os PALOPs.

LISTA DE ENTREVISTADOS

- António Muachilela – Jornalista da RNA, em entrevista ao autor em Luanda aos 11/08/2008.
- Domingos João Cambala – Diretor Comercial e de Marketing da Rádio Nacional de Angola (RNA) em entrevista ao autor em Luanda aos 20/09/2010.
- Domingos Manuel N’Jinga – Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Assembleia Nacional em entrevista ao autor em Luanda aos 28/08/2008.
- Dr. Adão Pinto-ministro-conselheiro das Relações Exteriores em entrevista ao autor em Luanda aos 25/08/2008.
- Dr. António Joaquim de Assis – Antropólogo angolano em entrevista ao autor em Porto Alegre aos 22/05/2008.
- Dr. Edgar Martins – Diretor da Cooperação Bilateral do Mirex em entrevista ao autor em Luanda aos 24/08/2008.
- Dr. Sandro de Oliveira –Diretor da Sub-comissão de Ministros para a cooperação Política e de Segurança da SADC em entrevista ao autor em Luanda aos 22/08/2008.
- Dra. Petra Kátia Amaral Catarino – consultora da Vice-Ministra das Relações Exteriores em entrevista ao autor em Luanda aos 22/08/2008.
- Gaspar Filipe Sermão – Chefe de Comercialização Externa do Ministério dos Petróleos em entrevista ao autor em Luanda aos 12/02/2009.
- João Bernardo de Miranda –Ex-Ministro das Relações Exteriores em entrevista ao autor em Luanda aos 29/08/2008.
- Leonel Martins – Editor da Folha de Angola em entrevista ao autor no Rio de Janeiro, aos 18/09/2009.
- Fernando Augusto Albuquerque Mourão – Professor Titular da USP, em entrevista concedida ao autor durante as Jornadas Científicas da FESA em Luanda, aos 21/09/2010.
- Novais Caueto Ambriz – Imprensa Nacional de Angola em entrevista concedida ao autor em Luanda/Angola em 18/02/2010.
- Reginaldo Silva – professor de relações internacionais na Universidade Lusíadas em entrevista concedida ao autor em Luanda/Angola em 11/12/2009
- Sra. Maria João Cristovão – chefe de cooperação bilateral do Mirex em entrevista concedida ao autor em Luanda/Angola em 18/07/2008.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros

- ALBUQUERQUE, Carlos. *Angola: a Cultura do Medo*. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, 2002
- ALLISSON, Grahah & ZELIKOV, Philip. *Essence of Decision: Explaining the Cuban Missile crisis*. New York: Longman, 1996.
- ALMEIDA, Ndalú Ondjaki. *Os da minha rua*. Lisboa: Editorial Caminho, 2007.
- ALMEIDA, Paulo Roberto de. *O Mercosul no Contexto Regional e Internacional*. São Paulo: Aduaneiras, 1993.
- ALONSO, Ângela. *Ideias em Movimento: A geração 1870 na crise do Brasil-Império*. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- AMORIN, Celso. *Prefácio*: In: MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as Nações*. Brasília: UNB, 1979.
- ARRIGHI, Giovanni. *O Longo Seculo XX*. São paulo: Ed. Contraponto, Unesp, 1996
- BAUMAN, Zygmunt. *Globalización: Las consecuencias humanas*. Bueno Aires: Fondo de Cultura Econômica, 1999.
- BEDIN, Gilmar Antonio et Al. *Paradigmas das Relações Internacionais: Realismo, Idealismo, Dependencia, Interdependencia*. Ijuí: Ed. Inijuí, 2004
- BELLUZZO, Luiz Gonzaga. *Ensaio sobre o Capitalismo no Século XX*. São Paulo: Fundação Editora Unesp, 2004.
- BENDER, Gerald J. *Angola sob o domínio português: mito e realidade*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1980.
- BENY, Eduardo. *A Nova Geopolítica do Petróleo do Golfo Pérsico ao Golfo da Guiné*. Lisboa: Ed. Novo Imbondeiro, 2007.
- BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 1996, 3 vols.
- BRAVO, Manuel (Coord.). *Angola: a Transição para a paz, reconciliação e desenvolvimento*. Lisboa: Hugin, 1996.
- BRITTAIN, Victoria. *Morte da dignidade: a guerra civil em Angola*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1999.

- BUENO, Clodoaldo. e CERVO, Amado Luiz. *História da Política Exterior do Brasil*. São Paulo: Ed. Ática, 1992.
- BULL, Hedley. *A Sociedade Anárquica: um estudo da ordem na política mundial*. Brasília: Editora UnB, Imprensa Oficial do Estado, IPRI, 2002.
- BUTEL, PAUL. *Histoire de l'Atlantique*. Paris: Perrin, 1997
- BUZAN, Barry. *People, states and fear. An agenda for international security studies in the post-cold war era*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 1991.
- CANTORI, Louis J.; SPIEGEL, Steven L. *The international politics of regions: a comparative approach*. Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1970.
- CARDOSO, Fernando Jorge, FERREIRA, Patrícia Magalhães. *A África e a Europa – Resolução de Conflitos, Governação e Integração Regional*. Lisboa: Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, 2005 p 66-70
- CARNEIRO, Emmanuel Moreira. *Especialização Rendeira e Extroversão na África Subsaariana: Caracterização e Consequências*. São João do Estoril: Ed. Principia, 2004
- CARR, Edward Hallett. *Vinte Anos de Crise: 1919-1939*. Brasília: Ipri/Funag, Editora Universidade de Brasília, Imesp, 2002.
- CARRION, Raul K.M., VIZENTINI, Paulo G. *Globalização, neoliberalismo, privatizações*. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997
- CAVALCANTI, Carlos Alberto de M. *O Processo de Democratização em Angola e Moçambique: Um Estudo Comparativo*. Brasília: UNB, 2002
- CHAPMAN, Michael. *Angola na Estrada do Progresso*. Luanda: Angola Consultores, 1971.
- CHAUNU, Pierre. *Conquista y explotación de los nuevos mundos*. Barcelona: Editorial labor, 1973
- CILLIERS, Jakkie and DIEDRICH, Christian (editors). *Angola's War Economy: The role of oil and diamonds*. Pretória: Published by the Institute for Security Studies, 2000.
- CLAUSEWITZ, K. V. *Da Guerra*. São Paulo: ed. Martins Fontes, 1996.
- COHEN J. & ARATO A. *Civil Society and Political Theory*. Cambridge: MIT Press, 1992.
- COMERFORD, Michael G. *The peaceful face of Angola: Biography of a peace process (1991 to 2002)*. Windhoek: John Meinert Printing, 2005.
- CORRÊA, Luiz Felipe de Seixas. (org.). *O Brasil nas Nações Unidas 1946-2006*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.
- COSTA, Thomas Gomes. *Avaliação Estratégica da Segurança Internacional no Atlântico Sul: Passado e Perspectivas Futuras*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. (org.). *Seminário Internacional Brasil-África do Sul*. Rio de Janeiro: Cnpq/IPRI, 1996.

- COSTA, Thomaz Guedes da. *Avaliação estratégica da segurança internacional no Atlântico Sul: passado e perspectivas futuras*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Brasil e África do Sul: riscos e oportunidades no tumulto da globalização*. Brasília: CNPQ/IPRI, setembro de 2006.
- COUTAU-BÉGARIE, Hervé. *Géoe Stratégie de l'Atlantique Sud*. Paris: P.U.F., 1985
- COX, Robert. *Approaches to World Order*. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.
- CROTTY, James. *Slow growth, destrutive competition, and low road Labor relations: A Keynes-Marx-Schumpeter analysis of neoliberal globalization*. Massachusetts: Political Economy Research Institute, University Publications, 2000.
- CZEMPIEL, Ernst-Otto & ROSENAU, James N. (Orgs.). *Governança sem Governo: Ordem e Transformação na Política Mundial*. Brasília: 1ª Edição, Uiversidade de Brasília, Brasília 2000.
- DAVID, Charles Philippe. *A Guerra e a Paz: Abordagens Contemporâneas da Segurança e da Estratégia*. Lisboa: Instituto Piaget, 2001.
- DAVID, Korten. *Quando as corporações regem o mundo*. São Paulo, Ed. Futura, 2000 p. 137-152.
- DAVIDSON, Basil. *Angola no centro do furacão*. Lisboa: Edições Delfos, 1974.
- DEUTSCH, Karl. *political Community in the North Atlantic Area-International Organizations in the Ligth of Historical Experience*. New York: Goodwood Press, 1957.
- DIAS, Carlos Manuel. *Geopolítica: Teorização Clássica e Ensinos*. Lisboa: Livros e Revistas, 2005
- DOWNS, Anthony. *An economic theory of democracy* . Nova York: Harper, 1957.
- DRUCKER, Peter Ferdinand. *As novas realidades no governo e na política, na economia e nas empresas, na sociedade e na visão do mundo*. São Paulo: Ed. Pioneira, 1991.
- DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Todo o Império Perecerá*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2006.
- FEIJÓ, Carlos. *Problema Actuais do Direito Público Angolano*. Cascais: São João do Estoril, ed. Principia, 2001.
- FISAS, Vicenç. *Cultura de Paz y Gestión de Conflictos*. Barcelona: Ediciones UNESCO, 4ª Edição, 2004, 52-62.
- FONSECA JR, Gelson. *El Interés y la regla: Multilateralismo y Naciones Unidas*. Madrid: Instituto Universitario del Desarrollo y Cooperación, 2010.
- FRÉMONT, André . *Region, espace et vécu*. Paris: PUF, 1976.

FRIEDMAN, Thomas L. *O Lexus e a Oliveira: Entendendo a Globalização*. São Paulo: Editora: Objetiva, 1999.

FUKUYAMA, Fancis. *O fim da história e o último homem*. Rio de Janeiro: trad. Aulyde Soares Rodrigues, Rocco, 1992

GIDDENS, Anthony. *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GIDDENS, Anthony. *Capitalism and modern social theory*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971.

GILPIN, Robert. *The political economy of international relations*. Princeton: Princeton university press, 1987.

Global Peace Operations: Annual Review of Global Peace Operations. London: Lynne Rienner Publishers, 2006.

GOLDSTEIN, Judith & KEOHANE, Robert. *Ideas and Foreign Policy: Beliefs, Institutions, and Political Change*. Ithaca and London: Cornell University Press, 1993

GRANT, J. Andrew, SÖDERBAUM, Fredrik. *The New Regionalism in Africa*. Hants/Burlington, England/USA: Ashgate Publishing Limited, 2003.

GRESH, Alain et all. *L'Atlas du Monde Diplomatique*. Paris: Le Monde Diplomatic, 2006

GUERRA, Henrique Lopes. *Angola Estrutura Econômica e Classes Sociais: Os Últimos Anos do Colonialismo Português em Angola*. Lisboa: Edições 70, 1975.

GUIMARÃES, Fernando Andresen. *The Origins of the Angolan Civil War: Foreign Intervention and Domestic Political Conflict*. New York: Houndsmills, Basingstoke, 1998.

HAAS, Ernst B. *The Uniting of Europe: Political, Social and Economic Forces (1950-1957)*. Stanford: Stanford University Press, 1958.

HARDT, Michael & NEGRI, Antonio. *Empire*. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 1992.

HELD, David & MCGREW, Anthony. *The Global Transformations Reader: An Introduction to the Globalization Debate*. Oxford: Polity Press and Blackwell Publishing Ltd, 2003.

HELGAS, Hélio. *Guerra em Angola*. Lisboa: 5ª Edição, 1968.

HERKSCHER, Eli F. *La epoca mercantilista*. Mexico: Fondo de Cultura Econômica, 1943

HOBBS, Thomas. *Leviatã, ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo: Col. Os Pensadores. Ed. abril Cultural, 1979.

HODGES, Tony. *Angola: do Afro-estalinismo ao capitalismo selvagem*. Caiscais: Principia, 2002.

- HUNTINGTON, Samuel. *O Choque de Civilizações e a Recomposição da Ordem Mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997.
- HUNTZINGER, Jacques. *Introdução às Relações Internacionais*. Lisboa: PE edições. Huxley, Aldous, 1991
- HURREL, Andrew. *On Global order, power, values and the Constitution of international society*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- JACKSON, Robert H. *Quasi-states: Sovereignty, International Relations and the Third World*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990 p. 114-145.
- JAGUARIBE, Hélio. *A Nova Ordem Mundial*. In: DUPAS, Gilberto; LAFER, Celso e SILVA, Carlos Eduardo Lins da 'A Nova Configuração Mundial do Poder'. São Paulo: ed. Paz e Terra, 2008.
- JERVIS, Robert. *Perception and Misperception in International Politics*. Chicago: Princeton University Press, 1976
- JOHN, Peter. *Rational Choice Theory: In P. John (Ed.) "Analysing Public Policy"*. London: Continuum, 2000.
- JONES, Barry; KEATING, Michael (eds.). *The European Union and the regions* Oxford: Oxford University Press, 1995
- JORGE, Manuel. *Para Compreender Angola: da Política à Economia*. Lisboa: ed. Dom Quixote, 1998; PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os Caminhos do Bom Senso*. Lisboa: ed. Dom Quixote, 1998.
- KENNAN, George Frost. *American Diplomacy, 1900-1950*. Chicago: University of Chicago Press, 1951
- KENNEDY, Paul. *Preparando para o século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1993
- KEOHANE, Robert; NYE JR. Joseph. *Power and Interdependence*. Glenview scott: Fesman and Company, 1989
- KEOHANE, Robert; NYE JR., Joseph & HOFFMAN, Stanley. *After the Cold War International Institutions and Strategies in Europe*. Boston: Harvard University Press, 1993.
- KEYNES, John.M. *A treatise on probability*. Londres: MacMillan, 1921
- KINDLEBERGER, Charles. *Panics, manias and crashes - a history of financial crisis*. New York: Basic Books, 1989.
- KISSINGER, Henry. *Diplomacia*. Lisboa: editora Gradiva, 2ª Edição, 2002.
- KISSINGER, Henry. *Memórias 3º Volume: Anos de Renovação*. UniverCidade: Topbooks, 2001.

- KORNEGAY, Francis DADA, Jabulani (Orgs.). *A África do Sul e o IBAS: Desafios da Segurança Humana*. Porto Alegre: CESUL/UFRGS, 2007
- KOTSOPOULOS, John. *The EU and África: coming together at last?* London: European Policy Centre, 2007
- KUHN, Thomas. *Estrutura das revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 1978
- LIJPHART, Arend. *Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2003
- LOPES, Filomeno Vieira. *The challenges of democratization. From military peace to social justice? The Angolan peace process*. Londres: Accord, 2004.
- MAGNOLI, Demetrio. *O que é geopolítica*. São Paulo: ed. Brasiliense, 1986
- MARQUES, Gabriel Garcia & RISQUET, Jorge. *Angola and Namibia Changing the History of Africa*. Melbourne: Ed. Ocean Press, 1989.
- MARSHALL, Monty G. & GURR, Ted Robert. *Peace and Conflict 2005: A Global Survey of Armed Conflicts, Self-determination Movements, and Democracy*. Maryland: University of Maryland, Center for International Development and Conflict Management (CIDCM), April 2005 p.3-10.
- MARTINIÈRE, Guy. *O novo diálogo América Latina-África: fundamento das relações Sul-Sul*. Rio de Janeiro: Estudos afro-asiáticos, 4: 50-51, 1980.
- MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista (1848)*. São Paulo: Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003 I e II
- MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Victor Civita, 1983, v. 1 e 2.
- MATIAS, N. C. *A independência econômica no discurso de Agostinho Neto*. Luanda: 1ª edição, ed. Instituto Nacional de livro e disco (INALD), 1996 p. 9-10.
- MATTOSO, José. *A Nobreza Medieval Portuguesa*. Lisboa: ed. Estampa, 1987.
- MELO, Ovídio de Andrade. *O Reconhecimento de Angola pelo Brasil em 1975*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de Política Externa Brasileira (1930-1990): O Desafio Geoestratégico* São Paulo: NUPRI/USP, 2000.
- MELO, Ovídio de Andrade. *Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty : relatos de política externa de 1948 à atualidade*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.
- MENEZES, Solivar Silva. *Mamma Angola: Sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: edUsp, 2000.
- MIALL, Hugh et al. *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Rex Features Lda, 2004
- MORAIS, Beatriz. *A Cooperação e a Integração Regionais da África Austral (SADC): O Papel de Angola*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Centro de Estudos Africanos, 1998.

- MORGENTHAU, Hans. *A Política entre as Nações: a Luta pelo Poder e pela Paz*. Brasília: ed. Universidade de Brasília, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Instituto de Pesquisas de Relações Internacionais, 2003.
- MORGENTHAU, Hans. *Politics Among Nations*. New York: Alfred Knopf, 1948.
- MOSCA, João. *Encruzilhadas de África: Enfase para os Palop*. Lisboa: Ed. Instituto Piaget, 2001.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Política africana no Brasil*. In: ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon (Org.). *Sessenta anos de política externa brasileira (1930-1990)*. São Paulo : Cultura Editores Associados, 2000. V. 3
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *A política Externa Brasileira e Sul-Africana para a África Austral*. In: GUIMARÃES, Samuel Pinheiro (Ed.). *South Africa and Brazil: Risk and Opportunities in the Termoil of Globalization*. Brasília: IPRI/CNPQ, 1996.
- MOUSSA, Pierre. *Caliban Naufragé: Le Relations Nord-Sud à la Fin du XX^{me} Siècle*. Paris: Fayard, 1994.
- NAISBITT, John. *Paradoxo Global*. Rio de Janeiro: Campus, 1994. p.53.
- NARDIN, Terry. *Lei, moralidade e as relações entre os Estados*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987.
- NASCIMENTO, Abdias do & NASCIMENTO, Elisa Larkin. *Africans in Brazil: a Pan-African perspective*. New Jersey, África World Press, Paperback, 1992.
- NASCIMENTO, Abdias do. *O Brasil na Mira do Pan-Africanismo*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais, Editora da Universidade Federal da Bahia EDUFBA, 2002.
- NYE, Joseph S. Jr. *Compreender os Conflitos Internacionais: Uma Introdução à Teoria e à História*. Lisboa: Editora Gradiva, 2002.
- OFLE, Claus. *Problemas estruturais do Estado Capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- OHMAE, Kenichi. *Um mundo sem fronteiras*. São Paulo: Makron Books, 1994.
- OLIVEIRA, Joaquim Dias Marques de. *Prontuário diplomático angolano: Direito diplomático e Prática diplomática*. Luanda: ed Cefolex, G.C Gráfica de Coimbra, Ltda., 2008.
- OLIVEIRA, Marcelo Fernandes de. *Elites econômicas e política externa no Brasil contemporâneo*. São Paulo: IEEI/mimeo, 2005.
- OMAE, Kenich. *O Fim do Estado Nação e a Ascensão das Economias Regionais*. Rio de Janeiro: Campus, 1996 p. XX-XXI.

- OMAN, Charles. *Globalization and Regionalisation: the Challenging for Developing Countries*. Paris: OCDE, 1995
- OSLON JR., Mancur. *The logic of collective action: Public Goods and the Theory of Groups*. Cambridge: Harvard University Press, 1965.
- PATRÍCIO, José. *Angola-EUA: os caminhos do bom senso*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1998.
- PATTEE, Richard. *África do Sul, país vizinho de Portugal*. Lisboa: Gradiva, 1971.
- PENHA, Eli Alves. *Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul*. Salvador: EDUFBA, 2010
- PESTANA, Nelson. *As dinâmicas da sociedade civil em Angola*. Lisboa: Centro de Estudos africanos. ISCTE. 2004.
- QUEIROZ, Artur. *Angola a via Agreste da Liberdade*. Lisboa: Biblioteca Ulmeiro, 13, 1978.
- QUERMONNE, Jean-Louis. *Le système politique de l'Union Européenne*. Montchrestien, Paris, 2001.
- QUERMONNE, Jean-Louis; CROISAT, Maurice. *L'Europe et le federalism*. Paris, Montchrestien, 1996.
- RABELO, Manuel dos Anjos da Silva. *Relações entre Angola e Brasil 1808-1830*. Lisboa: Agencia -Geral do Ultramar, 1968
- RAMSBOTHAM, Oliver, et al. *Contemporary Conflict Resolution*. Cambridge: Polity Press, 2ª Edition, 2006.
- RELA, Jose Manuel Zenha. *Angola o Futuro já Começou* Luanda: ed. Nzila, Coleção Universitaria, março, 2005.
- RENOUVIN, Pierre & DUROSELLE, Jean-Baptiste. *Introduction a l'histoire des relations internationals*. Paris: Armand Colin, 1964.
- RODRIGUES, José Honório. *Brasil e África: Outro Horizonte*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1961.
- RUSSETT, Bruce. *International relations and international system*. Chicago: University of Chicago Press, 1967.
- SÃO, Vicente. *Corrupção, Democracia e Economia em Angola*. Luanda: Instituto Nacional do Livro e do Disco (INALD), 1999.
- SARAIVA, Jose Flavio Sombra. *O lugar da África: a dimensão atlântica da política externa brasileira (de 1946 a nossos dias)*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1996.
- SARAIVA, José Flávio Sombra. *Um momento especial nas Relações Brasil-Angola: do Reconhecimento da Independência aos desdobramentos atuais*. In Angola e Brasil nas Rotas do Atlântico Sul. Rio de Janeiro: Ed. Beltrand Brasil, 1999.

- SAVIMBI, Jonas Malheiro. *Angola: a resistência em busca de uma nova Nação*. Lisboa: Ed. Agencia Portuguesa de Revistas, 1979.
- SIERRA, Lázaro Cárdenas. *Angola e África Austral Apontamentos para a História do processo Negocial para a paz (1976-1992)*. Luanda: Ed. Mayamba Coleção Biblioteca de História, 2010
- SILVA, André Luiz Reis da. *A diplomacia Brasileira entre a Segurança e o Desenvolvimento: A política Externa do Governo Castelo Branco (1964-1967)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2004.
- SINGER, Paul. *Globalização e Desemprego: Diagnostico e Alternativas*. São Paulo: Editora Contexto, 1998.
- SNYDER, Richard; BRUCK, H.; SAPIN, Burton. *Foreign policy decision making*. New York: The Free Press, 1962.
- SODRÉ, Roberto de Abreu. *No espelho do tempo: meio século de política*. São Paulo: Best Seller, 1995.
- STIGLITZ, Joseph. *A Globalização e seus malefícios: a promessa não-cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Editora Futura, 2002.
- TILLY, Charles. *Coerção, capital e Estados europeus*. São Paulo: Ed. USP, 1996.
- TORRES FILHO, Ermani. *O Papel da Geopolítica Americana*. In: FIORI, José Luis (org.) *O Poder Americano*. Rio de Janeiro: ed. Vozes, Petrópolis, 2004.
- VALENTE, Leonardo. *Política Externa na Era da Informação: O Novo Jogo do Poder, as Novas Diplomacias e a Mídia como Instrumento de Estado nas Relações internacionais*. Rio de Janeiro: Ed. Revan, 2007.
- VERTZBERGER, Yaacov. *The World in their Minds: Information Processing, Cognition and Perception in Foreign Policy-Making*. Stanford: Stanford University Press, 1990.
- VIANA, Vítor. *Segurança Colectiva: A ONU e as Operações de Apoio à Paz*. Lisboa: Edições Cosmos, Instituto Defesa Nacional, 2002.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *O Atlântico Sul: uma análise pós-guerra fria*. Escola Superior de Guerra, 1993. (mimeo).
- VIGARIÉ, André. *Géostratégie des Océans*. Caen: Paradigma, 1990 p. 296-7
- VISENTINI, Paulo, RIBEIRO, Luiz, e PEREIRA, Analúcia. *Breve História da África*. Porto Alegre: Leitura XXI, 2007.
- VON MISES, Ludwig. *As seis lições*. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 6.ed. tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, 1998.

- WALLERSTEIN, Immanuel. *El sistema mundial*. México: Siglo XXI editores, 1984, vol I e II.
- WALTZ, Kenneth N. *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Ed. Gradiva, 2002.
- WATERS, Malcolm. *Globalization*. London: Routledge, 1996.
- WIGHT, Martin. *A Política de Poder*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

Revistas

- ABREU, Cesaltina. *Angola, SADC e a Globalização (2003)*. Luanda: Revista Estudos e Opiniões, janeiro-junho, nº 5, 2010.
- ALMEIDA, Paulo Roberto. *Geoestratégia do Atlântico Sul: Uma Visão do Sul*. São Paulo, Revista Política e Estratégia, v. V, nº 4, 1987.
- ALMEIDA-MEDEIROS, Marcelo de. *O Mercosul e a União Européia: Uma Abordagem Comparada do Processo de Formação de Instituições*. Revista Contexto Internacional, vol. 18, n. 1, 1996.
- AMORIN, Celso. *Brasil-Angola: 30 anos de Amizade*. In: Angola Hoje, ano 6 nº 29 nov/dez/2006.
- BARBER, James. *South Africa in the Post-Cold War World*. Johannesburg: Bradlow Series 8. The South African Institute of International Affairs, 1996.
- BENDER, Gerald J. *Os requisitos prévios de ordem interna da política americana em Angola : história de um linkage*. Lisboa: Revista Economia e Socialismo, (60) Jan.-Mar. 1984.
- BERTELSMANN-SCOTT, Talitha and DRAPER, Peter. *Regional Integration and Economic Partnership Agreements: Southern Africa at the Crossroads*. Johannesburg: South African Institute of International Affairs, Jan Smuts House, 2006.
- BITELLI, Júlio Glitermick. *A política brasileira para África e descolonização dos territórios portugueses*. Brasília: Cadernos do IPRI, n.2 1989.
- BORGES FILHO, Nilson. *Forças Armadas e política externa: o governo Geisel*. São Paulo: Revista Política e Estratégia, v.3 n.2 jun. 1985 p. 266-274.
- BRANCO, Carlos Martins. *A ONU e o processo da Resolução de Conflitos: Potencialidades e Limitações*. Lisboa: Revista Relações Internacionais, Instituto Português Relações Internacionais, dezembro 2004.
- BRECHER, Michael . *International relations and asian studies: the subordinate state system of Southern Asia*. World Politics, v. 15, n. 2, 1963

- CARDOSO, Fernando Henrique. *A África e o Brasil*. In: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 72, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 1º Semestre/1993.
- CARDOSO, Fernando Henrique. *Política Externa: Fatos e Perspectivas*. Revista Política Externa Vol. II nº 1 jun/jul/ago de 1993.
- CEPALUNI, Gabriel e VIGEVANI, Tullo. *A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação*. Rio de Janeiro: Revista Contexto Internacional vol. 29 no 2. jul/2007.
- CERVO, Amado Luiz. *Política exterior e as Relações Internacionais do Brasil: Enfoque paradigmática*. Rev. Bras. Pol. Internacional, ano 46 nº 2, 2003.
- COHEN, José Maria. *Segurança da Área Estratégica do Atlântico Sul. Ideias Sobre as Formas de Implementação e Participação Comum*. Revista Política e Estratégia VI, 3, jul./set. 1988.
- COLUMBATTO, Enriço. *Joseph E. Stiglitz: Globalization and its discontents*. New York: Edited by N. Stephan Kinsella, 2002 and Journal of Libertarian Studies, Ludwig von Mises Institute, Volume 18, no. 1, Winter 2004.
- CONVERSI, Daniele. *Americanization and the planetary spread of ethnic conflict: The globalization trap*. Revista Planet Agora, dezembro 2003 - janeiro 2004.
- CRAVINO, Janete. *Conflitos Internos: Resolução de Conflitos*. Lisboa: Revista Militar, Nº 11, 57º Volume, II Série, novembro de 2005.
- ERIKSSON, Mikael; SOLLENBERG, Margareta; WALLESTEEN, Peter. *Patterns of major armed conflicts, 1990-2001*. In: Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI). SIPRI Yearbook 2002: armaments, disarmament, and international security. Oxford: Oxford University Press, 2002 p. 63-76.
- FALK, Richard. *State of Siege: Will Globalization Win Out?* International Affairs 73 (1) January 126-127, 1997.
- FAWCETT, Louise; HURRELL, Andrews. (eds.). *Regionalism in world politics*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- FERREIRA, Manuel Ennes. *Performance Econômica em Situação de Guerra: o Caso de Angola (1975-1992)*. São Paulo: Revista de Centro de Estudos Africanos, USP, 16-17 (1) 135-156, 1993/94.
- FLORES, Mário César. *O Preparo da Marinha dos Próximos 10 a 30 Anos: Dúvidas, Comentários e Sugestões*. Revista Marítima Brasileira, 108, 1/3, jan./mar, 1988.
- FONSECA JR., Gélson. *Aspectos da Teoria de Relações Internacionais*. Revista Política Externa Vol. 3 nº 3 dez/jan/fev de 1994/95.

- GADDIS, John Lewis. *The long peace: elements of stability in the postwar international System*. International Security, n. 10, primavera 1986
- GIL, António Carlos; KLINK, Joroen J.; SANTOS, Roberto. *Gestão para o desenvolvimento da Regionalidade*. Rio Claro: In Seminário Internacional I, Anais, UNESP, 2004
- HAAS, Michael. *International subsystems: stability and polarity*. American Political Science Review, v. 64, n. 1, 1970.
- HIRST, Mônica; PINHEIRO, Letícia. *A política exterior do Brasil em dois tempos*. Revista Brasileira de Política internacional. Ano 38, nº 1, 1995.
- HIRST, Paul. *The global economy-myths and realities*. International Affairs 73 (3) July, 1997.
- HOLLIS, Martin & SMITH, Steve. *Roles and Reasons in Foreign Policy Decisions Making*. British Journal of Politics Science, Vol. 16 n 3 jul/1986
- HOLT, Victoria K. e SHANAHAN, Moira K. *African capacity-Building for Peace Operations: UN Collaborations with the African Union and ECOWAS*. Washington DC: The Henry L. Stimson Center, February, 2005.
- HURREL, Andrew. *O Ressurgimento do Regionalismo na Política Mundial*. In Contexto Internacional 17 (1), Jan-Jun, 1995.
- KLINGEBIEL, Stephan. *Africa's new peace and Security Architecture: Converging the roles of external actors and African interests*. Bonn: Institute for Security Studies, African Security Review, Vol 14 nº 2, 2005.
- LAKE, Anthony e WHITMAN Christine Tood. *More Than Humanitarianism: A Strategic U.S. Approach Toward Africa*. U.S.A: Independent Task Force Report nº 56, Council on Foreign Relations, 2006, 127-130
- LIMA, Maria Regina Soares de. *A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul*. Revista Brasileira de Política internacional. 48 (1), 2005.
- LOPES, Carlos. *A África entre o Brasil e a China*. Rio de Janeiro: In: revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 29 nº 3 – Centro dos Estudos Afro-asiáticos da Universidade Cândido Mendes, 2007 p. 1-3.
- MACQUEEN, Norrie. *A Intervenção das Nações Unidas e a Crise do Estado Africano* Lisboa: In Revista de Relações Internacionais, dez/2004, nº 4
- MARSHALL, Monty G. & GURR, Ted Robert. *Peace and Conflict 2005: A Global Survey of Armed Conflicts, Self-determination Movements, and Democracy*. Maryland: University of Maryland, Center for International Development and Conflict Management (CIDCM), April 2005.
- MEARSHEIMER, John. *Back to the Future*. International Security 15 (1) Summer, 1990.

MESSIANT, Christine. *A Fundação Eduardo dos Santos (FESA). A propósito da investida do poder angolano sobre a sociedade civil*. Politique Africaine. nº 70, 1999.

MIGUEL, Adão Avelino. *Cidadania e civismo: entre a interpretação e a reinterpretação da sociedade civil angolana*. Revista Acadêmica da Universidade Católica de Angola, Centro de Estudos e Investigação Científica. Nº 3, ano 3, agosto de 2006.

MONTEIRO, António. *As Nações Unidas e a Prevenção de Conflitos*. Lisboa: Instituto Defesa Nacional, Revista Nação e Defesa, Outono-Inverno Nº95/96, 2ª Série, 2000.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *O Eixo do Atlântico Sul e os Novos Vetores do Sistema Internacional*. Rio de Janeiro: Cadernos Cândido Mendes, Universidade Candido Mendes, Nº 20, junho 1991.

MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Processos de Integração e Grupos de Interesse Diferenciados: UA, CEDEO/ECOWAS, COMESA, SADC, CPLP, ZOPACAS*. In: COELHO, Pedro Motta Pinto e MENDONÇA, Hélio Magalhães de (Orgs.). *Relações Brasil-África: Um Colóquio*. Brasília: IPRI/FUNAG, 2002.

PACHECO, Fernando. *Uma proposta de valorização da tradição e da cultura em favor do desenvolvimento e modernidade*. Luanda: Revista académica da Universidade Católica de Angola. Ano 1, vol.1. 2004.

PAUTASSO, Diego. *As relações econômicas internacionais entre China e Angola*. Meridiano 47 nº 105, abr. 2009

PIMENTEL, José Vicente de Sá. *Relações entre o Brasil e a África subsaariana*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 43, nº. 1, 2000.

PINHEIRO, Paulo Dyrceu. *Capanda é um exemplo de cooperação entre países em desenvolvimento*. Luanda: ed. Entrevista concedida a Revista do Comercio externo, n.5 1987.

Resenha de Política Exterior do Brasil, várias edições.

Revista África Today: Política, Economia e Cultura. Várias edições

Revista da Embaixada de Angola no Brasil Várias edições

Revista da FESA Angola Hoje, várias edições.

Revista da Marinha de Guerra Angolana, várias edições.

Revista de Informação, Economia e Análise África21, várias edições.

Revista Militar das Forças Armadas de Angola – Defender, várias edições.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Crise e castigo: as relações Brasil-África no governo Sarney*. Brasília: Revista Brasileira de Política Internacional, vol.51 nº 2 July/Dec. 2008

RIBEIRO, Luiz Dario Teixeira. *Descolonização da Ásia e da África*. In: Poto Alegre: Ciências e Letras, nº 33, 2003.

- RIBEIRO-KABULU, Alberto D. C. B. *Settlement of the Internal Conflict in Angola*. Sao Paulo: In Africa: Revista do Centro de Estudos Africanos, USP, 16-17(1): 3-22, 1993/1994.
- ROCHA, Antonio J. R. & AIDA, Márcia L. *O Processo de Globalização: Diferentes Perspectivas de Análise*. Cadernos de Relações Internacionais 1, janeiro, 1995.
- SANTOS, Boaventura Sousa. *Angola na viragem*. Lisboa: Revista Visão, agosto, 2003.
- SARAIVA, Jose Flavio. *A política brasileira para a África*. Brasília: ed. Humanidades, n.13 mai./jul. 1987
- SARDEMBERG, Ronald. *Globalização: Visão do Atlântico Sul*. Lisboa: Revista Nação e Defesa, n° 80, 1996.
- SHULMAN, Mark R. *The Proliferation Security Initiative as a new paradigm for Peace and Security*. New York: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2006
- SIDIROPOULOS, Elizabeth. *A New International Order? Multilateralism and Its Discontents: A View from South Africa*. Johannesburg: In: yearbook of international 2005 – SAIIA, 2005: 1-14.
- SOUZA, J. M. de (1999). *Mar territorial, zona econômica exclusiva ou plataforma continental?*. Rio de Janeiro: Revista Brasileira de Geofísica. 1999, vol. 17, n. 1, p. 79-82.
- STRAGE, Susan. *The defective state*. Daedalus 124 (2), spring, 1995.
- SWANSTRÖM, Niklas et WEISSMANN, Mickael. *Conflict, Conflict Prevention, Conflict management and Beyond: a conceptual exploration*. Washington: Central Ásia-Caucasus Institute, Concept Paper, 2005.
- SYLLA, Lanciné. *Tribalismo et parti unique en Afrique noire*. Paris: Presses de la Fondation Nationale de Science Politique, 1977.
- TAVARES, Maria da Conceição. *Globalização e Estado nacional*. Rio de Janeiro: Revista Conjuntura Econômica, Edição Especial 50 Anos de Conjuntura Econômica de Brasil, FGV, Nov. 1997
- THOMPSON, William R. *The regional subsystem: a conceptual explication and a prepositional inventory*. International Studies Quarterly, v. 17, n. 1, 1973.
- VIDIGAL, V.Alm. Armando. *Atlântico Sul: Uma visão Brasileira*. Rio de Janeiro: Revista da Escola Superior de Guerra, 1997.
- VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *A África e os Estudos Africanos: Uma Introdução*. Revista Ciências e Letras n° 21 e 22/ 1998 p. 10-11.
- VIZENTINI, Paulo Gilberto Fagundes. *África : Relações Internacionais e Construção do Estados-Nação*. In: Poto Alegre: Ciências e Letras, n° 33, 2003.

WHELAN, Teresa. *Africa's Ungoverned Space*. Lisboa: Segurança na África Subariana Revista Nação e Defesa: Instituto de Defesa Nacional, 3ª Série, Verão 2006

Teses e Dissertações

ABREU, Cesaltina Cadete Basto de. *Sociedade civil em Angola: da realidade à utopia*. Rio de Janeiro: Tese de doutorado. UCAM, IUPERJ. 2006.

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *Le Commerce des Vivants: Traite d'Esclave et "Pax Lusitane" dans l'Atlantique Sud*. Paris: Tese de Doutorado, 1985-6.

BELLUCCI, Beluce. *Uma visão do Brasil sobre a África*. Texto apresentado no III Seminário Brasil e China, em Brasília- DF ocorrido nos dias 4 e 5 de fevereiro de 2010.

BERMAN, Eric G. *French, UK, and US Policies to Support Peacekeeping in Africa: current status and future prospects*. Oslo: Norwegian Institute of International Affairs, Paper Nº 622, February 2002.

BERNARDINO, Luís Manuel Brás. *A evolução da componente de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa e a sua intervenção no espaço africano*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa - Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, dissertação de Mestrado em Estratégia, 2007.

BERNARDINO, Luís. *A prevenção e resolução de conflitos na África. O papel da CPLP no âmbito das Organizações Regionais Africanas*. Lisboa: Trabalho Individual de Longa Duração (TILD), Curso de Estado-maior 2005/2007, Instituto de Estudos Superiores Militares. 2007.

BIZAWU, Kiwonghi. *O Sistema de Segurança Coletiva da Onu e os Conflitos nos Grandes Lagos: Análise das resoluções do Conselho de Segurança da ONU sobre a República Democrática do Congo*. BELO HORIZONTE: Dissertação de mestrado em Direito Internacional e Comunitário na PUCMinas, 2006

CONCEIÇÃO, José Maria Nunes Pereira. *Angola: uma Política Externa em Contexto de Crise (1975-1994)*. São Paulo: Tese de Doutorado em Ciência Política na FFLCH/USP, 1999.

DOPKE, Wolfgang. *A CPLP tanto inútil quanto necessária?* Meridiano 47, nº 26, setembro de 2002.

DUARTE, Júlio Jorge Trindade. *A aproximação com a África durante o Governo Lula: motivações e estratégias*. Rio de Janeiro: MBA Relações Internacionais, FGV, 2010.

GALA, Irene Vida. *A política externa do Governo Lula para a África. A política externa como instrumento de ação afirmativa, ainda que não só...* Brasília: 51º Curso de Altos Estudos, Instituto Rio Branco, MRE. 2007.

LECHINI, Gladys Teresita. *A Política Exterior Argentina para a África no Marco Referencial da Política Africana do Brasil: o Caso da África do Sul na Década de 1990.* São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 2002.

MADUREIRA, Fernando Pinto. *As Relações Brasil - África no Contexto da Política Externa Brasileira: do Afastamento à Tomada das Relações com o Continente.* São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 1997.

MAIA, Tatiana Vargas. *A Intervenção da Organização das Nações Unidas em Angola (1988-1999).* Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais, UFRGS, 2006.

MAZULA, Brazão e MBILANA, Guilherme. *O papel das organizações da sociedade civil na prevenção, gestão e transformação de conflitos: a experiência de Moçambique.* Luanda: Comunicação apresentada na Conferência co-organizada pela Faculdade de Direito da Universidade Católica de Angola e pela Fundação Friedrich Ebert, sobre Prevenção, Gestão e Transformação de conflitos eleitorais na região da SADC. 2003.

OLIVEIRA, Henrique Altemani de. *Política Externa Brasileira e Relações Comerciais Brasil-África.* São Paulo: Tese de Doutorado na FFLCH/USP, 1987.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de. *Petróleo e Segurança Internacional: Aspectos Globais e Regionais das Disputas por Petróleo na África Subsariana.* Porto Alegre: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UFRGS, 2007

PACHECO, Fernando. *Democracia e sociedade civil em Angola.* Lisboa: XII Conferência Internacional de Lisboa. Instituto de Estudos Estratégicos, 1994.

PENHA, Eli Alves. *As Relações Brasil-África e Geopolítica do Atlântico Sul.* Rio de Janeiro: Tese de Doutorado na UFRJ/RJ, 1998.

RIBEIRO, Cláudio Oliveira. *Relações político-comerciais Brasil-África (1985-2006).* São Paulo: Tese de doutoramento em Ciência Política, USP, 2007.

SANGO, André de Oliveira João. *O modelo político angolano: perspectivas.* São Paulo: Tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de São Paulo-USP, 2002.

SANTOS, José Ailton Rodrigues dos. *Mercosul e SADC: a Possibilidade de um Projeto de Cooperação.* São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia na FFLCH/USP, 1996.

SANTOS, Juliana Soares. *A Integração Regional na África Austral: A SADC na Ótica dos Interesses Sul-Africanos.* São Paulo: Dissertação de Mestrado em Sociologia na FFLCH/USP, 1999.

SATO, Eiiti. *O Papel Estabilizador dos Países Periféricos na Ordem Internacional: Percepções e Perspectivas*. São Paulo: Tese (Doutorado em Sociologia), FFLCH/USP, 1997.

SERRANO, Carlos Moreira Henrique. *Angola: nasce uma nação. Estudo sobre a construção da identidade nacional*. São Paulo: Tese de doutoramento, USP/FFLCH, 1988

SHIMABUKURO, A. *A Política de Segurança dos Estados Unidos no Pós-Guerra Fria*. Campinas: Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais da UNICAMP, 2005.

SOUSA, Francisco M. A. *A evolução do papel da Organização das Nações Unidas na prevenção e resolução de conflitos: O Nível de Emprego Rápido do Sistema de Medidas de Prontidão das Nações Unidas*. Pedrouços: Instituto de Estudos Superiores Militares IESM, Trabalho Individual, Curso de Estado-maior 2005-2007, 2007.

ZANI, Alexandre Patera. *As relações comerciais entre Brasil - Angola - África do Sul: face ao processo da integração da SADC e na CEAC*. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH/USP, 2005.

Documentos

Angola: Estudo Diagnóstico sobre a integração do comércio - submetido por Nathan Associates Inc. To World Bank USAID, Under Contract Nº World Bank 7134881 USAID PCE-I-00-98-00016-00 Task Order 13 Nov/2006.

Anuário Econômico de Angola. Luanda: 9ª Edição, 2010.

Ata Final da 5ª Sessão da Comissão Mista Brasil-Angola. Brasília: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 71, Ministério das Relações Exteriores, 2º semestre/1992 p. 13-25.

BICA- Boletim Informativo do Governo de Angola, Secretariado do Conselho de Ministros nº 1 Luanda. Várias edições.

Boletim Estatístico de 2001 a setembro de 2009 do Banco Nacional de Angola

Boletim Semanal da Embaixada da República de Angola no Brasil. várias edições

COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA. Documentos - Secretariado Executivo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, 1999.

Constituição da República de Angola. Luanda: Imprensa Nacional –E.P, jan. 2010

Constituição da República de Angola. Luanda: Imprensa Nacional –E.P, Set. 1992.

Deliberação Presidencial 2009-26 e publicada no Registo Vol nº 74 Act Federal, nº 183 (Presidential Documents 48363, Washington DC, 2009.

Discurso de Agostinho Neto em 15/01/1975 em Algarve/Portugal, disponível no site www.portalangop.co.ao

Discurso de Luís Inácio Lula da Silva por ocasião da abertura da reunião ministerial Brasil-Angola em Luanda, em 23 de novembro de 2003. in: Resenha de Política Exterior do Brasil nº 93, Ministério das Relações Exteriores, Brasília, 2º Semestre/2003.

Discurso do presidente José Eduardo dos Santos ao corpo diplomático acreditado em Angola, Jornal de Angola edição 14 de janeiro de 2011.

Discurso de posse do presidente José E. Santos disponível no site: <http://www.portalangop.co.ao>

Discurso do Ministro das Relações Exteriores do Brasil na Abertura da III Reunião de Estados-membros da Zona de Paz e Segurança do Atlântico Sul em Brasília em 21 de setembro de 1994

Discurso do presidente Agostinho Neto em 11 de novembro de 1975, disponível no site: <http://www.portalangop.co.ao>

Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na Sessão Solene de Abertura do Encontro Bilateral com o Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos. Luanda: Jornal de Angola, 18 Out. 2007.

Discurso do Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do jantar oferecido ao Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos em Brasília, 15 de agosto de 1995

Discurso do presidente José E. Santos em 11/11/1979 disponível no site: <http://www.portalangop.co.ao>

Discurso do presidente José Eduardo dos Santos na 62ª Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em Nova York. In *Angola Hoje*, ano 6 nº 34 /set/out/2007.

Discurso do presidente José Eduardo dos Santos sobre a batalha do Cuito Cuanavale publicado no Jornal de Angola em 01 de abril de 2010

Documento do Departamento de Informação e Propaganda do MPLA-PT, Luanda, 1977 e seguintes.

Documento. *Agenda Nacional do Consenso*. Luanda: Grupo Parlamentar do MPLA, novembro de 2004.

Documento. *Programa de governo do MPLA para o quadriénio 2009-2012*. Luanda, maio de 2008

Documentos de Arquivo do Ministério das Relações Exteriores de Angola, Luanda, 1976-2008

FMI, Angola Staff Report for the 2003 Article IV Consultation, julho de 2003.

GOVERNO DA REPÚBLICA DE ANGOLA. Protocolo de Lusaka, paz em Angola. Luanda: 1ª edição, ed. Imprensa Oficial, 1994.

Lei nº 10.743, de 09 de outubro de 2003. Diário Oficial da União de 10 de outubro de 2003 relativo ao Sistema de Certificação do Processo de Kimberley - SCPK, referente à exportação e à importação de diamantes brutos.

Resenha de Política Exterior do Brasil, Ministério das Relações Exteriores, várias edições.

Pronunciamento do Embaixador Gelson Fonseca Jr., Representante Permanente do Brasil junto às Nações Unidas http://www.un.int/brazil/Livro_CSNU/prefacio.htm

Relatório do GRUPO II: Economia e Comércio, MESA I: Relações Econômicas Brasil-África do Fórum Brasil-África: Política, Cooperação e Comércio, Fortaleza, 09 e 10 de junho de 2003

Relatório sobre a Política Externa do Brasil no período de 2003-2010, Brasília, dezembro/2010.

Resoluções nº 2, 3 e 4/2007 Diário da República nº 23 Assembleia Nacional, Luanda, 2007.

Jornais, Rádio e Televisão

Angola rejeita força militar na crise da Costa do Marfim. In: Jornal de Angola de 14 de janeiro de 2011.

ANSTEE, Margaret. *Estado angolano deve esclarecer real situação do país*. Luanda: In: Jornal de Angola, edição de 24 de agosto de 2004.

CLEGG, Nick. *Representante britânico defende na ONU renovação das instituições e alargamento do Conselho de Segurança*. BBC News, 24 de setembro de 2010.

FIEL, Jorge. *Venezuela, Ucrânia e Croácia querem ser da CPLP*. editado no Diário de Notícias de 16 de julho de 2008.

Folha de S. Paulo várias edições

Folha Oito várias edições

GUCHT, Karel. *Bélgica Valoriza Papel de Angola na Estabilidade da RDC*. Luanda: Jornal de Angola, edição de 13 de abril de 2007.

Jornal de Angola várias edições

Jornal Expresso várias edições

Jornal o Globo várias edições

Manuel Vicente em entrevista à TPA 17 dezembro de 2008.

MOITA, Luís. *A guerra e a paz nos nossos dias: Janus2005* Lisboa: Jornal 'O Público' e Universidade Autónoma de Lisboa, 2004

Novo Jornal várias edições

O Estado de São Paulo várias edições

PACHECO, Carlos. *Angola um Gigante com pés de Barro*. Lisboa: Semanário Expresso, 13 de agosto de 2005.

PAHAD, AZIZ. *Statement by the Deputy Minister of Foreign Affairs and Leader of the South African Delegation at the Fourth Ministerial Meeting of Members States of the Zone of Peace and Cooperation in the South Atlantic*. Somerset West, 1 de abril de 1996.

Rádio Televisão Portuguesa - RTP Notícias.

TPA – Televisão Pública de Angola

VARELA, Osvaldo. *Experiência angolana poderá ajudar a presidência do G8*. In Angop Press, edição de 23 de janeiro de 2009.

Sites visitados

Agência Angola Press: <http://www.portalangop.co.ao>

ARMENDONE, Douglas; MENDONÇA, Felipe e AFONSO, Mário. *Civil society and the conflict diamonds campaign*. site: <http://dougruan.wordpress.com/2009/06/18/>

Barômetro da Corrupção mundial site: www.transparency.org

BATISTA, Paulo Nogueira. *Perspectivas da Rodada Uruguai: implicações para o Brasil*. São Paulo: Dossiê América Latina. Estudos Avançados Vol. 6 n° 16 dezembro de 1992, site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141992000300009

BNA - Banco Nacional de Angola www.bna.ao

CILLIERS, Jakkie. *The African Standby Force: An update on progress*. Institute for Security Studies, Occasional Paper, Nª 160, March 2008, Disponível em: <http://www.inwent.org/ez/articles/080444/index.en.shtml>.

DRAPER, Peter and KHUMALO, Nkululeko. *Fumo ou Espelhos? Posição Negocial da África sub-Sahariana em Doha*. Agenda de Desenvolvimento através do Prisma de Tratamento Especial e diferencial, 2003 Disponível no: University of the Witwatersrand, Johannesburg Website: <http://www.wits.ac.za>

Global Witness. *Conflict Diamonds: Possibilities for the Identification, Certification and Control of Diamonds*. Londres, 2000, www.globalwitness.org

HODGES, Tony. *O papel da gestão de recursos na construção de uma paz sustentável*. 2004 site <http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/construcao.php>

<http://guinebissaudocs.wordpress.com>.

<http://news.bbc.co.uk>

<http://rubelluspetrinus.com.sapo.pt/ochoa.htm>

<http://tsf.sapo.pt/>

<http://unicrio.org,br/>

<http://www.angoladigital.net>

<http://www.angolaxyami.com>

<http://www.angonoticias.com/>

<http://www.apexbrasil.com.br/portal/>

<http://www.areamilitar.net/>

<http://www.au.int>

<http://www.batalhaosuez.com.br/ForcasDePazAngolaUnavemII.htm>

<http://www.correiodopatriota.com>

<http://www.c-r.org/our-work/accord/angola/portuguese/cronologia.php>

<http://www.embaixadadeangola.org/acordos.htm>

<http://www.fesa.org.br>.

<http://www.itamaraty.gov.br>

<http://www.jornaldeangola.com>

<http://www.lusa.pt>

<http://www.midiaindependente.org/pt>

<http://www.mirex.gv.ao/angola.htm>

<http://www.sardc.net/>

<http://www.semanarioangolense.net/>

<http://www.tpa.ao>

<Http://www.tpissarro.com/memorias.htm>

<http://www.un.org/Docs/sc/committees/Angola/AngolaResEng.htm>

<http://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>

http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/past/unavem_r.htm

<http://www.un.org/News/Press/docs/2002/sc7486.doc.htm>.

MALAN, Mark e CILLIERS, Jackie. *Progress with the African Standby Force – Institute for Security Studies*. Occasional Paper, N^a 98, May 2005. Disponível em: <http://www.iss.co.za/Pub/papers/98/Paper98.html>.

Ministério das Finanças da República de Angola: www.minf.gov.ao/

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milénio no Brasil
<http://www.objetivosdomilenio.org.br/>

UNDP. United Nations Day for South-South Cooperation. <http://tcdc.undp.org/doc/>

VAN-DÚNEM, Belarmino. *Desafios para Política Externa de Angola em 2009*. artigo localizado no blog do autor <http://berlarminovandunem.blogspot.com>

VIZENTINI, Paulo G. F. e PEREIRA, Analúcia Danilevicz. *A política africana do governo Lula*. site: <http://www6.ufrgs.br/nerint/folder/artigos/artigo40.pdf>

www.angonoticias.com

www.endiama.co.ao.